



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

JOSÉ ARTHUR RIOS
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Brasil, um imenso hospital: ideias e políticas de saúde na invenção do Brasil

Entrevistado – José Arthur Alves da Cruz Rios (JR)

Entrevistadores – Nísia Trindade Lima (NT), Marcos Chor Maio (MC) e José Leandro Cardoso (JL)

Data – 13/07, 03/08, 13/09, 04/10 e 08/11/2006

Duração – 19h50min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

RIOS, José Arthur Alves da Cruz. *José Arthur Rios. Entrevista de história oral concedida ao projeto Brasil um imenso hospital: Ideias e políticas de saúde na invenção do Brasil*, 2006. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2021. 239p.

Data: 13/07/2006

Fita 1 – Lado A

NT - Dia 13 de julho. Entrevista com professor José Artur Rios. Presentes Nísia Trindade Lima, Marcos Chor Maio e José Leandro Cardoso. Professor, nós estamos dando início então a essa conversa, que nós já temos falado um pouco sobre isso. E nós gostaríamos de começar o seu depoimento falando um pouco... que o senhor nos falasse um pouco sobre a sua infância, suas origens familiares. Que começássemos, né...

AR - Perfeito. Eu sou carioca da Tijuca. Nasci numa vila na Rua Haddock Lobo. E, fiquei, permaneci entre a Tijuca e o Andaraí até uns 5 anos de idade, depois mudei de nacionalidade, fui para Santa Teresa. (risos) Me tornei cidadão convicto de Santa Teresa até hoje.

NT - Onde o senhor mora até hoje, não é?

AR - Até hoje. Portanto, (risos) é quase que uma vida, é uma vida, não é? Eu moro na mesma travessa.

MC - Na mesma travessa?

AR - Na mesma travessa, apenas mudei de casa.
E meu pai era funcionário público, municipal...

NT - Desculpa interromper, mas em que ano que o senhor foi para Santa Teresa?

AR - Isso mais ou menos em 26, 27. E meu pai era funcionário público municipal. Ele era um homem curioso. Foi jornalista, foi um homem tipicamente da Belle Époque. Ele era filho de um Senador da República, mas fez questão de abandonar o tipo, o estilo de vida do meu avô, para ganhar a vida no Rio de Janeiro. Ele era o caçula de 6 irmãos.

NT - O seu avô, quem era?

AR - O meu avô era o Senador Artur César Rios. Ele teve uma atuação muito grande. Baiano, teve uma atuação muito grande.

Eu me orgulho muito de mencionar que numa determinada crise em que os jacobinos estavam se preparando para tomar o governo, num daqueles golpes da Velha República, ele tomou a decisão de assumir a presidência da Câmara. Ele primeiro foi Presidente da Câmara, depois é que foi Senador, e conseguiu derrubar com isto a moção em que se preparava para dar a vitória aos jacobinos, militares e o partido de Floriano Peixoto. Portanto, ele teve uma atuação política. E teve outras coisas curiosas. E era um homem interesse.

MC - Ele era de que partido, o senhor se lembra?

AR - Não me lembro. Não me lembro.

Enfim, ele se destacou muito na República, no Senado – Primeiro na Câmara, depois no Senado. O meu pai então veio para o Rio e lutava aqui para ganhar a vida e conseguiu este cargo na prefeitura. E aí quando eu nasci ele já tinha uma certa estabilidade. Eu digo isso porque ele passou muitos anos desempregado, passando dificuldades, não é? Algumas. Nasci filho único, minha mãe não podia ter mais filhos. E fomos então morar numa casa no Andaraí na Rua Antônio Salema. Lembro-me muito bem desta casa. É uma casa que tinha um quintal muito grande e eu fixei vários episódios da minha infância neste quintal. Brincadeiras com vizinhos, com colegas da vizinhança. Depois meu pai conseguiu construir uma casa, porque essa casa era alugada – uma casa em Santa Teresa. Construiu a casa, fomos morar então em Santa Teresa. E eu me identifiquei muito com o bairro.

Em dado momento, eu já tinha 11 anos de idade, por aí, meus pais, eu não sei hoje muito bem o motivo, talvez pelo meu comportamento tranquilo e ordenado, resolveram me pôr num ginásio em Niterói, num internato. E não foi propriamente um castigo. (risos) Faço questão de esclarecer...

NT - O senhor era muito levado assim? Era?

AR - Não. Razoavelmente.

NT - (risos) Razoavelmente.

AR - Razoavelmente.

Então me puseram no internato pelo seguinte motivo: porque conversando com pessoas disseram que era interessante que eu ficasse um pouco afastado. Filho único, não é?

NT - É. Muitas famílias faziam.

AR - É. Afastado um pouco dos carinhos familiares, não é? E depois porque esse ginásio era de uma família muito ligada ao meu pai. Meu pai conhecia muito bem o diretor que era genro de um grande amigo dele, colega e amigo dele. Então me matricularam primeiro no internato. Bem, o internato para mim foi uma escola formidável. Eu tive....

NT - E quem era o diretor?

AR - Bittencourt Silva.

NT - Ah, que é o nome dele!

AR - No Ginásio do Bittencourt Silva.

MC - Eu só queria... O senhor fala que o seu pai foi um funcionário público, mas o que de fato ele fazia na atividade profissional?

AR - Ele era delegado da prefeitura. Quer dizer, era um funcionário – que o Rio era dividido em distritos e cada distrito era entregue a um delegado que se encarregava da arrecadação, de licenciamento de casas de negócios, etc... Essa era a esfera onde ele girava. Que havia problemas jurídicos.... Ele era formado em direito, então ele conseguia equacionar bem as questões jurídicas que surgiam na atividade dele.

MC - Eu queria aproveitar também e ver um pouco o seu lado materno. Quer dizer....

AR - Sim. A minha mãe era filha de portugueses. E portugueses imigrantes, que eu conheci muito a minha avó materna com quem eu tinha uma relação extraordinária. Era analfabeta, camponesa analfabeta. Eu ia com ela ao cinema e lia as legendas para ela. Eu me lembro... (risos). Me lembro... Me contava histórias e lia livros para ela. O nosso relacionamento era fantástico, não é? E ela faleceu bem idosa, quando eu estava ainda terminando o ginásio, mas eu tenho uma recordação muito viva dela, da linguagem dela, de termos dela, e provérbios saborosíssimos da língua camponesa do norte de Portugal, do ninho, não é? Muito bem. Enfim, aí me matricularam no ginásio. Este ginásio.... Eu costumo dizer que eu tive dois fortes da vida que muito me valeram, me ajudaram à minha formação pessoal: uma foi o ginásio interno – até aí pela primeira vez eu tive que lutar pela sobrevivência. (risos) Internato ou você luta pela sobrevivência ou está perdido. E o segundo forte foi a convocação militar, na guerra, quando houve a guerra – Chegaremos lá. Bem, então, o Ginásio era uma coisa curiosíssima. Vocês vejam como os tempos mudaram....

NT - Ah, desculpa... Até então o senhor tinha estudado em casa ou tinha freqüentado colégio?

AR - Em escolas particulares.

NT - Escolas particulares.

AR - Escolas particulares. Lembro-me de uma senhora inglesa em Santa Teresa, tinha uma escolinha – Langland - lembro do nome dela. E eu estudava... mas era um estudo assim meio frouxo, não era nada formalizado.

MC - Eu queria fazer uma.... No caso, assim, quando o senhor foi morar no Andaraí o senhor tem algumas memórias da casa que o senhor nasceu? Que era esse perfil do bairro do Andaraí nesse momento que o senhor viveu, nesse período?

AR - Era um bairro classe média.

MC - Classe média.

AR - É. Classe média. Já era servido por bondes. Era um sistema de transporte muito bom na época para aquele tipo de população. E, vamos para o ginásio. Esse ginásio era curioso pelo seguinte: um ginásio, que agora havia um internato que recebia alunos do interior do estado do Rio e do Sul de Minas, filhos de fazendeiros, comerciantes que vinham para estudar porque no interior não havia nada, nessa época. Nós estamos falando de 1930, estamos entrando na década de 30. Eu me lembro da revolução de 30, eu já estava no ginásio, nitidamente. Pela comoção causada pela revolução e....

Bem, agora, era curioso que esse ginásio numa cidade como Niterói que era absolutamente extraordinária – uma cidade tranqüila, não é? Uma cidade de pequenas famílias de classe média. Esse ginásio tinha professores notáveis, notáveis. Eu não estou forçando a barra (risos). Vou dar um exemplo: o meu professor de português foi um grande filósofo, professor Ismael de Lima Coutinho, que me deu o gosto da literatura clássica, pela literatura medieval. Ele me levava para a casa dele, que era perto, conversava comigo, me mostrava livros raros da coleção dele. Conversava muito comigo.

Eu estabeleci uma relação pessoal com ele. Nós tínhamos um professor de física, absolutamente extraordinário. Francês de nascimento, grande físico, grande astrônomo. Tudo isso se passava em Niterói. O professor de história era muito curioso. Eu me refiro à História porque ele tinha afinidade com os temas – era um orador antes de mais nada, era um grande.... O que não é mal para um professor de História (risos) no curso ginásial. Porque transmite o entusiasmo pela disciplina, não é? E História sem entusiasmo (risos) é um negócio frio e morto....

NT - E morto.

AR - ...Ninguém se interessaria.

NT - Monótono.

AR - É. E esse professor que tinha um nome polonês, Shevodovski. Era conhecido como Pichet. E muito.... Era professor também da Faculdade de Direito.

Para todas as solenidades o Shevodovski era convocado para falar, ele falava sobre qualquer coisa, casamentos, enterros, batizados com a mesma fluência, (risos) a mesma eloquência, não é?

Bem, no Ginásio tinha um centro literário, Alberto de Oliveira. Por que Alberto de Oliveira? Porque o poeta Alberto de Oliveira, na época considerado o príncipe dos poetas brasileiros, morava na esquina e era convocado para as reuniões....

NT - Ah, ele participava?!

AR - Sim! O Alberto de Oliveira com a cabeleira majestosa, não é? Declamando e falando nas solenidades do Grêmio, do Centro Alberto de Oliveira.

JL - Ficava aonde esse Ginásio?

AR - Niterói.

JL - Não. Onde, que região?

AR - Na Rua José Bonifácio. Aquela rua que vai... Liga...

JL - A Ingá.

AR - Centro do Rio, Ingá... Ingá.... É naquela rua. Bem, era um casarão colonial enorme, tinha sido provavelmente uma antiga casa de fazenda e nos fundos havia uma mata, um bambuzal onde eu às vezes me perdi faltando a chamada. Então eles procuravam por mim eu estava perdido no bambuzal fazendo explorações. E outra que eu tenho uma recordação muito boa. Eu fui interno até o terceiro ano. Aí, no terceiro ano eu resolvi fazer greve e enfaticamente declarei aos meus pais que eu não queria mais ser interno. Mas....

NT - Terceiro ano ginásial?

AR - É. Mas queria continuar no ginásio porque eu tinha já uma turma, uma relação com a turma,

gostava dos professores, tinha o meu ambiente. Não é? E aí fiz dois anos externo, naquela época eram 5 anos. Então eu me formei, portanto, com 15 anos. E estava ansioso para ir para a faculdade.

NT - Só antes de nós chegarmos a esse período de preparatório para a faculdade, os seus pais continuavam a morar em Santa Teresa?

AR - Sim.

NT - E mesmo assim durante esse período o senhor....

AR - Eu ia todo dia. Eu externo, eu ia todo dia de Santa Teresa a Niterói.

MC - Como é que o senhor fazia, hein?

AR - Ué! Eu descia uma ladeira que vinha da Lapa, aí eu pegava um bonde para a praça XV, a gente pegava a barca. E a barca é uma das grandes recordações dessa fase. O que eu li (risos) nas barcas não está no gibi! Eu lia bibliotecas nas barcas. E aí trabalhava nos meus exercícios. Enfim, eu não era o único estudante, havia um pequeno grupo que morava no Rio e que me acompanhava nisso. O que mostra a qualidade também do Ginásio. Porque o sujeito fazer essa excursão quando havia tanto colégio já na época no Rio de Janeiro e bons colégios, não é?

NT - E o senhor fez amizades nesse período que se mantiveram depois, ou que pelo menos foram muito marcantes, colegas dessa fase do ginásio?

AR - Sim, eu tive dois outros colegas muito próximos, amigos meus e outros também, mas depois se perderam que foram para outras profissões, não é?

Bem, então eu fiquei mais dois anos no Ginásio, me formei. Fui orador da turma.
O que já mostra uma tendência péssima do meu temperamento.

NT - Hum, Hum.

AR - Que é falar e.... Não é?

Eu me lembro da formatura com todos aqueles requintes no Teatro Municipal em Niterói, o acontecimento. Acontecimento na época, meus pais, aquelas coisas todas. Era um acontecimento. Formatura de ginásio. (risos) Estamos falando de Ginásio. Bem....

MC - Só para ter uma idéia assim, era um colégio grande, tinha muitos alunos...?

AR - Eu diria que quando eu deixei, depois eles.... Primeiro era masculino, era só de rapazes, depois criaram uma sessão feminina, para alegria nossa, que ficava na esquina, então namorava-se as colegas. Essas coisas todas no bonde e tal.... (risos) Era um outro encanto. Muito bem. E já a formatura foi conjunta.

NT - Conjunta. E os amigos que o senhor falou, esses três que marcaram mais e que a amizade continuou, quem foram eles?

AR - Bom, um estudou... Foi estudar medicina, depois tornou-se médico. E o outro foi estudar direito, não completou o curso, tinha uma paixão de teatro, foi ser ator da Companhia do Paschoal Carlos Magno. Eu me lembro dele participando, o Hamlet, com o Sérgio, um grande ator.

JL - O Sérgio Cardoso.

AR - Sérgio Cardoso. Exatamente. Não é? E morreu tuberculoso, jovem.

Ele se queimou praticamente porque ele esteve doente, depois recuperou-se e voltou àquela vida de teatro. Ele basicamente se queimou.

Então, o terceiro também foi estudar medicina. Era um rapaz judeu; não o vi mais, não sei que fim levou. Porque aí então uma outra.... Foi uma dessas rupturas de vida, não é?

NT - Ah, nenhuma dessas amizades o senhor manteve?

AR - Não. Eu mantive a do Ary Palmeiras, do ator. Os médicos eu encontrei-me casualmente com eles, não é? Bem.

JL - Na verdade um colégio laico, não é?

AR - Era.

NT - E havia educação religiosa no colégio?

JL - Como que era isso?

AR - Não, não, não. E eu tenho a impressão que isso também pesou na decisão do meu pai de me colocar lá porque o meu pai era espírito laico, ele não tinha praticamente religião. Ele se tornou religioso já no fim da vida, mas nessa época eu não me lembro dele ter assim uma.... Era um homem que, digamos, a ser um deísta à moda da geração dele, da geração republicana, não é? Mas ele não era religioso.

Bom, aí aconteceu uma coisa curiosa: nós estávamos muito empenhados em ir para a faculdade. Eu ia para a faculdade de direito, a família me pressionando muito. Embora eu tivesse no ginásio uma enorme curiosidade por ciências – ciências naturais. Matemática nem tanto porque eu não tive bons professores de matemática, até o último ano. No último ano, no 5º ano, eu tive um grande professor de matemática que me abriu o horizonte para o que poderia ter sido um bom aprendizado de matemática.

Bem, mas havia ciência, biologia, ciências naturais. Que eu me lembro que eu quando entrava de férias, meus pais costumavam passar férias em Friburgo, eu me perdia nos matos de Friburgo, fazendo herbário, colecionando flores, eu já sabia o nome das flores em latim e tal, levava Botânica do Mello Leitão, não é? (risos)

Outra coisa muito curiosa eram os livros, não é? Nós, por exemplo, estudávamos latim com um grande professor holandês, um grande professor, na gramática do (D'azer) francês. Era a nossa gramática (risos).

NT - E havia livros? Além do Mello Leitão havia outros de atores nacionais? Havia História do Brasil?

AR - Havia. Havia. Já havia livros da História nacional, mas lia-se muito livro traduzido do francês,

ainda nesse tempo, muito livro traduzido do francês. Quando alguém lia francês, como era meu caso, e vou dizer o porquê. Então havia livros em francês e eu sempre tive muita curiosidade, foi a força propulsora na minha vida, que eu sempre gostei de espiar por cima do muro. Eu não me contentava com o livro didático, o livro recomendado, ia para a biblioteca procurar outras coisas.

Lembro-me que História, por exemplo, eu andei consultando a História do César Cantu. Imagine você! Na época era tido como autor deslumbrante, uma série com vários volumes, eu pegava aquilo e ia lendo conforme a série. Eu tinha muita curiosidade.

Por sua vez, meu pai me pôs na mão, desde cedo, clássicos, portugueses e brasileiros. Eu li – ainda garoto - eu li Eça de Queirós, quase todo; li José de Alencar; li o Fiaro de Almeida, hoje ninguém sabe quem é, um grande escritor português, com uma obra notável; Herculano....

NT - Contemporâneo a Eça de Queirós?

AR - Sim. Herculano, Alexandre Herculano, Eurico, o Presbítero, grande historiador também. O Herculano foi um grande historiador e eu também folheava na época os livros de história do Herculano, mas os romances dele, o Monge de Cister, era um escritor romântico. E os nossos, José de Alencar, nem se fala; Macedo, e assim por diante. Meu pai que botava. Oliveira Martins. Eu me lembro que ele me punha, um historiador, meu pai me punha copiando, não de castigo não. Ele me dizia: “Copia essa página para você se sentir bem” e tal. Porque ele gostava de ler, tinha uma sensibilidade literária muito grande. E, enfim, ele queria que eu desenvolvesse acima de tudo uma sensibilidade literária. Bom, por outro lado, volto ao francês, eu tive a sorte de ter uma grande amiga de meus pais, um casal muito amigo de meus pais, e a senhora era francesa, não tinham filhos e eu era uma espécie de afilhado deles, não foram realmente meus padrinhos, mas eu era como se eu fosse afilhado. Era homem de certos recursos, esse senhor era diretor de uma fábrica de tecidos em Petrópolis, em São Pedro de Alcântara, que era da Fabiane. Tinha uma belíssima casa em Copacabana, na Rua Miguel Lemos; hoje não existe mais, está um espigão no lugar da casa. Era uma casa fantástica com aquários. Você imaginou um garoto, aquário com peixes, essas coisas! E a minha tinha, como eu a chamava, me pôs na mão dos franceses: Daudet, Alexandre Dumas, Vitor Hugo. Eu lembro que o primeiro livro que eu li em francês, de ponta a ponta, foi o Conde de Monte Cristo. Uma coleção, neo.... Uma coleção pequena que era uma beleza de gráfico, de trabalho gráfico, e ela me dava esses livros. Bem, essa gente toda.... Bom, é claro que eu não li tudo dessa faixa. Eu fui lendo, continuei lendo até faculdade, curso superior, eu continuei lendo autores como Anatole France.

NT - O Anatole France era muito lido.

AR - Todo, todo Anatole France; o Zola. Essa gente. E meu pai, por sua vez, conhecia também esses autores e me incrementava. De modo que a cultura francesa tornou-se muito familiar pra mim. Não digo tanto a língua porque língua você adquire quando você vive no meio próprio, mas eu falava em francês com essa senhora e eu conheci a França como a palma da mão, com se tivesse ido lá. E é curioso que primeiro eu fui aos Estados Unidos e só muito mais tarde é que eu fui à Europa e fui à França e fui a Paris, mas eu já conhecia Paris como a palma da mão (risos) de memória.

MC - O senhor está falando assim dessa influência do seu pai em termos de formação cultural, gosto pela leitura, me veio assim, como que o senhor descreveria...? Lembra assim a movimentação, como é que seu pai se posicionou em relação a Revolução de 30, como que ele viu? O senhor se lembra assim de... Ele comentava ou...?

AR - É claro que ele comentava e ele viu.... Eu me lembro de uma certa apreensão com toda a Revolução de 30. O que viria era uma incógnita. Depois começaram um governo provisório que eternizou-se quando se esperava uma mudança política mais efetiva, mas radical, não veio. E resultou na ditadura como nós sabemos, não é? Então esse sentimento dominante. Meu pai não era propriamente uma pessoa politizada, mas era um homem que se interessava - é claro - por política. Ele conversava em casa, ele procurava interpretar os fatos políticos, mas não era um militante político, então ele tinha um aspecto.

NT - E seu avô ainda era vivo essa época?

AR - Não, não. Já tinha falecido.

NT - O Avô paterno.

AR - É. Ele faleceu na primeira década do século, eu acho que foi em 1910, 1911. Eu não tenho muita precisão.

NT - Ah, o senhor não chegou a conhecê-lo?!

AR - Não, não o conheci pessoalmente, conheci depois de tradições da família, de fatos históricos, não é? Eu até estou escrevendo uma pequena monografia sobre ele lá para o Instituto histórico. Bem, então.... Bom, voltando a.... Daí a minha influência francesa. E terminado o ginásio estávamos ansiosos para nos meter na faculdade, não é?

NT - Só uma curiosidade, que o senhor estava narrando esse episódio da preparação para a faculdade, mas em relação ao colégio, os professores eram todos homens?

AR - Não, não, não. Havia mulheres também. Eu me lembro que a professora de francês era uma senhora francesa, muito curiosa que me dava, a mim, que conhecia as coisas... (risos) me dava a sensação viva das senhoras da guerra de 70, das senhoras nacionalistas, detestando alemãs, naturalmente. Não se podia falar alemão, era uma outra coisa... (risos). Fazíamos para provocá-la, não é? E aquelas figuras que aparecem muito em Daudet, nas novelas de Daudet. Senhoras saídas das derrotas de 70 que tinham aquela amargura que foi explodir depois na guerra de 14. E ela mantinha contato com a França onde tinha parentes, recebia as revistas. A Ilustração, eu lia a Ilustração Francesa, uma revista formidável. Eu recebia uma outra revista um pouco mais densa com novelas, onde eu aprendi Maurice Lambert. Tudo isso era publicado, não era “Eu sei tudo” não. Tinha um outro nome, agora eu não me recordo, mas o nosso “Eu sei tudo”, a nossa revista que circulava nos anos 30 e 40, era quase que uma imitação, uma cópia dessa revista francesa.

E, então, queríamos entrar na faculdade de qualquer maneira, e aí nós tivemos as nossas esperanças frustradas pois o ministro da educação resolveu retardar o ingresso na faculdade criando um curso chamado, na época, “complementar”.

NT - E o senhor tem idéia do período, do ano em que isso aconteceu?

AR - Sim, isso tem.... Isso foi em torno de 35, 36. Sim, sim. Em 36, para ser preciso. Então nós tínhamos

de escolher, havia três cursos complementares conforme a orientação do aluno: era medicina, engenharia e direito. (risos) Curioso isso. Só esses três. Então abriram esses cursos complementares em institutos de educação. E o Instituto de Educação de Niterói criou esse curso. Então eu fui me inscrever no complementar de Direito.

NT - Em Niterói?

AR - Em Niterói.

NT - E continuava a morar em Santa Tereza.

AR - Continuava morando aqui.

NT - O senhor gostou de Niterói. (risos)

AR - (risos)

NT - Por que essa opção?

AR - Uma cidade cheia de encantos, não é? (risos)

NT - É. Mas já nessa fase da vida.... Porque antes foi uma escolha dos seus pais e o senhor quis continuar externo.

AR - Foi, foi.

NT - E nesse momento que o senhor já é um jovem querendo entrar na faculdade por quê? Por causa dos amigos? Por quê?

AR - Porque.... Amigos também, amigos. E...

Fita 1 – Lado B

NT - ...Estava falando o porquê da opção pelo Instituto de Educação de Niterói.

AR - Certo. Era uma cidade encantadora. Não tem nada a ver com a cidade de hoje, com a Niterói de hoje, claro. O pessoal diz que é “a Niterói depois da ponte”. (risos) Então era uma cidade tranqüila. Tranqüila, calma, mas eu continuava morando em Santa Teresa. No complementar, que nos enraiveceu, nós queríamos ser acadêmicos, entrar para a faculdade de direito e tivemos essa expectativa retardada por dois anos. No entanto, esse complementar foi de enorme utilidade. Que era o curso onde você dava algumas matérias do ginásio em profundidade, se aprofundava. Por exemplo, História, História Geral e História do Brasil. Você aprofundava Latim, havia uma cadeira para Direito de Biologia. Biologia dada por um médico. E na época não havia biólogo. (risos) E História da Filosofia, Psicologia e Lógica, e Sociologia. A Sociologia era dada por um senhor – coitado! Era um velho político do Estado do Rio

que com o fechamento das assembléias ficou desempregado. Então a título de compensação foi nomeado professor (risos) de sociologia. Era uma figura curiosa, porque ele não era um ignorante – curioso isso. Ele tinha sido aluno de Alberto Torres.

MC - O senhor se lembra o nome dele?

AR - Ah, agora eu não...! O nome dele me escapa completamente.

MC - Bom, mas foi aluno do Alberto Torres.

AR - Sim, aluno e amigo do Alberto Torres. Então ele tinha uma linha positivista evolucionista, não é?

NT - E assim, os livros, o senhor lembra os livros que eram recomendados?

AR - Fernando de Azevedo.

NT - Fernando de Azevedo.

AR - É. Princípios de Sociologia – um calhamaço! Que o Fernando de Azevedo era bom escritor, mas esse livro de sociologia é uma coisa terrível, não é? Exhaustivo em qualquer sentido da palavra.

E, havia História também, Latim; se usava latim em leituras de classes.

E aí fiz um núcleo de amigos que vem até hoje, vem até hoje da minha vida, um núcleo de amigos que se orientaram para advogados, para promotores, para juízes. Nós tivemos um colega que chegou a ser governador do Estado. Enfim, e todos nós resolvemos continuar (risos) no Estado do Rio. Nos matriculamos na Faculdade de Direito de Niterói.

NT - Fala um pouco desse grupo de amigos, quem eram e....

AR - Bem, um deles que é meu amigo até hoje, é uma figura muito interessante, foi promotor, foi depois desembargador, ele hoje é desembargador aposentado. Era uma pessoa como eu, muito lida. Uma das coisas que nos aproximou é que nós tínhamos lido os mesmos autores. E praticamente admirávamos os mesmos autores. Eça de Queirós, por exemplo, mas não só Eça de Queirós, os franceses. Ele também lia francês, ele era de família de raízes européias, lia bem francês, e outro....

NT - E qual o nome dele?

AR - Paulo Sales Guerra. Foi citado pelo desembargador outro dia no discurso do....

NT - Ele era sobrinho do médico Sales Guerra?

AR - Ele é neto.

NT - Ele é neto?

AR - Ele não falou com você que ele é neto?

NT - Falou, falou, mas é porque me disseram que o Carlos Guerra não tinha filhos.

AR - Não, ele não tinha filhos realmente, ele era sobrinho do Sales Guerra, o nome do velho é...

NT - Sobrinho neto.

AR - ...Egídio que eu conheci. Muitas vezes fui almoçar em casa do Egídio acompanhando o Paulo. Nós éramos unha e carne, essas amizades assim muito fraternais, muito estreitas. Bem, tive um outro também grande amigo, que este já faleceu, que foi jornalista, político, Anselmo Macieira, jornalista, escritor, de Campos esse. Fui colega de Dayl de Almeida que foi deputado depois em Brasília.

NT - Qual o nome?

AR - Dayl [D-A-Y-L]. Dayl de Almeida. Foi deputado, aí passou a morar em Brasília, aí nós ficamos um pouco afastados. Outro foi José Augusto de Carvalho Torres, advogado, também político no Estado do Rio e Celso Peçanha, que foi o governador. Eram nossos colegas. Nunca foi nosso amigo. Colega. É preciso a gente distinguir as coisas.

MC - É.

NT - É. (risos)

NT - O Marcos Madeira também?

AR - Não, o Marcos Madeira é o mais velho. O Marcos Madeira quando eu cheguei no Ginásio ele estava no 5º ano do Ginásio. Ele também fez o Ginásio Bittencourt. Quando eu cheguei na faculdade ele já estava no último ano da faculdade.

NT - Porque o senhor menciona o Marcos Madeira naquele seu memorial.

AR - É. Exatamente, exatamente.

Bem, eu fui encontrar antigos professores no complementar e na faculdade. Muito bem.

MC - Ou seja, esses professores eram do Ginásio, eram também do complementar e eram da faculdade?

AR - Sim, da faculdade, exatamente. Não eram professores profissionais. Nunca tinham aberto um livro de didática, eram professores porque sabiam aquela matéria, ou trabalhavam naquela especialidade. Então eram recrutados ou se recrutavam para dar aula naquelas disciplinas. Era assim que as coisas se faziam na velha província.

NT - Quando o senhor estava falando que eram professores que não tinham aberto livro didático, como era o ensino que foi tão marcante assim para o senhor, vocês liam em voz alta trechos do livro na sala? Como era? Como que foi isso?

AR - Era, mas predominava a preleção.

NT - A preleção.

AR - É. É claro que dependendo do professor, da sua flexibilidade, da sua abertura, havia uma maior ou menor participação dos alunos. Não era rígido, não digo a rigidez....

NT - Em nenhuma das duas experiências havia uma disciplina rígida?

AR - Não. Não.

NT - Nem no Ginásio?

AR - Não, não, não.

E no complementar nós já tínhamos certos fungos de acadêmicos, então promovíamos reuniões. Me lembro de.... Havia um gremiozinho também no Instituto de Educação, havia declamações naquele monumento da praça ali. Em frente agora fica o Instituto de Educação e, de um lado, a Assembléia Legislativa. Conhece Niterói, não é? Sabe como é....

JL - Aonde era o Instituto de Educação ali?

AR - Continua lá no mesmo lugar.

JL - Continua lá no mesmo lugar?

AR - No mesmo lugar, Nilo Peçanha.

JL - Ah, o Liceu Nilo Peçanha era o Instituto de Educação, não é? Porque o Instituto de Educação agora mudou para o Ingá e se chama Ismael Coutinho.

AR - Meu professor. Foi meu professor de português.

NT - É, porque você....

JL - Eu estudei no Liceu.

NT - Você estudou no Liceu.

MC - Estudei no Liceu.

AR - Você estudou no Liceu?

JL - Estudei.

AR - Curioso isso, hein? (risos) Um encontro de gerações. Seu professor....

NT - De gerações.

AR - É verdade. É isso mesmo. Então o Lima Coutinho assumiu cargos no Estado. Acho que chegou a ser secretário de Educação. Havia uns poucos, pessoas que ocupavam esses cargos, eram pessoas competentes, que na época, o que é fabuloso, eram pessoas honestas, pessoas certas; não se ouvia falar em corrupção, nada disso, não havia nada, era coisa impensada, fenômeno curioso.

Bem, no complementar nós já começamos um processo de politização. Nessa época havia o choque de integralistas e comunistas. Então havia uma corrente integralista. Dayl de Almeida, por exemplo, e o José Augusto foram integralistas de botar camisa etc... E tentaram me cooptar para isso e eu não simpatizava com o integralismo. Não aderi. Até alguns aspectos eu achava simpáticos, o estudo do Brasil, a valorização das coisas brasileiras, achava aquilo positivo. Já o grupo comunista também não me atraía, me atraía muito menos, eu não tinha nenhuma simpatia pelas teses comunistas. Então eu e um pequeno grupo ficávamos assim, como que eu poderia.... Não chegávamos a ser liberal-democratas, mas ficávamos oscilando sem aderir a nenhum desses extremos.

NT - O Senhor citou dois jovens integralistas. Entre os comunistas quem eram os líderes?

AR - Olha, na época havia um ou dois rapazes que se sabia que eram comunistas, mas já era época de repressão.

NT - Sim.

AR - De modo que a coisa....

MC - Era mais recente, não é?

AR - É.

NT - Já não era tão....

MC - É, porque o Integralismo só foi fechado em 38.

AR - Exatamente.

MC - Mas na época estava livre, né?

AR - Estava livre. Agora, já havia repressão contra o partido comunista, e contra qualquer coisa que fosse contra a ditadura Vargas. E nós já éramos contra a ditadura Vargas. Eu me lembro que eu fui preso, eu e um colega fomos presos porque lançamos um jornalzinho, maluquice, fazíamos críticas ao regime. Então fomos presos por um cidadão chamado Ramos; é o Delegado da Ordem Política e Social, Ramos.... O Segundo nome agora me esqueço. Esse homem depois foi preso por ladrão. Porque ele usava um método muito prático de enriquecer: ele prendia alemãs, quando veio a guerra – ele prendia alemãs que tinham dinheiro e extorquia dinheiro dos alemães. Isso depois foi descoberto e ele foi preso. Inclusive foi preso (risos) por um conhecido meu, um amigo meu, um delegado o prendeu assim, (risos) fisicamente o recolheu. Era um delegado da Ordem Política e Social do Estado do Rio. Ramos. Agora o nome, o segundo nome me falha. Então era uma época de agitação política, de fermentação política. Muito bem....

MC - A sua idade nesse episódio aí?

AR - A minha idade? A minha idade: eu tinha 17 para 18 anos. Passei pouco tempo preso.

MC - Mas....

AR - Sim, diga.

MC - Não, porque o senhor falou assim.... Só o senhor foi preso, quer dizer, o jornal foi o senhor que....

AR - Não, eu e um outro colega de redação (risos) fomos recolhidos, fomos presos então. Mas passamos o quê, uma noite? O Pai do Ary Palmeiras, do ator – do ator que eu citei há pouco, era jornalista e funcionário do Senado Federal. E quando soube pôs-se em campo....

NT - Ah, ele era o seu amigo.

AR - É. Pôs-se em campo e aí houve uma interferência junto ao Ramos e nós fomos soltos com uma advertência: se voltássemos a incorrer....

NT - E os seus pais como...?

AR - Souberam post factum. Está ouvindo? (risos) Tiveram o tremor depois do episódio.

MC - Só para localizar. Assim, o senhor fala que o pai do Ary Palmeira era funcionário do Senado Federal. Mas então o Senado ainda estava funcionando, o Congresso ainda estava funcionando?

AR - Estava, depois é que.... Em 37 é que foi fechado.

MC - Exato.

AR - Isso deve ter sido antes.

MC - É, mas já era um momento já de....

AR - Já de fermentação, etc... A iminência do golpe já estava no ar.

Bem, então aí fomos para a Faculdade de Direito. Era um grupo, então o grupo todo foi para a Faculdade de Direito em Niterói.

A Faculdade de Direito era muito ruim – está ouvindo? Era muito ruim. Era uma coisa assim.... Era raro bons professores. Havia bons professores. Eu me lembro de um professor de Introdução que era muito bom, excepcionalmente bom professor. Culto, homem culto e bom professor. Benjamim... Benjamim... (risos). Agora eu não me lembro o... O professor de Direito Civil era bom, o professor de Direito Penal era bom, mas...

NT - Eles eram professores só lá, ou eram professores também no Rio?

AR - Não, não....

NT - Na Faculdade de Direito tradicional?

AR - Isto eu não posso te responder com certeza, talvez um ou outro....

NT - Um ou outro.

AR - ...Fosse professor também no Rio de Janeiro, mas eram advogados militantes.

NT - Que lecionavam.

AR - Juristas etc...

MC - Qual era o horário da...?

AR - À noite.

MC - À noite?

AR - À noite. Nós estudávamos à noite. Por isso mesmo ao saber que tinha sido aberta no Rio a Faculdade de Filosofia, criação do Gustavo Capanema com a finalidade de formar professores para o curso secundário... (ruídos de fora do ambiente). Mas enfim, não sei qual era a imagem que se tinha das proporções do curso secundário para permitir que se imaginasse que numa faculdade poderia faltar professores para.... Mas, enfim, aí eu acho que vocês conhecem mais a estrutura da Faculdade de Filosofia dividida em departamentos. Havia o departamento de História e Geografia, Letras, Letras neolatinas, Letras anglo-saxônicas. Foi aberta então essa faculdade. E nós resolvemos nos matricular na Faculdade de Filosofia e fazer com o Direito. O Direito era à noite, a Faculdade de Filosofia era de manhã e alguns cursos a tarde. Para nós era perfeitamente possível isso.

MC - Mas só para precisar melhor: o senhor entra em que ano na Faculdade de Filosofia?

AR - No mesmo ano em que entramos para a Faculdade de Direito.

MC - Que foi em?

AR - Em 36, 37, por aí.

MC - A Faculdade Nacional de Filosofia não foi criada em 39? Não?

AR - Espera aí.

MC - Porque a UDF Foi criada....

AR - Eu acho que foi em 39.

MC - Hein?

NT - Eu acho que é 39.

MC - Em 39.

AR - A UDF foi criada antes.

MC - A UDF foi fechada em 37, 38.

AR - Tem razão.

NT - Aí em 39 foi aberta a Faculdade de Filosofia.

AR - Exatamente, exatamente.

MC - Foi nessa primeira turma aonde o senhor foi....

AR - A primeira turma da Faculdade de Filosofia. E nós nos matriculamos em Ciências Sociais.

MC - Ciências Sociais?!

AR - É. Não havia curso de Sociologia. Era Ciências Sociais: Economia, Sociologia, Antropologia, Estatística.

MC - Tudo no mesmo....

NT - Era tudo englobado.

AR - Englobado.

MC - E qual era turma do senhor na faculdade de Ciências Sociais? qual era a turma que entrou com o senhor, quem eram as pessoas?

AR - Eu chego lá. Além dessa turma que se inscreveu para o vestibular, que nós éramos obrigados a fazer o vestibular, veio o grupo da UDF que tinha sido fechada, não é?

MC - Sim, sim.

AR - Então no grupo da UDF vieram algumas pessoas que depois se tornaram notáveis como Guerreiro Ramos, como Costa Pinto, a moça que depois se tornou minha mulher veio da UDF.

NT - A Regina.

AR - Regina.

NT - Figueiredo.

AR - Ela fazia o curso da UDF. Veio matriculada compulsoriamente. Todo esse grupo foi matriculado na Faculdade de Filosofia que funcionava num casarão no Largo do Machado que ainda existe tal qual, inclusive com os dois leões assim, aquilo é muito familiar....

NT - O senhor já foi estudar lá no Largo do Machado?

AR - Sim, sim senhor.

MC - Porque não tinha algo aqui na...?

AR - Não, não. Nós fomos diretamente para o Largo do Machado. Fizemos um vestibular, eu fui examinado nem mais nem menos por San Tiago Dantas.

MC - Que era o diretor.

AR - Pelo Padre Penido, não é? E por um terceiro, deixa eu me lembrar quem foi.... Foram três. Bom, por acaso eu tirei o primeiro lugar nesse exame. Daí a minha desconfiança até hoje de todos os primeiros lugares, sobretudo os militares; os primeiros lugares das escolas militares eu tenho uma desconfiança enorme. (risos) Mas, enfim, aí um dado muito importante que eu pude.... Na época o Capanema queria dar um grande nível a essa faculdade. Já havia em São Paulo algo semelhante, então o Capanema contratou professores franceses para virem ensinar aqui no Brasil. Então para Ciências Sociais vieram três figuras da melhor da melhor qualidade: René Poirier da Sorbone, era professor de Filosofia; Maurice Byé, da Economia, que mais tarde se tornaria ministro de Economia do de Gaulle, e Jacques Lambert, (risos) o mais conhecido dele entre nós por causa do livro, não é? E o menos brilhante, o menos brilhante. Bom, a presença desses 3 professores foi para nós de uma importância enorme porque nos revelou um mundo desconhecido. Alguns de nós, veja bem, alguns, eu, Paulo Sales Guerra, nós entendíamos francês e falávamos um pouco francês; outros não falavam, tiveram que fazer um esforço. As moças, por exemplo, nossas colegas, falavam francês e eles não falavam uma palavra em português. (risos) Veja a loucura total (risos) da experiência. Porque o Poirier era um sujeito genial - esse era genial. Era um homem, um improvisador de pensamento, era uma coisa espantosa. Ele dava três cursos paralelos. Tinha três aulas por semana. Num curso ele falava sobre os pré-socráticos, no outro curso ele falava sobre Descartes, e no outro curso ele falava sobre Bergson. Então era um negócio assim para nós uma revelação e uma revolução. O Byé era um grande didata, um dos maiores didatas que eu conheci. Ele era capaz de ensinar Economia Política às pedras. Porque ele deslindava a Economia Política com conhecimento profundo e ao mesmo tempo facilidade de transmissão. O Lambert, como eu disse, era o menos brilhante, mas era.... Tinha vindo já dos Estados Unidos, já trazia uma carga de Sociologia americana, pela primeira vez que nós ouvimos falar uns certos nomes da sociologia americana, Chicago, a Escola de Chicago; ele já nos trazia esse lado, esse aspecto, não só a sociologia francesa de Durkheim, etc., mas também a Sociologia americana.

Bem, eu acho que um pequeno detalhe aí.... Talvez eu tenha que voltar um pouco atrás - no último ano de ginásio. Aí é sobre a minha formação pessoal. Eu ouvi falar num curso de Museologia do Museu Histórico e fui lá ver. Eu era curioso, fui lá saber o que era.

NT - Isso o senhor tinha uns 15 anos?

AR - É. Eu: “O que é isso aí?” “Não, não, é curso para formas museólogos”. Eu digo: “Que negócio é esse?” “É para funcionários de museu”, e tal. Aí eu: “Eu quero me matricular nisso”. “Quem são os professores?” Os professores eram Pedro Calmon, Gustavo Barroso....

NT - Que era o diretor do Museu?

AR - Exatamente. Silvio Romero, filho do velho. O Sílvio Romero que era professor e Menezes de Oliva que ensinava História da Arte, e Angyone Costa que ensinava Arqueologia... um misto de Arqueologia e Antropologia, era o mais fraco de todos.

Bem, agora.... “Acontece o seguinte, o senhor não pode se matricular, que o senhor não terminou o ginásio”. “Mas eu quero assistir as aulas”. “Então o senhor pode assistir como ouvinte”. Então eu fui ouvinte durante um ano do curso. Eu fui aluno dessa gente.

NT - E esse curso ele diplomava como se fosse um grupo de ensino médio ou...?

AR - Não, não de ensino superior.

NT - De ensino superior.

AR - Já era uma transição do curso generalista para o curso especializado e para a formação de um técnico, entende? É curioso isso, não é? É típico da transição dessa época, para o curso já do especialista.

MC - É interessante. Por que a gente não fala sobre essa experiência de ser aluno de Gustavo Barroso, por exemplo?

AR - Era um professor admirável! Era um professor admirável! Um homem que tinha facilidade em transmissão. Nunca falou em integralismo organizado. E eu que estava prevenido porque um dos ângulos que eu detestava no integralismo era o anti-semitismo. E o Barroso era um dos representantes da corrente anti-semita dentro do integralismo. O Pedro Calmon era um orador, era um orador, mas eu devo a ele, através do livro História da Civilização Brasileira, a visão de uma história que não era apenas uma seqüência de datas, de acontecimentos. Mas uma história interpretativa num quadro mais amplo.

NT - Que era o livro que era lido no curso?

AR - Que era lido no curso. Depois ele publicou a História Social do Brasil em três Volumes que também para mim foi extremamente útil. Porque eu descobri nesse curso que havia uma coisa em que eu me inseria de um gosto que era a História Social. Então daí eu fiquei muito fixado, e esse curso foi muito importante por isso na minha formação.

NT - Quais eram as outras leituras? O senhor tinha falado desde cedo dos romancistas, de Alencar, além da literatura portuguesa que veio do seu pai. Mas em relação a esse perigo do ginásio e essa experiência no museu histórico, quais os livros de autores brasileiros que eram lidos ou por indicação dos professores ou que o grêmio buscava?

AR - Veja, bem, nós estamos.... Sim, eu ia me esquecendo de mencionar a coisa que outro dia.... Uma grande influência, uma figura muito importante, foi Sílvio Júlio. Era professor de Literatura no curso complementar. O Sílvio Júlio é uma figura extraordinária. Era um homem improvisado, um autodidata, conhecia profundamente literatura, era um crítico literário, tem vários livros publicados e tinha uma idéia fixa que era o pan-americanismo. Era um profundo conhecedor de literatura hispano-americana. Correspondia as questões, tanto que naquela época quem é que falava em hispano-americano? Talvez um ou outro argentino e tal, e venezuelano nem pensar. E o Sílvio escreveu um livro, Cérebro e Coração de Bolívar, que me marcou muito, marcou muito que eu percebi a importância da união pan-americana. A peculiaridade das nações hispano-americanas, a diferença da evolução. Havia um livro do Oliveira Lima, todos nós lemos, América portuguesa, América Espanhola, mas o Sílvio falava de tudo isso com uma vibração extraordinária. De modo que ele era não só um professor, mas um líder. Ele liderava, ele entusiasmava os alunos. Ele foi nosso professor durante dois anos, e ficamos amigos. Amigos, e eu e outros colegas meus também freqüentávamos o apartamento dele aqui no Rio. Era uma figura muito curiosa, muito curiosa. Impetuoso, um homem impetuoso, de arrebatamento, não admitia que se dissesse que um autor hispano-americano era uma porcaria, ficava indignado. Para ele, por definição, eram sujeitos geniais. (risos) Isso se passou numa época que eu não tinha a menor idéia de (risos) Gabriel Garcia Márquez. Eram outras figuras, algumas muito válidas, não é? Até hoje, mas não era bem.... Quer dizer, não era a grande revolução que viria depois, da literatura e da poesia. Talvez a poesia já tivesse alguns nomes. Vários. Mas, enfim, o Sílvio - eu ia me esquecendo de mencionar o Sílvio - ficamos muitos amigos até a data do falecimento dele.

NT - ... Um outro professor desde a época do ginásio que lhe influenciou muito? Outros professores foram marcantes além do Sílvio?

AR - Olha, é curioso. Havia um professor – foi bom você lembrar isso, estamos falando em complementar - que era o professor de Filosofia. E era comunista e banqueiro. (risos) Comunista e banqueiro. E era um sujeito excelente. Tinha uma capacidade de comunicação muito grande com os alunos e não fazia proselitismo. E estudava. Isso era extraordinário. Professor que estudava, preparava aula e tal, não chegava lá e.... Sabe? Muito bem. Então ele chegava, abria o seu caderno assim, tinha tudo organizado e tal. Para nós, para o nosso nível, era uma coisa formidável, nos preparou para a Faculdade de Direito para ouvir aqueles nomes na faculdade de direito. Kant, Hegel, Karl Marx, tudo nós vimos depois, eu ouvi em dose dupla na Faculdade de Direito.

NT - Quem foi esse professor?

AR - Letelba Rodrigues de Brito. Que teve um fim misterioso. Ele chega a ser advogado do Prestes, ele era advogado, militante. Era advogado do Prestes e depois ele teve uma missão qualquer no México. Eu acredito que tivesse sido uma missão do partido. E a vida dele mudou. É curioso isso. Por que eu sei disso. Porque ele era muito amigo de um primo meu. Ele freqüentava a casa de um tio meu. Para eu.... Aliás, eu garoto conheci o Letelba. Quando eu estava lá na sala de aula e ele entrou: "É o Letelba. Professor aqui e tal". E eu me dava muito bem com ele e, de repente, ele recebeu uma missão, acho eu, entendi assim, que foi um congresso no México, desapareceu. Desapareceu. Morreu no México. É tudo que se sabe sobre ele. É uma coisa meio estranha....

Fita 2 - Lado A

NT - Bom, vamos retomar então. O senhor estava falando desse professor. Antes o senhor tinha falado da Faculdade de Direito, dos professores que foram marcantes. O senhor estava falando deste professor que foi para México, que era conferista.

MC - E disse que faculdade não foi uma experiência, quer dizer, os professores...

AR - Os professores da Faculdade de Direito não marcaram absolutamente. Não tenho lembrança de nenhum que realmente me marcasse. Havia episódios inclusive absolutamente lamentáveis. Havia um professor, por exemplo, Direito processual – estou dando agora um lado negativo para vocês entenderem que não havia nada talvez marcante nesse clima. Havia um professor de Direito processual, homem já idoso, que vinha para as provas com um ajudante carregando uma ruma de livros dele: “Eles estão a venda”. Vendia o livro dele na hora da prova. E naturalmente estabelecia-se uma diferença. “A resposta para a pergunta tal encontra-se no meu livro nas páginas tais”. E acontecia essa coisa. Era uma coisa espantosa. Hoje: “Ah, professor o senhor está inventando essa história”. Aí o sujeito comprava o livro e já sabia que estava aprovado. Ele anotava o nome e tal. Os outros podiam ser aprovados ou não. Então não era um curso que você entusiasma-se propriamente. Ao contrário, nós, entre nós, o meu grupo, o mesmo grupo que estava fazendo Filosofia e que estava ouvindo aulas de Poirier, Byé, estabelecendo um contraste, (risos) não é? Tinha que estabelecer o contraste. Inclusive na própria Faculdade de Filosofia num dado momento entrou um professor na cadeira de economia, um professor brasileiro que dava aula com o Byé, e que tinha sido Governador de Sergipe, com o estado novo perdeu o cardo e então foi nomeado professor. E metia o pau no Byé. Era uma coisa assim, de uma.... Então, o que nós fazíamos? Deixávamos de ir a aula dele.

MC - Qual era o nome dele, o senhor se lembra?

AR - Cardoso, Gracho Cardoso. Foi governador de Sergipe. Você vai ver na lista de governadores (risos) da República está lá Gracho Cardoso. Como ele se desempenhou em Sergipe eu não sei, ma eles nos davam uma impressão péssima. “Ah, esses franceses vêm para cá contar essas histórias....” e tal. Era uma total falta de conhecimento, sensibilidade a contribuição enorme que aqueles homens estavam trazendo para nós. E um professor, que se intitulava professor fazer um comentário dessa ordem, não é?

MC - Aí aproveitando essa oportunidade se o senhor puder falar um pouco, caracterizar esses professores. O Byé, o Poirier e o Lambert.

AR - Bom, eu já disse alguma coisa.

MC - É, porque como nós queremos tratar desse período.

NT - É porque está na outra fita.

MC - Ah, Desculpa.

JL - O senhor tinha colocado no começo dessa fita que a gente está gravando. Agora é o Oliveira Viana.

A experiência com o professor Oliveira Viana.

NT - Isso.

JL - Que tinha um grupo que freqüentava a casa dele.

AR - Mas veja bem. Não havia nenhum favoritismo dele. Mesmo porque esse grupo não de era alunos deles. Ou se algum tinha sido aluno foi em anos anteriores. Eu quero deixar isso claro. Ele sempre foi um homem de atitudes muito corretas. Porque ninguém conhece essas outras figuras. (risos) Também não quero dizer que todos os outros professores brasileiros da Faculdade de Filosofia eram desse perfil. Não, havia professores muito bons com quem nós estabelecíamos.... Arthur Ramos. O Arthur Ramos foi nosso professor de Antropologia. Eu cheguei a fazer um ano com o Arthur Ramos. Mas ao mesmo tempo havia coisas extraordinárias. O professor de Matemática, título da cadeira: Introdução à Matemática.

NT - Isso na faculdade de Ciências Sociais?

MC - Filosofia.

AR - É no curso de Ciências Sociais. Era o Rocha Lagoa.

MC - Rocha Lagoa lecionava Matemática?!

AR - Sim, senhor. Foi terrível. Foi uma experiência terrível. Porque ele começava nas 4 operações e acabava no cálculo infinitesimal. Aquilo para nós não tinha o menor sentido. Porque a finalidade da cadeira era introdução à Estatística. E, ao mesmo tempo - veja bem a loucura -, nós tínhamos, ao mesmo tempo, Estatística com um ótimo professor que era o Kingston.

MC - Kingston!

AR - Que era um grande estatístico e era um homem que era um bom professor.

MC - Que era o chefe do departamento, Jorge Kingston.

AR - Jorge Kingston. Mas que a nós faltava base Matemática para acompanhar. Tanto que eu adquiri horror à Estatística e a seus assemelhados que depois eu perdi – vou contar a vocês o porquê e como. Mas, enfim, nesta ocasião então eu era amigo do Hilgard Sternberg.

NT - Ele foi seu contemporâneo de faculdade. Não é isso?

AR - Exatamente. E o Sternberg me apresentou a um professor americano chamado Lynn Smith que era naquela época adido agrícola na embaixada americana, mas sociólogo rural. Eu nunca tinha ouvido falar nisso: sociólogo rural.

AR - E o Smith conversou comigo e perguntou se eu me interessaria a estudar nos Estados Unidos com uma bolsa. No meio disto - a minha cronologia agora está um pouco tumultuada, eu peço a paciência

de vocês -, veio a guerra, veio a guerra. Eu fui convocado na primeira leva para a força expedicionária. Aí, isso foi, (rindo) explodiu. (rindo) Aí, que eu estava noivo, ia me casar, tive que adiar plano de casamento. Não sabia quando ia acabar aquele negócio e eu fui convocado. Fui parar num Quartel do 3º RI em São Gonçalo onde eu gramei 6 meses de quartel. Suavizados quando o comandante da companhia descobriu que eu sabia francês. E os manuais militares eram escritos em francês. E estava se introduzindo no exército brasileiro (rindo) arma antitanque - anticarros como se dizia na época. Muito bem, ele tinha os manuais e ele não falava francês. Então, ele me recrutou para trabalhar no gabinete dele traduzindo.... (rindo) Traduzi quilos de manual de carros, anticarros. Bom, isso me dava certas regalias. Bom, eu por exemplo, não era submetido ao avenida, só quando havia um fato excepcional, parada, essas coisa. E ia mais cedo para casa, depois do almoço e tal, eu tinha licença de ir para casa. Bem, acontece que no fim de 6 meses havia um grupo no 3º RI de embaixadores, secretários de embaixada (rindo), advogados, advogados formados e conhecidos. E assim por diante. E esse grupo pressionou o ministro da guerra a criar o CPOR especial e seriam obrigados a se matricular no CPOR - História do Brasil, eu estava dentro - então formados e quinto anistas de Direito. Eu estava ali incluído, era quinto anista de Direito. Então fui matriculado compulsoriamente no curso de oficiais em Niterói. Veja bem meu destino continuou...

NT - Meio vinculado ao exército.

AR - Vinculado ao Exército. Criou-se lá o NPOR, o núcleo. E aí então eu fiz dois anos de NPOR. Eu costumo dizer que eu fui um oficial compulsório, o que é um fato raro de ser obrigado a ser oficial. Aí no NPOR a coisa ficou mais folgada pra mim e eu podia então me dedicar mais às minhas tarefas de ensino no Instituto, no Colégio Brasil em Niterói.

NT - Ah, foi possível conciliar então?

AR - Sim, sim. Porque o NPOR terminava a instrução 10 horas. Às vezes esticava um pouco mais, eu tinha que chegar na hora com a farda do NPOR suja de lama e tal - ou de outras matérias. Nós rastejávamos naqueles campos lá de São Gonçalo (rindo) e tal. Então eu chegava meio.... E os alunos achavam uma graça enorme, gozavam muito. (rindo) Então eu terminei o NPOR. Aí recebi a espada e já estávamos, a nossa turma estava destinada à Itália, no 4º Posto expedicionário. E aí a guerra acabou para desapontamento de muitos. (rindo)
Quer dizer, o meu destino militar mais uma vez se frustrou. (risos)

JL - Terminou o curso então bem em cima, já no finzinho mesmo.

AR - Pois é. Exatamente.

MC - Porque na verdade, o senhor era quinto anista. O senhor terminou a Faculdade de Filosofia e voltou ao Direito?

AR - Eu continuei no Direito, eu não voltei propriamente. Eu tranquei....

NT - (Falam juntos)

JL - O senhor citou o Lafon, que tinha....

AR - O Lafon, não....

MC - Não, o Leitão da Cunha.

AR - Olha aqui, eu terminei Direito em 43, em 43. E interrompi a Faculdade de Filosofia, não voltei mais à Faculdade de Filosofia.

MC - Ah, o senhor trancou. O senhor não voltou?!

AR - Não voltei, não. E aí continuei ensinando.... Aí me casei, me casei nessa conjuntura (rindo) e fui morar em Niterói. (rindo) Por causa do CPOR, porque eu não tinha terminado o CPOR.

NT - Ainda estava fazendo o CPOR quando o senhor se casou?

AR - No intervalo de férias eu me casei e fui morar em Niterói. Porque antes eu acordava às 5 da manhã em Santa Teresa, fazia aquele trajeto, não é? Descia a ladeira e tal, Lapa, Cantareira, barcas. Era um grupo enorme que morava no Rio, e ia fazer lá e tais, diplomatas.... Uma coisa absolutamente extraordinária. São coisas.... E recrutados como soldados rasos, nós não podíamos ser aproveitados lá no nível superior.

MC - O senhor falou.... Queria que você falasse um pouco sobre algumas pessoas que o senhor citou da Faculdade de Filosofia, que o senhor conviveu, foi da turma, como, por exemplo, o caso do Guerreiro Ramos.

AR - De quem eu fui amigo.

MC - Amigo.

AR - É.

MC - Eu queria que o senhor falasse um pouco de Guerreiro Ramos.

AR - Com muito gosto. (riso) Eu fui colega de Guerreiro Ramos, de Costa Pinto, da mesma turma, fui colega de Renné de Carvalho, não é? Que foi depois da Fundação Getúlio Vargas. Fui colega de Ivna Mendes de Moraes, que depois casou, virou escultor. Fui colega de Zacarias. Exatamente.

Quem mais que eu posso lembrar?! Bem, sem falar nos outros cursos com os quais nós tínhamos relação porque estávamos juntos no cafezinho lá nos fundos desse casarão lá do Largo do Machado. Geógrafos. Veja bem que foram trazidos professores notáveis de geografia da França que formaram o primeiro grupo do Conselho Nacional de Geografia, depois IBGE.

Então uma época formidável, sabe?

Apesar da ditadura, apesar das dificuldades, as resistentes. Foi uma época de fermentação intelectual. Eu acho que eu não respondi a sua pergunta sobre as leituras. Era a época da explosão do regionalismo nordestino: Lins do Rego, Jorge Amado, Armando Fontes, Graciliano Ramos.

NT - Eram essas as leituras no campo da literatura. E no campo do ensaísmo?

AR - Era o Sérgio Buarque de Holanda, os paulistas. Não é ainda o grupo da USP que apareceu depois. Sim, e também importante que nessa época veio para o Brasil um homem chamado Donald Pierson que criou a Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo onde pela primeira vez se esboça a formação de um típico profissional de sociólogo e antropólogo, porque as faculdades, estou contando a vocês, apesar da qualidade dos professores, de um Arthur Ramos, do Estevão Pinto, de uma dessas figuras.... Gilberto Freyre: esse aí nunca ensinou. Gilberto Freyre não fez escola, porque entre o Gilberto e a universidade em Pernambuco havia um abismo. Gilberto nunca se deu com a universidade e vice-versa. Então infelizmente Gilberto não transmitiu pela universidade ou através da universidade uma carga de saber, de experiência, que ele podia ter transmitido. É uma tragédia. É um dos aspectos trágicos na história da Sociologia no Brasil.

NT - Agora, voltando até a pergunta do Marcos no início, o senhor falou que se tornou muito amigo do Guerreiro Ramos.

AR - Foi.

NT - E de Costa Pinto também?

AR - Não, ele era mais afastado.

NT - Mais afastado.

AR - O Costa Pinto....

NT - E do Guerreiro já na faculdade?

AR - Na faculdade. Ao Guerreiro eu devo muito, porque o Guerreiro era uma figura absolutamente extraordinária. Guerreiro era um... Ele chegou ao Rio de Janeiro católico, praticante, freqüentador do São Bento.... Freqüentador de comunhão do São Bento. Depois ele foi se afastando da igreja; se afastou da igreja. Ele fez concurso para o DASP. Eu me lembro disso muito bem. Eu fui ao gabinete do Guerreiro e vi uns livros assim, com uma encadernação diferente. Ele me referiu assim: "Esses são livros extraordinários" - que ele era enfático. Ele era enfático. Dotado de um senso de humor extraordinário que muita gente não entendia. Ele dizia, por exemplo: "Eu sou ariano." (risos) Espantos: "Sujeito besta, com essa cor de pele dizer que é ariano?!" (risos) Com absoluta convicção. "Épater les bourgeois". Bem, então eu digo: "Que livros são esses?" Era a escola de Chicago toda, que ele mandava buscar para o DASP, que ele podia mandar buscar o que ele quisesse, porque ele não tinha dinheiro, mas ele mandava buscar esses livros. Ele lia tudo isso. E a tese dele, já no concurso do DASP - porque o DAPS obrigava uma tese naquele tempo - foi uma tese sociológica sobre, se eu não me engano, custo de vida, nível de vida, qualquer coisa assim. Agora não me lembro muito bem, mas era em torno desses temas. Ele já usava o material americano. Bom, na faculdade ele esnobava, ele esnobava um pouco a faculdade, ele freqüentava aquilo. Ele era um pouco cético em relação àquilo tudo.

Ele era muito mais velho que nós, ele era mais velho que nós. Ele já tinha uma formação literária. O Guerreiro, por exemplo, pôs na minha mão uma obra do Rainer Maria Rilke que eu não conhecia. Botou na minha mão na tradução francesa porque ele não lia alemão. Uma tradução admirável aliás. Então a minha comunicação, o meu diálogo com o Guerreiro, era fora do contexto da faculdade e das

Ciências Sociais, era uma coisa mais ampla. Compreendeu? Informadíssimo. Sabia de tudo, conhecia tudo, lia tudo.

NT - E assim nessa época de faculdade, além do ambiente interno das aulas, havia encontro nos cafés. Vocês freqüentavam?

AR - Era o Lamas no Largo do Machado, era o Lamas. Que agora mudou, não é? Mudou de localização, mas continua. É uma coisa admirável a continuidade do Lamas, a sobrevivência do Lamas. Era o nosso ponto de reunião ali, ou então na própria estátua, aquela estátua (rindo) no centro ali do largo para nós conversarmos, nos encontrarmos e conversarmos.

MC - O senhor estava falando que o ponto de contato com o Guerreiro Ramos não se dava na faculdade. E qual era assim....?

AR - Era uma relação pessoal.

MC - Sim, mas como se dava essa relação?

AR - No ministério da Fazenda, onde o DASP era situado, não é? Eu ia lá vê-lo, conversar com ele. Era um dos pontos onde nós nos encontrávamos, mas também na faculdade, também na faculdade.

MC - Quando o senhor também fala que ele esnobava. Que significava isso?

AR - Porque ele tinha uma qualidade intelectual superior e não admitia mediocridade. Então, ele só ouvia notáveis com uma certa agressividade. Então o pessoal tratava com respeito, e eu compreendi aquilo e achava ótimo. (rindo) Achava engraçado e ele naturalmente me achava muito mais engraçado. Ele disse: (rindo) “Olha, esse camarada, esse pixote....” – Porque em relação a ele eu era um pixote. “Pixote veio falar dessas coisas e tal....”

NT - Era uma diferença de quê?

MC - De 5 anos.

AR - Isso mesmo.

MC - Agora o senhor falou assim: “Não, ele falava que era ariano, imagina com essa cor!” Qual era a cor dele?

AR - Mulato. Ele era mulato, mulato carregado. E, enfim, mulato indiscutível, digamos assim. O professor Oliveira Vianna também era. O Oliveira Vianna também era. E é muito curioso isso, defendia teses do arianismo etc... São coisas de Brasil. A gente tem que entrar no Brasil para entender (rindo) essas coisas, não é?

Mas deixa eu dizer. Essa época é fascinante, eu acho que realmente um período formidável.

NT - O Senhor falou assim....

AR - Ele já colaborava em jornais.

NT - Ah é?!

AR - É. Ele era um nome dos mais conhecidos em revista, em jornais, mas nós estávamos aí abotoando, não é?

NT - E ele já fez o concurso para o DASP concomitante à faculdade?

AR - Sim, à faculdade. Exatamente.

NT - E o senhor falou assim: “O Guerreiro Ramos era mais próximo, mas o Costa Pinto era mais afastado”.

AR - Mais afastado. Eu não tinha a menor idéia de como era o Costa Pinto. O Guerreiro não, o Guerreiro estou contanto a vocês.... Nós só nos afastamos quando ele enveredou pela política, e aí foi impossível conviver com o Guerreiro porque as idéias tão discordantes.... E até hoje eu questiono a sinceridade dessa militância política do Guerreiro que depois ele voltou atrás, quando ele foi exilado. Aí retomamos a relação. Quando ele lançou o livro dele sobre administração, ele veio aqui ao Rio para lançar o livro, eu compareci, falei sobre o livro e retomamos a relação, mas pouco depois ele morreu nos Estados Unidos. Eu tenho certeza que nós continuaríamos essa amizade. Pelas qualidades dele, que eu separava muito bem. Está ouvindo? A figura. Porque ele era um homem que representava. Ele tinha algo de ator, ele tinha o gosto de representante. Ele falava às vezes certas coisas pour épater les bourgeois e ele era outra coisa. Figura muito curiosa.

MC - Por exemplo, o senhor se lembra desse contato com Guerreiro Ramos.... O senhor disse que foi por um bom tempo.... desse contato muito importante do teatro experimental do negro com o Abdias.... Não sei, o senhor teve alguma....?

AR - Contato propriamente não. Eu conheci o Abdias depois, mas nunca tive contato como tive com o Guerreiro, não é? Da negritude, aquele negócio da negritude eu não entrei.

MC - Então na religião também não, porque ele era católico.

AR - Não, não, não.

NT - Nessa época o senhor não era....

AR - Não.

NT - Como que era essa questão da religião até esse contexto?

AR - (rindo) Então, eu acho que era interessante aqui nós marcarmos uma ruptura que é quando eu me preparei para a bolsa nos Estados Unidos.

MC - Eu queria fazer uma perguntinha.

AR - Claro!

MC - Que o senhor falou assim: “Ah, o Donald Pierson”. O senhor se lembra, ou ouviu falar, de um curso que o Donald Pierson dá em 42 para o DASP?

AR - Lembro.

MC - O senhor não...?

AR - Não participei.

MC - Mas o senhor se lembra dessa....

AR - Lembro, lembro. Veja bem, aí eu entro num processo de ganhar a vida. Eu estou casado, estou ensinando....

NT - De modo que a atividade profissional nesse momento era lecionar.

AR - E advogar, e advogar. Tive um pequeno escritório de advocacia aqui mesmo nessa rua e....

NT - (risos) Fixar raízes nesse sentido.

AR - Aí eu estou me transferindo para o Rio, apesar de morar em Niterói. Depois meus pais tinham uma casa junto a casa deles. Estava alugada, o inquilino saiu, e aí eu já casado me transferi para Santa Teresa e aí realmente fiquei indefinidamente em Santa Teresa. Só saí quando fui para os Estados Unidos. Mas aí uma coisa interessante que eu preciso mencionar quanto à minha formação.... Associo detalhes aqui pensando em vocês, mas nessa época eu li muito também e li Proust, me lembro que eu li Proust na biblioteca da Faculdade de Filosofia do Largo do Machado. Quando eu comecei a ler Proust, porque Proust você não lê de entrada.... Eu li em várias épocas, em vários momentos até que li a obra toda dele. E que me marcou muito e depois fiquei com mais um outro motivo de admiração pelo Gilberto quando eu encontrei num livro de Gilberto que ele citava Proust como um mestre de Sociologia e dele particularmente: “Já estou em boa companhia”. Que mais eu podia dizer a vocês sobre...? Bom você fez uma pergunta sobre religião. Minha mulher era filha do Jackson de Figueiredo, que foi, vocês sabem, líder católico, uma figura extraordinária, um grande escritor, grande jornalista, colunista. Um homem que infelizmente morreu muito moço e então não produziu a obra que poderia ter produzido. Excepcional as teses, isso era outra coisa, mas talvez há duas obras, dois livros da obra dele que marcam a importância dele. “Algumas reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito”, porque ele foi discípulo de Farias Brito, foi uma coisa que o marcou. Ele era idealista, não é? E quando ele encontrou Farias de Brito, mudou a cabeça.... que esse livro “Algumas reflexões....” Por que esse livro é importante? Porque naquela época o positivismo era a religião oficial. Quem não era positivista não tinha vez. Todos eram positivistas. Há um livro do Juarez sobre positivismo onde está a lista dos senadores, deputados, governadores de estado. Era tudo positivista. Era uma coisa impressionante! Tivesse ou não lido Augusto Comte. (risos). Isso já é um outro problema. Aí é um negócio brasileiro, não é? Mas o positivismo era a moda intelectual. E o Jackson teve a coragem de atacar o positivismo num livro anterior à conversão dele, é curioso isso. Ele atacou a Filosofia positivista e o evolucionismo

que também era outra doutrina firmada, dogmática, na época. Esse livro, para mim, tem uma importância muito grande, um significado muito grande. E o outro é a correspondência com o Alceu Amoroso, que é realmente uma coisa.... É única na história do pensamento brasileiro. É o encontro de duas inteligências de uma forma que raramente se encontra. Temos correspondências de Monteiro Lobato, por exemplo, que..., mas o encontro de duas inteligências que discutem é muito raro na história do nosso pensamento. Essa correspondência eu acho muito importante. Mas, enfim, isso é um desvio.... Enfim, eu conheci Regina, eu não era católica, ela era aluna, ela era da faculdade, estudante, morava também em Santa Tereza.

NT - O senhor não era católico, mas teve uma formação católica na sua família de algum modo?

AR - Não, não, não, não. A uma família era indiferente, não tinha realmente.

NT - Religião não tinha?

AR - Não. Não.

NT - Eu tinha inquietação religiosa, isso é outra coisa. Eu acho que todo jovem tem forma de inquietação religiosa, mas eu não tinha feito escolha, não é?

NT - Não fez primeira comunhão?

AR - Não, não. Primeira comunhão eu fiz no colégio, aquela coisa. Chegou até uma época que eu me senti muito atraído pelo budismo.

NT - Ah, foi?

AR - Eu li muito sobre Budismo na obra de um americano budista chamado (nome1) que foi para o Japão, escritor de livros admiráveis sobre o Japão, sobre o Oriente. Então eu me sentia fortemente atraído pelo Budismo. Eu me lembro o dia que cheguei para o grupo e disse: "Olha, estou encantado com o Budismo!" Quase me bateram, quase me jogaram no mar. (risos) "Maluco!" e tal. Mas enfim, não era indiferente. E Regina nunca me pressionou para me convencer, apenas ela me apresentou a obra do pai dela e ela me apresentava, enfim, as convicções dela, o que ela acreditava, etc..

NT - Ela era filha única?

AR - Não, não.

NT - Não.

AR - O Jackson deixou 4 filhos. E todos falecidos hoje. E ela era a mais velha. Enfim, aí eu entrei, conheci a viúva que era uma senhora admirável, também. Enfim....

NT - Ele morreu muito jovem?

AR - Ele morreu com 30 e poucos anos num acidente de pescaria na Barra da Tijuca. Bem, mas enfim.... E aí eu, levado por Regina, eu comecei a freqüentar o Centro Dom Vital, que tinha sido fundado por ele. Por que eu freqüentava? Porque havia conferências sobre temas que me interessava, temas de Filosofia, de Arte, de Literatura. Quem é que freqüentava o Centro Dom Vital? O Jorge de Lima, Murilo Mendes, o próprio Alceu....

Fita 2 - Lado B

Continuando o depoimento do professor.

AR - Então no Centro Dom Vital eu conheci um médico chamado José Fernando Carneiro, que certamente vocês ouviram falar.

Foi uma figura das mais importantes na história do pensamento brasileiro. Era médico fisiologista, católico, que era profundo conhecedor.... Ele era profundo conhecedor de história da imigração e da colonização no Brasil. Ele tem vários livros sobre isso, mas não chegou a escrever o livro que podia escrever porque ele, além de ser dispersivo, era um homem de uma atividade profissional importantíssima. Ele marcou a clínica fisiológica, primeiro no Rio de Janeiro, depois em Porto Alegre; mas ele criou o centro de doenças pulmonares. Durante a guerra ele foi para a Inglaterra espontaneamente. Meteu-se num navio, na época em que se afundava navio a granel. Ele me descrevia, ele era muito discreto nisso – Ele me contava como é que a noite ele viu o fogo dos navios que estavam sendo afundados pelos alemães e a qualquer momento o navio em que ele ia podia receber um torpedo. Bom, estudou - Estudou não, porque ele já era formado. Praticou num dos melhores hospitais da Inglaterra onde.... - Coincidência extraordinária, vocês vejam o que é o destino - onde morria naquele momento Simone (sobrenome). Simone (sobrenome). Com quem ele não teve nenhum contato, ele soube depois que Simone (sobrenome) estava naquele hospital e ali morreu. Tísica depois das privações da guerra.... (risos a algum comentário inaudível). Bom, mas em suma, Fernando Carneiro, com quem eu passei a ter uma relação fraterna até o fim da vida dele. Era uma inteligência poderosa, era uma inteligência poderosa.

NT - Ele morreu há muito tempo?

AR - Morreu. Já tem uns 3 anos que ele faleceu.

MC - Ele também (inaudível3) de imigração de 1950.

AR - É. Propriamente.

NT - Nós temos um projeto de memória da pesquisa em tuberculose no Brasil e talvez ele tinha sido entrevistado, vou verificar.

AR - Faz isso. Então era um sujeito que conhecia.... Eu ficava admirado: “Como é que você, Fernando, teve tempo de fazer essa pesquisa, de chegar a esses documentos?” Ele tinha uma capacidade de trabalho brutal e era uma inteligência extraordinária, capaz de deslindar problemas.

Bom, tinha uma atividade política muito grande. Ele foi um dos fundadores da UDN, mas não se

inscreveu na UDN, ficou vendo o que ia acontecer com a UDN. Não gostou do que aconteceu. Então ele se inscreveu no Partido Libertador.

E eu, depois: “Mas, ô Fernando, é um partido pequeno”. Ele disse: “Por isso mesmo, porque não há ambições de cargos, etc. e tal. e é um partido de gente séria, de gente honesta”. E me levou para o Partido Libertador. Foi o partido que eu militei na minha vida, foi o Libertador do Pila, do Raul Pila.

MC - Nos primeiros, depois....

AR - Assim, depois mais tarde.... Isso mesmo. Bom, mas o Fernando Carneiro exerceu sobre mim uma influência extraordinária. Eu convivi com o Fernando, eu ia a casa dele a qualquer hora do dia ou da noite. Ele morava no Rio Comprido – perdão, no Cosme Velho - e casou-se com uma senhora inglesa, adotou duas crianças, ele trouxe da Inglaterra duas crianças. (risos) Era uma figura! E um homem de uma imaginação! Não era um chato, para vocês terem uma idéia, não era um erudito chato, ele era homem de imaginação lírica, amicíssimo de Jorge de Lima. Ele levou meu filho mais velho ao Jorge Lima para que ele conhecesse. Porque o meu filho dizia umas coisas lá que ele gostava e dizia: “Você vai dizer essas coisas para um amigo meu.” Levou ele a casa do Jorge Lima. (risos) Coisa admirável! (risos) Porque crianças diz coisas, não é? Diz coisas e entra no imaginário, não é? Muito bem. Mas o Fernando era assim. Aí eu tive uma fase de imigração e colonização. Escrevi sobre isso, participei de congresso. Defendi, no primeiro congresso....

MC - Em Goiás?

AR - Em Goiás.

MC - O senhor esteve nesse congresso?

AR - Sim senhor, sim senhor.

MC - O Guerreiro Ramos estava lá.

AR - Estava lá também. (risos) É isso, mesmo, é verdade.

MC - Em 49.

AR - É isso mesmo.

MC - Em 49.

AR - E havia coisas horrorosas, havia um grupo nitidamente fascista no congresso também, sabe? Eles eram contra a imigração, toda a cúpula oficial da imigração era contra a imigração, outro aspecto interessante do Brasil. Eram militantemente contra imigrantes, criaram dificuldades para o imigrante entrar.

MC - Quem representava esse grupo.?

AR - Era o diretor do Departamento Nacional de Imigração.

MC - O Latour.

AR - O Latour era do Itamaraty, que havia dois grupos, não é? É todo extraordinário o Brasil. E o Getúlio que também era contra a imigração. Porque o Getúlio era do Rio Grande, daquele grupo de estancieiros, não é? Esse grupo era contra o imigrante, italiano, etc... O Getúlio favorecia.... (risos) O Aranha! Aranha.... Nós temos Oswaldo Aranha. É incrível! Eu vi ofícios de Oswaldo Aranha dirigidos aos embaixadores e aos cônsuls proibindo que dessem vistos a passaportes de imigrantes.

MC - Quando o senhor diz assim que o senhor viu visto, foi para pesquisa do senhor?

AR - Não. Da pesquisa do Fernando. Fernando tinha.... Ele me mostrou e ele publicou o texto, transcrição de um desses documentos num livro que ele escreveu com o Artur Neiva.

MC - O Artur Neiva...

AR - É.

MC - O senhor conheceu o Artur Neiva?

AR - Muito! Ele foi da PUC comigo. Trabalhávamos na mesma casa, na Rua Casota que havia na entrada da PUC. E o Neiva era dali. E o Neiva era um dos fundadores da escola de Sociologia do Padre (nome2). Que o padre (nome2) faz as melhores referências ao Neiva no livro de memórias dele. Mas, enfim, o Fernando me mostrou que transcreveu o ofício, ninguém fala nisso, isso é politicamente incorreto, e depois o Aranha se tornou um grande democrata, foi para a ONU, e o Estado de Israel, não é? Ele subscreveu a criação....

MC - Quer dizer, ele já naquele período, no final dos anos 40 já estava mostrando para o senhor esses documentos que limitaram a vinda de imigrantes?

AR - Exatamente. Quer dizer, isso não é um segredo de estado.

MC - É um capítulo interessante para a gente explorar.

AR - Eu participei.... Eu me empenhei de tal maneira nessa história de migração e colonização, que eu cheguei a colaborar com o grupo encarregado de redigir a lei de imigração e colonização no tempo do Dutra.

NT - Porque teve uma comissão no final dos anos 30, que foi liderada por Oliveira Vianna.

AR - Exatamente.

NT - E eu pelo menos conheço pouco esse trabalho da década de 50.

MC - Isso é fundamental. (risos)

AR - Bom, em função da minha amizade com o Fernando e de tudo que eu absorvi do Fernando a respeito de imigração e colonização. A tal ponto que eu, a pedido da Unesco, participei do primeiro congresso internacional de Sociologia com uma tese sobre.... Depois da guerra, primeiro congresso.

MC - O Senhor participou do congresso?

AR - Estive, estive. Em Zurique.

MC - O Arthur Ramos estava lá?

AR - Não. Que eu me lembre não. Não me lembro de Arthur, pode ser....

MC - Porque se cria.... O congresso.... Foi criada a associação internacional de Sociologia nesse congresso.

AR - Sim. Exatamente. Mas eu não me lembro de Arthur Ramos nesse congresso. E eu apresentei um trabalho sobre imigração italiana. E o Fernando fez um trabalho sobre imigração alemã.

MC - Você não achou na revista Sociologia?

NT - Não. Considerando a sua inserção pelo lado da imigração que é tão importante, queria que o senhor falasse um pouco como foi essa pesquisa que deu origem ao trabalho e que colônia italiana que o senhor estudou.

AR - Não foi pesquisa de campo.

NT - Não foi pesquisa de campo.

AR - Porque a Unesco não queria pesquisa de campo, deu o prazo e todas as condições. Eu fiz uma pesquisa bibliográfica e me enfronhei em imigração italiana. Hoje eu não sei mais nada, mas....

NT - Quais eram assim os principais trabalhos, as fontes secundárias que o senhor....

AR - Na Biblioteca nacional, há coleções de jornais italianos.

NT - Ah, o senhor trabalhou com fontes de imprensa!

AR - Trabalhei. É. Trabalhei com jornais italianos. E depois fui desviado para outros assuntos, infelizmente.

NT - Então foi só nesse período?

AR - Foi só nesse período. Bom, e aí, só para fechar isso, foi que me abriu a cabeça para o programa da reforma agrária, que foi por aí que eu entrei no programa da reforma agrária.

NT - Que vamos retomar depois.

MC - Eu queria pegar dois aspectos aí. Primeiro o senhor disse que participou de uma comissão no governo Dutra para redigir....

AR - Para redigir a legislação sobre migração e colonização.

MC - O senhor não quer falar um pouco sobre isso, sobre essa comissão, sobre o trabalho que foi feito.

AR - Eu acho que isso ia nos desviar um pouco. Nós podemos depois voltar a isso. Porque aí nós perderíamos o fio da história. (risos) Não é? Porque sobre isto eu tinha mais coisas a dizer. Não vou me afastar do tema, entendeu? É que se eu fosse falar agora sobre esse grupo e tal isso aí já ia nos desviar. Eu prefiro continuar nessa linha e voltaremos a isso, você pode me cobrar. Então eu queria voltar à relação.... Eu sabia coisas porque o Fernando tinha posto na minha mão a documentação, ele tinha me transmitido uma visão do problema que até então eu desconhecia. E, acontece que vi então, recebi a bolsa e fui estudar com Lynn Smith. Eu costumo dizer que eu não fui estudar nos Estados Unidos, eu fui estudar com Lynn Smith. Por quê? Porque o Lynn Smith era um profundo conhecedor do Brasil, e especialmente o Brasil rural. Ele era um conhecedor não só da bibliografia, mas ele era um conhecedor por ter ido ao campo em várias regiões do Brasil e usava técnicas de pesquisa de campo.

NT - O senhor o conheceu no Brasil?

AR - No Brasil. Numa das vindas dele para o Brasil. Apresentado por Hilgard Sternberg. Foi Hilgard que me apresentou a ele. Porque Hilgard tinha recebido uma bolsa para geografia na Luisiana. E é natural, era brasileiro; o Lynn Smith, falando sobre o Brasil, houve uma aproximação e eles fizeram grande amizade. Tanto que o Hilgard tinha uma certa autoridade com o Smith. Disse: “Olha, tem um rapaz aí interessado em Sociologia....” Então me apresentou ao Lynn Smith. Então eu fui para lá para estudar. E como eu já tinha diploma de Direito, eu fui fazer o mestrado. Naquela época ninguém fazia doutorado. Só o sujeito que tinha recursos, que não tinha nada para fazer ou que queria fazer carreira acadêmica nos Estados Unidos. Ninguém praticamente fazia o doutorado. Era tudo mestrado e ia tocando a vida, não é? Então eu fui fazer o mestrado, mas com a perspectiva depois de fazer o doutorado. Bom, acontece o seguinte, cheguei lá na Luisiana, depois da Guerra, peguei a fase que o governo americano estava financiando os veteranos pra completarem os seus cursos – idéia genial, idéia de estadista, não é? Botou todo mundo na universidade para trabalhar, estudar, completar a carreira. Então as universidades seguiram a prática com um problema de super povoamento. Tiveram que improvisar equipamentos. E havia veteranos casados, havia solteiros.... Eu cheguei lá sozinho porque a minha bolsa não permitia que eu levasse a minha mulher.

NT - Então ela ficou?

AR - Ela ficou na expectativa d`eu puder levá-la. O Smith tinha me acenado para a possibilidade de me arranjar um trabalho remunerado. Basta dizer a vocês que a minha bolsa era de 70 dólares. (risos) Uma bolsa de 70 dólares mensais. Bom, eu tinha que zelar muito pela minha economia. (risos) Eu fui morar então num quarto, num estádio. Era um grande estádio porque a Luisiana, Luisiana state, era uma universidade de ponta no futebol americano. Então eu fui morar num quarto com 3 americanos. O meu inglês era um inglês acadêmico que eu aprendi com a genial professor chamada Ms. Hall que

foi professora de todos os diplomatas brasileiros, e ela era professora da faculdade. Depois o governo brasileiro deu um pontapé nessa senhora, tratou-a muito mal. Coisas que acontecem. Muito bem, mas eu falava inglês de Cambridge, mal. (risos). Mas o meu...

NT - A formação...

AR - (risos) É. Bom, mas eu cheguei lá não entendia rigorosamente nada do que me diziam. No trem que me levou de manhã, o sujeito me ofereceu um negócio, que eu não sabia direito o que era, pensei que fosse um refrigerante, era um suco de tomate detestável! (risos) Bom, então eu chegava na aula, eu digo: “Tô perdido...” E com o Lynn Smith eu conversava (rindo). Num certo nível, eu os entendia e eles me entendiam.

Então eu tive uma fase de adaptação. Com esses três estudantes americanos eu entrei no inglês. Ai quebrei o gelo. Bom, eram dois estudantes graduados, um de engenharia e outro medicina e um rapaz, um calouro, rapazola.... de modo que eu tinha várias visões assim. E aí eu comecei a entender a sociedade americana.

NT - Estamos no ano de...?

AR - Estamos em 48, 49. Aí o Lynn Smith me arrumou um trabalho no Departamento, no Instituto de Estudo de população. E fui parar num negócio que eu jamais imaginei que eu pudesse fazer: que é o estudo de população, ou seja, estatística, manipular estatísticas demográficas. Uma das disciplinas era demografia. Eu digo “To perdido”. Aqui... Acontece que a minha tese de mestrado foi sobre a população fluminense. Eu me tornei demógrafo. (risos) Então a minha tese foi sobre população, foi análise de dados.... Carga, evidentemente, de interpretação sociológica.

Bom, e aí.... Claro, não era só demografia, era Sociologia rural, dada por Smith que já era uma grande autoridade nos Estados Unidos sobre Sociologia rural.

NT - Como era esse sistema do mestrado? Havia muitas disciplinas, poucas, como que era?

AR - Não, havia muitas disciplinas, você tinha uma carga, você precisava de uma carga de créditos muito grande. Você precisava de uma gama de disciplinas que me deu logo uma idéia da interdisciplinaridade. Eu aprendi isso logo. Havia uma troca. E eu tive a lição da universidade americana. Eu não sei até que ponto a universidade americana continua a ser o que era nos anos 40 e 50. Mas, para mim, foi uma verdadeira revelação. E não exatamente pelas coisas que costumam dizer aqui. Algumas coisas aparentemente sem importância. A instituição do paper. Você não faz nada sem escrever um paper. Você não consegue nota nenhuma sem apresentar o paper. Bom, a leitura, a carga de leitura: você passa mais tempo na biblioteca do que na sala de aula. Isso para mim era uma coisa extraordinária. O seminário, que não é o seminário que nós praticamos aqui: “Olha, mês que vem...” Lá vivem em estado de seminário. Você prepara o paper para apresentar no seminário. Você na sua vida acadêmica você tem que participar do seminário com outras disciplinas. De modo que esse negócio que falam tanto, interdisciplinaridade, e tal, não é uma criação imposta de cima, é uma coisa espontânea que veio de baixo, não é? E principalmente a ética. A ética que foi uma coisa.... Quer dizer, você não pode copiar o sujeito sem citá-lo no trabalho; você não pode transcrever porque você tem que citar um ator. Colar não se fala. Colar é um negócio... Você chega numa prova final, o professor lhe dá....

NT - O sistema de trabalho é de paper e de prova?

AR - de Paper e prova. Então te dá uma prova e diz assim “Você me traz isso depois. Vai fazer isso aonde você quiser”. Porque o que se quer ver é a sua capacidade de organizar idéias. Não é de saber um detalhezinho, que você olha num livro, decora.... Não. É articular, compor um ensaio. A idéia é um ensaio. O “paper” tem que acabar, resultar num ensaio. Você está entendendo, Marcos? Então essas coisas para mim foram absolutamente reveladoras, extraordinárias e eu fiquei então dois anos na universidade. Então depois a minha mulher conseguiu os vencimentos que eu recebia no Instituto de Educação, porque não queriam me dar absolutamente. (risos) “Vai para os Estados Unidos passear e tal, não tem Direito a levar vencimentos não”. Aí ela conseguiu meus vencimentos, que eram extraordinários, 800 reais por mês. Na época era outra moeda, era o cruzeiro.... (risos)

Então ela conseguiu isto e com isto eu pude levá-la com o meu filho mais velho que já tinha um ano de idade. Então ficaram comigo. E isso aí eu teria muita coisa para contar, mas seria muito extenso. Mas enfim, meus colegas passaram a ser depois diretores de departamento em outras universidades e, havia também o sistema de permitir que o aluno fizesse um curso fora da universidade, em outra universidade. Havia o sistema de trazer professor, e sobre isso também é interessante. Eu fui aluno de Ogborn. Por quê? Que era um homem de Chicago; veio dar um curso sobre tecnologia, era a especialidade dele. Ele tinha já na época um livro intitulado “Efeitos Sociais do Automóvel”. E logo em seguida ele publicou os “Efeitos Sociais do Avião”. Ele era um especialista disso, da análise dos efeitos da tecnologia. Não é brincadeira, não. Então Ogborn veio de Chicago... Eu tinha um professor de teoria social que tinha se formado na França, na Sorbonne. Americano. Era um veterano de guerra, ficou cego na guerra, vinha dar aula com um cachorro, um cão policial orientando ele. Era um homem extraordinário. Extraordinário como pessoa, não é? Como é que ele lia? Ele ouvia, tinha uma pessoa que passava o dia inteiro lendo para ele. Gravava.... Ditava! (risos) Era uma coisa! Bom, quem mais foi meu professor lá? Sim, aí um dia o Lynn Smith me chamou porque ele era o meu “major adviser”.... E disse: “Bom, Rios, você tem que.... ter um curso em estatística....” (risos) Eu digo “Nossa Senhora, vai ser a minha derrota”. Eu disse: “Mas, professor, mas você sabe que matemática comigo....” “Rios, você não está aqui....” Tive um curso de estatística admirável com um professor admirável, que acabou com esse negócio do Rio, acabou. Pronto, eu fiz o curso, estava eu fazendo tabela, tirando médias, e tal. Porque não era o negócio de cálculo infinitesimal, que é uma loucura. Nós não íamos ser engenheiros, não é. E o nosso Lagoa nos dava um curso para engenharia.... Matemática e tal.... Não, era um curso instrumental, estatística para pesquisador, para sociólogo. Podia ser até que esse curso fosse deficiente, não era um curso completo, tinha limitações, mas era o essencial para você aprender a interpretar uma tabela, fazer uma tabela, não é?

NT - E como era assim a orientação para a pesquisa nesse curso? Em termos de..... demandava para os alunos projeto de pesquisa, como era?

AR - Não, não aluno. Olha, o departamento recebia contratos de pesquisa, e aí trazia os alunos para participar naquele projeto.

NT - Por intermédio do orientador?

AR - Por intermédio do orientador.

MC - Antropologia?

AR - Também eu tinha. Quem era o meu professor?! Não devia ser muito importante. Psicologia social. O Smith me obrigou a fazer um curso de psicologia no departamento de psicologia. Mas a comunicação, entende, era simples. O “major” fazia um bilhete assim: “Fulano de tal é aluno desse departamento e precisa de um curso tal assim, assim”. “Entregue isso ao chefe do departamento lá”. Então entregavam ao chefe do departamento: “Pois não, o curso começa dia tal assim, assim, o senhor esteja na sala tal”. E aí, com o mínimo de burocracia. (risos) E aí eu fiz o curso de psicologia e eu até hoje tenho gosto da Psicologia Social. Andei fazendo coisa, muita coisa nesse campo, aqui sobre assuntos brasileiros. Antropologia, só para completar esse ponto – Antropologia eu assimilei muito mais no contato com o grande professor brasileiro, Emílio Willems.

NT - Mas o contato que o senhor fez lá nos Estados Unidos?

AR - Lá. Porque eu conhecia o Willems de livros, de nome, mas não conhecia pessoalmente, e nós nos encontramos na Universidade de Vanderbilt.

MC - Mas isso....

AR - Depois. Onde eu fui ensinar e ele....

MC - Ele já era professor.

AR - Era professor. E com ele aconteceu uma coisa absolutamente extraordinária. (risos) Ele tinha um contrato onde ele estava, terminou o contrato - Nós tínhamos contatos diários. Olha, eu só conheci uma pessoa que conhecesse tanto imigração alemã do que o Willems, que era o Fernando Carneiro. Não é? Que era o Fernando Carneiro, que não era professor de antropologia sem se considerava antropólogo, mas o Willems conhecia muito. E eu tinha contato diário com ele, tivemos muito boa amizade. Bom acabou o contrato com ele. Ele veio e voltou a São Paulo, tinha acabado a cadeira dele. Não tinha cadeira para ele ensinar, não tinha nada. Estava na rua. Você já imaginou um negócio desse? Ele já era um nome, ele não era um principiante! Na rua, Marcos! Aí um dia chegou, até ele fez uma carta para a universidade. “Eu estou em disponibilidade, se tiver um lugar...” “Venha imediatamente”. Ele foi aprovado, voltou e naturalizou-se americano, e nós perdemos (rindo) o grande antropólogo que era do grupo do Pierson.

MC - Sim, porque ele nessa época estava na Escola da Sociologia Política, mas eu acho que também estava na USP.

AR - Na USP.

El: Ele estava nos dois.

AR - Exato.

NT - E ele perdeu a....

AR - Na USP.

MC - E a Escola de Sociologia estava em decadência....

AR - É isso mesmo.

MC - Não é isso?

AR - É.

NT - Mas o seu contato além da amizade que ocorreu, também se dava profissionalmente em toda essa discussão da imigração, do estudo.....?

AR - Também, claro. Nós tínhamos interesses comuns, não é?

NT - Quer dizer, o senhor teve esse interesse de pesquisa desde meados dos anos 40 até 1950.

AR - Exatamente. Porque aí depois eu volto ao Brasil, não é?

MC - Eu queria fazer uma pergunta para o senhor que tem a ver com esse período da faculdade da Luisiana. O que era a Luisiana naquele momento do pós-guerra, que lugar era esse?

AR - (risos) Olha só! (risos) Primeiro, nós estamos antes de Luther King, não é? Então, cisão absoluta, brancos e pretos, mas relacionamento bom. Havia um bom relacionamento entre pretos e brancos, vamos dizer, melhor do que no Norte, porque eu fui encontrar no Norte o que já era um relacionamento hostil. No Sul não, no sul tratavam-se um preto e um branco... se tratavam com naturalidade, como nós. A paisagem era o Nordeste. Era cana, algodão e casa grande. Era “Casa grande e Senzala” que eu fui reencontrar na Luisiana, que eu conhecia do nordeste brasileiro.

Bom, aí lá na universidade, eu preocupado com imigração, eu já queria saber coisas sobre a imigração dos confederados americanos, sulistas para o Brasil, no tempo do império. E aí encontrei um diário - fazendo pesquisa na biblioteca - encontrei um diário de um sulista que esteve no Brasil e veio ao Brasil como olheiro (risos) do grupo para identificar as terras...

Fita 3 – Lado A

JR - ... de modo que havia uma separação muito grande entre negros e brancos e até nós brasileiros. Na Luisiana havia um grupo de brasileiros, eu diria, que quando saí de lá, não chegava a 15 brasileiros, um grupo [compacto], constituído com dois subgrupos, que me permitiram observações sociológicas, um de São Paulo e outro de Pernambuco. Por quê? Porque eram filhos de usineiros que queriam estudar engenharia de açúcar lá em Luisiana. Era uma das especialidades da universidade. Então, era muito curioso: chegavam lá, a primeira coisa que faziam, era passar um telegrama para casa pedindo ao pai que mandasse o dinheiro para eles comprarem automóvel, carro, isso era fundamental. Eu achava engraçado aquilo, porque eu andava a pé, era um proletário. Eu só fui ter carro muito depois quando um amigo meu resolver importar um carro, e na época - essas leis sábias do governo -, era preciso que o carro tivesse sido usado lá durante algum tempo. Hoje em dia a gente achava graça disso. Então o

sujeito me mandou o dinheiro para comprar um carro e com autorização de usar o carro, o carro precisava ter sido usado para poder entrar. E com isso eu conheci todo o sul dos Estados Unidos. No fim de semana saía eu com minha mulher, meu filho, um colega tal, para conhecer o Golfo do México, aquela região do Golfo do México e conheci aquilo tudo, onde hoje houve o tsunami, eu conheço aquilo tudo.

NT - E como brasileiro, o senhor sentiu no ambiente acadêmico algum preconceito por parte dos professores, ou de colegas? Seja pela dificuldade da língua, seja pelos estereótipos?

AR - Eu vou contar a você o seguinte, era uma coisa tão natural para eles, que eles não mencionavam, eles tinham perdido o senso crítico, entendeu? Para eles era natural, por exemplo, que o branco tivesse um banheiro e o homem de cor tivesse outro banheiro. Era um fato natural. Um dia numa prova, o professor fez um teste, aquele teste: sim, não e tal, e perguntou o seguinte: qual a possibilidade de sucesso num casamento entre pessoas de raças diferentes? Eu aqui respondi: o sucesso era perfeito. O homem marcou errado e reduziu a nota. Eu peguei aquilo ali: “Meu amigo, professor, como é que é esse negócio?” “Não pode, casamento de pessoas de raças diferentes não dá certo”. “Como não dá certo?! No Brasil, estou cansado de ver português com preto, alemão com preto”. Aí ficou meio escabreado, o seu colega aqui de departamento, o professor Lynn Smith sabe disso. Lynn Smith era o chefe de departamento, de modo que não ia lá contestar o mestre. Então eu vou lhe dar outra pergunta, tal, mas ele não deu o braço a torcer. Veja bem, era um professor de Sociologia!

NT - O senhor nem lembra o nome?

AR - Não. Não era dos mais destacados. Professor de sociologia, você veja, isso é expressivo. E a igreja, por exemplo. Eu ia a igreja lá. Comecei a frequentar a igreja, nessa época. Eu ia a missa nos domingos. Minha mulher ia a missa e eu ia a missa com ela. Um dia eu peguei o padre e falei: “Padre, não vejo nenhum preto aqui na sua igreja”. Ele disse: “Sim, o dia que entrar um preto aqui na minha igreja, os outros paroquianos imediatamente abandonam a igreja. As famílias tiram os filhos daqui da igreja”. “Então o que se pode fazer?” “É difícil e tal”. Você viver numa estrutura de discriminação racial... Quem fala em discriminação racial... É uma besteira, não tem o menor sentido, você tem predileções raciais, mas não é discriminação. Discriminação é outra coisa, é uma estrutura. Você entra na estrutura e incorpora aquele negócio. Outra história que vou lhe contar ainda a respeito. Havia um ônibus que circulava no campus - a universidade é grande. Circulava um ônibus ali, ia para a cidade, depois para Baton Rouge, universidade fica perto de Baton Rouge, capital do estado. Então, no ônibus havia uma tabuinha “whites only”. Os brancos iam entrando, tiravam a tabuinha e enfiavam no banco, e os pretos iam recuando para o fundo do ônibus. Até que não sobrava lugar para preto e ficavam no meio da rua esperando outro ônibus. Nós ficávamos loucos com aquilo, então fazíamos uma molecagem. Nós nos levantávamos para ceder lugar para as pretas que chegavam com trouxa de roupa e tal. A preta ficava assustada. Isso deu um bode. O Jimmy, encarregado dos estudantes latino-americanos, me chamou, porque eu assumi, depois de um certo tempo, por ser um estudante graduado, eu era uma espécie de líder forçado dos latino-americanos. Então ele disse: “O que está acontecendo? Recebo queixas da empresa, da polícia sobre estudantes latino-americanos...” Eu disse: “O que o senhor quer? No Brasil, nós temos esse hábito de ceder o lugar para as senhoras”. (risos) Você quer ver um outro choque de padrões? Chegavam lá estudantes, às vezes sem nenhuma experiência de universidade americana, que iam fazer um cursinho produção, e aí então aprendiam inglês, aprendiam a história americana, a constituição, noções, e eram encaminhados às suas faculdades. Então apareciam lá uns

brasileiros muito chucros. Um dia apareceu um pernambucano lá. Os outros levavam os estudantes para me apresentar. “Olha, tem que conhecer o Rios. O Rios é que conhece tudo aqui, se dá com as autoridades, qualquer coisa é com o Rios”. Uma vez chegou um cara lá, eu digo: “Você é de Pernambuco, boa família - boa família no sentido de donos de usina e tal. Como é, você está gostando?” “Ah, estou gostando sim, só achei esquisito, sabe, fui ver como era o dormitório das moças, e quando estou lá batendo papo com as meninas, veio a diretora lá e me botou para fora, eu não entendi nada”. “Espera aí, deixa eu entender. Você estava onde?” “Eu estava no dormitório das moças. Como você...” “Eu fui subindo, achei engraçado aquilo, as moças lá e tal...” “Você está correndo o risco de ser expulso, ser devolvido imediatamente ao Brasil, porque isto aí é uma falta gravíssima”. “Mas o que...?” Esse é um fato. Outra muito mais engraçada. Bateu lá um rapaz que era de uma família muito conhecida aqui do Rio. Cursava engenharia, a família tinha firma de Engenharia. Muito engraçado, loiro, um rapaz simpático, vivia carregando livros de baixo do braço. E ele entrou nesse curso de iniciação na vida americana. Um dia sou chamado pelo Jimmy: “Ô Rios, nós estamos com um problema”. “O que é professor?” “Os latino-americanos não têm muita idéia dos nossos padrões aqui, então uns professores estão se queixando que os latino-americanos, também brasileiros, os brasileiros estão colando. Isso não se admite aqui”. Eu, sério, fiz uma cara séria. “Eu sei perfeitamente, o senhor não precisa me explicar isso”. “Você quer dar uma palavra a eles, explicar direito que aqui o negócio é diferente”. “Deixa comigo”. Aí reuni a moçada numa sala, e usando uma linguagem veemente eu disse: “Vocês vão barrar de volta antes que vocês respirem. Isso é gravíssimo e tal...”. Muito bem. Esse rapaz estava no grupo: “Que coisa, esses latinos e tal.” “Como? Você também, você está aqui.” “Não, mas esses cubanos...” - tinha muito cubano naquela época. Dias depois, eu estou atravessando o campus, encontro esse rapaz: “Como vai?” “Estou bem, tal.” “Como vai o curso lá?” Ele disse: “Estou indignado”. “Por quê?” “Depois daquilo que você disse, daquela conversa que você teve, você sabe que aqueles cubanos, mexicanos continuam colando?” Eu digo: “Mas eu estou satisfeito. Pelo menos, você se compenetro, estou orgulhosos disso”. “Mas claro, eu vou lá colar, eu levo na manga.” Incurável, incurável. Você veja o que é o traço cultural. Olha aí, não é. Impregnou, pronto.

NT - Ele buscou driblar, não é.

“Os caras.... abrir livro, tal, é uma vergonha, eu não...”. Aliás, outro dia eu vi um filme francês descrevendo o processo de cola na França. Vi no canal 5, canal francês. Os mais engenhosos... Inclusive uma moça que pegou um bebê e escreveu tudo no traseiro do bebê e levou o bebê lá. Quando vinha a pergunta, ela tirava as fraldas do bebê e... Um pouco piada, mas engraçado. Mas enfim, voltando ao problema racial. Quando eu voltei lá, como eu conheci lá na Flórida, já o clima era diferente. Já havia Luther King, já havia passeatas organizadas, piquetes na frente das lojas que faziam discriminação. De modo que eu vi a transição, de professores e estudantes, professores da universidade. Foi um negócio, realmente, a mudança... No Sul foi um impacto, foi um choque. Não sei se vocês souberam.

NT - Estava muito consolidado e naturalizado.

AR - Exatamente. Não sei se vocês se lembram de uma fotografia: crianças entrando numa escola - tinha sido [des]segregada -, e as pessoas cuspiando nas crianças, coisa terrível. A polícia ali, não podia impedir que as crianças entrassem. Mulheres cuspiando nas crianças. Não é possível, realmente uma coisa... Para nós brasileiros é uma coisa incompreensível, inaceitável. Eu vivi isso lá. Agora, relacionamento, perfeito. Os porteiros, os empregados. Outro episódio. Eu estou tomando o tempo de vocês? Outro episódio, um dia eu sou chamado pelo Jimmy: “Professor aconteceu uma coisa aqui incrível. Matriculou-se uma brasileira pelo correio e quando chegou aqui, nós vimos que...”. Aí o

problema era mais grave, não era só um problema racial. Essa criatura circulava ali na Praça Mauá e foi levada por um marinheiro americano que resolveu patrociná-la, matriculá-la pelo correio. “E ela não tem comportamento...” Ai o negócio realmente era complicadíssimo. Ela estava num dormitório de moças e as moças estão chocadas. Aí recambio-se a moça, pagou-se a passagem de volta dela. Um outro caso que me lembro foi de um americano que fez a matrícula pelo correio. Quando chegou verificou-se que era de cor. “Não pode”. “Não pode? Estou matriculado. É um direito que eu tenho.” Foi para os tribunais. A sentença, extraordinária. O tribunal deu razão à universidade em recusar o estudante, mas obrigou o governo do estado a abrir uma universidade só para pretos. Sentença judicial. Porque o preto tem direito à educação. Você vê os problemas que a situação causava. De modo que, apesar de tudo, eu tenho enorme admiração pelo John Kennedy. Eu acho que o Kennedy, Luther King, essa turma, podem ter feito o diabo de errado em muita coisa, mas isto realmente eles fizeram. Os Estados Unidos devem isso a eles. Mas que há um racismo e é um racismo baseado ou misturado com fundamentalismo, curioso isso. Baseado nas igrejas protestantes.

MC - Eu tenho a impressão que o senhor viveu numa região que a Ku Klux Klan...

AR - Ela não era forte na Louisiana, era mais forte no Tennessee, no Alabama, aí era o grande núcleo deles.

NT - Vou propor que nós continuemos vendo um pouco como os Estados Unidos inclusive, não só com esse tema racial, o que a gente ainda puder explorar, mas também com a sua tese, tudo, no nosso próximo encontro. Nem falamos muito da sua dissertação.

AR - Eu acho que a dissertação... (interrupção)

NT - Entrevista com o Dr. José Arthur Rios, dia 19 de julho, é o segundo depoimento que estamos registrando que estamos registrando com o professor Rios.

NT - Como nós tínhamos comentado com o senhor, houve um problema na gravação, da parte que foi tão interessante do senhor nos contando sobre os professores da faculdade de Direito que o senhor cursou em Niterói. Gostaríamos que o senhor retomasse um pouco e nos falasse dos professores, especificamente de Oliveira Vianna.

AR - Realmente, me lembro que os professores da faculdade de Direito eram advogados, exerciam a profissão no Rio de Janeiro muitos deles, a maioria diria. Alguns eram juristas conhecidos e entre eles estava Oliveira Vianna, que eu até então só conhecia de livro.

NT - Que livro dele o senhor tinha lido?

AR - Evolução do povo brasileiro e Populações meridionais. Oliveira Vianna não se distinguia como professor. Ele vinha, dava aula e se retirava. A aula dele era fria, objetiva, não dava ensejo a pergunta, não mantinha contato com os estudantes, de modo que a minha recordação dele como professor - curioso isso - é um pouco negativa. Havia em torno dele uma aura também pouco simpática porque ele era tido como um dos doutrinários do Estado Novo. Na realidade, ele tinha sido o autor principal da legislação trabalhista. E era conhecido pelas suas idéias simpatizantes aos regimes autoritários. Na época se confundia muito com o nazismo e fascismo, que pelo ensejo, anos mais tarde, ele desmentisse

isso de uma forma absolutamente clara. Durante a guerra ele escreveu artigos veementes contra o nazismo, num momento em que as simpatias do governo pendiam para a Alemanha. Mas enfim, Oliveira Vianna era uma figura, assim, curiosa. Era um homem muito introverso. Ele tinha um grupo de amigos que ele reunia em casa, oferecia jantares em casa, esse grupo de cinco ou seis amigos, geralmente, eram de Niterói. Entre eles haviam alguns alunos da faculdade, até colegas meus, que eram muito ligados a ele - não só diretamente pela obra dele, como por se considerarem discípulos de Alberto Torres. E Oliveira tinha Alberto Torres em alta conta. Não posso dizer que ele fosse discípulo de Alberto Torres, mas tinha Alberto Torres em alta conta, escreveu sobre ele com simpatia. Então esse grupo se reunia em casa de Oliveira Vianna, não sei se regularmente.

NT - E nas aulas dele, Alberto Torres era um intelectual presente?

AR - Não. Não porque o problema dele era Direito Trabalhista. Ele versava exclusivamente sobre Direito Trabalhista, e até, na época, não se suspeitava a erudição de Oliveira Vianna em matéria de Direito estrangeiro, Direito civil. Aliás, eu tenho impressão, que na época, a orientação dele era mais para o Direito francês e italiano. Mais tarde é que ele assimilou o Direito anglo-saxônico, inglês e americano. Porque aparece no livro dele. Sobre instituições, que é uma grande obra, pouco citada. A atenção se concentra geralmente na obra histórica de História Social e menos nesse livro da maturidade que é muito importante, porque é de certa maneira uma conversão de Oliveira Vianna às democráticas anglo-saxônicas. Ele absolve toda a literatura jurídica e sociológica e antropológica americana, que é um feito extraordinário na idade dele, e mostra uma total divergência do direito autoritário, que até então ele cultivava.

NT - O senhor fala principalmente da idéia, da importância dos costumes, das tradições, é esse aspecto?

AR - Exatamente. Ele passa... é um corpo de Sociologia do Direito, e ele passa a valorizar o Direito Costumeiro, que na época era uma coisa inteiramente nova, ninguém falava em Direito Costumeiro no Brasil. O Direito era formal, era o Direito institucional, formal. De modo que era realmente um fato novo na literatura, naquela época. E ele abriu uma pista, que infelizmente, não foi trilhada, foi abandonada. Os juristas continuaram a praticar no Direito Positivo, o Direito formal, o Direito do código, quando ele, justamente, insistia na necessidade do Direito fora do Código, do Direito Costumeiro, Social, no sentido de costume e isso foi pouco praticado. Engraçado, apenas um ou outro folclorista é que se dedicou ao estudo dos Costumes, mas não os juristas. Os juristas não deram maior importância a essa pista que ele abriu. Ao meu ver com grave prejuízo para o Direito.

NT - Mas não era isso que estava em pauta no período que ele foi docente, ele ainda não tinha...?

AR - Não, não, de modo nenhum. Ele fazia uma outra referência no próprio livro. Ele faz referência ao Direito Trabalhista Costumeiro. Ou seja, as formas de convenção trabalhista baseada no costume e não na regra jurídica positiva. É isso aí.

MC - Eu gostaria que o senhor falasse um pouco desse ciclo de pessoas que freqüentavam a casa de Oliveira Vianna.

AR - Falarei dos que eu conheci. Eu me lembro do jurista Geraldo Bezerra de Menezes, depois fez uma carreira brilhante na Magistratura, e que era nosso contemporâneo na faculdade, porque já estava

praticamente se formando no quinto ano quando nós ingressamos. Vou me referir também a Dayl de Almeida, jornalista, bom orador e José Augusto Câmara Torres, que militou muito na política fluminense, católico. Dayl também. Esses dois ingressaram no Integralismo. O Geraldo Bezerra de Menezes, não; não tinha maior simpatia pelo integralismo. E Anselmo Nogueira Macieira, jornalista, depois meu colega no Senado, assessor legislativo e bom jornalista, bom escritor, infelizmente não deixou obra marcante. Esses são os nomes que lembro que freqüentavam a casa de Oliveira. E tinham uma veneração realmente, coisa que na época, justa ou injustamente, eu não tinha, pelos motivos acima expostos.

NT - Além dessa experiência na faculdade depois nós falamos sobre sua ida para os Estados Unidos e conversamos bastante sobre isso. Mas nós gostaríamos que o senhor falasse sobre o processo anterior à sua ida. O senhor chegou a mencionar o Lynn Smith.

AR - Sim. Eu comecei a lecionar em colégios. Lecionava História e cheguei a lecionar Latim, que é um absurdo, e Português, principalmente na cadeira de Literatura.

MC - Aonde o senhor lecionava?

AR - Nos ginásios de Niterói. Eu fazia toda a minha vida lá. Isso foi tumultuado pela convocação, que deu um corte nessas atividades. Eu passei seis meses convocado, no terceiro RI, de modo que era impossível pensar na continuidade. Eu digo em Niterói, mas eu preciso lembrar um fato muito curioso que diz respeito até uma figura importante. Eu soube que havia uma vaga de professor de História na Santa Úrsula - estava começando. Então tinha uma faculdade de Letras com um curso de História. E eu tinha um relacionamento, um pouco de família, um pouco pessoal, com Américo Jacobina Lacombe. Eu fui então ao Américo que era professor da Santa Úrsula e disse a ele: “Eu gostaria de ensinar História. É um pouco de audácia minha porque eu nunca lecionei em universidade, leciono em colégio. E o Lacombe que me conhecia, conversava comigo, achou que a pretensão não era descabida. Mas acontece que o chefe de departamento era o Pedro Calmon, de quem eu tinha sido aluno transeunte no curso de Museologia e por quem eu tinha grande admiração. Eu achava que devia muito ao Calmon, principalmente pelo livro História da Civilização Brasileira, que abriu perspectivas novas sobre a História do Brasil. Então, o Lacombe se encarregou de fazer a ligação e o Calmon - eu era um garoto, naturalmente, para ele - me olhando com certa superioridade: “Mas você já ensinou?” “Nunca ensinei em universidade, dou curso de História em ginásio”. Então diz o Calmon: “Você precisa se submeter a uma prova, você vai ter que dar uma aula”. “Pois não, perfeito, me submeto”. Me lembro que o ponto sorteado foi Renascença. Muito bem. Acontece que eu estava impregnado de Spengler, na época, e dei aula dentro das idéias de Spengler que não eram apenas dele, é claro, de outros, minimizando a importância da Renascença. Dei essa aula para o Calmon, para a diretora lá da faculdade e para o Lacombe. Passaram-se os dias, eu não ouvia nada...

Fita 3 - Lado B

JR - “Lacombe, como é? Houve alguma decisão, eu passei?” O Lacombe coçando assim um pouco a orelha, disse: “O Calmon fez algumas dificuldades porque ele discordou da tese que você defendeu sobre a Renascença”. Eu disse: “Mas a tese não é minha, é de autores, inclusive Spengler. Aí diz o

Lacombe, rindo assim: “Bom, você sabe que o Calmon não lê nada, de modo que você não deve se preocupar com isso, sua aula foi muito boa e você está praticamente aceito, apenas está se concluindo lá as formalidades e tal”. Então eu comecei a dar aula no curso de História da Faculdade de Letras da Santa Úrsula.

NT - Agora, é interessante isso, essa observação, do Dr. Jacobina. O Calmon não lê nada, e, no entanto, uma obra de historiador que o senhor mesmo falou que aprecia. Por quê? É a vocação do ensaísta? Em alguma fonte ele se baseava.

AR - É claro. Bom, nunca mais vi Calmon, nunca mais ele me chamou para saber como era o curso que eu estava dando. Do ponto de vista dos alunos parece que o curso era aceitável, e de repente veio a guerra.

MC - Quando o senhor teve essa experiência na Santa Úrsula quem era esse alunado que o senhor tinha?

AR - Geralmente moças. Eram moças candidatas ao magistério, professoras já, a maioria delas. Era um grupo pequeno. Eu me lembro que era uma turma muito pequena. Mas, enfim, eu tinha um relacionamento muito bom com elas, e, graças ao conhecimento de francês que eu já tinha, eu já podia introduzir uma certa bibliografia francesa, que na época não era muito do acesso de professores e alunos aqui no Rio.

NT - Mas eram moças que liam francês?

AR - Liam francês, exatamente. Talvez pela formação religiosa, havia muita influência francesa. Acontece que vem a guerra. Vem a guerra, tal, tive que suspender as aulas. E aí veio uma decisão do governo de manter... Decisão do governo de manter o salário, de obrigar os empregadores a pagar o salário dos convocados, dos que fossem convocados. Que era de elementar justiça. De modo que eu me apresentei com a cara e a coragem no guichê da Santa Úrsula e lá me informaram que eu não tinha mais direito ao salário porque o salário tinha sido suspenso, já que eu tinha sido convocado. Não, mas em função disso... exatamente... Como vocês imaginam não era uma fortuna, propriamente. Aí eu fiquei muito perplexo: “Mas como...?” E fui ao departamento jurídico da Santa Úrsula: “É uma decisão do Dr. Pedro Calmon”. Eu não acreditei e recorri novamente ao Lacombe que disse: “Infelizmente, o Calmon tomou essa decisão”. O Calmon tinha grande autoridade na faculdade junto às freiras, à diretora, etc. O Lacombe me diz assim: “Você pode entrar com uma ação tranqüilamente”. Eu disse: “Mas eu vou entrar com ação contra a Santa Úrsula? Isso me repugna”. Porque na minha cabeça eu voltaria a Santa Úrsula, uma vez passado o período de guerras e tal, se eu sobrevivesse a essas convulsões, o natural é que eu voltasse a Santa Úrsula. Para mim era uma coisa assim impensável e deixei para lá, não voltei a Santa Úrsula, a não ser recentemente numa experiência um pouco penosa. Mas me lembro que nessa época isso me causou realmente um impacto, porque me deu uma visão diferente, de pessoas que eu admirava. Enfim, o Lacombe não teve nada a ver com isso, ao contrário, o Lacombe ainda insistiu junto à direção para pagar: “Não, não podemos pagar porque é uma decisão do Dr. Pedro Calmon”.

JL - É interessante, porque o senhor também está trazendo uma decisão governamental, em que uma autoridade como Dr. Pedro Calmon consegue...

AR - Professor de Direito....

NT - E o seu ingresso no Instituto de Educação só ocorreria depois da guerra?

AR - Não, foi durante a guerra. Aí eu já estava no CPOR. Eu me lembro bem que ia dar aula com o uniforme, não tinha tempo de trocar o uniforme. Ia direto do CPOR para o Instituto. Bem, então veio a oportunidade da bolsa nos Estados Unidos.

NT - Antes da bolsa nos conte um pouco sobre seu ingresso no Instituto de Educação, que acabamos não conversando no último depoimento. Como se deu? Foi concurso? Como era?

AR - No que eu me lembro, não foi concurso. Foi um pouco assim, recomendação de alguém. É curioso, que, isso para mim, é um pouco obscuro, um pouco nebuloso, não me lembro bem, não me lembro exatamente.

NT - Quem indicou o senhor?

AR - Não me recordo bem disto, curioso isso.

NT - Porque o senhor era bem jovem, tinha acabado de concluir o curso.

AR - Exatamente. E havia uma certa desconfiança em relação a professores jovens.

NT - Os professores em geral eram mais velhos?

AR - Eram.

NT - Como era o Instituto de Educação em termos de professores...?

AR - O Instituto de Educação, em Niterói, o professorado era bom, muito bom, muito reputado. Na faixa do ginásio, na faixa do colégio, eram bons professores. Aliás, me referi já ao professorado do ginásio Bittencourt, que era excelente, e do Instituto de Educação também era. Abriam-se concursos para o cargo. Os concursos eram abertos ao sabor das influências, do prestígio, dos apadrinhamentos. Eu não tinha apadrinhamento nenhum e me preparei para um concurso com uma defesa de tese. Não veio, nunca veio, nunca foi aberto esse concurso. Mas abriu-se um concurso para o Instituto de Educação de Campos, para a cadeira de Literatura. E eu me inscrevi. Fiz uma tese, escrevi uma tese, imagine, sobre a novela picaresca espanhola. Por que isso? Por influência de Sílvio Júlio, meu mestre no Instituto, e meu amigo que me enfronhou na literatura hispano-americana, e eu me apaixonei pela literatura picaresca. Então, tenho até hoje essa tese que nunca foi impressa, muito menos publicada, eu tenho isso até hoje. E o concurso não se realizou. Simplesmente, eu estudei um ano, desesperadamente, e o concurso não houve. E no fim de algum tempo nomeou-se um candidato que tinha se inscrito comigo, professor Camarinha, que era um homem até inteligente, culto, mas entrou, que eu saiba, sem concurso. Se depois foi sacramentado de alguma maneira, eu não sei. Isso tudo, esses episódios, devo dizer a vocês, que me deixaram um pouco cético a respeito da carreira do Magistério no país.

NT - Um detalhe importante: não havia pré-requisitos de curso de graduação específicos?

AR - Não.

NT - O senhor fez Direito, podia concorrer a uma cadeira de Letras. O que se exigia para esse ingresso?

AR - Exatamente. Se exigia o título de ensino superior e alguma experiência e, naturalmente, as provas formais quando as havia.

MC - Uma coisa que me chamou atenção é que o senhor fez curso para Campos e o se o senhor passasse o senhor iria para Campos.

AR - Eu não sei. Mas isso foi um risco que eu corri. Eu mudar toda a minha vida e ir para Campos, não sei se faria isso. Eu fiz um esquema, que vou advogar em Campos, vou abrir o escritório em Campos. Havia na época terreno para advocacia, e eu tinha amigos, colegas campistas, que me deram exatamente o mapa da situação, local, como era e ensinava no Instituto, o que me daria na época o suficiente, estritamente o suficiente para viver. Então isso era um risco, era um projeto assim que eu joguei e não aconteceu.

NT - O senhor estava noivo nessa época ou já tinha se casado?

AR - Eu me casei no meio do CPOR, entre um período e outro. E naturalmente iria com a minha mulher para Campos. Enfim, nada aconteceu, foi um beco sem saída, nunca mais se falou no concurso e eu esqueci, arquivei e fui tratar da vida e aí é que então recebi o convite para ir para os Estados Unidos, fazer a bolsa, etc, etc.

MC - Me desculpe, mas, na verdade, o senhor estava no Instituto de Educação de Niterói quando o senhor recebe o convite para ir para os Estados Unidos?

AR - Sim, exatamente.

NT - O senhor lembra quando o senhor regressou como docente do Instituto de Educação?

AR - Foi, eu diria, no quinto ano de faculdade, em 45. Eu fiz até uma cronologia porque eu não sou forte em numerologia. Então deixa eu ver aqui, conferir aqui. Fiz para me orientar. Eu fui para os Estados Unidos em 46, de modo que o Instituto deve ter sido entre 43 e 45.

NT - Lá no Instituto o senhor deu aula de...?

AR - Eu dava aula de História, História Geral, História do Brasil, Português e durante algum tempo dei aula de Latim também, que ainda tinha uma vaga de Latim no ginásio.

NT - Eram muitas aulas semanais?

AR - Eram, eram muitas aulas semanais. Eram aulas diárias, de manhã e de tarde. Só que com a convocação eu consegui jogar as aulas da manhã para a tarde e a noite. E com isso, eu mantive o contato com o Instituto. Quer dizer, no Instituto não houve o caso da suspensão de pagamentos porque simplesmente eu não me desliguei. O Instituto fechou os olhos. Legalmente eu não poderia estar dando aula, mas seriam tais os problemas de arranjar outro professor e acomodar os horários e tudo isso, que resolveram ignorar que eu tivesse sido convocado. Se por acaso eu fosse para a Itália, como na época isso se esboçava, aí eu não sei o que teria acontecido. Mas isso como hipótese que não se realizou.

NT - O senhor falou também de professores notáveis, bons professores, com prestígio no Instituto de Educação de Niterói. O senhor lembra dos nomes?

AR - Silvio Júlio é um deles. Ismael Coutinho, outro, tinha sido meu professor de ginásio, filólogo. Quem mais? Bom, veja bem, havia três cursos complementares, no meu tempo, quando eu fiz: Direito, Medicina, Engenharia, e alguns com disciplinas comuns. Então, nós tínhamos professores que às vezes ensinavam nos outros cursos. Mas esses eram... Alguns fizeram carreira depois na Magistratura. Paulo Gomes da Silva que ensinava História e depois fez concurso para juiz, depois chegou a desembargador, enfim... Letelba Rodrigues de Brito, que eu citei, foi advogado do Prestes. É isso aí.

MC - O senhor falou da vez passada que era uma Instituição com cargos de muito prestígio, até em termos salariais.

AR - Sim, sim, tanto que essas pessoas, advogados, engenheiros, médicos, ensinavam lá. Quer dizer, não era um vencimento desprezível. E havia o prestígio também do cargo.

NT - Era vinculado à prefeitura de Niterói?

AR - Ao estado. Tanto assim que depois.... aí quando eu me desliguei para viajar, aí eu perdi os vencimentos, fiquei sem receber. E também fiquei no risco de não retornar. E na minha ausência, minha mulher se encarregou de, militantemente, bater as portas do governador para conseguir que os vencimentos fossem mantidos. E graças a isso é que eu pude levar minha mulher e meu filho pequeno para os Estados Unidos. Eu fiquei lá com uma bolsa muito reduzida, não dava para isso. Só quando eu recebi esses vencimentos é que eu pude levá-los para lá.

NT - O senhor ficou quanto tempo sozinho nos Estados Unidos?

AR - Eu fiquei uns três a quatro meses. Foi o tempo para resolver esse caso. Bom, uma burocracia como sempre acontece, complicada. Era um absurdo assegurar vencimentos para um professor nos Estados Unidos que deve estar na boa vida lá, gozando as delícias dos Estados Unidos... mas, afinal, consegui isto. E com isso eu tinha o suficiente - não era nada extraordinário - mas tinha o suficiente para alugar um apartamentozinho em Baton Rouge e manter a família lá.

MC - O senhor foi para os Estados Unidos, mas isso foi a partir de um convite que o senhor recebeu do sociólogo Lynn Smith.

AR - Exatamente, o Lynn Smith.

MC - Como o senhor conheceu o Lynn Smith?

AR - Ele foi adido agrícola na embaixada americana no Rio durante muito tempo. E aproveitou o tempo para aprofundar o conhecimento que ele tinha do Brasil, estabelecendo contatos com os sociólogos brasileiros. Tornou-se amigo de Gilberto Freyre, de Oliveira Vianna, da fina flor, Manoel Diegues, e ao mesmo tempo ele fazia incursões no Brasil e percorreu várias regiões brasileiras.

NT - Fazendo pesquisa ou a partir desse cargo de adido?

AR - A partir desse cargo. E um dos contatos dele no Brasil era Hilgard Sternberg, que tinha se formado em Geografia na Louisiana, na universidade dele. O Hilgard fez o mestrado na Louisiana, voltou para o Brasil e manteve os contatos dele com os Estados Unidos. Tanto assim, que depois quando houve a crise na Faculdade de Filosofia, tornou-se absolutamente impraticável para os que não fossem da esquerda continuarem ensinados. Realmente uma situação terrível que ninguém hoje lembra. Situação intolerável para os que não eram do grupo, da facção. O Hilgard então voltou aos Estados Unidos, fez o doutorado, e aí foi ensinar em Berkeley, onde ele ficou a vida toda. E eu digo, onde ele podia fazer pesquisas no Brasil, como nunca poderia fazer aqui. Ele ganhava, eu me lembro, 500 mil réis. Ele tinha uma família já grande, ele tinha três ou quatro filhos. Então com os recursos que ele tinha ele vinha fazer pesquisas no Brasil. Fez pesquisas notáveis na área geográfica, e adquiriu uma autoridade enorme, tornou-se uma autoridade internacional. Foi o Hilgard - de quem eu tinha sido colega na Faculdade de Filosofia, que eu conhecia bem - que me apresentou Lynn Smith. E conversamos muito, e Lynn percebeu que eu, naturalmente, tinha uma certa vocação, e me cooptou para uma bolsa. Com a autoridade que ele tinha, me indicou uma bolsa para o Instituto Interamericano. Mas uma bolsa assim... eu lembro que era uma bolsa de uns 70 e poucos dólares. Eu tinha a tuition, quer dizer, tinha a moradia, a residência, e tinha 70 dólares para cobrir despesas, comida, etc. Quando os vencimentos vieram, graças a relação de câmbio na época - isso eu me lembro, interessante, o dólar estava barato -, então foi possível eu estabelecer quase um nivelamento com o padrão de vida americano. Aí tranqüilizei. Minha mulher ficou comigo até quase um mês antes do meu exame final, minha defesa de tese. Voltou, estava grávida, preferiu voltar para ter a criança aqui, tinha família e tudo e perdeu a criança.

NT - Segundo filho?

AR - É. Então quando eu voltei não conheci mais essa criança, que nasceu muito bem. Detalhe muito pessoal, mas que é interessante para sentir a época: essa criança que nasceu muito sadia, ela faleceu por infecção umbilical contraída numa das melhores Casas de Saúde do Rio de Janeiro.

NT - Aonde foi?

AR - Arnaldo de Moraes, era um nome, uma Casa de Saúde, na época, e foi uma coisa terrível para a minha mulher. Naturalmente isso criou um trauma demorado, até que nascesse a segunda, foi um período muito difícil para nós. Mas enfim, eu expliquei a vocês, na época ninguém fazia doutorado. Doutorado era uma coisa assim meio exótica. Alguns curiosos ou alguns queriam se dedicar inteiramente a carreira nos Estados Unidos é que faziam o doutorado. E o Smith queria muito que eu continuasse lá e fizesse o doutorado.

NT - Ele continuou no Brasil, não? Ele estava lá?

AR - Não, estava lá. Foi adido aqui durante um período depois ele voltou, mantendo contato comigo por carta ou quando ele vinha aqui. Porque ele continuou a vir aqui para fazer pesquisas, aí já em outro plano, em programas de fundações, programas dele.

MC - O senhor poderia traçar um perfil do tipo de trabalho que o professor Lynn realizava na época que o senhor o conheceu?

AR - Ele era já naquele tempo um dos quatro ou cinco maiores sociólogos rurais americanos. Ele já tinha um livro Sociologia da vida rural, sobre os Estados Unidos, era uma autoridade. Era consultado, era consultor de algumas organizações, etc. E a base dele era a Louisiana State, onde ele acumulava um enorme conhecimento do Brasil, principalmente do Brasil rural. Estamos na época em que não existia Brasil urbano. A população rural maior que a urbana.... Enfim, os dados estão aí para mostrar como foi se estabelecendo essa enorme distância, essa diferença, que ele acompanhou e eu acompanhei também de certa maneira na minha vida profissional. Enfim, era um homem muito curioso. Ele dava aula, ele não planava acima... ele era chefe de departamento, mas ele não encarava isso burocraticamente, dava aula, dava dois ou três cursos. Ele tinha uma especialidade também em Demografia, eu já mencionei isso aqui, e, muito a contra gosto meu, ele orientou minha tese para demografia. Minha tese foi sobre a População Fluminense. Também não foi impressa porque as autoridades fluminenses não se interessaram. Eu tentei imprimir isso, não se interessaram. Enfim, era um homem tranqüilo, de uma serenidade, descendente dos mórmons, a origem dele era oeste, ele era um homem de origem rural, por isso ele entendia muito de agricultura e técnica agrícola. Porque em criança, em jovem, ele trabalhou no campo, dentro dos padrões da família classe média americana rural. Então ele entendia de agricultura. Eu achava engraçado, quando a gente ia a algum lugar, ele pegava a terra, experimentava.

NT - Era um sociólogo rural mesmo?

AR - É, não era só de gabinete, não. Bem, enfim, ele tinha uma simpatia enorme pelo Brasil. Dois países da América do Sul o estimulavam muito. Primeiro o Brasil, depois a Colômbia, onde ele tinha passado algum tempo também. Ele escreveu também um livro sobre a Colômbia, em menor proporção que o Brasil. E o Brasil ele refazia. O Brasil chegou até quatro edições, se bem me lembro. A última delas eu traduzi, fiz questão de traduzir e hoje só se encontra em um ou outro sebo, edição esgotada, tal.

NT - O senhor falou da relação que ele estabeleceu com intelectuais brasileiros à época que foi adido e depois. O fato dele ter um cargo no governo americano interferia de alguma forma nessas relações que ele tinha no Brasil? Porque ele foi um acadêmico, mas também, durante um tempo, foi um representante do governo.

AR - Não, não, que eu me lembre, não. Não me lembro de nenhum episódio que perturbasse esse relacionamento dele. Depois, a passagem dele pelo governo foi rápida, ele não fez carreira. Ele fez carreira como professor universitário, como acadêmico. Mesmo na época ele se dava muito bem com Nelson Werneck Sodré, se dava bem com pessoas, com sociólogos de esquerda, então não me lembro nenhum episódio, onde essa passagem dele pelo mundo oficial tivesse prejudicado. Não me recordo.

MC - Nesse momento inicial de contato que o senhor teve com Lynn Smith, o senhor teve o mesmo tipo de contato, por exemplo, com Charles Wagley, nesse momento, anos 40, porque estava aqui também.

AR - Exatamente. Sim, claro. Eu procurei o Wagley. Mas o Wagley se voltava mais para a Antropologia, na época. Eu tive um contato com o Wagley, aqui e nos Estados Unidos, muito amistoso, mas nunca foi próximo como foi meu contato com Lynn Smith. Eu nunca trabalhei ou fui aluno de Wagley. Mas sempre que eu... Me lembro de uma visita que fiz a ele em Washington. Ele estava, se não me engano, numa função oficial. Eu fui vê-lo em Washington. Eu tinha um relacionamento bom com ele.

MC - Por que o senhor acha que o Lynn Smith tinha tanta simpatia pelo Brasil? Como isso se revelava aos seus olhos isso?

AR - Eu acho que resultou do período que ele passou aqui na Embaixada como adido. Ele não conhecia o Brasil diretamente, conhecia de livro. Ele via o Brasil primeiro como campo de estudo. Era uma época que não havia essa história de brasilianista. Essa espécie humana diferente não existia. Eu costumava brincar muito com ele, dizendo que ele tinha sido o primeiro brasilianista. Ele ficava indignado: “Não me chame de brasilianista” Porque depois tornou-se um filão. Não é regra geral, é claro, mas muitos se tornaram brasilianistas pela bolsa, pelo auxílio. Foi uma época em que o departamento de estado abriu os cofres, quando o Brasil era importante...

Fita 4 – Lado A

AR - ... era estratégica. E havia preocupações do departamento de estado americano em aprofundar o conhecimento, em estabelecer relacionamentos. E dentro da América Latina, Brasil e Argentina tinham uma prioridade grande.

NT - A gente até queria que o senhor falasse um pouco sobre isso porque nós, pesquisando sobre o Lynn Smith, vimos que ele teria participado de um seminário promovido pela CIA. Como era? Não sei se o senhor tem conhecimento disso?

AR - Não tenho nenhum conhecimento disso, não sei disso. Até o que eu notava nele era uma desconfiança e uma distância do mundo oficial americano. Ele não queria muita aproximação com o mundo oficial, eu sentia isso. Ele era um homem de universidade. E a universidade nos Estados Unidos, vocês sabem, é um mundo a parte. É claro que depois quando veio Guerra Fria e tudo isso, o governo americano, eu diria, infiltrou-se em certas universidades. O macarthismo, aquele fenômeno todo. O Lynn não participou disto, absolutamente, tenho uma idéia muito clara. Ele era um homem de idéias democráticas. Ele era anticomunista, mas ele nunca militou em movimentos anticomunistas, nada disso.

MC - Eu queria retomar um pouco essa observação que o senhor fez, que o Lynn Smith não era brasilianista. Como o senhor diferencia um brasilianista de um não brasilianista americano?

AR - Eu conheci vários brasilianistas, então era muito curioso....

NT - Mas neste período?

AR - Não, mais tarde. O indivíduo era brasilianista enquanto ele tivesse recursos para determinada pesquisa. No momento que esses recursos cessavam, ele poderia se tornar indianista, outra coisa qualquer, desde que houvesse recursos disponíveis para estudar naquele campo. Não estou depreciando a qualidade dos estudos. Veja bem. Eu tive um aluno, por exemplo, que escreveu um livro formidável sobre Lampião, fazendo pesquisas de campo no Nordeste. Foi meu aluno na Flórida, e ficamos muito amigos. Universidade da Flórida. Aí ele me escreve e diz: “Eu estou indo agora para a Tasmânia”. “O que você vai fazer na Tasmânia?” “Vou estudar a Tasmânia”. Quer dizer, não havia uma relação afetiva, era uma relação muito objetiva, eu diria, até pragmática entre o pesquisador e o campo de estudo. O caso de Lynn Smith não era esse. Lynn Smith tinha uma autêntica relação afetiva com o Brasil, isso é que é importante. Tanto assim.... “Mas como você sabe disso?”. Em todas as universidades onde ele foi, ele criava um Centro de Estudos Brasileiros. Ele vivia promovendo estudantes brasileiros nos Estados Unidos. Ele vivia instilando nos alunos dele o interesse pelo Brasil como campo de estudo. Ele mantinha contatos com pesquisadores brasileiros. Eu tenho uma pasta de correspondência com Lynn Smith, mesmo quando eu não era professor lá, porque ele também, naturalmente, conhecendo as pessoas, conhecendo os ex-alunos dele, ele confiava na informação que nós dávamos sobre o Brasil. É um sistema de informações que o professor americano cultivava para obter informações fidedignas. Não são apenas as informações de imprensa e da mídia.

NT - E o senhor se correspondeu depois que saiu desse período, regularmente, com ele?

AR - Sim, até o fim da vida dele.

NT - Que foi quando?

AR - Eu tenho.... Ele faleceu em 60 e tantos. A data precisa não tenho.

MC - Em todas as universidades que ele trabalhou... Quais seriam essas universidades, o senhor lembra?

AR - Sim, isso é fácil. Da Louisiana ele foi para Vanderbilt. Ele me levou para ensinar em Vanderbilt, em Nashville. Depois ele foi.... - eu fiquei pouco tempo em Vanderbilt por problemas de família aqui, minha mulher doente, não poderia reunir-se a mim e eu fiquei apenas um semestre, eu dei todo o curso de verão em Vanderbilt. Eu era o departamento, porque todos os professores foram passear e os três cursos que o departamento oferecia ficaram comigo. Ficou um pouco pesado.

MC - Em que ano foi isso?

AR - Isso foi em.... deixa ver se tenho a data aqui... foi em 48.

NT - O senhor já tinha voltado para o Brasil?

AR - Sim. Voltei para o Brasil. Tive experiências aqui desagradáveis também e encarei a possibilidade de fazer carreira no magistério americano.

NT - O senhor chegou a ter isso como um projeto? Ir morar lá e fazer sua carreira acadêmica?

AR - Como projeto, exatamente. Só que o estado de saúde de minha mulher, em consequência ainda do trauma que ela teve, não permitiu que ela me acompanhasse, então eu fui sozinho para depois ela reunir-se a mim. Aí comecei a ficar preocupado porque a situação não se normalizava, e eu resolvi, terminado o semestre, voltar para o Brasil. Lynn Smith ficou muito aborrecido com isso e tal, e não perdeu de vista a possibilidade de me levar novamente. O que ele fez? Quando ele foi de Vanderbilt para Flórida, ensinar na Flórida, ele me chamou. Vocês vêem que eu sou um sulista: Louisiana, Tennessee, Flórida.

MC - Isso foi em que período?

AR - Quarenta e oito na Vanderbilt e na Flórida, aí já foi mais tarde, em 64. Eu me lembro que foi quando estourou a Revolução aqui. Eu estava na Unesco, num congresso na UNESCO, um congresso de alfabetização, quando recebi a notícia de uma forma curiosa: um colega meu, neste seminário de alfabetização, mostrou o jornal com a fotografia do Marechal Castelo Branco, e eu tive uma exclamação: “É um homem sem pescoço!” Por que eu exclamei assim? Porque eu tinha feito uma conferência no Estado Maior e durante todo esse período eu entrei em grande atividade aqui, eu continuei a atividade de aula, de cursos, etc., e fui convidado para fazer uma conferência... Tomei parte muito atuante na reforma agrária, no debate da reforma agrária, fui convidado a fazer uma conferência para o Estado Maior. E eu conto isso porque é um episódio curioso, por vários motivos. Eu pensei que fosse na (EMG), onde eu já tinha feito conferências, mas não, é no Estado Maior, é no Ministério da Guerra. Eu aqui, me dirigi ao Ministério da Guerra, cheguei lá, fui recebido por um coronel. Vejam bem, nós estamos em fevereiro de 64, muito bem. E aí, cheguei lá, vi uma platéia de generais e ao fundo oficiais, coronéis, etc. Bom, fiz a conferência como faria em qualquer lugar. Ah, sim, num dado momento todos se levantaram e entrou um general totalmente sem pescoço, e eu fiquei admirado: como um homem consegue chegar a general, sem pescoço! Me espantei. Bom, eu me lembro que eu disse umas coisas que faziam a oficialidade do fundo rir, mas os generais não riam. Quando acabei a conferência, veio o coronel para tirar o microfone, e eu disse: “Bom, agora, naturalmente haverá debates, perguntas”. Ele disse: “Não senhor, aqui não há”. “Como não há debates, não há perguntas? Por que? Estou acostumado na (EMG) depois da conferência há um debate de uma hora...” “Aqui não há”. “Por quê?” “São todos generais”. Isso é sutil. Sim, porque às vezes uma pergunta indicava o campo onde o cidadão estava situado. Eu achei curioso. Após a conferência, o homem sem pescoço, me cumprimentou, se retirou, secamente. O general Delmar de Queiroz, que eu já conhecia na EMG, veio me cumprimentar calorosamente e me fez perguntas inteligentes. Não fez no plenário, mas fez a mim particularmente. Bom, foram esses o contato que eu tive com o exército, em 64. Então eu fui para esse seminário – retomo - lá na UNESCO.

MC - O senhor foi fazer uma palestra sobre?

AR - Reforma Agrária, que era um assunto pendente na época, era o Comício da Central....

NT - Depois como vamos ter uma longa incursão no seu trabalho na área rural o senhor vai falar bastante sobre o conteúdo desta palestra.

AR - Mas vocês imaginem, eu estou lá na UNESCO, vejo o jornal, e vejo o homem sem pescoço. Meu colega: “Você conhece ele?” Eu disse: “Tive contato superficial”. “Pois é o seu presidente, agora.” Que coisa curiosa isso.... Daí, da UNESCO eu fui direto para os Estados Unidos, eu não vim ao Brasil. Eu só tomei conhecimento, contato direto com os fatos daqui, quando terminei o curso na Flórida e aí eu decidi voltar para o Brasil. Não quis continuar a fazer carreira lá.

MC - O senhor ficou quanto tempo na Flórida?

AR - Eu fiquei na Flórida três meses. Curso de verão, o que eles chamam de curso de verão.

MC - O senhor na verdade está falando das universidades que o Lynn Smith trabalhou e que levou o senhor.....

AR - Exatamente.

MC - E nesse caso, o senhor estava falando da simpatia que o Lynn Smith tinha pelo Brasil, a rede de contatos que ele estabeleceu. Uma coisa que nós gostaríamos de saber é a respeito da sua dissertação de mestrado.

AR - A População Fluminense?

MC - É. Como foi a escolha desse tema e também a orientação

AR - Um pouco por imposição do Lynn, porque a minha idéia de tese era muito diferente, era um outro tema. Eu queria fazer um estudo sobre o bacharel. Bacharel, tipo social, tipo histórico, e eu tinha o material, acumulado alguma leitura, mas Lynn Smith disse que não era conveniente porque eu ia ser examinado por outros professores que não conheciam muito a literatura brasileira. Então que era interessante que eu fizesse uma tese que desse ensejo a um debate teórico e técnico também. Porque em demografia não é possível muita especulação, é o dado estatístico, é o número. Então eu fiz, graças a amigos aqui, obtive material do Censo, com dificuldade, tive muito material do Censo, do IBGE, e fiz a tese sobre População Fluminense onde eu enxertei o máximo de sociologia que eu pude.

NT - Dados do Censo de 40?

AR - É, exatamente.

MC - E seus amigos, seus contatos aqui no Brasil, quem é que trabalhava...?

AR - Colegas meus que trabalhavam no Censo: Pompeu Accioly Borges, era um desses homens de esquerda com quem se podia tratar.

MC - Ele trabalhou na Bahia, fez estudos de comunidade.

AR - Exatamente. E havia também um rapaz muito modesto, que tinha sido meu contemporâneo meu de faculdade, que trabalhava com Mortara, diretamente com professor Mortara. Quero me lembrar do nome dele..... agora me escapou, era da Filosofia. Enfim, por isso consegui armar a tese e defendi. A defesa não foi nada sensacional. Eu achei que foi tranqüila e então eu voltei.

NT - Ainda sobre a tese, que aspectos demográficos o senhor analisou no trabalho?

AR - Era um estudo demográfico completo, uma análise de população....

NT - Em que período...?

AR - Eu analisei todos os períodos para os quais eu dispunha de dados. De modo que era a visão de uma evolução demográfica do estado do Rio, da população fluminense, auxiliado....

NT - Dados econômicos, dados vitais?

AR - Sim, dados vitais, principalmente. Esse trabalho foi reforçado pelo meu conhecimento de campo, naturalmente. Quer dizer, eu não falava de regiões, zonas abstratas. Eu sabia de quê que eu estava falando e podia estabelecer - que é muito importante em Demografia - a distância entre a realidade geosocial e o dado estatístico.

NT - E que áreas do estado do Rio de Janeiro o senhor conhecia? Da onde vinha esse conhecimento de local?

AR - Eu conhecia de viagem a zona Serrana, a zona de Parati e a zona de Campos. Eram as que eu mais conhecia. Com viagens que eu tinha feito, incursões, casualidade de viagens com colegas....

NT - Porque até então o senhor não tinha realizado nenhum trabalho de pesquisa empírica?

AR - Não, não.

NT - Mas eram observações?

AR - Exato.

MC - O que chama atenção é o senhor dizer que tinha um projeto de estudo sobre bacharel. O Lynn Smith o convenceu de fazer um estudo demográfico porque seria difícil porque a banca não teria conhecimento dessa literatura. Queria que o senhor falasse mais esse aspecto. O senhor tentou colocar o máximo de sociologia nesse trabalho. A impressão que dá é que essa sociologia que se dava nesse período na universidade, o mercado de sociologia, era muito mais quantitativa do que qualitativa.

AR - Sim. E, naturalmente, eu conhecia.... A literatura que me refiro era evolução histórica, era Oliveira Vianna, era o Lamago, Terra Goitacá, eram os pesquisadores de História. Porque os demógrafos brasileiros – se os havia - eram estatísticos na realidade.

NT - O senhor já falou de Pedro Calmon, já falou de Oliveira Vianna. Nesse momento quando o senhor foi, quais eram os grandes trabalhos de historiadores que influenciaram nessa visão histórica?

AR - Eram esses, Oliveira Vianna, Lamego para o estado do Rio, Lamego era um especialista em estado do Rio. Ele já tinha publicado vários livros sobre o estado do Rio. E uma chusma de autores de monografias, que por acaso eu conhecia porque estava aqui em contato com a literatura.

NT - Por que nessa época, qual era a visão que se tinha sobre o estado do Rio? Era a visão da decadência.

AR - Exatamente. A visão histórica era essa: o processo de decadência, que o Estado Novo tentou contrapor, mas não conseguiu inteiramente. Os efeitos todos sabemos que vieram depois. Eu até acharia interessante retomar um estudo deste. É claro, hoje, se tem um maior volume de dados e o estado do Rio atravessou profundas transformações: siderúrgica, a indústria naval em Angra e Parati, o turismo. São forças que mudaram um pouco aquela linha de decadência vertical. A própria ponte Rio-Niterói muda inteiramente a estrutura urbana de Niterói. Quando eu fiz o meu estudo era uma cidadezinha insignificante. Campos disputava com Niterói a primazia de um centro urbano no estado do Rio. Então, houve mudanças radicais.

NT - Na sua dissertação, além desse estudo de evolução demográfica, havia também uma orientação no sentido de apontar tendências, prospectivas?

AR - Claro, claro.

NT - E o que o senhor aponta?

AR - Bom, na época....

NT - Não chegou a publicar, não é?

AR - Não. Eu tentei até com um conhecido que era um deputado fluminense, que era, apesar disso, um homem inteligente, advogado e se interessou muito na publicação. Chegou a recomendar à imprensa oficial do estado do Rio. Mas na época, a coisa.... Depois houve processos políticos que vieram mudar completamente isso. A mudança da capital para Brasília, tudo isso, são impactos que mudaram muito a fisionomia no estado do Rio, a estrutura social do Estado do Rio.

MC - O senhor se lembra, da época que o senhor defendeu sua dissertação de mestrado e depois o senhor voltou para o Brasil, de outros sociólogos que também trabalhavam numa linha mais quantitativa, demográfica? Colegas ou contemporâneos seus?

AR - Não. Havia grupo em torno do Mortara, mas naquela época no IBGE ou na própria Fundação Getúlio Vargas - eu vivi isto -, havia uma certa desconfiança da Sociologia, havia uma resistência à Sociologia. Simões Lopes que era o homem da Fundação, nunca aceitou; tanto assim que a Fundação Getúlio Vargas não tinha sociólogos. Eu entrei na Fundação como demógrafo de beirada, para trabalhar no Núcleo de Estudos de População, mas como demógrafo. E a minha passagem pela Fundação, não

foi nem duradoura, nem feliz. Porque não concordei com a orientação do chefe do grupo. Que a minha orientação era sociológica. E esse coordenador era um médico que não tinha interesse.

MC - O senhor sabe o nome dele?

AR - Eu tenho o dom de esquecer o nome dos meus inimigos.

NT - Isso foi logo quando o senhor voltou. O senhor voltou como técnico formado nos Estados Unidos, nessa linha demográfica.

AR - É. Eu preciso contar porque é outro episódio característico da época. Quando eu estava nos Estados Unidos, recebi uma carta de uma alta funcionária da Fundação Getúlio Vargas, me convidando para vir ocupar um cargo de coordenador de um programa que resultaria de um convênio entre a Fundação e o Ministério da Agricultura. Era, para mim, sopa no mel, quer dizer, exatamente o tipo de coisa, de ponte, que eu desejava. Muito bem, fiz as malas e vim. Quando cheguei não havia nada. O acordo não foi para frente, tal. Ninguém se lembrou de me avisar. Eu tenho a carta. Aí é que me deram, dada a minha indignação, a título de consolação, uma beirada nesse grupo de estudos de população.

NT - Era uma posição de técnico?

AR - Era uma posição de pesquisador, inteiramente dependente deste médico. Bom, eu tentei.... Houve uma correspondência, tinha correspondência, portanto era outro caso jurídico. Eu podia ter entrado com ação contra a Fundação, não imaginei isso, tinha que tratar da vida, não ia me engajar com um problema desse, mas houve troca de artigos em jornais. Lembro que eu fui para os jornais contra esse médico. Protestando contra a orientação dele, etc... Aí houve um corre-corre, porque a Fundação não gostava de barulho. Eles tinham completa aversão a coisas que transpirassem para a imprensa, debate; então eu fui procurado por um dos diretores da Fundação, depois se tornou homem muito importante da Revolução, Dr. Flores, sabe quem é? Manda-chuva na Fundação Getúlio Vargas, era um dos diretores, etc... Ele me fez um apelo dramático para que eu não continuasse na polêmica nos jornais. Me lembro disso, no escritorzinho dele, que eu retomei a atividade de advocacia, onde fiquei dez anos, fiquei dez anos como advogado, mas sempre procurando manter um contato com a universidade, dando um curso aqui, acolá.

NT - E o Instituto de Educação também?

AR - Sim, mas aí eu deixei o Instituto. Aí realmente eu transferei minha atividade de vida para o Rio de Janeiro.

NT - Para o Rio e mais para a atividade de advocacia?

AR - Advocacia.

MC - O senhor está falando desse momento, que foi convidado pela Fundação Getúlio Vargas, que é final dos anos 40?

AR - Exatamente.

NT - Ainda nos Estados Unidos?

MC - Ainda nos Estados Unidos. Eu estou me lembrando a título de ilustração que o Guerreiro Ramos no início dos anos 50 é convidado para uma.... na Fundação Getúlio Vargas.

AR - Exatamente. E depois para a Califórnia. Escapou da ditadura e salvou a obra dele.

NT - Agora, o senhor falou que discordava da orientação do médico que coordenava essa equipe. Qual era o tipo de pesquisa e qual era a orientação da qual o senhor discordava?

AR - Ele não queria ouvir falar em Sociologia, interpretação sociológica. O negócio dele era o dado frio.

NT - Que tipo de dados se pesquisava nesse grupo?

AR - Dados médicos sanitários.

NT - Essa foi a sua primeira experiência com dados médicos sanitários?

AR - Sim.

NT - E eram dados médicos sanitários de que tipo, assistência médica?

AR - Sim, assistência médica, hospitalar, esse tipo de coisa.

MC - O senhor falou que publicou artigos. Em que jornais?

AR - Diário de Notícias, me lembro bem, Diário de Notícias e....

NT - O senhor tem esses artigos guardados, o senhor fez um arquivo disto?

AR - Se perdeu ao longo dos tempos.

NT - O senhor não tem um arquivo seu? O senhor já falou de correspondências....

AR - Tenho muita coisa, sim. Mas não creio que tenha esses artigos.

MC - O Diário de Notícias tinha um Caderno que era Cultural Literário. Foi mais nesse....

AR - Não, não. Foi na parte (inaudível)

JL - Foi em que período que foram publicados?

AR - Isso foi em 48. Foi quando eu voltei.

MC - Quer dizer, o senhor é convidado a trabalhar em Demografia na Fundação Getúlio Vargas e também há uma passagem no Conselho de Migração e Colonização?

AR - Não. Não no Conselho, eu estudava migração e colonização e pesquisava, e foi quando recebi o convite da UNESCO para fazer um trabalho sobre imigrante italiano, que eu apresentei num Congresso da UNESCO.

MC - Sociologia? Em Zurique?

AR - É.

NT - Em 49, esse convite?

AR - É.

NT - Acho que a imigração é um tema muito importante para ouvir o senhor, já começamos a vez passada. Só para entender seu retorno ao Brasil e essa busca de um lugar profissional: então a Fundação não foi o caminho, o senhor ficou pouco tempo e a experiência como advogado era com Adauto Cardoso no escritório?

AR - Primeiro com Adauto Lucio Cardoso.

NT - O senhor poderia falar um pouco dessa experiência com a advocacia nesse período?

MC - E esse contato com o Adauto.

AR - Esse contato com o Adauto.... as coisas se entrelaçam, às vezes de uma maneira que se torna difícil de separar os fios. Meu contato com Adauto se deu primeiro....

Fita 4 - Lado B

JR - ... e outras figuras extraordinárias, num movimento chamado Resistência Democrática que era um movimento de intelectuais contra a ditadura de Vargas.

NT - Que começou a se articular quando esse movimento de Resistência Democrática?

AR - Anos 40, 42. A Resistência partiu dos signatários do Manifesto dos Mineiros, entre eles, Adauto, e a gestação da UDN. Muitos desse grupo, não todos, mas muitos desse grupo se incorporaram ao núcleo que criou a UDN. Mas a Resistência Democrática era uma coisa sui generis porque não era um partido político. Era um grupo de pessoas contra a ditadura, que atuavam de uma forma pública, em parte, e, em parte, de uma forma subterrânea. Como? Redigindo manifestos que eram distribuídos e introduzindo artigos em jornais a respeito de coisas importantes. Nesse grupo havia advogados, médicos, eu diria, os intelectuais do Rio de Janeiro, que não eram comunistas, mas que podiam aliar-se com trotskistas. Por exemplo, havia um grupo liderado pelo Mario Pedrosa, que atuava articulado

conosco. Como foi eu fui parar nesse negócio? Levado por José Fernando Carneiro, aquele médico que citei aqui.

NT - Nesse período o senhor já freqüentava o Centro Dom Vital?

AR - Sim, exatamente. Muitos deles, nem todos, freqüentavam o Centro Dom Vital. De modo que era um entrelaçamento de instituições. Fernando Carneiro era muito atuante no Centro Dom Vital e na Resistência Democrática. Eu diria até que ele foi a alma da Resistência Democrática. Ninguém sabe hoje quem foi Fernando Carneiro, é uma coisa extraordinária. Ele era realmente a alma, por quê? Pelo extraordinário conhecimento que ele tinha das pessoas, que é essencial no político. Nunca foi político militante. Ou se foi, talvez essa minha afirmação seja muito radical, foi de raspão.

NT - Mas nunca tentou se candidatar?

AR - Eu acho que ele tentou uma vez e não conseguiu.

NT - E na UDN, no caso dele?

AR - É. Mas isso tudo, estamos falando antes da formalização da UDN, PSD, o período ainda ditatorial, antes da primeira queda do Getúlio. Então esse grupo se reunia numa saleta aqui na rua México, e todo dia, fim da tarde, o grupo se reunia e se discutia política, mas discutia-se política de uma forma curiosa: não era política partidária, a política miúda, digamos assim, era até teoria política. Eu me lembro de um debate sobre parlamentarismo, sobre presidencialismo. Então me lembro de alguns nomes da Resistência que se destacaram: o Fernando Carneiro, o Adauto, já era um grande advogado, nomeado, Dario de Almeida Magalhães, um grupo de mineiros que tinham assinado o Manifesto e tinham perdido os cargos que tinham na administração, tinham sido demitidos pelo Getúlio. Quem mais? Um mineiro muito atuante.... a filha dele que é uma tradutora excelente, do inglês, bem, e José Barreto Filho, sergipano, amigo do Jackson. Curioso, as gerações se comunicam. José Barreto Filho é advogado brilhante, ensaísta brilhante....

MC - amigo de Jackson Figueiredo.

AR - Sim, porque ele era muito jovem, ele foi o mais jovem deputado do seu tempo, da Constituinte, daquela primeira Constituinte. Sempre foi um orador brilhante, um ensaísta.

MC - Constituição de 33.

AR - Exatamente. Quem mais estava? Um engenheiro, Borghetti, que era responsável por esses túneis aí que nós temos, Rebouças, e Lacerda, Carlos Lacerda, estava começando a carreira de jornalista.

NT - E ele já tinha tido uma passagem pelo Partido Comunista.

AR - Exatamente. Quem mais, meu deus? Eu tenho isso, inclusive, tenho ainda uma relíquia que é o Manifesto da Resistência Democrática nos meus arquivos, isso eu tenho.

NT - Isso é interessante. Seu primeiro contato com Carlos Lacerda foi nesse momento?

AR - Exatamente, exatamente.

JL - Albila também participava?

AR - Albila.... Albila era um homem mais empenhado no Partido Libertador, ele assinou o Manifesto da Resistência, não podia deixar, mas a atividade dele era mais partidária. Eu estou me referindo ao grupo que se reunia toda a semana para traçar uma estratégia contra a ditadura, o que fazer. Combater, por exemplo, uma decisão do Gal. Gomes Monteiro. Então publicava-se no Diário de Notícias, que era o jornal do grupo, devida a pessoa do seu diretor, que era um homem formidável. Aberto, lutando contra a censura, estava num embate.... Isso tudo tinha que ser camuflado, havia toda uma estratégia de luta. Aliás, é até um dever meu, fazer uma conferência sobre a Resistência Democrática, que eu vou fazer algum dia, evocando o papel da Resistência. Depois, a UDN, a criação da UDN de certa maneira, abafou a Resistência. Passou a ocupar o palco o Partido Democrático contra Getúlio, o Partido Libertador também. A vida partidária, no momento que ela foi liberada, de certa maneira ofuscou esses pequenos grupos políticos.

NT - Esses grupos não encontraram espaço com a criação dos partidos? É isso?

AR - Continuaram, mas sem a mesma importância, mas continuaram durante algum tempo. Então falava eu de Adauto. Adauto conhecido na Resistência e quando eu estava nessa fase de hesitação do que eu ia fazer, me lembrei de escovar o diploma e perguntei ao Adauto se tinha vaga no escritório dele. E trabalhei com Adauto durante uns dois anos. Só deixei o escritório do Adauto quando fui para os Estados Unidos. Aí, já na segunda vez para os Estados Unidos. Mas sempre nos demos muito bem. Ele me deu o perfil do grande advogado, quer dizer, do sujeito absolutamente íntegro. Grande advogado, grande orador. E o escritório dele era o centro de uma atividade política de resistência a ditadura. Os mineiros do Manifesto se reuniam no escritório dele. Quer dizer, era uma escola de política como a Resistência foi para mim. Uma escola de política e de ética política, que hoje está jogada às urtigas. Como o político deve proceder. Eu esqueci um nome muito importante na Resistência: Gustavo Corção. Alceu! Alceu. Era o grupo de católicos do Centro Dom Vital. Que também se ligava à Resistência.

NT - Isso é um aspecto importante. O senhor chegou a Resistência via Fernando Carneiro, portanto, via Centro Dom Vital. O senhor comentou muito rapidamente da vez passada seu ingresso no Centro Dom Vital, depois discutimos muito o papel de Fernando Carneiro, tal. O senhor poderia falar um pouco sobre essa relação entre o Centro Dom Vital e a Resistência Democrática?

AR - Bom, o Centro Dom Vital se reunia até fisicamente perto da Resistência. O Centro Dom Vital era aquela esquina da Barão de Porto Alegre, aquele edifício, a Resistência na Rua México, vindo para cá, e a Filosofia no Centro, que era uma filosofia política liberal. Eu uso essa expressão “liberal”, no sentido bastante amplo, bastante lato, era a filosofia do Alceu, era a filosofia do Corção, e havia....

NT - O que era ser liberal nesse momento?

AR - Primeiro, contra a ditadura, pela normalização das instituições representativas, pela liberação do voto, por uma Constituinte que removesse a Constituição de 37. Esses eram os principais elementos dessa filosofia. Então havia uma proximidade de objetivos, que nos permitia conviver com trotskistas.

NT - Mas como era esse convívio? Porque o senhor até agora a pouco tinha falado assim, a esquerda que dava para conversar, mas em relação à academia. Como era essa relação com os trotskistas por que ...?

AR - Com Mario Pedrosa, principalmente, que era o líder dos trotskistas. Quer dizer, o que não era possível, era conversar com stalinistas. Os stalinistas, claro, odiavam os trotskistas; a história está aí para contar. De modo que não havia possibilidade de convívio político com os stalinistas. Com os trotskistas, sim, porque, estrategicamente, eles aceitavam um restabelecimento da democracia contra a ditadura. Então, sem entrar na filosofia trotskista, que seria o materialismo histórico – e nós católicos não aceitávamos-, nós aceitávamos o convívio político com eles. Era um grupo admirável, eram pessoas admiráveis, Marcos, você não pode imaginar. Raramente na minha vida conheci pessoas tão puras, um espírito de pureza, dedicação, de desprendimento. Todos eles tinham sofrido prisões, perseguições e não tinham ressentimentos. Era uma coisa formidável.

MC - O senhor falou de Mario Pedrosa. Têm outras pessoas que o senhor se lembra?

AR - Tinha uma mulher extraordinária, Neli, que era formidável. E essa gente participava das reuniões da Resistência. Opinavam, se manifestavam, discutiam. O Mario Pedrosa, é uma figura engraçadíssima, um profundo conhecedor de arte, crítico de arte formidável. De modo que essas reuniões da Resistência, não eram estritamente políticas. Nos debates, inclusive, não havia concordância filosófica entre Gustavo Corção e Mario Pedrosa, então havia debate.... e Fernando Carneiro, de modo que havia um debate, o debate era extraordinário, era de um nível altíssimo.

NT - Mas o debate era em torno de correntes filosóficas e teóricas diferentes ou era mais ...?

AR - Claro, o foco era política. Mas não se podia fazer essa discussão política sem trazer à baila problemas filosóficos. De vez em quando havia uma conferência. Um deles fazia uma conferência.

NT - O senhor estava falando desse convívio de católicos e trotskistas e, uma questão que eu fiquei pensando depois, é que o senhor não acabou falando muito como o senhor se tornou um intelectual católico, esse período do Dom Vital.

AR - Não sei se posso ser chamado assim, é uma denominação muito grave. Em primeiro, que intelectual é um termo meio pesada. Mas, bom, eu contei a vocês que fui me aproximando da igreja através da minha mulher. Passei a ir a missa regularmente, mas a conversão, propriamente, se deu depois que eu voltei dos Estados Unidos. Graças também - eu falei do Centro Dom Vital - mas graças ao meu contato com os beneditinos, com o Mosteiro de São Bento. Muita gente pensa que a minha aproximação maior foi com os jesuítas. Não, foi como os beneditinos. Os beneditinos têm uma linha de pensamento que me agradou, porque eram também liberais, democratas; e nasceu o Núcleo do Mosteiro de São Bento do Centro Dom Vital, é curioso isso. Eram os jovens freqüentadores do Centro Dom Vital, que receberam a influência primeiro do Jackson e depois do Dr. Alceu e depois do Corção. Era uma transmissão curiosa. E esses jovens, quatro ou cinco, foram todos para o mosteiro, tornaram-

se monges. Alguns ainda vivem. Dom Irineu Pena, dom João Evangelista, dom Estevão Bittencourt. Tudo desse grupo, formado no Centro Dom Vital, nas conversas e conferências do Centro Dom Vital. Veja como essas coisas são importantes. E hoje, tudo isso se perde, se esgarçou. Esses centros de formação intelectual... até certo ponto eu diria que a universidade matou esses centros. O que é errado, porque a universidade não atende, principalmente no seu destino burocrático que assumiu, as necessidades desses pequenos grupos se reunirem, trocarem idéias, conversarem. Não há clima na universidade para isso, ou, raramente, há clima.

NT - E o senhor encontrou esse clima com os beneditinos?

AR - Com os beneditinos e com o Centro Dom Vital.

NT - Em que diferiam os beneditinos, desse período, dos jesuítas?

AR - Politicamente, os jesuítas eram todos franquistas, eram todos franquistas. De modo que não era possível.... Apesar de nós não sermos simpatizantes do comunismo, nós não podíamos aceitar naquela época o franquismo. Foram as características que já revestia. Os jesuítas eram favoráveis a Franco, a Salazar.

MC - Isso se explicitava de algum modo na imprensa católica ou não?

AR - Sim, sim.

MC - Isso aparecia, essas diferenças?

AR - Claro, claro que sim. Então, nós não podíamos.... Eu estou me referindo a aspectos gerais aqui. Depois os jesuítas viraram para o outro extremo, passaram a ser esquerdizantes. Mas isso muito mais tarde. Também aí não podíamos concordar. É curioso. A história do movimento católico do Brasil tem esses aspectos pouco conhecidos.

NT - Uma curiosidade que eu tenho: nesse seu contato com o Centro Dom Vital ou com o grupo dos beneditinos, o senhor está enfatizando muito esse aspecto da visão política, da visão liberal mesmo. Mas como se dava a sua relação com as questões espirituais e teológicas?

AR - Bom, os beneditinos eram tomistas, filosoficamente eram tomistas, são tomistas. E o Centro Dom Vital tinha essa linha de divulgar a filosofia de São Tomás. As reuniões no Centro Dom Vital começavam sempre com uma oração de São Tomás. Lia-se a oração de São Tomás. Era, portanto, uma linha intelectual aberta e democrática. E essa influência, eu me impregnei dela. Na linha espiritual, é bom lembrar que os beneditinos introduziram grandes mudanças na liturgia católica, como por exemplo, a missa voltada para o público, que depois foi sacramentada pelo Vaticano. Eles introduziram isso. Naquela época, os dominicanos se aproximavam dos beneditinos, mas os dominicanos - principalmente franceses, que foram responsáveis pela formação dos nossos dominicanos aqui - eles desgarraram, eles tentaram uma aproximação com o marxismo na França. E se refletiu no próprio movimento do Lebret.

NT - Isso ainda nos anos 40?

AR - Não, nos anos 50. Houve, por exemplo, um grande colaborador do Lebret, que se tornou um marxista. Então o Lebret tentou demove-lo dessa posição. Isso há documentação escrita, etc.. E ele acabou abandonando o hábito, etc., tudo bem.

MC - Um brasileiro?

AR - Não, francês. Mas isso se refletia na formação dos brasileiros. E depois eles se engajaram profundamente com as esquerdas e se envolveram, como nós sabemos, nos movimentos subversivos contra o regime implantado em 64. Houve até o caso do Marighela que se acolheu lá no Convento das Perdizes, em São Paulo. Principalmente os paulistas, os americanos de São Paulo. Isso deu uma crise enorme, não só na Ordem, mas nos leigos também que eram ligados a Ordem.

MC - O senhor falou que ia falar de outro....

AR - Eu tendo que falar no Lebret, vou ter que falar nisso.

MC - É claro.

NT - Nós estávamos falando dessa relação do Dom Vital, aí o senhor falou dos beneditinos. Eu queria fazer uma pergunta também, o senhor até chegou a comentar esse lado pessoal que é o seu casamento. A sua esposa, Regina Figueiredo, também freqüentava o Centro Dom Vital?

AR - Claro, claro.

NT - Ela concluiu o curso, ela se tornou ...?

AR - Na Faculdade de Filosofia....

NT - Uma cientista social?

AR - Ela nunca exerceu. Ela nunca ensinou propriamente. Fez Faculdade de Filosofia, quando eu freqüentava.

NT - O senhor fez referência, várias vezes, ao fato dela ter ficado doente também, e isso ter mudado seus planos em relação a uma carreira nos Estados Unidos.

AR - Exatamente. Eu levei dez anos sem voltar aos Estados Unidos. Curioso, não é? Muito envolvido, mas aí eu fui muito envolvido aqui por coisas do meu interesse. A primeira delas.... é engraçado, porque nesse período, eu tive algumas propostas de pesquisas de favelas e era uma idéia fixa que eu tinha. Umas das minhas idéias fixas.

NT - Isso, logo depois da sua volta? Em 45?

AR - É, exatamente. Mas as pesquisas tinham um sentido de remoção de favela, e eu não concordava com isso. Dizia, pesquisa é uma coisa, remoção de favela é outra, é um problema administrativo, que pode ser correto ou não.

NT - Quem queria fazer essas pesquisas nesse momento?

AR - Um departamento que havia no governo municipal, que tratava especificamente de habitação.

MC - Era o período Mendes Moraes, nesse período? 48?

AR - É. Por aí. Depois disso, já começando a entrar nos anos 50. Bom, mas eu fiquei então nessa grande hesitação e sem muito entusiasmo pela advocacia. Primeiro, porque a advocacia é muito pouco rentável.

NT - O escritório era importante, mas a atividade não era rentável.

AR - Para mim não era rentável e não era atraente do ponto de vista intelectual. Eu sempre fui um curioso, por isso que eu acho o termo intelectual muito pesado, eu sou um curioso de coisas. A Sociologia sempre alimentou minha curiosidade. Bem, mas num dado momento, e talvez seja de um ano, dois anos, nessas hesitações.... Sim, fui convidado - talvez seja interessante lembrar, foi quando eu tomei contato com a Fundação Getúlio Vargas - fui convidado a participar de um curso dirigido por um cidadão que teve grande importância aqui no Rio na época, o professor Mira y Lopez. Professor Mira y Lopes era um espanhol, psicólogo espanhol, que introduziu aqui os testes profissionais e vocacionais. E consegui um nicho na Fundação Getúlio Vargas, muito combatido, contrariado, porque ele misturava um pouco ciência e comércio.

NT - Como era isso? Ele vendia os testes?

AR - Ele cobrava consultas.... Tudo isso - vocês vêm como é curioso - porque é uma época de fermentação profissional. As profissões não são muito demarcadas. Não havia consultor psicológico, analistas, também. Havia umas figuras assim, meio místicas, que se dedicavam a Psicanálise, tinham consultório.

NT - Quem eram essas figuras?

AR - Oh. Meu Deus do céu. Gastão Pereira da Silva, escreveu livros. Porto Carreiro, jurista, também escreveu livro de iniciação à Psicanálise. A Psicanálise começava a entrar de uma forma assim um pouco misteriosa, hermética; não era profissional. Os profissionais vieram depois. Então, dizia eu, que nessa fase de indecisões, alguém, não sei se foi o próprio Mira y Lopez, com quem eu tive contato, me convidou para um curso que ele coordenou aqui no Rio. Eu devo ter ainda os programas desse curso. Vários cientistas sociais, eu diria, participaram desse curso. Foi um dos primeiros cursos que eu participei que eu pude dar um curso de Sociologia. Bem, mas isso também não teve conseqüências.

NT - Como era esse curso de Sociologia?

AR - Era um curso convencional de Sociologia, como eu tinha aprendido nos Estados Unidos. Não a Sociologia que se dava aqui, Durkheimiana, teórica, estritamente Durkheimiana. Era um curso dentro dos padrões americanos, como tinha aprendido lá e como o Pierson dava em São Paulo, mas também não teve conseqüências.

NT - Isso é importante para nós até entendermos como era essa Sociologia que o senhor propunha nesse momento.

AR - Empírica, voltada para a pesquisa.

NT - O senhor recomendava algum livro?

AR - Sim, sim. Aqui no Brasil, naquela época, só havia para recomendar o livro do Pierson, Teoria e Pesquisa.

NT - Era o que o senhor recomendava?

AR - Era. Esse curso também se encerrou. A Fundação não deu prosseguimento a essa linha. Era um prestígio do Mira y Lopez. Eu dei o curso, o curso terminou, ficou por isso mesmo. Nessa fase, quando eu estava nessa indecisão, eu fui chamado.... Estamos no governo do Getúlio. Getúlio fez um discurso valorizando o homem rural. Os Ministérios entenderam aquilo como uma ordem de trabalho. E cada Ministério começou a se mexer para tentar atender as orientações ou indicações do Presidente. No Ministério da Agricultura, havia um serviço chamado de Informação Rural. Esse serviço - funcionava no Ministério perto - fazia umas publicações e distribuía....

Fita 5 – Lado A

JR - ... era um pequeno núcleo constituído por um médico - como as coisas acontecem no Brasil é realmente extraordinário - um agrônomo, um técnico agrícola, conseguiram dos americanos, aqui no Rio, um furgão, um projetor de cinema e filmes. E, por gosto, até por espírito boêmio, iam pelo interior, montavam a tela numa cidade do interior - antigamente, atual sul de Minas, estado do Rio e sul de Minas - montavam a tela no centro da cidadezinha e projetavam filmes americanos, filmes educativos americanos. Onde apareciam aqueles fazendeiros do meio-oeste típicos e havia as legendas. E o médico aí atendia, dava receitas. Atendia pessoas que faziam fila. O agrônomo também fazia umas palestras. Eu ouvi falar nessa história. Eu digo: “Quero ver como isso funciona”. Porque eu tinha na cabeça...

NT - Quando o senhor ouviu falar?

AR - Como a gente ouve falar nas coisas? Conversando com pessoas e contatos, assim.

MC - O senhor se lembra do nome desse médico, desse agrônomo? Quem eram as pessoas?

AR - Medrado, era o médico, Dr. Medrado, baiano, muito engraçado. O agrônomo era Bolívar, o segundo nome agora não me lembro. Eram os personagens principais. E eles conseguiam fazer isso

nos interstícios das frestas da burocracia. A burocracia achava isso um horror. “Coisa horrorosa, vocês vão para o interior projetar filme, isso é conversa fiada, brincadeira.” Eu ouvi falar disso e me aproximei do grupo, porque eu trazia na cabeça uma idéia de Educação rural que combinasse técnicas comunitárias que eu tinha visto nos Estados Unidos funcionando e as missões rurais mexicanas, que eu conhecia de leitura e de conversa com colegas mexicanos na Louisiana. Isso, na minha cabeça: “Por que o Brasil não monta um sistema em missões rurais, mas combinando isso com desenvolvimento de comunidade?” A expressão na época não existia. Eu ouvi esse sujeito saindo pelo interior, e digo “Isso está perto de alguma coisa que eu gostaria de fazer”. Então me aproximei dessas duas figuras, médico e agrônomo, duas figuras folclóricas. Não eram cientistas, não chegavam a ser técnicos no sentido estrito da palavra. Eram sujeitos que gostavam de fazer aquilo, gostavam de ir pelo interior, de ter contato com as populações do interior, sair da rotina burocrática, ir por aí, projetar filmes, tal, explicar os filmes. Eu me lembro nitidamente de uma sessão numa dessas cidadezinhas do interior, um distrito de Petrópolis, São José do Rio Preto, onde houve uma projeção dessas e eu ficava, eu sentava junto com o público para ouvir os comentários. Me lembro de um comentário de um sujeito: “Olha ali o seu Zezinho! Olha a dona Marizinha!” O sujeito se identificava com os conhecidos dele no filme. (risos) Não tinha nada a ver. Aparecia aquele gado formidável americano, bem tratado, bem alimentado, tal, e eles ficavam, “Essa vaca aí dava muito leite...”. Então era um negócio fantástico. Foi o primeiro contato que eu tive com esse mundo rural, esse meio rural. Aí o que houve mais? Aí eu mantinha contato com eles. Quando eles iam numa dessas expedições, me telefonavam: “Rios, quer vir com a gente?” “Opa, tô indo”. Lá ia eu com eles.

NT - E o senhor percorreu várias cidades do Brasil?

AR - Não, eu diria que uma certa região aqui do estado do Rio e sul de Minas. E eu ia dizendo a eles: “Vocês precisam melhorar isso, precisam entrar em contato com as lideranças, tal”. Mas eles não tinham estrutura para fazer mais do que estavam fazendo, além das limitações profissionais. Nessa fase, eu fui chamado, talvez por sugestão de um deles - não tenho certeza - mas acho que foi sugestão de um deles, fui chamado pelo diretor pelo que se chamava “Departamento Nacional de Educação”. As ambições burocráticas do país... tudo era nacional, e campanha, usava-se muito a expressão campanha. Havia, por exemplo, a campanha de alfabetização, que acho que nunca passou aqui da Esplanada do Castelo. Campanha Nacional de Alfabetização, era uma grande.... Um tom assim militar e militante. Fui chamado então pelo diretor desse departamento, que era...

NT - Do Ministério de Educação e Saúde.

AR - É, que era o professor Nelson Romero, filho do velho Silvio Romero.

NT - Que foi seu colega, antes, não foi?

MC - Antes do Sílvia Romero Filho.

AR - Professor de numismática do Curso e Museu, (...) era irmão do Silvio, desse Sílvia Filho. Bem, fui chamado pelo Ministério da Educação para conversar com ele. O Nelson Romero era professor de latim do Pedro II. Não sei como ele foi parar no cargo de diretor de departamento, mas era fase dos educadores. Era fase do Lourenço Filho, que dirigiu uma Campanha Nacional de Alfabetização. Era fase do Anísio, eram os educadores. Eram sujeitos que entendiam de educação, escreviam sobre

educação, com maior ou menor competência, naturalmente. São Paulo, Fernandes Azevedo, o Francisco Venâncio, e, eu sou chamado então pelo Nelson Romero: “Eu estou sabendo, meu filho” - ele era um homem de idade, eu, um garoto - “meu filho, estou sabendo que você chegou dos Estados Unidos, aprendeu lá umas coisas... E é o seguinte, o Dr. Getúlio deu ordem aos ministros de se voltarem para o meio rural. Tem que ter projetos para o meio rural, para o mundo rural. Quem sabe você poderia nos dar alguma idéia, alguma sugestão”. Eu digo: “Posso pensar nas coisas e já estou em contato com um grupo no Ministério da Agricultura que está fazendo isso. Quem sabe se poderíamos começar por aí”. Mas o Nelson Romero era uma pessoa vacilante, fraco, não tinha agressividade, que é essencial na burocracia brasileira. Então, disse: “Dr. Romero, precisamos de recursos para isso”. O ministro era Simões Filho, Ernesto Simões Filho, dono da Tarde, na Bahia, portanto grande trunfo político do Getúlio no Norte e no Nordeste. Também aí aconteceu um episódio engraçadíssimo que contarei oportunamente. “Então, você comece”, diz ele. “Mas como ‘comece’”? “Eu vou obter uma nomeação para você...” Eu fui nomeado coordenador de uma coisa que se chamou Campanha Nacional de Educação Rural, CNER. Essa campanha formidável, com esse rótulo, dispunha, rigorosamente, de uma mesa no Gabinete do Nelson Romero. Eu tinha mesa, eu no gabinete dele, e mais nada, e mais nada. Digo: “Mas Dr. Romero...” Aí eu pensei “O que eu vou fazer?”. Vou aproveitar esta fase para fazer um reconhecimento do que há em matéria de educação rural no país. É coisa séria. Vou distinguir o que é malandragem, o que não funciona e os trabalhos sérios. Então expus isso. “Ah, perfeito...” “Mas, Dr. Romero, eu preciso passagem para viajar”. Aí já era uma guerra, porque, imediatamente, a burocracia do ministério se pôs contra mim. Eu era um corpo estranho ali, “Veio dos Estados Unidos, vem com essas idéias e tal”. Então, para arrancar uma passagem de avião daqui a Belo Horizonte era uma guerra. Então um trabalho desgastante e tal. E eu, ao mesmo tempo, eu ia me associando, o grupo do Ministério da Agricultura a esse trabalho. E o Romero ficou entusiasmado, “Isso! Nós precisamos fazer...” Eu digo: “Dr. Romero, nós precisamos fazer com recursos. O grupo do Ministério da Agricultura tem recursos muito pobres, muito escassos”. Durante um ano eu passei a fazer esse reconhecimento. Primeiro, com uma senhora chamada dona Helena Antipoff de Belo Horizonte que tinha um curso de treinamento de professores rurais. Então, estabeleci logo um relacionamento com dona Helena, porque dona Helena estava na minha linha. Ela chamava os professores rurais e ministrava essas professoras, em regime de internato, na fazenda do Zari, ela ministrava noções de saúde, de agricultura, de plantio, de higiene e de alfabetização, como alfabetizar. Porque essas professoras eram chamadas de primárias, eram primaríssimas, eram umas donas de casa nomeadas pelos prefeitos. Então, através de dona Helena comecei a atuar devagarzinho, distribuindo material educativo, trazendo o grupo do Ministério da Agricultura... um trabalho de costura, eu sempre fui forte nesse negócio de costura, eu sou bom em costura. E costurei então o pessoal da Agricultura com... Aí fui para São Paulo e identifiquei um padre que fazia isto no litoral, com barco, um trabalho difícil. Então eu botei o padre no meu sistema.

NT - Quem era o padre?

AR - Padre João Beil, alemão. Um alemão enorme, atlético. Uma figura extraordinária. Um trabalho apostolar porque as populações eram primitivas, ali no litoral. Bem, assim eu fui fazendo as coisas e tal. Eu digo: “Eu não posso ir muito longe, como eu vou ficar nessa história?” Aí me lembrei de fazer o seguinte. Eu fui à Bahia e interessei alguns prefeitos no interior da Bahia no meu trabalho. Os prefeitos começaram a escrever ao ministro Paulo Simões, que até aquele momento, não tinha tomado conhecimento, nem se interessava, era o ministro da Educação. Um dia o Romero diz assim: “Professor, o ministro quer ver o senhor”. “Mas para quê?” Eu não queria complicação, queria levar aquilo na

calma. “Não, mas ele quer lhe ver. Disse para o senhor ir lá no gabinete dele”. O ministro tinha um sistema curioso, ele tinha uma luzinha que ascendia assim. Quando ascendia a luz vermelha, ele estava ou dormindo ou tomando chá com as senhoras. Porque ele era um homem da belle époque, tinha um cavanhaque, uma figura interessante, um aristocrata, e recebia umas senhoras para tomar chá, toda tarde. Luz verde, o chefe de gabinete entrava e fazia a pauta, e ele com grande tédio naturalmente ia tratar dos assuntos ministeriais. (risos) Aí me chama, chego lá, luz verde, eu entrei. Ele usava o melhor estilo da belle époque, de fitinha: “O que o você está fazendo?” Aí começo eu, penosamente... vocês imaginam a dificuldade de traduzir Sociologia rural... (risos) Ele me ouvia, visivelmente agastado, entediado. Aí interrompeu e disse assim: “De onde você é, menino?” Eu digo: “Sou daqui do Rio”. “Você é parente de algum Rios da Bahia?” Eu digo: “Sou, sou sim senhor”. “Você é parente do Eduardo Rios?” Eu digo: “Meu tio”. Bom, deixa agora eu abrir um parêntese para vocês entenderem a dramaticidade da história. Meu tio era Secretário da Fazenda no governo estadual na Bahia. Advogado, muito atuante e era amigo do Simões, diretor do Ministro, Ministro Simões Filho, que era diretor da Tarde, o maior jornal na época. Então, toda tarde o meu tio passava pelo jornal, pegava o Simões, e deixava ele em casa, eram vizinhos lá em Vitória. Acontece que o Simões, que era um jornalista atrevido, escreveu uns artigos violentos contra o Juracy Magalhães que era o interventor, nomeado pelo Getúlio. O Juracy não perdoava. Tinha métodos primários de resolver esse problema. Uma tarde, quando meu tio pegou o Simões, foi deixá-lo em casa, já no lusco-fusco, eram seis horas, quando Simões saltou do carro, dois sujeitos saíram de trás de uma árvore e caíram de cacete em cima do Simões, que era um homem de idade. Imediatamente, meu tio saltou do carro, com o chofer, arrancou o Simões das mãos desses sujeitos, botou ele no carro e tirou ele dali. Então, já eram amigos, e o Simões ficou muito grato ao meu tio por esse episódio. Então, o Simões: “Mas você é sobrinho...” “Sim, senhor”. “Por que não me procurou?” “Não tinha porque, eu estou me dando muito bem com o professor Nelson Romero, me trata muito bem, é um homem muito bom, tenho conseguido...” “Mas, menino, isso é um absurdo. Eu estou recebendo telegramas de prefeitos da minha área política da Bahia, pedindo o serviço e você não me diz nada...”. Resumindo, daí por diante, eu tive tudo que eu precisava. Sem ouvir o Nelson Romero, passando por cima. Primeira coisa que eu reivindiquei: sair do edifício do ministério, onde era impossível trabalhar. Então, aluguei um conjunto de salas, ali na avenida. Aí eu tive recursos para os furgões, para veículos, que para mim era essencial e equipamento e contratação. Muito bem, como eu comecei então? Eu montei dois centros de treinamento, um no interior da Bahia, evidentemente, não podia deixar, e outro em São Paulo, para formar equipes para o sul e para a região nordeste. Muito bem, comecei a formar as equipes, aí fazendo acordos. Eu fazia acordos com entidades, com secretarias de estado, e assim aos trancos e barrancos eu fui montando uma estrutura. Agora, no curso de treinamento o que eu dava? Eu ensinava desenvolvimento em comunidade, eu recrutava então médicos, agrônomos, assistentes sociais e professores.

NT - Só uma pausa professor. O Senhor tinha falado antes que ainda não tinha se estabelecido conceito de desenvolvimento de comunidade. Só para o senhor nos explicar.

AR - Sim. Na época se falava em organização de comunidade, que eu achava um termo detestável.

MC - Mas era o termo que se usava?

AR - Era o termo que se usava. Era até uma disciplina dos cursos de Serviço Social. E eu recrutei muita gente entre assistentes sociais. Por quê? Porque elas tinham uma espécie de intuição do que eu queria fazer e sabiam entrevistar. Tinham aprendido entrevista. O trabalho delas consistia em entrevistar, sem

técnica nenhuma - é claro - sem background científico nenhum. Então eu procurava aperfeiçoar isso. E nesses cursos de treinamento, eu fui escolhendo monitores e fui montando núcleos em alguns estados. Apoiando sempre num serviço já existente. Era um serviço ou leigo ou religioso. Encontrei muito padre fazendo educação rural, empiricamente, e eu fui me apoiando nesse tipo de coisa. Assim trabalhei dois anos e a coisa começou a crescer feito um bolo. A coisa no Brasil é um fermento, começa a crescer.

MC - Eu queria retomar, o que se entendia como “desenvolvimento de comunidade”?

AR - É o trabalho numa base de participação. Porque a idéia de “organização” é uma idéia paternalista. É uma organização de cima para baixo, é você dizer o que o sujeito tem que fazer, não é bem a educação no sentido nosso. No sentido de participação e no sentido de despertar a criatividade do “paciente”, digamos assim. Com este conceito é que eu trabalhei, montei...

MC - Quais seriam as influências sociológicas ou que o senhor tinha...?

AR - Aí, realmente, as influências foram inúmeras. São inúmeras. É toda concepção de comunidade, desde Ferdinand Tönnies, passando pelos ecólogos americanos e pelos sociólogos. Porque não é a comunidade ecológica, o problema não é esse, é a comunidade sociológica, ou seja, as instituições e lideranças locais. Então você atua através dessas lideranças. Na época isso era completamente novo.

NT - O senhor até então, nunca tinha experimentado na prática esse tipo? Mesmo nos Estados Unidos a sua formação não permitiu uma prática nesse sentido.

AR - Não. Eu assisti a reuniões de comunidade nos Estados Unidos. Assisti diversos, porque os americanos têm essa noção no sangue, está impregnado. Então para eles é a coisa mais natural do mundo a comunidade se reunir para decidir um assunto qualquer, criar um serviço, introduzir uma novidade, uma coisa. Então a coisa é discutida na comunidade, que é a grande força da democracia americana. Não é a teoria, não é a Constituição, é essa rede comunitária que é base da sociedade americana, por isso ela resiste aos impactos.

NT - Na sua vivência nos Estados Unidos, essa experiência foi em comunidades locais, de vizinhos?

AR - Sim, locais, exatamente.

NT - Não como um sociólogo?

AR - Não, eu estava como um expectador. Não participei atuando. Porque lá não tive nenhuma relação com o serviço social, que lá, faz parte da prática do serviço social esse serviço de comunidade. Então, era essa a idéia. E dividi em equipes interdisciplinares. Quer dizer, a equipe era o fermento. Chega na localidade e determina as lideranças e entra em contato com as lideranças e faz um programa conjunto de atuação com as lideranças. Então ensina-se técnica agrícola, modificação de procedimentos agrícolas, ensina noções de higiene de medicina, usando o médico local. Muitas vezes é um médico deficiente. Procura-se melhorar o médico local.

NT - Como era feito isso?

AR - Burocraticamente. Nomeava o médico. Às vezes estava lá sem remédio, sem instrumento, sei lá. A grande inovação disso aí foi no Sesp, depois entramos no Sesp. Então a coisa começou a crescer e eu não dava conta dos recados. Porque um prefeito dizia para outro que contava para outro e a coisa começou a crescer. Muito bem. Estava eu então nessa coisa, já pensando em organizar outros centros de treinamento. Eu instalava meu centro de treinamento, geralmente, em escolas agrícolas, porque já tinha o ambiente, já tinha uma estrutura, portanto eu não tinha que construir coisa nenhuma. O que eu não fiz, durante todo meu trabalho, eu não construí nada. Eu tirava da cabeça das pessoas a idéia de que educação é escola e é a professora. Educação é um processo amplo, é um processo social. E a escola é apenas uma instituição, que pode ser um gerador também. Então, eu introduzi essa noção de educação informal. Todo mundo pode ser educador e pode transmitir alguma coisa, na medida em que transmite alguma coisa. Bom, e eu muito preso a isso, de modo que eu não tinha nem tempo de teorizar sobre isso. Em todo caso, eu teorizei alguma coisa, em publicações, uma revista. Ah, sim, uma coisa importante: eu associei ao meu trabalho um grupo de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia. Porque eu tinha uma parte de levantamento, de pesquisa, nem podia deixar de ter na campanha. Tinha um setor de pesquisa que eu entreguei a um geógrafo, o Miguel Alves de Lima. Esse grupo de geógrafos tinha sido formado na França, era um grupo da maior importância. Era o Miguel Alves de Lima. Era Pedro Geiger, que está vivo ainda, sociólogo. Era Nilo Bernardes. Lysia Bernardes. Era uma turma que deu origem realmente a Geografia séria no Brasil. Tirou da cartografia, não é. E foi o núcleo do Conselho Nacional de Geografia. Eram discípulos do Ruellan que veio ao Brasil e de outros geógrafos franceses de ponta. O Miguel estava disponível, os outros não estavam. Então eu trouxe o Miguel para dirigir o setor.

MC - Os outros não trabalharam com o senhor?

AR - Estavam associados e vinham para palestras, etc. E eu aprendi muito com eles. Foi aí que eu aprendi as técnicas do geógrafo, as técnicas de definição do espaço, aprendi a importância do espaço, e - achei curioso - a Sociologia rural e o que eles chamavam de geografia agrária eram absolutamente irmãs, idênticas. É curioso também que Lysia Bernardes tornou-se geógrafa urbana depois. Teve a mesma evolução que alguns sociólogos rurais, inclusive esse que vos fala. Fomos da Sociologia rural para a Sociologia urbana. Bem, a coisa cresceu. Começaram a vir pedidos e pedidos, e, de repente... estamos no governo do Getúlio. Sim, importante também, eu introduzo, através da campanha, as técnicas de pesquisa do Pe. Lebret. Fiz uma costura entre as técnicas de pesquisa do sociólogo e o método de pesquisa do Pe. Lebret. Como aparece o Pe. Lebret aí? Aí eu tenho que fazer um parágrafo. Eu ouvi falar no nome do Pe. Lebret quando ele veio aqui ao Brasil e fez uma primeira conferência em São Paulo. Fins dos anos 40, aproximadamente. A convite da Confederação das Indústrias de São Paulo. Depois eu tive um contato pessoal com ele e fiquei muito impressionado com a figura dele, com as coisas que ele dizia.

NT - O senhor teve esse contato no Brasil?

AR - No Brasil. Então eu aproveitei uma viagem a Europa.... O que eu fui fazer na Europa? Deixa eu pensar um pouco....

NT - ... o Congresso... Zurique...

MC - Que é o segundo Congresso de Sociologia. [ISA]

AR - Exatamente. 50. Isso mesmo, você fez a costura. Então... e fui ao Centro de Pesquisa de Economia e Humanismo, perto de Lion, em La Tourette. Passei uma semana em La Tourette, quando Lebret, me entregou o manual do que seria....

Fita 5 - Lado B

AR - ... o Pe. Lebret, e...

MC - Só um instantinho. O nome dessa apostila que ele entregou para o senhor...?

AR - Manual do Pesquisador. Manuel de l'enquêteur. Eu tive isso na mão, ainda manuscrito. E aí, isso era o que eu precisava. É um método de delimitação de zonas, ao mesmo tempo, de definição de comunidade, voltado para a ação. Não é nada acadêmico, não é uma pesquisa antropológica que o sujeito fica na comunidade um ano, dois anos, aprendendo coisas, aprendendo como o sujeito come, qual o tipo de alimento. Não, não é isso, é uma pesquisa voltada para a ação.

NT - Como é essa pesquisa?

AR - Você aplica um questionário e transfere esse questionário para gráficos que dão a você a posição qualitativa importante das situações. Vamos dar um exemplo aqui. Saúde, por exemplo. Você faz uma escala. Como você pode medir a saúde numa comunidade. Estou falando de saúde, que é o feijão com arroz de vocês. Vocês chegam numa comunidade, tem uma escala: se tem centro de saúde, se não tem centro de saúde; se tem parteira, se não tem parteira; se tem hospital, se não tem hospital.... Você vai fazendo uma escala. Então transfere essa escala quantitativa para um gráfico onde você dá em cores essas gradações qualitativas. Então, você olhando o gráfico, você identifica a situação do nível saúde, por exemplo, ou do nível agricultura. Percebeu? Não é científico no sentido estrito da palavra. Mas a base é científica. Você se baseia numa pesquisa, numa estatística, num dado estatístico, num dado da realidade e você treina o observador para identificar aquele aspecto da realidade. Muito bem. Incorporei isto nos meus cursos de treinamento. O Lebret ficou entusiasmado. Porque o Lebret, até aquele momento no Brasil, o Núcleo do Movimento era em São Paulo, eles tinham feito uma pesquisa na Bacia do Paraná-Paraguai e um pouco mais do que isso. Então, ele chegou a visitar um desses meus centros de treinamento. Têm fotografias dele visitando o Centro de São Paulo. Então eu fui montando uns corpos de técnicas, naturalmente em função de uma Filosofia, Filosofia da educação, enfrentando enormes dificuldades. Do Ministério nem se fala. A burocracia, o que podia torpedear, torpedeava.

NT - Antes do senhor falar dessas dificuldades, o Pe. Lebret era um dominicano, o senhor já fez referência a isso. Esse tipo de técnica, apesar do senhor ter contato até com grupos católicos e até ter como referência no seu trabalho de educação, não era usual no Brasil. Queria que o senhor falasse um pouco sobre essa relação da formação dele, dos dominicanos com essa técnica. Se pode ser explicada por aí ou não? Quais as influências do Lebret...?

AR - Eu vou dizer como ele era. O Lebret ele tinha sido comandante da marinha mercante. Ele converteu-se já adulto, fez Seminário Dominicano, e, ao mesmo tempo, ele fez um curso de Economia.

Ele não era sociólogo, ele era economista. Mas era um economista de visão interdisciplinar. Ele podia conversar com antropólogo, com sociólogo. Ele travava conversa. Ele percebeu o que eu pretendia fazer, ele entendeu. Bom, isso... Ele começou a ter projeção internacional, porque ele tinha duas coisas. Uma coisa era o método de pesquisa, outra coisa era a doutrina do movimento de economia e humanismo. Era um movimento de economia e humanismo, que se batia pela democratização das estruturas sociais e econômicas, contra o capitalismo selvagem, contra a coletivização, não menos, pela solidariedade humana, pela participação. Eram as idéias básicas do Movimento Economia e Humanismo. Muito bem. É curioso que na formação dele, eu identifiquei a presença de Le Play que ele rejeitava. Ele recusava: "Não tenho nada a ver com Le Play", porque Le Play para ele era um reacionário. A Filosofia social de Le Play era rígida, reacionária.

NT - Le Play fez as enquetes também.

AR - Pois é, e você pega o livro do Le Play, pega Economia e Humanismo uma pesquisa, você vê a semelhança. Então não sei como ele absorveu Le Play, se foi em cursos.... Mas ele realmente trabalhava com um instrumento, o instrumento de pesquisa dele, era visivelmente oriundo de Le Play. Enfim. Agora, ele foi cada vez mais absorvido pelos problemas internacionais; ele se tornou uma pessoa internacional. O que o obrigava a atuar em certos países, como no caso do Brasil, através de pessoas e de entidades. E aí é que começaram as dificuldades. Primeiro, ele era visto com grande desconfiança pelo clã local, que achava ele comunista, não faziam por menos. Visivelmente ele não era, os livros dele estão aí demonstrando, e isso deu problemas para ele, de atuação, aqui no Brasil. Mas eu não quero me desviar agora para isso, eu queria voltar à campanha. Então eu instrumentava minhas equipes com método de análise de pesquisa em análise dele. Isso facilitava o trabalho. Não só facilitava o trabalho de definição dos problemas locais, mas dava um instrumento de comunicação com as lideranças. Estampava um gráfico: "Olha, o que você está vendo aqui são as deficiências." Tornava visível a problemática. Percebeu, Marcos? Não sei se eu atingi meus objetivos nem nada, porque depois - como vocês vão ver - a coisa não caminhou bem.

NT - O senhor tinha falado que os geógrafos foram importantes a medida que lhe deram essa noção do trabalho com espaço, o tipo de geografia que esse grupo de Lysia Bernardes e a outra pessoa que ficou trabalhando mais com o senhor, Miguel Lima.... Ainda é vivo? Interessante. Em termos do grupo de pessoas que o senhor passou a formar, eram as assistentes sociais que predominavam?

AR - Não. Era um grupo mais heterogêneo. Era um grupo de assistentes sociais, professores, médicos e agrônomos ou técnicos agrícolas. Porque eu não encontrando agrônomos, trabalhava com técnico agrícola. Então eu reunia essa gente nos cursos de treinamento para que eles trocassem experiências, em primeiro lugar. O que faz o agrônomo? O médico não sabia direito: "É um homem que anda pelo campo aí". Então o agrônomo explicava: "A nossa função..." A assistente social, que era olhada com desprezo, geralmente. A enfermeira, quando não havia assistente social, combinava essas profissões para trocarem experiências.

NT - E eram pessoas que tinham cargos públicos ou o senhor conseguia bolsa?

AR - Eram, eram. Eram pessoas que eu ia buscar no serviço público estadual, geralmente. Raramente, trabalhando em entidades particulares, religiosas ou leigas, que manifestavam interesse em se filiar à campanha.

MC - Não tinha nenhum sociólogo?

AR - Tinha, trabalhou comigo o Carlos Alberto Medina.

NT - Foi no início da carreira?

AR - É, da carreira do Carlos Alberto, que eu identifiquei. Como eu conheci o Medina, meu Deus do céu? Nem me lembro. Aqui no Rio, ficamos muitos amigos e o Medina entendeu também. Claro, é preciso entender.... “Mas que história é essa? É comunidade, tal, liderança, que negócio é esse? meio esquisito isso”. Então o Medina compreendeu isso. Então o Medina veio trabalhar comigo, foi meu assistente na campanha.

NT - Havia outros sociólogos?

AR - Não no núcleo. Sempre que eu podia, eu associava o sociólogo. Tive a maior dificuldade em São Paulo. Porque São Paulo é difícil. São Paulo é muito complicado. Porque São Paulo chegou numa fase de desenvolvimento em que eles julgam que sabem tudo. Tem um complexo de superioridade. Eu digo isso com a maior simpatia, porque encontrei pessoas admiráveis. Até em matéria de dedicação funcional, formidáveis. Mas a Escola de Saúde Pública de São Paulo - tratarei disso - era um negócio fantástico, um negócio pré-histórico. A Sociologia que se ensinava na Escola era engraçadíssima. Eu observava, não criticava. Mas daí a dificuldade de se encontrar elementos. As Escolas Agrícolas eram complexos burocráticos, não tinham atuação nenhuma. Você saía da porteira da escola, ninguém sabia direito o que era aquilo. Era um atraso agrícola que você encontrava logo ali.

NT - Eu estava pensando, no caso de São Paulo, houve uma atuação do próprio Emílio Willens, na década de 40, em questões agrícolas, mas não houve uma continuidade?

AR - Não souberam aproveitar.

MC - Ou mesmo os estudos de comunidade que foram realizados pelo Pierson. O senhor teve algum contato com os sociólogos que trabalharam com o Pierson em estudos de comunidade?

AR - Não. Geralmente eles se encaminharam para carreiras universitárias, acadêmicas. Mas o problema era fazer um acadêmico entender as necessidades da ação prática, e converter aquele material em atividades práticas. Esse é que era meu problema na campanha.

MC - Porque tudo isso está se dando em que período?

AR - Estou falando de anos 50.

MC - É Getúlio, 51, 52...

AR - Exatamente, isso mesmo. Estava eu então em berço esplendido com alguns espinhos, quando fui procurado por um deputado gaúcho do PTB, que disse: “Professor, eu venho aqui pedir para o senhor destinar algumas missões rurais no meu município, na minha zona eleitoral”. Eu digo: “Sim, onde é

sua zona?” “Na fronteira do Rio Grande”. Aí eu cometi um erro político gravíssimo, paguei caríssimo. Ele disse: “O senhor naturalmente, como primeira providência, o senhor nos destina algumas caminhonetes. Porque são municípios extensos e tal, meu pessoal vai precisar de transporte, tal”. Eu disse: “Olha, deputado, há um problema aí, nós fazemos o levantamento da população rural, da população analfabeta e acontece que nesses municípios há mais gado do que gente, de modo que, o senhor compreende, é um programa que se volta para pessoas, não é veterinária”. Bom, aí o deputado não gostou muito dessa análise sociológica, foi ao Getúlio e disse: “Olha, nós temos aí uma campanha educacional rural muito importante, mas o coordenador é inimigo nosso. Simples, nosso inimigo, está sabotando nossa propaganda política, etc, é preciso substituí-lo”. O Getúlio chamou o ministro e disse: “Dr. Simões, o senhor tem aí uma campanha, tal, está se espalhando. É, mas eu tenho notícias de que o coordenador não serve; temos que mudar o coordenador”. O Simões não era homem para enfrentar o Getúlio na argumentação dessa ordem. (risos) Voltou, chamou o Romero e disse: “Diga ao Rios que, infelizmente, ele não pode continuar. O presidente quer botar outra pessoa”. Bom, o Romero, em vez de me comunicar isso, usou uma estratégia diferente. Ele começou a tentar interferir na campanha. Ele quis suavizar - eu acredito até, dando essa boa intenção a ele - então ele começou a interferir. Eu estava fazendo um seminário, aparecia o Nelson Romero, que nunca tinha descido a conhecer o serviço - eu informava tudo a ele, é claro, sempre informei a ele tudo. Aí comecei a achar aquilo meio esquisito, meio estranho. Um dia ele chegou na reunião e disse, num tom meio autoritário que não era o dele: “Vamos mudar isto assim, assim”. Eu aqui, peguei minha caneta, disse: “Muito bem, dr. Romero, o senhor passa a dirigir o grupo, aqui, o seminário, e a dirigir a campanha naturalmente”. Botei a caneta no bolso, saí e nunca mais voltei. Um caso de suicídio administrativo, de estupidez. Eu não sei se eu repetiria hoje, com os anos...

NT - A estratégia dele foi fazer o senhor sair.

AR - Pois é. O que aconteceu depois disso? Aconteceu que o Getúlio viu o deputado interessado. Nomearam um cidadão que tinha sido diretor de imigração na Itália. Tinha um cargo lá, um cargo que havia, recebia em dólar. Este cidadão - você imagina a grande experiência de educação rural - assumiu a campanha. Aí foi um desastre. Os meus companheiros começaram a se demitir. Muitos saíram na hora, ao saber que eu tinha saído, também se demitiram. E depois ele não tinha a menor idéia de coisa nenhuma. Ele saiu pelo caminho mais fácil: foi dar dinheiro politicamente, distribuir verbas politicamente. Durou pouco tempo isso. Depois veio outro ministro, aí já no tempo do Juscelino, o Clóvis Salgado, que nomeou um rapaz de Minas, também político, também não entendia nada e esse ministro, numa portaria, encerrou a campanha, distribuiu o equipamento e o material. E assim terminou uma experiência - eu faço questão de frisar que era do meu ponto de vista era uma experiência -, mas que eu também não tinha motivos, até o ponto que eu pude avaliar, de dizer que era um desastre, uma calamidade, um desperdício de dinheiro. Não, ao contrário. A minha experiência e de todos os que trabalhavam comigo, era positiva. E a coisa tendia a crescer. Assim terminou a Campanha Nacional de Educação Rural.

NT - Que durou de 50 a 56... algo assim?

AR - Por aí, exatamente. Até Clóvis Salgado e já é Juscelino, né?

MC - O italiano que era responsável pelo setor de imigração na Itália - qual era o nome dele?

NT - Ele apaga da memória.

MC - O outro o senhor também não se lembra, que o substituiu?

AR - Não.

NT - Eu queria que o senhor falasse um pouco, no período que o senhor coordenou a campanha, que o senhor criou na verdade, em que estados o senhor considera que ela teve melhores resultados? O senhor acertou o trabalho da educadora Helena Antipoff em Minas? Porque nós estamos falando em plano muito geral. Queria que o senhor falasse em âmbito local quais foram as experiências.

AR - Que deu mais certo, Nordeste. Curioso isso, Nordeste. No Nordeste houve muita resposta no Nordeste e em São Paulo...

NT - Nordeste, em que estados?

AR - Rio Grande do Norte.... Porque eu tinha coordenadores estaduais. Graças ao coordenador estadual chamado Cardeal Eugênio Sales.

NT - Olha só. Ele foi coordenador.

AR - Por quê? Não sabiam que eram, sabiam que havia um padre Sales, que tinha um serviço de radiodifusão educativa na zona rural. Eu fui ver. Isso aí é um jeito para amarrar o trabalho de campo. Aí a campanha assinava acordos com esses coordenadores. Bahia. O coordenador era um sujeito, apesar de político, muito inteligente. E eu tenho até um livro dele que ele conta esse contato com a campanha. Ele foi coordenador na Bahia durante muito tempo. Naturalmente, o Getúlio não tinha nada a ver com isso, o Simões o manteve, não o tirou. Outros ele tirou. Botou gente do PTB. Eu quero me lembrar o nome desse rapaz, já falecido. São pequenos detalhes que a gente... enfim...

NT - Havia outros coordenadores estaduais que o senhor acha que tenha feito um trabalho importante?

AR - Sim. Havia um agrônomo em São Paulo, também muito bom. Havia um outro de Pernambuco. Sempre com dificuldades locais. Não era, assim, uma coisa que fluísse tranquilamente. Havia problemas locais, problemas de intervenção política, a idéia de que era para dar cargo, para dar emprego. Então, para contrariar essa idéia de que era para dar cargo, vocês já podem imaginar as voltas que tinha que se dar.

MC - No caso desse político da Bahia, ele era ligado ao PTB local, ele era de outro partido?

AR - Você sabe que eu nunca me preocupei com isso. Tal a qualidade da pessoa. Se era, ele nunca fez pesar isso na escolha dos elementos.

NT - Mas o senhor falou também que havia a preocupação de ter sempre uma instituição de referência de nível local. Mas o coordenador era dessa instituição ou era cargo nomeado?

AR - Podia ser ou não. Podia ser nomeado.

NT - Era nomeado com (DAS) essas coisas?

AR - Era nomeado com concordância do governo local.

MC - Eu estou me lembrando. Não sei quando deslança essa campanha, quer dizer, 50, 51. Porque Anísio Teixeira ainda está na Bahia como secretário de Educação.

AR - Depois ele veio, houve um problema qualquer com ele na Bahia, e ele veio ser assessor do Simões. O Simões foi meu colega. O Pedro Simões me deu o cargo de assessor dele. Uma compensação que eu não podia recusar, mas que para mim não tinha a menor...

NT - O senhor saiu da coordenação e ficou como assessor?

AR - Assessor dele, do Simões. Aí eu convivi com Anísio, que era cético, ele era cético em tudo. Um homem cético, um espírito cético. Ele não acreditava em coisa nenhuma. E ele não acreditava também na campanha. Ele me dizia, nós discutíamos. Porque o problema do Anísio era a escola. Era escola, professora, está entendendo? E eu queria superar isso. E ele não entendia bem esse negócio. Sim, com toda capacidade, as pessoas têm suas limitações. Ele não tinha uma formação sociológica o Anísio. Era mais uma formação filosófica. Digo, em escola, pedagogia. Perceberam?

MC - Eu acho curioso isso que o senhor está dizendo porque nesse momento que o senhor está conversando com Anísio, ele tinha recentemente estabelecido convênio do governo do estado da Bahia com a universidade de Columbia para fazer estudos de comunidades centrados em Educação e Saúde, que é o Charles Wagley.

AR - Wagley, exatamente. Tales de Azevedo. É isso mesmo.

MC - Exatamente. Costa Pinto vem participar. Então é interessante esse momento em que o senhor está fazendo também um trabalho de Educação rural e ao mesmo tempo Anísio estar com esse projeto. E, ao mesmo tempo, o senhor está dizendo que ele não acreditava no seu projeto.

AR - Ele era cético. Ele era um homem muito polido no contato pessoal, sujeito reservado, discreto, mas ele dava a entender: “Mas importante é a escola, a professora...” Eu digo: “Não estou negando, Anísio, mas nós temos que ver que a escola atende um grupo pequeno de pessoas. Nós estamos falando de uma massa humana que está aí, que faz agricultura, que planta, que contrai verminose, que não chega nem a porteira da escola. Para construir escolas, você já pensou os recursos”. Porque pensar na escola em termos formais.... Não sei, a construção da escola, a manutenção da escola, o pessoal em torno da escola. E na época, talvez hoje você possa pensar assim, mas ainda hoje eu acredito que você tem que superar os limites da escola. Era o que se chamava Educação de adultos. E havia no Ministério da Educação uma campanha de Educação de adultos - eu me lembro disso. Acho que era o Lourenço Filho que dirigia - não tenho certeza, hoje, agora.

NT - Não sendo a escola o meio... porque nós estávamos falando muito dos grupos de liderança, organização. E falamos pouco sobre a população que era alvo dessa campanha. Como era esse trabalho? O senhor falou de rádio. O que se usava como meio...?

AR - Tinha que distribuir radinhos, já era uma limitação.

NT - O rádio era o principal?

AR - Isso no Rio Grande do Norte. A campanha do Dom Eugênio. Era útil, era um multiplicador. Eu acho que no Brasil o problema do multiplicador é essencial. A escola é um multiplicador modesto. Para as proporções, para a escala dos problemas, para as distâncias, então o rádio é um negócio importante. Eu percebi a importância. Fiz um acordo. Ajudei lá. Daí minha relação com Dom Eugênio. Depois o encontrei aqui no Rio, nas favelas. Isso já é um outro capítulo.

NT - O senhor tem script, roteiro desses programas radiofônicos?

AR - Deve ter ele. Dom Eugênio, lá no Rio Grande do Norte, talvez se encontre.

NT - Mas na campanha, não?

AR - Não. A campanha foi dissolvida, foi dissolvida....

NT - Mas eu pensei que o senhor pudesse ter guardado alguma coisa.

AR - Os relatórios... os relatórios sumiram. Os relatórios dos coordenadores para mim. O que eu tenho são fragmentos. Num livro desse coordenador baiano, há uma descrição do trabalho. Eu tenho na revista da campanha. Tenho pequenos relatos do trabalho em certos municípios que não dão idéia do conjunto e do dinamismo. É outro problema no Brasil. Não é criar uma coisa, é o dinamismo daquele serviço, daquela entidade. Você tem que dinamizar aquilo. Como você faz? Você tem que arranjar multiplicadores. Então é muito bonito você criar em Brasília, por decreto, você cria um serviço. Agora, o dinamismo disso até onde vai? E os serviços tanto federais como estaduais que ficam na porteira das instituições não passam daí. Quando você encontra zonas de atraso. Perto de São Paulo eu descobri uma zona terrível, não só de atraso, de decadência física, devido a casamentos entre primos, entre parentes. Era uma zona de degenerescência humana, que merecia um estudo, pertinho de São Paulo, onde ia entrar uma represa. Hoje não deve existir mais aquilo. Não sei para onde foi aquela gente, aqueles coitados. Mas eu fui inclusive chamado como consultor para essa obra, pela empresa de engenharia. Cheguei lá e fiquei horrorizado. “Vocês têm que dar um destino a essa gente”. Se deram, não sei.

NT - Me interessava muito saber dos meios que eram utilizados. Porque não poderia ser material impresso evidentemente pelo analfabetismo. Aí o senhor falou, no caso do Rio Grande do Norte com Dom Eugênio, o rádio. E nos outros locais?

AR - Material visual.

NT - Havia filmes, vídeos?

AR - Agindo.... Veja bem. Era um problema de economia no sentido lato da palavra.

Fita 6 – Lado A

NT - Eram produzidos filmes também específicos?

AR - Também. A nossa idéia... A campanha tinha vários setores. Uma coisa simples; a estrutura era simples, mas sempre com uma finalidade funcional, digamos assim. E eu tinha então um setor para produção de material, produção de filmes, diapositivos.

NT - Quem trabalhava nesse setor?

AR - Era um técnico que eu trouxe do Ministério da Agricultura, que trabalhava nesse setor no ministério e estava descontente com o trabalho.

NT - Aquele que fazia as viagens?

AR - Não, era outro. Era um que só trabalhava em produção de material. Agora, um detalhezinho muito importante, que eu ia me esquecendo: é que houve um momento em que criou-se um conflito entre o ministro da agricultura e o ministro da educação. Porque o ministro da agricultura - que era o Cleófas, João Cleófas, político importante na época, muito influente junto ao Getúlio - ouviu falar na campanha de educação rural e disse: “Isto é um absurdo, isto tinha que estar no meu ministério!” E, como os técnicos que eu tinha trazido trabalhavam antes lá, ele tentou tirar os técnicos meus, proibir que os técnicos trabalhassem comigo porque eu era do ministério da educação. Ele não podia me atingir porque eu estava no ministério da educação, mas podia atingir os técnicos, porque eu tinha tido o cuidado de fazer um acordo, um convênio, para obter o apoio desses técnicos e desse serviço. Aí tentou cortar isso. Aí criou-se uma guerra, que se chamava guerra do alecrim e manjerona. Ele atuando junto ao Getúlio. O negócio era o Getúlio, que resolvia tudo. Então o Getúlio, salomonicamente, mandou que o DASP opinasse. Foi um despacho do Getúlio para o DASP. Acontece que o processo - enquanto isso eu estou trabalhando, não tomava conhecimento - caiu na mão de um amigo meu que conhecia o que eu estava fazendo, que era um técnico de administração de alto nível, Augusto Rocha, professor da escola de administração, um sujeito cultíssimo. Ele deu o seguinte despacho: “Dado que rural é adjetivo e educação é substantivo, somos de parecer que o serviço deve ficar no Ministério da Educação”. Sim, porque há coisas... há burrices que não permitem argumentação. Burrice às vezes é tão compacta que você não tem como atuar. Com esse despacho luminoso liquidou com o a fera e eu continuei com o serviço da educação. Anos depois eu encontrei com o Cleófas, tivemos uma conversa muito cordial. Mas realmente ele ia me explodir a campanha, se fosse um ... acabava. Tinha acabado antes do tempo em que acabou.

NT - Falando em Ministério da Agricultura, o senhor tinha comentado que esses técnicos que o senhor procurou - foi o início de todo esse movimento -, eles usavam os filmes americanos. Como eram os filmes que o senhor produzia? Que mensagem se passava ou como era?

AR - Eram filmes que em vez de ter um cowboy, você tinha um matuto brasileiro: a maneira como ele plantava, mostrando as técnicas agrícolas usadas por ele, e o que era possível melhorar, sempre no

sentido positivo, sem criticar, sem destruir, num sentido construtivo. Em cima daquilo era possível aumentar a produção e tal.

NT - Isso é importante. Como era isso? Quer dizer, era a idéia de que ele tinha algum conhecimento, esse matuto?

AR - Empírico, não é. Porque há um trabalho do Willems, muito importante, que me deu também uma base teórica para a campanha, onde o Willems defende a tese de que é sobre a base da agricultura cabocla - ele chama de agricultura cabocla. Ele mostra o lado positivo da agricultura cabocla. Não se trata de uma agricultura inteiramente atrasada, tem aspectos positivos. E ele analisa isso muito bem nesse trabalho. É um ensaio publicado numa revista. Curioso, eu acho que ele nunca pôs isso em livro. Mas eu vou reunir isso, o material que vou passar a vocês. Eu tenho isso aí. Isso é uma raridade.

NT - Eu conheço um artigo, mas não é nessa linha.

AR - Sabe que eu encontrei com o Willems - ficamos amigos - em Vanderbilt. Eu acho que contei isso para vocês.

NT - Só mencionou muito rapidamente.

AR - Ele foi convidado pelo Lynn Smith, levou o Willems para lá, e ficamos muito amigos pela vida toda. Ele me mandava as publicações dele.

MC - O senhor fala que foi muito amigo naquele período do final dos anos 40? Quando o senhor vai para Vanderbilt ele estava lá?

AR - Estava lá.

NT - O senhor falou da vez passada que ele voltou ao Brasil e não tinha mais a posição dele.

AR - Tinham extinguido a cadeira dele.

NT - Então o senhor retratava um matuto dessa forma: como alguém que tinha um conhecimento empírico. E esses filmes se perderam provavelmente?

AR - Provavelmente. Eu tinha também um filme feito pelo Padre Beil sobre o trabalho dele no litoral de São Paulo. Era muito interessante. Eram filmes sem técnica, rústicos, mas que transmitiam coisas, eram importantes para mim.

NT - Esses filmes seriam um material documental fundamental porque nós temos muita coisa em acervo, mas do Instituto de Cinema Educativo. Mas são coisas feitas...

AR - Esse técnico, por exemplo, que preparava esse material, já faleceu. Sobrinho do geógrafo Miguel Alves de Lima. Foi o Miguel que me levou ele lá. Eu digo: "Olha, isso me interessa, traz ele para cá".

MC - Essa experiência de cinema educativo não passava por lá? Foi feito no período...

AR - Não, não. Roquete, não. Era outra coisa. Era outra coisa, de outro nível. Eu acho que sobre a campanha...

NT - E havia preocupação de vocês de fazerem um registro das experiências locais em filme, vídeo?

AR - Por escrito. Era mais simples e direto. Eram os relatórios. Onde é que foi parar isso... Dos sobreviventes da campanha, eu tenho um rapaz que resistiu muito tempo. Afinal desesperou, saiu, foi para o Ministério do Trabalho. Francisco, nome todo eu não me lembro. Quem mais? Esse político baiano que faleceu há pouco. Tem um livro dele... tem um título até engraçado. Eu tenho o livro.

NT - Talvez esteja na bibliografia do seu livro também da Educação dos Grupos.

AR - Não, porque Educação dos Grupos foi escrito antes do livro dele.

MC - É um livro de memórias.

AR - É um livro de memórias. Facilmente eu encontro isso. Em casa eu tenho isso.

NT - Seria ótimo. E que outro sobrevivente, tem algum? Talvez interesse até para o José Leandro depois entrevistar.

AR - Carlos Alberto Medina ainda é vivo.

NT - Ele está bem, professor?

AR - Não sei. Há muito tempo não o vejo. Quem mais eu podia...? Criou-se uma situação um pouco difícil com Medina. Isso é off. Eu vou dizer. Não vamos gravar.

NT - Eu estava querendo saber sobre esse material... Os registros que eram feitos, mas o senhor já respondeu...

AR - Havia uma assistente social muito dedicada, muito dinâmica: a Diamantina. Paulista. Eu incorporei também. Há uma outra assistente que faleceu há pouco tempo também. Todas as hostes vão variando, não é. Essa gente era realmente de uma dedicação extraordinária. A campanha para mim teve um valor muito grande, não só por ser uma experiência de coisas que eu imaginava - é sempre bom você ver uma coisa concretizar-se, saber as deficiências, o que deu certo, o que não deu certo -, mas também porque eu entrei em contato com o povo. Muita gente que fala em povo e não tem a menor idéia do que seja. Me refiro ao povo, não é, necessariamente, a massa. Mas o técnico, o agrônomo que trabalha no interior. Ninguém sabe o que ele faz, ninguém sabe das dificuldades dele, um matuto, o homem da enxada. E os meus técnicos me diziam: “Professor, é uma verdadeira revelação para nós, esse contato com o povo, porque na escola, nós não temos contato com o povo. Na nossa formação, temos com colegas, com superiores, mas povo mesmo... O médico, por exemplo, dá a receita e depois vai embora...”

NT - Essa relação com os médicos locais na campanha de educação rural, em algum momento o senhor falou que foi um fator importante. Queria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

AR - Não foi fácil, não foi fácil. O contato com os funcionários locais nunca foi fácil porque eles olhavam para o meu pessoal como competidores. Receavam - estavam ali ou para tomar o lugar, quando era do estado, ou para reduzir, criticar, depreciar o trabalho deles. Isso tudo se prende a um tipo de sociedade, uma cultura impregnada desse personalismo que prejudica, que alguns chamam de individualismo. Eu acho que não tem nada de individualismo. É outra coisa. Individualismo é outra coisa. Mas, enfim, isto criava dificuldades, criava atritos, resistência. São Paulo eu tive isso. Era uma dificuldade...

NT - Era o lugar de maior dificuldade?

AR - Não digo que fosse o maior, a maior dificuldade. Havia dificuldades de outro tipo em outros estados.

MC - Essas dificuldades seriam em função dessa ação do governo federal no sentido dos serviços que já existiam?

AR - São Paulo é muito cioso, como vocês estão vendo agora. São Paulo recusa ajuda federal para acabar com os bandidos, que eles não conseguem acabar. Eles são ciosos. A mentalidade de 32 impregnou a burocracia paulista. E eu estou vendo o que eu senti durante a campanha, durante o SESP. O SESP para agir em São Paulo era todo um trabalho diplomático que tinha que ser desenvolvido. "Governo federal quer mandar aqui dentro do estado. Não pode...". É um país difícil, ao contrário do que o presidente nosso... Eu acho que é um país difícil.

MC - Quando o senhor viu aquela experiência inicial no Ministério da Agricultura, aquele médico, aquele técnico, aquele agrônomo, que saía pelo interior do estado do Rio, sul de Minas - você falou que aquilo ali era uma junção, uma espécie de junção de educação rural, técnicas comunitárias e missões rurais mexicanas, que o senhor teria tido contato com os seus colegas nos Estados Unidos. Que seria essa experiência de junção...?

AR - Não só colegas, mas publicações. Inclusive, financiadas pela Unesco. A Unesco ajudou muito as missões rurais mexicanas. Lá no México, a grande dificuldade era a diversidade de línguas. Porque são populações indígenas, nada que se pareça com o nosso caboclo. É índio mesmo, falando a língua indígena. Então o material tem que ser impresso na língua daquele grupo. Já pensou uma coisa dessa! É um negócio alucinante! Porque o espanhol é a língua do colonizador. Tem mais esse problema: é a língua dominante. Então, aprende-se espanhol porque é preciso, para viver, mas aceitar coisas na língua espanhola, coisas que dizem respeito à vida cotidiana, à família, que mexe com tudo isso, não é fácil. Agora, o sistema...

NT - Como é essa experiência das missões mexicanas?

AR - É uma equipe que ia para o interior, também equipada com carros, com furgões. Uma equipe constituída de médico, agrônomo, assistente social, enfermeira - porque com o médico tem que ir a enfermeira. Eu simplifiquei um pouco isso: quando era assistente social, tinha um treinamento de

trabalhar com o médico e eu dispensava a enfermeira. Agora, o tom das missões rurais mexicanas, me parece - veja bem, nunca vi de perto, nunca vi no campo - é que era uma coisa superficial. Era o que se tinha sido esse serviço do Ministério da Agricultura se tivesse continuado como eu o conheci. Chegava, distribuía folhetos, dava receita, não queria saber se o doente continuava com o tratamento, se tinha recursos para o tratamento. Saía, tudo voltava o que era dantes, no quartel de Abrantes. Ao passo que a filosofia da minha missão era deixar a semente e depois avaliar, fazer uma supervisão, revisar. “O que está acontecendo? O que é preciso?” Isso é um negócio que leva anos. E aí que a minha experiência não pôde ser devidamente avaliada. Eu precisaria de mais tempo para avaliar o efeito. “O que ficou? O que ficaria?” Esse autor desse livro, desse baiano, ele conseguiu acompanhar. Ele menciona no livro uma experiência ligada à campanha que continuou. Depois vou tirar um xerox dessas páginas. Entramos hoje no SESP ou deixamos para a próxima?

NT - Não. Antes do SESP a gente tem um capítulo, que Marcos está aguardando ansioso, porque é sobre os estudos de imigração.

MC - É, como nessa fase o senhor está dizendo que várias frentes são abertas, eu gostaria de saber, como o senhor se aproxima desses estudos... quer dizer, o senhor tem uma experiência na sua dissertação de mestrado, mas...

AR - Minha primeira aproximação foi através do Lynn Smith, que se interessava muito por imigração e colonização. No livro dele há um capítulo sobre isso, muito bem feito, sobre Brasil. Brasil, povo, instituições, que eu traduzi, tive o prazer de traduzir. Então, o primeiro contato que tive foi esse. Depois, eu vivi aquele período do pós-guerra onde o problema ainda era discutido - problema da imigração - e mal equacionado. Aí entrei em contato com Fernando Carneiro. O Fernando Carneiro, nesse capítulo, nessa matéria, foi da maior importância. Ele me poupou um tempo enorme de estudo.

NT - O senhor já tinha voltado dos Estados Unidos?

AR - Já tinha voltado. E com o Fernando eu participei do primeiro congresso de imigração e colonização, que se reuniu em Goiânia. O primeiro congresso... onde houve coisas absolutamente extraordinárias porque havia dois órgãos que tratavam da imigração: um do Ministério do Trabalho e outro do Ministério do Exterior. E como acontece no Brasil, os órgãos brigavam, entravam em conflito. O Conselho Nacional de Imigração, que era filosoficamente contrário à imigração, e o diretor do departamento do Ministério do Trabalho, que era, não digo “contrário”, porque encarava a imigração como uma fonte de renda pessoal. O diretor era um ladrão - para encurtar - era um ladrão, simplesmente. Além de todo parasitismo que ocorria em torno da imigração: o imigrante atrai o parasita, o burocrata parasita que explora. É uma coisa que acontece com o imigrante qualquer que ele seja. Então, o congresso foi a arena em que os dois órgãos se chocavam: “Não, mas isso quem faz sou eu!” “Não, senhor, isso é privilégio meu, isso sou eu que faço...!” Houve contribuições importantes. Se não me engano, Willems participou desse congresso, com uma conferência muito boa. Participaram representantes de ordens religiosas que trabalhavam com imigrantes. E até uma coisa que chocou muita gente: o congresso tomou conhecimento que o general Rondon, que era intocável, dificultava o trabalho dos missionários junto às colônias de imigração e juntos aos índios também. Isso é uma coisa que se fala agora. Onde foi que eu ouvi isso outro dia numa reunião aí? Mas naquela época, Rondon era ídolo nacional, Caxias, intocável por definição. pela primeira vez se disse isso. Houve também uma proposta de um militar, coronel Menezes Cortes, que depois ocupou cargos importantes. Naquela época o

coronel estava se iniciando em matéria de imigração, colonização. Ele defendia a tese dos trabalhos pelo exército: construção de estradas e etc... E o jovem sociólogo contrariou essa tese e derrotou essa tese no Congresso, porque achou isso uma manifestação fascista. Era uma imitação de regimes fascistas. Depois, ficamos amigos. Era um homem, aliás, admirável. Os cargos que ocupou, foi chefe de polícia exemplar. Menezes Cortes, era um homem de muito boa... e abandonou essas idéias. Não digo que tenha sido devido a minha intervenção um pouco áspera, mas refletia, depois, para um homem de boa índole, ele abandonou essas idéias.

MC - O senhor falou: o problema do pós-guerra mal equacionado. Gostaria que o senhor falasse um pouco.

AR - O Brasil perdeu a corrida da imigração após-guerra. Perdeu para o Canadá e para a Argentina, porque o governo não estava interessado e mais: era contra a imigração. Imigração era coisa tolerável. Eu conheço vários episódios importantes. Uma outra pessoa que trabalhou em imigração com quem eu aprendi muito, foi Arthur Neiva. Arthur Real Neiva que era meu companheiro na PUC, na barraquinha famosa da casota, onde estava Nilo Bernardes, Paulo Novaes. Eu tive o privilégio de conviver com essa gente. O Arthur foi diretor da escola de Sociologia do Padre Ávila. Então, lá convivemos. Então o Neiva me largou uma experiência extraordinária porque ele foi diretor do serviço de imigração. Então, recebeu uma visita de um cidadão que dizia.... Isso se passava no fim da guerra, nós estamos na Áustria, temos uma coletividade que veio da zona litigiosa entre a Rússia e a Alemanha, naquela zona confusa que os sujeitos perderam a nacionalidade. Isso é até contado num romance famoso, na época. Não sei se vocês se lembram disso. É um romance muito bom.

MC - Sobre a história desse projeto...?

AR - Não, sobre os sujeitos... apátridas. São agricultores especializados em agricultura de trigo, centeio, cevada, que podem ser encaminhados imediatamente para suas famílias para o sul do Brasil.

NT - Qual romance?

AR - O romance... pobre da minha memória hoje. Mas tudo isso eu organizo depois. Um romancista conhecido na época. Esse livro teve muita circulação por descrever esse problema. Mas, enfim. “Então nós damos...” – “nós” o que era? “Nós” era o governo americano. Era com honra que ocupava a região. Os Estados Unidos ocuparam uma faixa na Áustria e eles estavam lá. Tinham sido concentrados ali. “Nós damos o transporte para o Brasil e damos os navios, entregamos ao governo brasileiro”. O governo brasileiro não fez nada. E o Neiva passando ofício para cá. Depois o Neiva deixou o cargo quando chegou aqui: “É, não pôde, houve problemas, recursos...”

MC - Neiva deixou o cargo...

AR - De diretor. Era diretor do serviço de imigração.

NT - Neiva falece antes do fim dos anos 40.

MC - Não, é o filho. Arthur Real Neiva.

AR - Não é o velho, médico. É o pai dele.

MC - O Arthur Real Neiva... eu queria que o senhor falasse um pouco dele, porque parece que ele era um conhecedor profundo de imigração.

AR - Ele tem um trabalho com o Carneiro, com Fernando Carneiro. Que também é difícil encontrar esse trabalho. Eu mesmo tinha, mas não tenho mais, alguém carregou. É uma análise das estatísticas. Uma reconstituição das estatísticas de imigração desde mil oitocentos e tanto. É um trabalho realmente formidável. O Neiva era muito bom nesse tipo de coisa. E o Fernando Carneiro entrou com a redação do trabalho.

MC - Tem um outro personagem aí que aparece, que é o Jorge Latour.

AR - O Latour era do conselho nacional de imigração. Nunca me impressionou.

MC - Nesse congresso que o senhor participou, entrava em choque o Ministério do Trabalho, e Relações Exteriores em relação a imigração. Congresso de Goiânia.

AR - E a colonização, era também de colonização. Também não se entendiam. Porque o problema da colonização encosta na reforma agrária. Você não pode fazer colonização sem ter os instrumentos e divisão da terra. Não adianta. Você vai colonizar uma área de latifúndio, o imigrante, o colono é devorado. É devorado, é canibalizado. E há inúmeras experiências a respeito.

MC - Houve uma discussão nesse congresso sobre imigração para a Amazônia ou você se lembra de alguma discussão sobre o Instituto Internacional da Lei Amazônica?

AR - Não, isso veio depois. Aquele Instituto... o debate foi posterior a esse congresso.

MC - Mas nesse congresso há uma resolução do congresso de proibição da imigração para a Amazônia.

AR - Isso eu não me lembro.

MC - O senhor tem razão. Foi depois que o debate estourou. Mas já no Congresso de Imigração já há uma resolução de proibir imigração para a Amazônia...

AR - Veja a capacidade de previsão desses sujeitos. Formidável.

NT - E nesse congresso o senhor apresentou o trabalho sobre imigração italiana?

AR - Foi. Apresentei o trabalho. Depois esse trabalho... eu apresentei o esboço do trabalho porque realmente o trabalho eu apresentei a Unesco.

MC - No Congresso de Sociologia?

AR - No Congresso de Sociologia. E levei o trabalho do Fernando, que não podia ir, sobre imigração alemã.

MC - Na verdade, o senhor foi a esse congresso, mas o senhor teve alguma função mais... O senhor não teve uma função ligada a imigração, foi mais de estudioso...

AR - E só. Nunca tive uma função...

MC - Mas o senhor foi a esse congresso de Goiânia apenas para apresentar seu trabalho?

AR - Foi. Fui para apresentar meu trabalho.

MC - Mas esse congresso também tinha algum...

Fita 6 - Lado B

MC - E como se dá a ida do senhor a esse congresso de Sociologia de Zurique?

AR - Aí você abriu uma outra frente. Talvez fosse interessante deixar...

NT - De repente a gente podia deixar para a próxima sessão. A gente completa antes de entrar na esperada Fundação SESP. Agora, queria que o senhor falasse um pouco desse trabalho que o senhor apresentou um esboço. Esse trabalho o senhor chegou a publicar depois?

AR - Imigração italiana? Publiquei uma parte do trabalho.

MC - O senhor não publicou na revista de Sociologia?

AR - Publiquei. Porque a Unesco me deu um esquema muito limitado. Queria que eu escrevesse sobre aspectos políticos a imigração italiana e o Carneiro, da imigração alemã. Então tinha que estudar a imigração italiana para falar sobre a política. E a imigração alemã, a mesma coisa, o Carneiro, falar sobre nazismo. Nas colônias alemãs isso era um problema que foi inflacionado pelo Estado Novo. O Carneiro teve que botar os pontos nos "I"s. Mostrar que havia nazistas e antinazistas, que lutavam dentro das colônias. Muita gente tem idéia: "Alemão é nazista. Todo alemão". Nada disso. O Willems também teve esse problema.

NT - No caso da imigração italiana, o senhor falou que o senhor se baseou mais em fontes secundárias, jornal.

AR - Sim, jornais principalmente. Jornais italianos. Havia muito jornal italiano. São Paulo então.... Tinha um grande jornal de São Paulo, era italiano, escrito em italiano. Tudo isso existe aqui na Biblioteca Nacional ou existia.

NT - Aí depois o senhor acabou deixando...

AR - Eu tenho até hoje muito material sobre imigração italiana que eu não explorei.

MC - O senhor não fazia um trabalho como a Unesco desejaria de explorar mais a dimensão política. O que o senhor fez então?

AR - Eu fiz primeiro uma visão da imigração italiana. Problemas enfrentados pelo imigrante e depois problemas agravados pelo fascismo. Eu tive de fazer uma análise mais detalhada dessa parte.

MC - O senhor se lembra se essa discussão sobre os deslocados de guerra teve uma repercussão no Brasil maior ou não?

AR - Não.

MC - Arthur: Neiva chegou a ir a Europa visitar vários campos.

AR - Exatamente. Infelizmente, eu estou com uma pessoa que veio almoçar comigo. Vocês me desculpem.

NT - Imagine.

MC - O senhor falou só quatro horas...

Data: 03/08/2006

Fita 6 - Lado B (continuação)

NT - Depoimento do Professor José Arthur Rios. Dia 3 de agosto de 2006. Presentes Marcos Chor Maio, Nísia Trindade, José Leandro. Professor, nós falamos muito sobre a Campanha de Educação Rural na última sessão, mas nós gostaríamos, exatamente, de começar pelo ponto da imigração, antes de entrarmos na nossa Fundação Sesp. Inclusive nós gostaríamos de começar sabendo qual a história desse artigo e que o senhor nos falasse um pouco a história do artigo da imigração de confederados norte-americanos no Brasil.

AR - Sim. Bom, como eu disse a vocês, nasceu de uma trovaia, um encontro casual, com um diário de um confederado americano que eu encontrei na biblioteca da Louisiana State. E este diário me deu idéia de expandir uma pesquisa sobre esses confederados. Reuni a bibliografia americana da época, que existia lá, e fui incorporando os dados para escrever esse trabalho. Depois completei com os dados brasileiros e publiquei o trabalho aqui na Revista de Imigração primeiro, e depois no Boletim Geográfico. Na Revista de Imigração em dois capítulos, duas partes e no Boletim, integrado. De modo que esse trabalho que eu estou passando a vocês, em xerox, é, realmente, o trabalho na sua íntegra. Daí o meu interesse grande em imigração. Era grande na época essa preocupação. Estamos vivendo no após-guerra. O Brasil entra um pouco de mau modo, do ponto de vista das elites, um pouco de mau modo, de má vontade, na disputa das correntes imigratórias disponíveis naquela época. E meus contatos com Fernando Carneiro, Real Neiva, com Ferreira Reis, me orientaram nesse sentido. Eu me interessei muito por isso, me identifiquei muito com o grupo que lutava para trazer imigrantes para o Brasil, e nós perdemos. Devido à má vontade do governo, perdemos a corrida imigratória do após-guerra. Perdemos para o Canadá, perdemos para a Austrália, e perdemos para a Argentina. Que a grande massa de imigrantes disponíveis na Europa, inclusive os deslocados de guerra, e os que estavam apavorados.... Veja, estamos no clima da bomba atômica. Então havia uma quantidade potencial de imigrantes para os países remotos da Europa porque tudo indicava que o próximo conflito ia se dar em território Europeu. Bom, nós perdemos essa corrida porque o que nós trouxemos de imigrantes foi uma pequena quantidade, desprezível, diante da massa disponível na época.

NT - E qual era a tônica em termos dessa política de imigração, no caso do senhor, de Fernando Carneiro. Havia idéia de privilegiar algum grupo?

AR - Havia a idéia... não era uma imigração indiscriminada, porque nós sempre distinguimos imigração espontânea e imigração dirigida. E isso se reflete no estatuto da imigração que nós redigimos. E vocês encontrarão aí, num desses trabalhos. Se não encontrarem eu lhes fornecerei uma cópia. Foi um grupo que se reuniu a pedido do governo, sob a égide de um ministério, do Ministério da Agricultura, para elaborar um estatuto da imigração e da colonização. Porque a elite brasileira, a elite governamental, sempre se compensou com matéria escrita e com legislação para aquilo o que não faz na ação prática. Esse é um vezo bacharelesco brasileiro, que vem de longa data. Então nós preparamos o estatuto. Nesse estatuto nós distinguimos o que era imigração espontânea - então imigração espontânea é livre, vem quem quiser, quem puder. Imigração dirigida é outra coisa: o estado vai buscar o imigrante que lhe interessa. Qual o imigrante que interessa? É o imigrante que tem uma técnica agrícola, que tem uma tradição de agricultura e, na época, naturalmente, capaz de desenvolver determinadas culturas, como

era o caso da imigração da Europa Central, especialistas em trigo, cevada, centeio, etc, e o nosso Sul estava faminto desse tipo de imigrante. Em síntese era isso. Vocês vão ver detalhes na... Quer dizer, não havia discriminação, nem de raça, nem de língua, nem de religião. Isso aí é preciso deixar bem claro, no estatuto. Agora, nós dávamos uma ênfase muito grande ao aspecto colonização. Não é jogar um imigrante no interior. É o imigrante orientado para projetos de colonização, projetos que dividia a terra em pequenas propriedades e se distribuía entre os imigrantes. Quer dizer, no sentido de formar comunidades. A idéia de comunidade estava sempre presente nesse plano. A exemplo, porque isso se baseava, no ponto de vista, principalmente, de Fernando Carneiro, num imenso conhecimento histórico da imigração e da colonização, daquilo que tinha dado certo ou não tinha dado certo. Nós, graças ao Fernando, seus estudos, graças ao Lynn Smith também, nós sabíamos onde a imigração tinha dado certo em núcleos coloniais. E quais os núcleos coloniais que tinham desaparecido, ficaram extintos, desapareceram, por falta de condições, ou físicas ou sociais, para prosperar.

NT - Eu imagino que vários intelectuais participavam dessas discussões e desse grupo a que você está se referindo, dessa comissão. No caso, os trabalhos do Emilio Willems já eram discutidos nesse momento?

AR - Exatamente. O Willems, de certa maneira, intelectualmente participava disso. Outro que nos dava muito apoio.... Havia um grupo no Sul, um grupo muito grande no sul. E havia uma figura destacada, que eu me lembro, Vianna Moog. Vianna Moog estava dentro desse espírito. Era um desses intelectuais, na época, que apoiava isso.

MC - O senhor falou em grupo. O senhor se lembra quem fazia parte desse grupo? O senhor falou de José Fernando Carneiro que elaborou...

AR - Que eu me lembre, Fernando Carneiro, Manoel Diegues Júnior, Dario de Almeida Magalhães, um grande advogado e que deu a forma jurídica ao estatuto. Esses são os nomes que me ocorrem. Mas, vocês encontrarão, no estatuto, no documento que eu vou lhes fornecer, vocês vão encontrar as assinaturas.... Que nós chegamos a apresentar o projeto, nos reunimos, elaboramos o projeto e apresentamos. Estão as assinaturas lá.

MC - Foi apresentado o projeto...

AR - Ao governo.

MC - E... o que aconteceu? Morreu.

AR - Morreu.

MC - O senhor falou que havia no projeto duas políticas. Uma de imigração espontânea e a outra, dirigida. Na época existia já conhecimento de algumas circulares secretas que havia do Itamaraty para limitar a entrada de certos grupos étnicos?

AR - Já, já. E vou lhe dizer mais. Eu tinha um trabalho do Neiva e do Fernando Carneiro que era uma reconstituição das estatísticas imigratórias, desde o Império. Um trabalho notável. E esse trabalho desapareceu do meu arquivo. Este trabalho começa transcrevendo com uma circular do Ministro do

Exterior aos cônsules brasileiros proibindo imigração de judeus. Quem assinava essa circular? Oswaldo Aranha. Oswaldo Aranha, o fundador do Estado de Israel. Transcrevemos essa circular. Agora, eu não encontro esse trabalho. É uma coisa incrível isso ter desaparecido aqui do meu arquivo.

NT - Isso pode pesquisar, se encontrarmos...

AR - Isso deve haver em biblioteca, tal, deve haver esse trabalho. Mas eu tinha isso e ainda não desisti de encontrar. Caso encontre, farei chegar a vocês. Que é um documento de certa importância. (risos) O Oswaldo Aranha não tinha feito inteiramente a sua conversão à democracia. Então, essa circular é uma coisa tremenda. Bom, os arquivos do Itamaraty devem ter coisas preciosas. O diário de Joaquim Nabuco, que só agora se descobriu, foi publicado. É uma coisa incrível isso! O diário de Joaquim Nabuco! Meu deus do céu! Estava lá guardadinho! Foi preciso que agora alguém encontrasse e trouxesse à luz. Os relatórios dos cônsules.... Deve ter coisas formidáveis, uma mina para o pesquisador.

NT - Professor, uma dúvida que eu fiquei. O senhor falou da análise dessas experiências de imigração, mas vocês devem ter feito também, imagino, uma avaliação do trabalho da comissão de imigração de 34, se não me engano, que foi coordenada pelo Oliveira Vianna... que foi o trabalho anterior, que também nem tudo se implantou. Havia um debate com esse trabalho anterior ou...?

AR - Não. Veja bem, nós não éramos o fórum de imigração e colonização. Nós tínhamos o objetivo concreto de elaborar um estatuto e tínhamos prazo. E nós mantivemos estritamente dentro do prazo. Então o conhecimento que alguns tinham de fatos anteriores, de experiências anteriores, era uma coisa muito individual. Não se tratava de avaliar essas experiências. Isso não fazia parte do nosso esquema de trabalho. Incidentalmente, na reunião, eu nem sei nem se ainda se encontrariam... Deve haver os anais desse grupo. Nós tínhamos uma secretária que anotava as discussões. Não sei se era taquígrafa. Não me lembro mais. Creio que não. Mas ela fazia o resumo das discussões. Isso deve estar em algum lugar, perdido em algum arquivo, se não foi para Brasília.

NT - Pergunto isso porque em 34, nessa comissão, um dos participantes foi Roquete Pinto, e um dos debates era do imigrante desejável, do não desejável.

AR - Isso era uma discussão cerebrina. Qual é o imigrante desejável? Nós brincávamos muito. Dizíamos que o imigrante desejável era o sujeito... que havia inclusive um pensador da época, que escreveu um livro com a maior seriedade, intitulado A criança é o melhor imigrante. E o Fernando Carneiro respondia: “O imigrante é a melhor criança, já vem adulto”. (risos) Desses fenômenos. Então o nosso imigrante é um sujeito adulto, alfabetizado, que tinha uma técnica agrícola, esse é o ideal. Mas se trouxesse crianças com ele, família, tudo bem, porque iam se criar direitinho. Nós perdemos tempo com coisas cerebrinas, que, na realidade, eram pretextos para não trazer imigrantes. Essa é que é.

MC - Eu queria saber quais eram os valores apresentados na época para não trazer imigrantes?

AR - As razões eram formidáveis. As razões eram o seguinte: Primeiro, ao trabalhador brasileiro, tem que ser protegido. Então o imigrante vai fazer concorrência ao trabalhador brasileiro. O que é uma coisa completamente idiota porque o imigrante vai criar trabalho, vai criar empresas (risos) e vai,

naturalmente, trazer possibilidades de trabalho para o brasileiro. E havia também um certo racismo envolvido na história, latente. Havia um certo racismo.

NT - Em relação a vários grupos de imigrantes ou a alguns específicos?

MC - Alguns, é claro. Alguns imigrantes não eram desejáveis porque não correspondiam ao ideal eugênico de brasileiro. Imagine, ideal eugênico de brasileiro! Brasileiro, na época, coitado, sofria de malária, ancilostomose, uma série de coisas. Mas era o ideal eugênico de trazer o imigrante que corresponda.... Havia muita tolice sobre debate sobre imigração. Então, na realidade, não se queria imigrantes que atrapalhava. Imigrante atrapalha.

MC - Que grupos específicos eram objeto de discussão em termos raciais?

AR - Havia um grande debate em torno de japonês. Se japonês...

MC - Nesse período já do pós-guerra?

AR - Se era desejável ou não. Houve até sujeitos muito sérios, pensadores que escreveram trabalhos: o perigo amarelo. O japonês não se assimila. Você vai para São Paulo e vê japonês casando com mulata, com preto, todo tipo de mistura. Que é uma tendência da cultura brasileira. E não se levava isso em conta, absolutamente, por mais que os antropólogos martelassem, e Willems, principalmente, não se acreditava nisso. Havia uma má vontade, um perigo amarelo.

NT - E como era a presença dos antropólogos nesse debate? Porque aí novamente, estou fazendo mentalmente, uma comparação com a discussão de 34 - eu li um pouco sobre isso. Porque ali a autoridade da antropologia era Roquete Pinto, muito pela história da antropologia física, se havia grupos degenerados, se não havia. A antropologia nesse período que o senhor está se referindo já tinha uma outra perspectiva. Como é?

AR - Sim, uma outra perspectiva. Era uma visão mais cultural. E, portanto, já tinha se desprendido de uma série de preconceitos. Mas isso ainda era o privilégio de grupos isolados. Veja bem, nós estamos vivendo numa época em que a universidade está engatinhando. A universidade não tinha se transformado na caixa de ressonância dessas idéias. Isso tudo a gente tem que lembrar, para compor um quadro. Mas não é como uma época que você tem uma universidade e já tem voz, já é um trampolim para valores que emergem. Nós temos Gilberto Freyre, na época, Emilio Willems, eram vozes isoladas. Sergio Buarque, não é. Então você tinha que estar atento a essas vozes isoladas para compor um quadro de conjunto.

MC - Eu só queria registrar com o senhor um fato muito curioso. Estava lendo outro dia uma pesquisa sobre a lei Afonso Arinos e aí a lei Afonso Arinos era aprovada em julho de 1951, no mesmo momento que o governo elimina um decreto que havia de proibição de judeus no Brasil. Isso em julho de 1951. Saiu uma manchete na Tribuna da Imprensa: É aprovada a lei Afonso Arinos. E cai a restrição em torno de judeus, em 51.

AR - Por aí vocês vejam que não se pode falar em antropologia implantada e vociferante. Não existe. Existem vozes isoladas.

MC - Então, basicamente os grupos, a questão dos grupos, era basicamente judeus, japoneses.

AR - Japoneses. Eram os grupos que... Eu até, devo dizer a vocês, eu me lembro de uma certa polêmica interna, nesse grupo, entre Willems e Fernando Carneiro, de um lado, e Gilberto Freyre, de outro. Porque Gilberto Freyre, ele na época, não era muito sensível à imigração. A tônica de Gilberto era o Nordeste, o negro, a miscigenação, mas ele não conhecia, não tinha intimidade como o Willems e o Carneiro sobre imigração no sul e a história das colônias no sul do Brasil. Então, ele entrou um pouco - ora... agora me lembro, isso é muito interessante - ele entrou um pouco na idéia do quisto, a idéia do quisto racial. Idéia que era partilhada por Rachel de Queiroz, que escreveu artigos no Cruzeiro contra os quistos raciais no sul do Brasil, denunciando os brasileiros do sul que só falam alemão, por exemplo. É preciso o governo entrar com ação enérgica tal e coisa. Eu então escrevi uns artigos desaforados, publicados num boletim que evidentemente ninguém... o boletim da Resistência Democrática. Um artigo intitulado os Quistos da Rachel - veja você, uma falta de respeito total. Hoje eu nunca usaria esse título, mas eu fiquei tão irritado com a falta de compreensão de uma pessoa como Rachel de Queiroz, que era uma democrata, uma pessoa de idéias abertas, tal, escrever contra... Porque nós explicávamos. Cansávamos de explicar que a manutenção da língua estrangeira era uma resultante da falta de presença do governo brasileiro nas colônias. E juntávamos documentos inúmeros, em que o imigrante pedia escola, pedia padre, pedia médico, e o governo não dava. Então o alemão ia buscar na Alemanha. Ia buscar médico, ia buscar pastor, o padre na Alemanha. E aí chegava um sujeito na colônia e via pretos falando alemão: “Que escândalo! Como isso? Então o governo....” O governo não fazia nada! E o alemão tem um nível de vida, uma qualidade de vida. Aquilo era necessário a ele para ele manter sua integridade cultural. Mas ele queria ser brasileiro, e também juntávamos documento sobre isso. Era uma mentira que o alemão quisesse manter... Agora, quando surgiu o nazismo.... É claro que os nazistas não iam perder essa oportunidade.... Tentaram pontas de lança nessas colônias e foram combatidos dentro das colônias. Aí o Estado Novo, na sua sabedoria, destacou um militar para nacionalizar as colônias. Então, você já percebe as barbaridades que aconteceram. Bíblias de família rasgadas, destruídas, confiscadas e destruídas, lápides de túmulos em alemão quebradas, violência de toda ordem.... que era preciso nacionalizar. Isso era violentar tudo que nós sabíamos sobre a história das colônias. Os teutos lutaram desde a Guerra dos Farrapos. Então você tem a presença de alemães, de colonos alemães, nos dois partidos dos Farrapos. Então que fenômeno é esse? Que nacionalização é essa que vocês pretendem, não é? Então é uma história extremamente interessante, fascinante mesmo, e pouco conhecida. E Gilberto não estava familiarizado. Essa é que é a verdade. Depois, inteligente como era, ele percebeu que o fenômeno não tinha nada a ver com o Nordeste, com a miscigenação. Era outra coisa, era outro fenômeno.

MC - Fiquei tão encantado de ouvir o senhor falar sobre isso. A impressão que se dá que essa é uma discussão que vem do Estado Novo e se reflete no período pós-guerra. (...) o Cruzeiro, o Gilberto Freyre como (...) ele já tinha falado sobre isso durante a guerra.

AR - Sim. Vocês podem até verificar na própria bibliografia do Gilberto que não há muita coisa sobre o sul do Brasil. A preocupação dele é nordeste, a zona da cana de açúcar, a zona da Casa Grande, o complexo Casa Grande e Senzala, e até foi criticado, na época em que saiu o livro, que ele não via os outros Brasis. E houve até alguns autores, como Djacir Menezes, que escreveu outro nordeste. Para lembrar ao Gilberto que havia outra coisa, além daquele nordeste da Casa Grande, da cana-de-açúcar. Isso tudo é um grande debate da época.

MC - Quando o senhor estava falando, eu me lembrei que o tema da imigração também apareceu na discussão do projeto da criação do Instituto Internacional da Lei Amazônica.

AR - Sim, mais tarde isso.

MC - Essa discussão foi 48, 49, 50. Interessante, porque me lembro de Carlos Lacerda escrevendo no Correio da Manhã, apoiando a vinda de imigrantes e havia dentro da Comissão de Imigração e Colonização, a exemplo de Jorge Latour, que era contra essa imigração. Interessante, porque essa discussão também houve dentro dessa proposta.

AR - Você lembrou bem. Lacerda marcou presença com uma reportagem que ele publicou na revista do Bolsas no Observador Econômico. Reportagem que marcou época. Porque o Lacerda não entendia nada de imigração, e de repente, tendo recebido do Bolsas um pedido para escrever sobre imigração, ele leu um armário, uma biblioteca, se impregnou e descobriu - aquela capacidade extraordinária que ele tinha de assimilar - ele descobriu não só a linha certa, a linha correta, como também todas as tolices nacionalistas que estavam prejudicando a solução do problema. Essa reportagem, cuja data não sei, vocês encontram na coleção do Observador. Marcou época. É da maior importância. São coisas que a gente vai lembrando.

MC - Excelente...

NT - E teve bastante repercussão?

AR - Muita repercussão.

MC - É um artigo dele?

AR - É um artigo, mas longo. Se não me engano, em vários artigos. Aí não tenho muita certeza. Agora, aí meus arquivos falham. Eu não tenho esse trabalho dele.

NT - O senhor terá provavelmente. Nós vamos encontrar na Fundação Getúlio Vargas e damos nota para o senhor.

AR - Vocês encontrarão. Como também os ensaios do Fernando Carneiro. Na Psicologia do brasileiro alguma coisa. Os livros dele esgotados, ninguém os têm. Eu tenho a Psicologia do Brasileiro, mas ele nunca pôde publicar o livro que ele tinha a capacidade e a competência...

Fim da fita.

Fita 7 – Lado A

AR - ... nesse debate. Não só pela atuação direta dele, mas pela influência pessoal, pelos contatos que ele fazia, pelas advertências, pelo esforço dele junto, por exemplo, ao Orlando Dantas do Diário de Notícias, para publicar determinados artigos, determinadas pessoas.

MC - Na verdade, nós estamos falando sobre a questão da imigração e o senhor foi apresentar um trabalho sobre imigração no Congresso Internacional de Sociologia, Zurique, 1950. Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre essa experiência que o senhor teve. Como o senhor chegou a esse Congresso?

AR - É verdade. Como cheguei a esse congresso.... Interessante isso. Pergunta as vezes que desperta coisas esquecidas. Eu tenho impressão que a Unesco - se bem me lembro - a Unesco se dirigiu a alguém no Brasil, pedindo que indicasse duas pessoas para escrever sobre imigração, imigração italiana e sobre imigração alemã. Especificamente sobre aspectos políticos, comportamento político. Porque a Unesco via a coisa do ponto de vista das minorias. Essa era a perspectiva da Unesco. Minorias em conflito com governos, ou que não estavam em conflito e que mantinham sua integridade de minorias. Então, dirigiram-se a alguém no Brasil, provavelmente ao delegado da Unesco no Brasil - não me lembro mais quem era - e essa pessoa entrou em contato com o Fernando Carneiro pedindo que indicasse uma pessoa para escrever o trabalho sobre os italianos.

MC - Seria Paulo Carneiro?

AR - Pode ser, pode ser.

NT - Mas não tem nenhum parentesco com o Fernando Carneiro?

AR - Não, não tem.

MC - Não, porque ele falou em delegado....

AR - Mas pode ser que Paulo Carneiro, atuante em Paris, tivesse indicado Fernando Carneiro, que ele conhecia muito. Claro. Então, o Fernando Carneiro me indicou para fazer o trabalho sobre os italianos. Eu apresentei esse trabalho e - me lembro bem - Fernando Carneiro não pode ir ao Congresso. Ele tinha uma certa aversão a congressos, esse tipo de coisa. Ele disse: "Você vai e apresenta os dois trabalhos". Eu me lembro de um certo ceticismo...

NT - Ah, o senhor apresentou os dois, tanto da imigração italiana, como da alemã. Alemã foi ele que fez?

AR - Ele que fez. Bem, eu me lembro de um certo ceticismo europeu em relação às coisas que eu dizia. Aquilo era um mundo... Eu percebia.... Os sociólogos europeus não entravam naquele negócio... achavam... Havia barreiras intelectuais, pelas perguntas que depois me fizeram. Curioso isso. Eles não tinham sensibilidade. Eles estavam muito envolvidos nos problemas do após-guerra europeus. Problemas sociais. Problema operário. Eu me lembro que tinham muitas teses que versavam sobre isso e tinham dificuldade de entender esse mundo. E eu não conseguia em meia hora de apresentação, evidentemente, traçar um retrato do Brasil, resumir a sociologia brasileira. Eles tinham remotamente ouvido falar em Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala, imaginavam que o Brasil inteiro fosse uma casa grande e senzala. Quando você fala em alemão no Brasil, em italiano, era uma coisa meio estranha. Não assimilavam bem. Porque houve também do lado europeu, houve um hiato no estudo da imigração para o Brasil. Houve um hiato. Depois de um certo tempo, a guerra com choques... A imigração para

o Brasil diminuiu, diminuiu com a República, diminuiu mais ainda com o Estado Novo. Então havia um certo desinteresse e se esqueceu uma enorme bibliografia existente sobre imigração, as imigrações para o Brasil.

NT - Havia organização no congresso com grupos de trabalho, grupos temáticos? Imigração era um tema importante?

AR - Minorias. Então, o que se diria por minoria? A Bélgica. A Bélgica era o caso de minoria para o europeu. Perceberam? Então...

MC - Em função dos grupos que constituíam a população belga ou em função de ser a Bélgica pequena?

AR - Não, em função dos grupos, dos choques lingüísticos, culturais, entre os dois grupos que dividem...

MC - O senhor se lembra quem estava do Brasil, além do senhor? Outro sociólogo que estivesse nesse Congresso?

AR - Não. Nesse Congresso, não. Não me lembro, não. Do Brasil... Eu acho que nós só fomos convidados porque tínhamos recebido uma tarefa, uma incumbência. Em função dessa tarefa, do estudo das minorias, daí que nós participamos. Não me lembro de outro. Se havia algum outro, era como acontece em todos os congressos, algum penetra, algum pára-queda viajante, estava lá, se inscrevia, entrava no congresso, mas não era um especialista conhecido.

NT - Nesse momento o critério de participação no congresso era a partir da encomenda de um trabalho ou o senhor acha que isso foi uma coisa específica do Brasil? O senhor tem noção disso?

AR - Não, eu acredito que o congresso fosse aberto a europeus e norte-americanos. Agora, quanto aos demais, eu tenho impressão que era mediante convite. Mesmo porque, aliás, era caro. Tem o problema do preço da passagem.

NT - Foi seu primeiro congresso internacional?

AR - Foi, foi.

NT - E como o senhor viu essa experiência do contato com sociólogos? O senhor tinha muito contato com os norte-americanos, que nós já falamos aqui, mas com esses sociólogos europeus, como foi? Houve diálogo? O senhor já falou desse estranhamento.

AR - Havia uma certa curiosidade. Mas não havia o fenômeno brasilianista na época. Tinha o sujeito que conhecia o Brasil. Bastide, por exemplo.

MC - Ele estava no Congresso?

AR - Não tenho certeza, mas era conhecido. Mas não me lembro de uma presença muito marcante. Agora, num outro congresso, no segundo congresso... esse foi de grande importância. Foi o congresso em que houve o primeiro contato com os sociólogos russos.

MC - O senhor se lembra da data? Eu acho que é 54.

AR - Eu acho que é 54.

MC - Tem um congresso que eu acho que é Amsterdã.

AR - Amsterdã, exatamente.

MC - Que Costa Pinto também vai. Fernando Azevedo estava nesse congresso.

AR - Exatamente. Foi um congresso da maior importância.

MC - Eu estou falando tudo isso, mas isso é o conhecimento que eu tenho.

AR - Eu tenho documentação, e mais: eu tenho um documento muito valioso de um sociólogo americano, não muito conhecido, mas que tinha trabalhos. Eu tenho isso. Não trouxe porque não me ocorreu que viesse à baila esse assunto hoje. Mas eu tenho um livro onde ele descreve esse congresso, minuciosamente. E é muito importante. Foi um primeiro momento em que houve o contato entre os sociólogos do Ocidente, digamos assim, e os russos. E me lembro de coisas extraordinárias que aconteceram, porque os russos, evidentemente, compareceram com todas as salvaguardas. Não falavam língua nenhuma, só falavam russo. Tratando-se de russos, é uma coisa absolutamente inaceitável, inacreditável. Só falavam russo, viviam em grupo, chegavam em grupo, saíam em grupo, não tinha quase contato nenhum com os ocidentais. E me lembro que se anunciou uma conferência de uma socióloga russa e foi uma curiosidade enorme, o auditório lotado, tal, e a socióloga russa revelou essa coisa espantosa que “na Rússia as mulheres tinham direitos”. (risos) Uma coisa realmente extraordinária. E coisas assim, dessa ordem. Agora, me lembro também da presença nesse congresso, de uma grande figura americana, o Wright Mills, que tinha estado na Polônia e tinha uma experiência da sociologia polonesa, onde a coisa já estava rachando. Esse congresso daria margem para coisas muito curiosas, mas enfim, eu me lembro nitidamente dessa situação, desse quadro, e me lembro muito quando conheci o Wright Mills. Era uma grande figura. Aqui no Brasil foi logo qualificado como de esquerda. Não era bem isso. Ele era um Jeffersoniano. Era um liberal americano Jeffersoniano, contrário a todo tipo de autoritarismo, de totalitarismo. Extremamente aberto. Muito crítico do sistema americano, da estrutura americana, do governo americano, na época. Uma figura interessantíssima com quem eu tive oportunidade de conversar. Naturalmente, não tinha nada a ver com o esquerdismo russo, soviético, que ele conheceu na Polônia, quando deu o curso na Polônia. Ele era extremamente crítico do sistema da Polônia. Eu tenho impressão que ele não foi a Rússia. Não me lembro bem, mas tenho a impressão que ele não chegou a ir a Rússia. A imaginação sociológica, eu acho o Mills, da maior importância. Porque racha com várias coisas, inclusive vários preconceitos metodológicos. Precisavam ser destruídos e, com grande autoridade e muita graça, ele acabou...

NT - O diálogo com a História, com a Antropologia.

AR - É.

MC - Retomando o congresso de 50. A gente vai voltar o momento de 54, a gente pode retomar esse congresso da sociologia. O senhor se lembra, o senhor fez referência a Wright Mills no III Congresso da Associação Internacional de Sociologia. No II Congresso que o senhor esteve, teve algum sociólogo que lhe chamou atenção?

AR - Sim, Gurvitch. Que na época... Curioso que ninguém mais fala em Gurvitch. Interessante isso.

NT - Na minha época de graduação se falava muito.

AR - Pois é, exatamente. Era uma autoridade muito falada. Me lembro do Gurvitch. Havia outros americanos.... Moore... Aí eu precisava rever um pouco.

MC - O senhor estava levando um trabalho sobre imigração nesse congresso. O senhor tem algum registro desse momento que se discutia esse projeto da lei amazônica?

AR - Não tenho a menor lembrança disso. Eu estaria já, talvez, desviado para outros assuntos, outros problemas. Eu acompanhei isso muito de longe. Achando até engraçado pela maneira como a coisa me chegou, achando uma coisa fantástica dos dois lados. Tanto a idéia do Instituto, da maneira como foi apresentada por aquele cidadão do Instituto americano.... Como era o nome dele? Era um pensador americano, entre aspas...

MC - Que teria apresentado para o senhor...?

AR - É. Disparou a discussão, pela maneira como ele apresentou. Era uma coisa totalmente absurda.... E a reação também brasileira, nacionalista. Então, eliminando qualquer possibilidade de estudo científico da Amazônia. Eu me lembro disso, desses extremos do debate.

MC - O senhor até me fez lembrar, falando desse americano que agora não estou conseguindo localizar, mas me lembrou do Arthur César Ferreira Reis que o senhor falou que estava no grupo que discutia política de imigração.

AR - Sim, e que tomou uma posição contra o Instituto, me lembro disso. A posição do Ferreira Reis me lembro bem. Eu tinha uma relação pessoal com ele, o Ferreira Reis. Aqui no Rio. Ele era professor na PUC e eu convivi com ele. Nem sempre concordando com as posições extremas dele. Depois ele foi ficando muito nacionalista e eu não aceitava muito essas posições.

NT - O senhor tem mais algum ponto de imigração? O senhor está fazendo esses trabalhos de imigração e vai coincidir em algum momento com seu trabalho na campanha de educação rural, não? Pelo menos num ano. Estou aqui me prendendo na cronologia.

AR - Vai coincidir no seguinte ponto: havia uma colônia holandesa em São Paulo, entre São Paulo e Campinas chamada Holambra. E eu, militante da imigração, considerei a Holambra como um campo de estágio para meus treinandos na campanha. Então eu os obrigava a ir, a visitar a colônia para ver o

que era uma colônia realmente planejada, pensada e liderada. Uma colônia democrática cujo líder era um padre holandês que tinha sido crítico de cinema na Holanda. Uma grande figura. Grande figura.

NT - Você lembra o nome?

AR - Não me lembro. Mas eu me lembro do seguinte: que a colônia queria se expandir. A vocação da colônia era expansão. Famílias tinham filhos e pensavam aonde iam pôr os filhos, não é. Toda a colônia tem essa vocação para expansão. E a colônia era cercada de latifúndios. Você via a colônia, aquela coisa formidável: pomares, aquele gado holandês formidável. Entrava no latifúndio brasileiro: aqueles cupins, a terra arrasada, o gado lamentável. Então os holandeses quiseram comprar a terra em torno. Não venderam. Os proprietários se recusaram a vender. Então a colônia ficou como que estrangulada. Eu previ que no fim de um certo tempo, ou eles iriam cessar a imigração - naquela época ainda estavam recebendo casais, haveria um momento que eles não teriam mais terra para ceder. E o governo brasileiro de braços cruzados. A obrigação era imediatamente desapropriar a terra em torno - era uma terra barata, para o governo seria barato - e deixar que os holandeses se expandissem lá. Não fizeram.

NT - Isso é uma questão que agora o senhor falando, eu fiquei aqui pensando. Nós estamos lendo seu livro Educação de Grupos e há todo aquele debate do que é vizinhança e do que é comunidade. Essas colônias, como essa de Holambra, essa colônia é que seria esse modelo de comunidade? Seria isso ou eu estou forçando um pouco?

AR - Holambra: Holanda e Brasil. Eu acho sempre perigoso você privilegiar um grupo concreto com um modelo, porque a realidade é muito rica. Amanhã surgem outros grupos com as mesmas características de comunidade, mas dentro do meu plano de trabalho, dentro da minha utopia social, a Holambra era uma comunidade modelo.

NT - Era uma comunidade?

AR - Era uma comunidade.

NT - O que não era muito comum, salvo erro de leitura, na sua análise, sobre o Brasil.

AR - Exatamente, exatamente.

NT - O senhor poderia falar um pouco dessas características de comunidade, no caso, em Holambra. O senhor falou já alguma coisa, mas para a gente entender.

AR - Veja bem, nós estamos diante de um aglomerado rural. Então no meu entender, era uma comunidade porque era uma cooperativa, primeiro. A Holambra era organizada como cooperativa. Os participantes, portanto, eram também cooperados. Eles produziam para uma cooperativa que se encarregava de distribuir a produção, de vender a produção e de lidar com o mundo exterior. E era também uma comunidade que tinha uma liderança. Uma solidariedade e uma liderança. Não preciso dizer que tratando-se de holandeses, que era uma comunidade onde as pessoas tinham um nível de instrução onde se ouvia música clássica. O padre - eu me lembro, uma vez quando estive lá - o padre estava ouvindo Bach, isso no interior do Brasil. Era realmente um outro mundo, era uma coisa que nós desejaríamos que fosse... Até me lembro de uma palestra que eu fiz onde eu descrevia isso, e um

cidadão que estava presente, um cidadão brasileiro, inteligente, ele disse: “Bom, mas isso pode-se fazer na Holanda, que é pequeninha, mas não no Brasil”. “Não, meu amigo, mas não pense em termos de Brasil, pense por exemplo em termos de Alagoas. Imagine se Alagoas tivesse 20 Holambras.... Mudava completamente a fisionomia do estado”. (risos) É uma forma um pouco caricatural de mostrar o absurdo do raciocínio. Pequeninho, o tamanho aí não quer dizer nada. Quer dizer, é a qualidade da vida, do aglomerado, e era isso que nós desejávamos melhorar.

NT - Mas essa qualidade, agora o senhor falando, a gente vai pensando que já refletiu sobre o assunto, já leu, e o senhor falando, eu me lembrei de algumas reflexões do Emilio Willens, no mesmo texto que eu li, com a idéia, se não me engano era Colônia da Felicidade no Sul, que ele falava que dentro das condições de organização no Brasil, os próprios colonos alemães teriam se acabocladado ou teriam se tornado também rústicos. Mas isso não acontecia em Holambra ou o senhor tem uma visão um pouco diferente?

AR - Exatamente. Não, não. Acontece o seguinte, enquanto você consegue manter as condições de produção e qualidade de vida, a comunidade se mantém. Você não vai esperar que as comunidades sejam eternas. Isso não existe. E, principalmente, num ambiente que seja hostil, seja adverso. Então tem que haver um esforço muito grande para manter aquelas condições. E evidentemente você precisa de um governo que dê o apoio externo a essas comunidades. O que não acontecia no Brasil, que sempre olhou com má vontade para a colonização estrangeira. É história do sul do Brasil. Você tem dezenas, eu diria até centenas, de histórias de comunidades, e não prosperaram. No Espírito Santo, você tem casos de alemães que se acaboclamaram. Um caso que eu conheci, eu estive lá. Um alemão descalço, de cócoras, como qualquer caboclo, qualquer matuto, qualquer jeca-tatu, pitando seu cigarro de palha e doente, indiferente, loirinho. Loirinho. Que adiantou ser loiro de olho azul? A cultura foi para o brejo. Não conseguiram manter a integridade cultural. Então isso é muito relativo. Depende muito das condições externas. E o Willens estudou muito isso, em Santa Catarina, colônia de Santa Catarina. Outras prosperaram. Tornaram-se cidades. É a origem de Joinville, Blumenau, e outras tantas cidades do interior do sul de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande. Menos freqüentes à medida que a fronteira com o latifúndio vai se tornando mais próximo. A tendência do latifúndio, naturalmente, é engolir essas comunidades. Primeiro, usando o imigrante como mão de obra. A política imigratória do latifúndio, que foi a política imigratória do Império e da República: imigrante é mão de obra, e temos conversado. Não é imigrante pequeno proprietário. Isso é conversa fiada. Nós queremos imigrante para substituir o escravo, o imigrante assalariado. E é o drama da colonização italiana que eu estudei em São Paulo, que você tem o imigrante italiano proletário, mão de obra e o imigrante italiano pequeno proprietário. São mundos completamente diferentes. É o mesmo italiano. Só que para a mão de obra correu o italiano do sul que já era um proletário na Itália, já estava acostumado ao sistema do latifúndio siciliano, calabrés, etc. Então encontraram naquele sistema no Brasil uma forma de acomodação, porque eles estavam premidos por problemas de sobrevivência. Então esse imigrante se adaptou perfeitamente, é um operário como outro qualquer. Depois foi para indústria ser operário na indústria. Mas já o italiano do norte que veio destinado a uma colônia era o pequeno proprietário e continuou pequeno proprietário no Brasil e teve grande sucesso como pequeno proprietário na sua agricultura. São duas espécies diferentes. E isso ninguém distingui: “Ah, os italianos”. Não. Precisa saber para onde foram uns e para onde foram outros.

NT - Além dessa colônia de Holambra, nesse trabalho da campanha de educação rural, o senhor identificou outras comunidades com base na imigração ou não?

AR - Bom, eu usava Holambra devido a proximidade de Pinhal, onde eu tinha um centro de treinamento. De modo que Holambra era ideal para mim porque sem maior despesa, sem maior desgaste, à uma hora de ônibus, eu tinha ali uma vitrine, uma demonstração daquilo que eu pretendia que a minha missão rural desenvolveu-se, fosse com imigrantes, não fosse com imigrantes. Enfim, eles entendiam vendo aquilo, o que era. Eu tinha nesse centro de treinamento, eu tinha gente que vinha de vários lugares do Brasil, principalmente nordestinos. Não tinham a menor idéia do que fosse a colonização no sul do Brasil. Não sabiam nada disso e nem tinham idéia muito clara do que fosse um sistema de pequena propriedade familiar. Estavam acostumados ao latifúndio da cana, do algodão e tal, então a pequena propriedade familiar era um negócio meio misterioso. Então eles viam ali concretamente como funcionava essa comunidade. Então - respondendo a sua pergunta - não era propriamente um curso de colonização que eu estava dando, porque aí eu chamaria outros casos de colonização, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo. Mas em São Paulo, mais raramente, porque o café liquidou com isto. A expansão do latifúndio cafeeiro liquidou em boa parte qualquer iniciativa de colonização. Embora no Paraná, na zona de Londrina, eu tivesse visto, encontrado, e tornei a encontrar num estudo que fiz sobre Londrina, o café plantado em pequena propriedade.

MC - Uma curiosidade: o senhor teve contato com essa Holambra em função do centro de treinamento. Qual era a origem dessa imigração holandesa? O senhor falou de um padre. Era recente essa colonização?

AR - Recente. Isso posso te dizer, que era recente. Recente, eu diria, talvez nos anos 20. Agora, como isso começou, eu não tenho uma idéia muito clara. E não sei como estará agora. Também tem isso. Há muitos anos não vou para aqueles lados. Não sei como estará. Não tive nenhuma...

Fita 7 - Lado B

AR - Respondendo uma pergunta da NT - se eu já conhecia naquela época, na época da campanha.... Se o Le Bret já tinha entrado em contato. Tanto tinha que levei o Le Bret a Pinhal, ao centro de treinamento e o levei a Holambra. E o Le Bret ficou inteiramente siderado com a experiência de Holambra. E levei o Lynn Smith também. Esse tinha um arcabouço teórico para entender aquilo. Entendeu o que eu estava querendo fazer e escreveu sobre isso no Brasil, numa das edições do Brasil. Ele consignou essa minha experiência. Mas depois tudo isso foi para o espaço, se perdeu.

NT - O senhor podia falar um pouco mais sobre essa experiência de Pinhal. Porque da última vez nós tivemos uma visão muito panorâmica da campanha, das políticas gerais, citamos alguns personagens. Como era esse trabalho? Porque o senhor treinava pessoas. Mas o senhor ia diretamente a comunidade? Essa seria uma pergunta: como era?

AR - Veja bem. Pinhal foi escolhido não só pela posição do município, mas também pela existência de uma escola agrícola, o que me dava uma base. Porque eu queria que esses rapazes e essas moças fossem treinados num contexto de agricultura. A idéia é que eles fossem trabalhar no campo, ou seja, trabalhar com pessoas do campo. Então nós dividimos o curso em duas partes: de manhã era uma parte de contato, de ensino teórico, eram aulas, aulas com debate, um sistema bem aberto; e à tarde, eles iam

para o campo, iam visitar propriedades, entrar em contato com agricultores, dialogar, entender a linguagem dos agricultores e trazer essa experiência para o curso. Fazia-se isso então durante um mês, que era pouco, mas era o que se podia fazer. Porque eu não podia tirar também esses rapazes e moças das suas funções nos estados. Eles eram cedidos mediante um convênio. E voltavam para fazer esse trabalho nos seus estados. Eles iam reproduzir o trabalho nos seus estados, em comunidades nos estados, comunidades rurais. E a idéia era promover o desenvolvimento. Na época não se usava muito essa palavra. Passou-se a usar em termos macroeconômicos, mas eu vi o desenvolvimento em micro, desenvolvimento de comunidade. E o que é isso? É criar fontes de riqueza. É a fonte de riqueza, ensinar o indivíduo a quebrar as rotinas, cria fontes de riqueza e desenvolver suas aptidões - era essa a idéia. A escola podia ser o centro disto. Quer dizer, eu não era absolutamente contra a escola, seria uma maluquice, mas a escola seria um centro. E a professora tinha que ser também assimilada para essa nova visão das coisas. Porque a professora estava presa aquele beabá, ensinar aquela coisinha. Claro, estamos falando dos anos 50. Pode ser que as coisas hoje tenham evoluído, não sei. Mas deve haver ainda zonas de estagnação, zonas de atraso, zonas de pobreza, onde essas técnicas ainda seriam válidas e não inteiramente ignoradas. Essa que era a idéia. Percebeu? Agora, o que se ensinava no curso? Ensinava-se a organizar grupos, porque a idéia principal era usar o grupo como uma alavanca, em vez das pessoas se dirigirem ao indivíduo. E a superstição da alfabetização: alfabetiza, pronto, deixa ele para lá e ele vai aprender coisas. Não, a nossa idéia era ao contrário: era você levar a técnica agrícola, o equipamento, o equipamento sanitário com alfabetização. Mostrando que em função dessa tecnologia a alfabetização era importante. Aí o indivíduo se interessava em ser alfabetizado. Porque começar, ao contrário, pela alfabetização, para criança vai, para adulto não vai. E nosso grande alvo era a população adulta. Não era criança. A criança ia se fazer automaticamente. No momento que você alfabetiza os adultos, eles puxam a criança. As idéias eram essas.

NT - E como era essa introdução de equipamentos sanitários. É um ponto que nos interessa bastante. Como se dava isso? O senhor não tinha relação direta como o senhor está nos explicando, mas tinha os relatos dessas pessoas que o senhor formava.

AR - Nós fazíamos demonstrações. Nós levávamos o equipamento e fazíamos demonstrações. E ensinávamos a construir o equipamento. Por exemplo, a privada. A privada que é uma coisa tão elementar, mas que no interior é ignorada. De modo que você tinha uma difusão de doenças e contaminação de rios e lagos, etc. Nós ensinávamos a usar. Isso fazia parte do treinamento: como usar o equipamento, com demonstração. Aí nós iríamos multiplicando isso. Me lembro de um... Esse rapaz eu conheci depois no SESP, judeu, um engenheiro judeu. Um grande sujeito, que tinha idéias interessantes de simplificação de equipamento. Porque nós estávamos muito presos... os órgãos...

NT - Não era o Cynamon?

AR - Cynamon! Você conheceu?

MC - Cynamon, Benayon....

NT - Engenheiro sanitário da Fundação Oswaldo Cruz. Ah, eu vou falar com ele da nossa entrevista.

AR - Nunca mais vi Cynamon. Fale.

NT - Eu vou lhe dar, acho que eu não lhe dei, um livro com a história da ENSP. Tem um depoimento longo dele. Mas agora o senhor fala. Ele tem um invento sobre água.

AR - Ficávamos presos aos canos de metal. Fazer de bambu. Usar o bambu. Um exemplo que me ocorre, entre outras coisas que ele bolava. Pois bem, nós já fazíamos isso de certa maneira na campanha. O nosso agrônomo estava orientado para esse tipo de solução: não complicar, não escravizar o pequeno agricultor ao equipamento mecânico, mas usar os recursos que ele encontrava ali na natureza. Nem sempre podia se fazer, é claro. Não se podia se fazer em todos os aspectos, mas alguns podia-se fazer. Era o caso desse encanamento de bambu que o Cynamom difundiu do SESP. Cynamon vem depois. Cynamon já é do SESP. Levei o pessoal do SESP também para a campanha. Foi onde eu conheci o SESP. Entrei em contato com o SESP, quando eu ouvi falar no SESP. Indo pelo interior eu topava...

NT - O senhor tem uma idéia aproximada do ano que foi? Porque o SESP foi criado em 42.

AR - A campanha já foi em 50, 52.

MC - O senhor entra no SESP em 53?

AR - Mais tarde. Exatamente. Mas aí já me conheciam. Nós já tínhamos uma linguagem comum.

MC - O senhor estava falando dessa experiência de levar o equipamento e fazer demonstração. Que tipo de recursos o senhor utilizava para tentar convencer?

AR - Nós usávamos, na época, recursos audiovisuais.

MC - Na demonstração?

AR - É. Daí a importância do grupo. Daí a importância de trabalhar através de instituições. Porque as instituições eram o pólo dos grupos, dos públicos e dos grupos. Então nós usávamos a igreja, a escola, a prefeitura, para reunir. Nós não nos dirigíamos diretamente ao paciente, nós reuníamos grupos e no grupo nós comentávamos a discussão. Mas para que serve isso? Aí vinham as dúvidas. Porque a idéia era considerar o homem do campo como um agente passivo, vamos dizer assim. Embora haja uma certa contradição nos termos. Chega lá distribui o folheto, dá um folheto a ele, ou faz uma preleção para ele, a enfermeira ensina, vai embora e não toma mais conhecimento do que acontece daí por diante. O que nos interessava era o que acontecia daí por diante. Depois, o que acontecia? Ele assimilava? Que porção da transmissão era assimilada? Então a maneira de multiplicar isto eram os grupos, usar grupos, reunir em grupos. Era cooperativa, era a igreja. Explicar ao padre o que nós queríamos, ou ao pastor, e ele reunia os grupos com a autoridade dele, autoridade institucional, reunia o grupo. Não éramos nós que reuníamos. Porque nós podíamos chegar, por exemplo, numa praça, como se fazia naquela equipe do Ministério da Agricultura: chegava numa praça lá, badalava, falava alto... “Vocês vão ver aqui filmes...” Aí todo mundo juntava na praça - nada acontece no interior, nessas comunidades, então qualquer coisa que aconteça é válido. (risos) Então juntava todo mundo na praça à noite para ver o filme. E depois? O que acontecia depois? Então esse era o esquema geral de trabalho.

NT - Em geral, além dos padres, quais eram as lideranças mais freqüentes e que davam mais capilaridade a esse processo?

AR - Cooperativas, associações agrícolas, sociedades agrícolas e clubes. Clube. Qualquer que houvesse no centro urbano. Quando eu digo centro urbano, pode ser uma sede de município, às vezes que tem uma rua, somente. Tudo quanto fosse institucionalizado era o veículo, a ponte para nós atrairmos gente. Depois, circulávamos, tínhamos nossos veículos, nós íamos diretamente a uma determinada propriedade que víamos que estava um pouco mais adiantada em relação as outras, e aquilo virava campo de treinamento. Convidava os vizinhos para ele ali assistir, ver como se plantava isso, aquilo, como se combatia uma praga. O agrônomo aí fazia uma demonstração. O esquema era esse.

NT - Quer dizer, era um trabalho de desenvolvimento de comunidades, de grandes grupos, mas não havia nesses trabalhos aquele modelo de pesquisa do Leuret, isso não havia?

AR - Não. A pesquisa era preliminar, feita por nós. Nós fazíamos a pesquisa. Quando escolhíamos um município, a área, fazíamos um levantamento e aí usávamos a técnica do Leuret, os gráficos. O nosso Luis Rogério conta aqui uma experiência muito interessante. Uma experiência agrícola curiosa.

MC - Estou me lembrando que o senhor falou que tinha os alunos da escola agrícola.... Não. Pessoas que vinham de vários lugares do Brasil para fazer o treinamento.... E o senhor falou assim: e eles iam às comunidades, ouviam o que a população dizia. O senhor tem lembranças dessas experiências, dessas pessoas irem as comunidades e o que eles traziam...? Alguma coisa que chamou a atenção do senhor?

AR - Tanta coisa que é difícil se resumir. E são mundos diferentes também. Por exemplo, coisas no Sul, no sul do Brasil, no interior de São Paulo, nessa região em Pinhal; coisas do nordeste, na Bahia. Nós tínhamos um outro centro de treinamento que era na área do Rogério, que era em... como se chamava a localidade? Até deu-se uma coisa curiosa: havia uma escola agrícola - essas escolas agrícolas, como vocês imaginam, funcionavam mal... filhos de fazendeiro, não é.

NT - Algumas eram públicas e outras privadas?

AR - Não, públicas, todas públicas. Eram escolas ou do governo do estado ou do governo federal. Era uma rotina danada. Aquele negócio: o professorado tinha aquilo como cabide. Onde eu vi realmente dinamismo foi em Viçosa. Viçosa sim. Um negócio sério. Tanto que os americanos puseram dinheiro em Viçosa. Qual era a outra em São Paulo? Em São Paulo havia algumas que funcionavam. Essa de Pinhal, mais ou menos. Mas para nós não interessava tanto a escola como organização, era como base. Nós tínhamos primeiro que doutrinar o professorado da escola. A primeira tarefa era reunir o professorado e explicar o que era. Eles ouviam com certo ceticismo, que nós já esperávamos. E depois nós mostrávamos o resultado no campo. Então, isso funcionou durante algum tempo e com resultados na produção agrícola interessante.

MC - Quando o senhor fala em ceticismo, que seria esse ceticismo?

AR - Eles não acreditavam que aquilo funcionasse. Porque eles não acreditavam, realmente, na capacidade das pessoas aprenderem. Eles achavam que o conhecimento era um privilégio deles. Isso não era expresso, como estou aqui exprimindo a vocês, mas era a coisa latente. “Explicar isso a esses caboclos, isso não... vai se perder. O caboclo não sabe nada disso, é incapaz”, etc. Havia uma série de preconceitos. Então você primeiro precisava fazer primeiro uma psicanálise nesse trabalho (risos), para

eles entrarem no esquema. Alguns entraram e desenvolveram essa técnica e lucraram com isso. Mas a maioria eram burocratas, não tinham maior interesse. E não era o tipo de ensinamento.... Nós transmitíamos coisas muito práticas e não ensinamento teórico. Nós não estávamos interessados em transmitir a anatomia da vaca para o sujeito do campo. Mas como aumentar a produção de leite. Então esse era o enfoque que nós usávamos.

NT - Eu gostaria de saber se nessa época o senhor acompanhava - era leitor, se tinha alguma utilidade - algumas revistas agrícolas que foram publicadas?

AR - Eu diria que não, diretamente, mas através de meus agrônomos. Meus agrônomos que estavam encarregados disso.

NT - O senhor não se lembra?

AR - Não me lembro.

NT - Estou lhe perguntando porque tenho até uma aluna que está fazendo um trabalho sobre Chácaras e Quintais, a lavoura.... Não sei se essa literatura era importante, era usada.

AR - Nosso problema, sabe Nísia, era lidar com pessoas com o nível de instrução muito baixo, ou analfabetos ou de nível de instrução baixo. Então, nós não... esse tipo de informação era importante para nós, mas não para o nosso alvo.

NT - Mas era importante?

AR - Sim, claro que era. E para um tipo de público alvo mais do tipo Holambra, por exemplo, do agricultor de Holambra ou do agricultor do sul do Brasil, de colônia estrangeira. Essa informação... daí você se dispensar até de pôr missões rurais nesse tipo de colônia, porque aí não tinha sentido. Você ensinar a sujeitos que podiam ensinar. Esses estavam já num nível de técnica. Então não exigia. Botar uma escola agrícola, como o governo fazia, dentro de uma área de colonização desse nível, era jogar dinheiro fora.

NT - Essas colônias deviam ter jornais?

AR - Tinham, tinham. A imprensa colonial é riquíssima. Você não imagina o que existe, só de alemães. Os italianos também, mas os alemães mais. Porque a colonização alemã é de um nível superior à italiana. Os italianos, principalmente do Sul, eram analfabetos também. Enfim, era o sistema do latifúndio vigente no sul da Itália.

NT - Quando o senhor leva esse grupo da Fundação SESP? O senhor se lembra das pessoas que leva para conhecer?

AR - Ah, sim, me lembro muito bem. Eram dois, que depois no SESP eu trabalhei muito. Um era o Orlando Silva, médico sanitarista, e o outro era o Brito Bastos, encarregado da educação sanitária. Primeiro, me choquei, porque Brito Bastos era homem da informação sanitária. Educação para ele era informação. Era o folheto, era o filme, era a propaganda, era a prevenção. E eu expliquei ao Brito que

não era isso, que isso não levava muito longe. Isso só levava certo público já interessado, já motivado. E que a chave da questão era motivação. Se você não motivava, não adiantava. Aí o Brito custou, depois ele entrou no esquema e tornou-se fanático fervoroso. (risos)

NT - E por que o senhor leva a Fundação SESP para conhecer?

AR - Porque eu conhecia o trabalho do SESP, sabia que era um trabalho sério. Eu comparava o posto do SESP ao posto de Saúde do governo. Era água para o vinho. Porque no posto SESP você tinha a equipe - era outra coisa que eu me batia muito: era a ação em equipe. E o SESP já tinha uma equipe sanitária. Ele não se envolvia com agricultura nem com educação, nem coisa nenhuma. Era o médico, enfermeiro, guarda sanitário, era equipe médico-sanitária. E depois introduziram o que eles chamaram de “educador sanitário”. Aí já treinado por mim em organizar grupos, trabalhar com a comunidade, trabalhar com as instituições.

NT - A figura do educador sanitário já é posterior ao seu ingresso?

AR - Sim, posterior ao meu ingresso. Aí o SESP passou a organizar cursos também, em centros de treinamento, que eu entrava com a parte de comunidade. Brito com a parte de elaboração de material, de propaganda, folhetos; isso ele dominava inteiramente.

MC - A gente pode voltar para sua entrada no SESP. Como se deu?

AR - Sim. Eu contei para vocês a minha saída da campanha. Eu fiquei em estado de disponibilidade. Fiquei algum tempo como assessor do ministro. Um cargo que eu não tinha muita coisa a fazer, onde eu convivi com Anísio Teixeira. E aí o ministro foi demitido por telegrama. Quando foi demitido ele estava na Europa. O Simões Filho. O Getúlio o demitiu por telegrama. Uma coisa incrível, não é. Bem, entregou o ministério a outro grupo político. E eu aí saí. Eu, mais Afrânio Coutinho.... Eu sempre tive sorte de trabalhar com gente boa; está ouvindo, Marcos? É sorte, é sorte. (risos)

NT - E o que fazia o Afrânio Coutinho no ministério?

AR - Redigia coisas.... E Anísio. Eram três ou quatro assessores do Simões. O Simões era um homem inteligente, tinha aquele perfil como eu disse a vocês.

MC - É baiano e de netos de baianos, não é?

AR - (Risos) É verdade. Eu entrei por aí. Aí eu fiquei realmente desempregado e me lembrei do SESP. Aí bati na porta do SESP e o SESP me recebeu de braços abertos. Já me conheciam, conheciam meu trabalho.

MC - Quem seria?

AR - O SESP? Bom, quando eu cheguei era Ernani Braga. E depois Henrique Penido. No mapa do tempo, eu trabalhei no SESP com o Penido.

NT - No caso do Ernani Braga, o senhor já tinha conhecimento anterior?

AR - Já. Ernani era uma figura conhecida, era um homem com muita autoridade. Porque era, lembrando a vocês, era a saúde, a saúde pública. Não havia ministério na saúde, era educação e saúde. Então, o ministro da educação, muito sensatamente, entregava a saúde ao SESP. E a saúde era o SESP. Portanto, o superintendente do SESP era um verdadeiro ministro da saúde. No momento em que se criou o ministério da saúde estabeleceu-se logo uma competição, uma rivalidade.

NT - Não havia antes com o departamento nacional de saúde? Barros Barreto?

AR - Não, não. Então, todo o esforço dos ministros da saúde foi reduzir o SESP, cortando verbas, reduzindo a função, etc. E o SESP era um serviço em expansão, como tudo que é de qualidade tende a expandir-se. Aí vai... não importa. Foram reduzidas as verbas. Então eu percebi que o final, o desfecho, não seria feliz, como aconteceu.

JL - Esse serviço de educação sanitária, que já havia funcionado antes.... Qual a relação dele com o trabalho do SESP? Ele tinha muita publicação que era feita por esse serviço.

NT - Sim, do Departamento Nacional de Saúde.

AR - Era uma função assim informativa. Produzir material informativo, de qualidade discutível. É isso aí.

JL - Mas não tinha um trabalho de formação de educadores, nada disso, só divulgação mesmo?

AR - Não, de modo nenhum. Quem teve essa formação foi o SESP. O SESP começou a formar educadores com essas características, de organizador de grupo. Foi aí que eu escrevi esse livrinho, que me persegue. A Educação dos grupos.

MC - O senhor está dizendo que a divisão de educação sanitária era centrado na informação e com a entrada do senhor, o senhor procurou trazer essa dimensão mais cultural...?

AR - Foi. Sim, sim.

NT - É porque o departamento de educação sanitária era do Departamento Nacional de Saúde, não era do SESP.

MC - Mas tinha uma divisão dentro do SESP de educação sanitária.

NT - Sim, mas se criou depois ou já existia antes?

AR - Já existia. Já existia.

MC - Desde 45.

AR - É. Mas limitava-se a produção de filmes e diapositivos, de material impresso, que era distribuído. Ora, distribuído a quem? Distribuído a secretarias de saúde estaduais com quem o SESP mantinha

acordo ou então com os postos de saúde. No posto de saúde quem usaria aquele material? Então era distribuído um pouco ao acaso. Porque o médico tinha suas atribuições, seu tempo absorvido, a enfermeira também. Geralmente era a enfermeira que se encarregava dessa distribuição. Muito competentes aliás, as enfermeiras do SESP, mas é uma questão de tempo. A pessoa já tem suas tarefas delimitadas. E nós procuramos - quando digo “nós” friso muito o papel do Orlando Silva. Orlando Silva tinha visão da coisa.

NT - A função dele no SESP era...?

AR - Ele era um... Meu Deus, qual era a função do Orlando? Eu tenho dificuldade em delimitar e até definir as funções de cada um. O Brito era encarregado dessa parte de educação sanitária. O Orlando.... Não sei bem como seria a função dele. Era um grupo de médicos que tinha sido treinado na Johns Hopkins, nos Estados Unidos, e tinha, portanto, uma afinidade profissional muito grande. Sabiam o que queriam, sabiam quais eram os objetivos. E o Orlando era de um grupo assim, da cúpula do SESP. E os americanos.... Havia muita coisa a dizer aí.... Foi a primeira vez em que eu senti a superioridade da administração americana: como era a administração americana, as técnicas da administração. Por exemplo, vou dar um exemplo: a supervisão, o valor da supervisão. No SESP havia o pessoal da frente e havia os supervisores que visitavam os postos regularmente. Então não era visita de conversa: “Quais são os problemas?” Então a supervisão era para resolver em comum os problemas do posto. “Estamos com falta disso ou com falta daquilo. Não sabemos como chegar a isso...”. Explicava-se. Bem, então havia uma cúpula técnica que dava cobertura e assistência a toda a linha de frente. Isso para mim, na época - pode ser que hoje esteja se fazendo isso regularmente - na época...

Fita 8 – Lado A

AR - ... não havia nenhuma cobertura. De vez em quando havia uma reunião de médicos e tal, de tudo, para discutir geralmente problemas de promoção, de vencimentos. Isso era uma coisa da maior importância. E era assim. O SESP tinha se estruturado, organizado. Outra coisa que me impressionou: você chegava num posto, às oito da manhã, estava a equipe toda lá. Sistema americano. Todos lá: o médico, a enfermeira, o educador sanitário, o guarda sanitário. Todos lá às oito da manhã. E ali ficavam até as cinco horas da tarde. Agora, outra coisa também que me impressionou foi a flexibilidade do sistema em engajar consultores. Por exemplo, havia uma epidemia numa região. Um médico: “Eu não conheço bem isso aqui, não sei como se vai...” Então vinha um consultor e orientava. Isso era um sistema. Eu vivi diante de um sistema que funcionava. Não era uma burocracia. Vocês percebem a diferença? Bom, aqui o sociologozinho entendia essa diferença e procurava... Outra coisa, vinham regularmente ao SESP técnicos americanos fazer palestras. E eu me lembro de um técnico em administração que fez palestra sobre administração. Ensinou como era administração, o que era isso, como se administrava o serviço. Eu, que já tinha passado por umas duras experiências na campanha, estava apto a absorver aquilo que eles diziam. Então era uma coisa teórica, eram coisas extremamente simples, e era no sentido de desburocratizar.

NT - Certo. O senhor, que ingressou já tendo uma trajetória, já tendo um trabalho na Campanha de Educação Rural, havia o processo de socialização, vamos dizer assim, que se dava no seu caso, também

por intermédio dessas palestras ou o senhor teve algum treinamento? No seu caso isso não se aplicava? Como era isso? Como o senhor começou a trabalhar no SESP? Em termos de trabalho.

AR - Aí eu participava das reuniões da equipe.

NT - A equipe era?

AR - Estou falando da cúpula: a enfermeira, o médico sanitarista, naturalmente, ou os médicos sanitaristas. Depois de um certo tempo houve uma técnica em educação. Muito boa, por sinal. Uma senhora muito sensata, muito equilibrada, eficiente, prática e dava o tempero pedagógico da história. Quer dizer, então eram técnicas de ensino, como usar as técnicas de ensino. O que era muito útil para a seção de educação sanitária. Havia o educador sanitário, que participava dessa equipe; e eu entrei ali primeiro como sociólogo.

NT - Eram todas pessoas de coordenação?

AR - De coordenação. Era uma equipe de coordenação. Era a cúpula. Essa equipe se deslocava para os estados, ou toda ela, ou em parte, ou um de nós ia, conforme o tipo de problema, o tipo de reunião, que se fazia nos estados ou nos postos de saúde. Por exemplo, na Paraíba, chegávamos àquela região de Campina Grande onde havia vários postos do SESP. Concentrava-se os médicos e fazia-se um programa de palestras para os médicos. Palestras, debates, etc. E era a ocasião que eles traziam problemas. Agora, eu me lembro que eu dei um passo a frente na história, criando uma seção de pesquisa no SESP, pesquisa social. E trouxe.... Havia um estatístico já no SESP, encarregado da estatística sanitária, muito competente aliás. É um nome francês que eu encontrarei. Vou encontrar isso. É fácil. Simoni! Eu trouxe dois cientistas sociais para trabalhar comigo. Um é o Medina, que tinha trabalhado na campanha, o Carlos Alberto Medina, e o outro era o Luis Fernando Fontenelle, antropólogo, formado na Califórnia. Aí houve certos problemas, certas dificuldades, porque não se entendia muito bem como essa equipe se entrosava com os médicos. Os médicos sempre tiveram uma certa resistência em trabalhar com outras profissões, é uma experiência minha. Eu acredito que advogados também, engenheiros também. Isso é uma coisa de visão profissional, ao mesmo tempo um pouco fechamento de horizonte, mas isso... Mas eu consegui, por exemplo, que Fontenelle fizesse uma pesquisa sobre as parteiras. Porque o SESP trabalhava com as parteiras. Parteiras populares. Não estamos falando em parteiras formadas, mas que tinham prestígio, utilidade. E nós fizemos isso e mostramos como o SESP poderia atuar trazendo as parteiras ao Centro e melhorando o equipamento delas e ensinando elas coisas elementares que elas podiam aplicar. E também ensinar a elas a chamarem o médico nos casos que elas não pudessem resolver. Então isso foi uma das coisas que nós fizemos. O Medina também fez uma pesquisa. Agora não estou me lembrando exatamente o que era. Era qualquer coisa nessa linha. Bom, devo dizer, estou me lembrando agora, que nós já encontramos no SESP um antropólogo de muito boa estatura, um canadense chamado Kalervo Oberg. Kalervo Oberg era um homem muito engraçado que tinha uma grande experiência com índios. Eu não sei bem porque foi parar no SESP. E lá ele fazia seus trabalhos desligado de todo... Ninguém sabia muito bem como utilizar o Kalervo.

NT - Era um escritório de pesquisa dele?

AR - É. (risos)

NT - Ou seja, essa administração americana também não era....

AR - Não, também tinha lá seus furos. Bem, quando nós chegamos o Oberg ficou entusiasmado. Encontrou seu ninho e aí fizemos um relacionamento excelente. O Oberg conheceu o Fontenelle, que era um antropólogo muito bem treinado, bem formado. Então daí surgiram alguns trabalhos. Mas nunca chegamos a fazer... Porque aí o SESP entrou numa série de dificuldades, restrições, e essa área foi sacrificada. Tanto assim que Medina e Fontenelle depois tomaram outro rumo.

NT - Quanto tempo mais ou menos durou essa experiência desse grupo de pesquisa social com Fontenelle, com Medina?

AR - Dois a três anos.

NT - Foi o período também que o SESP tinha se expandido geograficamente.

AR - Exatamente. Ele vinha sendo solicitado para abrir frentes.

NT - Como era essa expansão? O que o senhor acompanhou?

AR - Por exemplo, no Vale do São Francisco, havia hospitais construídos graças ao prestígio de um político da região. Levou dinheiro para lá, construiu hospitais. Uma vez criado o hospital, como equipar esses hospitais? Não havia dinheiro, não havia verba, então os hospitais ficavam fechados. Alguns se transformaram em estúbulos, depósitos. Até que um político teve a idéia genial de entregar os hospitais ao SESP. Então o SESP dinamizou essa rede hospitalar. Forneceu o pessoal, treinou o pessoal, forneceu medicamento. Porque é preciso ver que havia por trás disso dinheiro americano. Porque a origem do SESP - vocês devem saber - foi um esforço de guerra: borracha e minério. Por isso o SESP começou no Vale do Rio Doce, no Espírito Santo e na Amazônia. E daí que ele começou a se expandir. E a tendência do SESP foi se nacionalizar cada vez mais, e os americanos cedendo terreno. Eles cederam o terreno. Não foi uma expulsão. Eles foram cedendo. Porque na cabeça deles, a idéia era essa: criar um serviço para o serviço andar sozinho. E acabaram eles então.... O acordo foi interrompido e o SESP ficou como um serviço inteiramente nacional. Sempre mantendo contatos e tal, e buscando recursos também, técnicos e financeiros.

NT - Que é um dado interessante porque, até esse trabalho no hospital, por exemplo, porque a finalidade inicial era a saúde pública que não incluiria a visão de assistência hospitalar ou da atenção médica. O senhor acompanhou como era esse debate de atuar?

AR - Acompanhei isso e me lembro nitidamente de um grande técnico americano em administração hospitalar que me impressionou muito. Porque ele frisava: “Eu não sou médico, eu sou administrador. Eu venho aqui para explicar a vocês como vocês devem administrar um hospital. Não venho ensinar medicina”. Para ensinar medicina havia um brasileiro, também um homem extremamente inteligente, Garcia. O primeiro nome dele não me lembro. Era um médico de muito bom nível, mas que tinha uma vocação para educador. Muito raro isso. Então ele tinha o consultório dele, a vida profissional dele, mas ele era... aliás, casado com uma grande educadora que teve até colégio, Edília Garcia. Teve um colégio na zona sul famoso. Enfim, o Edson ele entrava com a parte médica. Edson Garcia! Lembrei o

nome. Ele ia ao Centro e dizia: “Olha, médico, você não pode usar essa técnica, já está superada; use esta”. Então ele dava a cobertura médica. Promovia reuniões, trazia consultores médicos necessários. Ele era um elo entre o serviço e o mundo médico, o mundo profissional médico. Quer dizer, é uma coisa da maior importância. Você não pode ter um serviço fechado em redoma. Você tem que se comunicar com o ambiente, se possível, fora e além das fronteiras para buscar o que há de mais importante lá fora. Mas não um serviço fechado, burocratizado, fechado, papel pra lá, papel para cá... Da maior importância. Então eu me lembro desses dois consultores. Este americano entendia de hospital - mas meu Deus - desde a sala de operações até a portaria. Ele chegava no hospital e via imediatamente qual era a deficiência, o que estava faltando, o que estava errado e transmitia esse tanto aqui à superintendência. Essa equipe a que estou me referindo é a superintendência do SESP. O diretor era chamado de superintendente. É esse que eu digo que tinha um padrão ministerial e tinha um status de ministro. Foi o Ernani Braga. Depois o Penido. E é curioso que o Penido - um detalhe - fortaleceu-se politicamente porque tinha um irmão no gabinete de Juscelino, Oswaldo Penido. Então parecia que o mundo ia se abrir para o SESP. Estávamos todos otimistas. Foi ao contrário: fechou-se. Quer dizer, o Ministério da Saúde foi sufocando o SESP.

MC - O senhor falou do hospital no Vale do São Francisco que foi criado pelo SESP. Havia um hospital e foi encampado pelo SESP?

AR - Sim.

MC - Havia uma preocupação com a assistência médica?

AR - Claro.

MC - O senhor se lembra se isso tinha a ver com demandas locais, geopolíticas?

AR - Sim, através do político.

MC - Através do político. Porque antes o SESP tinha uma posição mais focalizada em doenças, e aí há essa expansão em termos de uma visão...

NT - Não só geográfica...

MC - Geográfica, mas também de concepção.

AR - Exatamente, exatamente.

MC - O que fez com que houvesse essa mudança?

AR - Eu não creio que fosse... A demanda. Uma demanda. Quer dizer, bateram as portas do SESP. Até me lembro de uma fase que o SESP tinha que manejar para não antever toda a demanda que ele recebia. Porque ele estava condicionado pelas verbas, pelos recursos que dispunha. Então tinha que se fazer uma seleção. E como vocês imaginam, essa seleção, forçosamente, acabava por ser política. Eram as pressões políticas mais fortes. Me lembro até a diferença entre as demandas de um estado como Minas e um estado como São Paulo. Ao contrário, São Paulo não tinha interesse. Era difícil trabalhar

com São Paulo. Um dos pontos em São Paulo que trabalhamos foi a escola. Já havia uma escola de saúde pública em São Paulo. Eu e Brito visitamos essa escola, fizemos palestras lá. Me lembro que havia um médico muito curioso lá, que se interessava em desenvolver o que ele imaginava que fosse antropologia. Então o que ele fez? Ele botou o rapaz, o médico, fazendo curso de Antropologia. (risos) O sujeito se formou em Antropologia e aí, quando ele acabou de se formar, não se sabia muito bem o que se fazer com ele. Porque o sujeito tinha o mundo na cabeça, mas não sabia como atuar naquele setor. Ao passo que o Fontenelle era o contrário. O Fontenelle era um antropólogo que já tinha feito uma experiência de trabalho com saúde pública. Então ele sabia o que se tinha que estudar, onde ele tinha que atuar etc... Fontenelle hoje está na universidade do Ceará. Foi morar em Fortaleza. Tornou-se chefe do departamento, com facilidade, chefe do departamento, e lá radicou-se, levou a família para lá. Nunca mais vi Fontenelle, por incrível que pareça.

NT - Ele é parente do Fontenelle, José Fontenelle que foi da saúde pública?

AR - Não sei, não sei. Não posso te dizer.

NT - José Fontenelle foi um personagem atuante nos anos 20, 30, muito atuante.

AR - Não sei, não sei. Mas era um rapaz muito engraçado, enorme, gordo, muito bem humorado. Eu só gosto de trabalhar com gente bem humorada. É um princípio. (risos) É um princípio administrativo. Gente mal humorada é difícil. Acho complicado. (risos)

NT - Falando no Fontenelle, eu fiquei muito interessada nesse trabalho com as parceiras. Queria que o senhor falasse um pouco para a gente como era.

AR - Eu não só vou falar, eu vou ver se obtenho para você o trabalho, que eu devo ter, devo encontrar. Talvez se encontre no próprio SESP. Porque o SESP existe, tem uma placa. Está numa sala lá perto da Praça Mauá. E está lá a biblioteca, o arquivo.

NT - Ele foi incorporado à Fundação Nacional de Saúde. Agora é a Secretaria de Vigilância do Ministério da Saúde.

AR - Eu não sei. Não tenho essa informação.

NT - Talvez mantenha a sala. Inclusive, boa parte do acervo está lá na Fundação Oswaldo Cruz, não todo. Mas que foi para a Funasa, Fundação Nacional de Saúde. Eles levaram para lá. Mas muita coisa está dispersa ainda.

AR - As publicações.... Havia uma revista. Olha aqui.

NT - Isso nós temos?

JL - Algumas, não temos todas.

AR - Eu até faço o seguinte: eu posso doar esses números para vocês, porque terá mais utilidade lá do que aqui. Agora, nesses números que eu tenho, eu não encontrei nada assim específico na parte de

educação sanitária. Mas eu vou examinar melhor, vou ver. De qualquer maneira esses números estão reservados para vocês.

NT - Ficamos muito agradecidos porque realmente o José Leandro está pesquisando. Têm outros estudantes também participando.

AR - Assim, vocês vão completando a coleção. Eu imagino que a coleção de vocês tenha falhas.

JL - Ainda está um pouco... o material que tem que ser tratado. Algumas pessoas estão trabalhando nisso.

AR - Nesses números aqui, eu só encontrei um ou outro com artigo relativo à administração. Nós não tivemos tempo de preparar material no SESP. Uma coisa que eu esqueci de reunir: a revista da Campanha Educação Rural. Mas isso eu vou localizar e vou ainda transmitir a vocês. Está aqui. Neste número precisamente, que é de junho de 53, nós temos: Programas educativos nas unidades sanitárias do SESP, Brito Bastos e Orlando José da Silva. Porque o interesse de Orlando, que era médico, mas o interesse grande dele, era em educação sanitária. Então, vocês têm aqui um trabalho onde ele descreve mais ou menos o que... Tem muita coisa sobre esquistossomose, etc. Tem a história toda do SESP aqui. E como você observou, era aquela fase de expansão. Os vários convênios com os estados: Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, em que o SESP se responsabilizou pelos trabalhos de saúde pública, em municípios marginais de cada um desses estados na área do São Francisco, os quais foram incluídos os programas do nordeste, Bahia e Minas Gerais. Outra coisa importante no SESP: ele atuava através de programas. Eram programas. E dentro desses programas, projetos. Mas o programa era a unidade básica de atuação. Tem toda estrutura do SESP aqui. Olha aí. Então, acho que esse artigo é importante. Para entender, você, José Leandro, que está... tem um panorama. Eu acho que aqui eu ainda não tinha entrado nisso, eu ainda não tinha chegado ao SESP. Acho que não porque não há referência aqui ao meu trabalho, a parte de Ciência Social. Não me lembro de ter visto... As funções educativas... A idéia é que cada elemento da equipe tivesse também uma função educativa, mas isso era um pouco teórico. A coisa começou a caminhar quando se passou a formar o educador sanitário. Porque se contaminava a equipe. Esperar que cada membro da equipe tomasse iniciativa educacional era meio difícil e complicado. Bom, enfim, depois vocês examinam isso melhor.

MC - Em 53 o senhor já estava publicando na revista do SESP?

AR - Sim. Olha aqui.

MC - Teve uma pergunta que a Nísia fez em relação às parteiras.

NT - É, o senhor falou que ia nos dar o trabalho, mas eu fiquei muito interessada. Até fazer um parêntese. Vocês devem ter lido, não sei se foi na Amazônia, uma cidade, não me lembro agora qual a cidade, uma matéria grande no jornal. Não sei se foi matéria de Fantástico, recente... que as mulheres tinham dificuldade de chegar até o hospital para terem os filhos e que muitas crianças nasciam no meio do caminho por questão de acesso, de dificuldades. Onde estão as parteiras? As mulheres estão tendo filhos na rua. Na rua, sozinha.

AR - Havia primeiro aquela doutrina ortodoxa: “Não, parto é só médico que faz. Temos conversado”. Parteira era um negócio curioso, supersticioso. Entramos nisso. Então o SESP estabeleceu o vínculo entre o centro de saúde e a parteira. Que é da maior importância, em todo país onde há uma medicina popular.

NT - Isso o senhor já encontrou no SESP?

AR - Já encontrei.

NT - Estudaram essa parte?

AR - Já existia. Agora, nós procuramos metodizar isso; regularizar, metodizar, porque a tendência era ficar um pouco passivo, esperar que a parteira viesse. Está ótimo, tal. Mas organizar, fazer um cadastro das parteiras naquela área, manter contato com elas. Isso já é um outro... A enfermeira passa a ter... uma das funções é ter contato com essas parteiras. “O que está faltando? Qual o equipamento que está faltando? Precisa disso? Sabe usar?” Já é outra coisa, já é um passo enorme, dado à frente. Então acabar com o preconceito de que só o médico podia fazer o parto.

NT - E como era essa metodização? Como o SESP então, a partir desse trabalho que foi mais o senhor e Fontenelle, começou a fazer? Como se chegava? Qual era a forma de abordar essa parteira?

AR - Aí era uma questão.... Era a própria necessidade da parteira que a motivava a procurar o médico.... Do momento que o médico abria a possibilidade desse diálogo. Porque antes havia uma distância.

NT - Mas elas recebiam algum tipo de diplomação?

AR - Sim, sim, também. Cursos para elas. Davam diplomas, distribuíam diplomas, distribuíam uma bolsa com instrumentos para elas. Elas não iam entrar nisso de graça. Elas iam receber alguma coisa. Isso era importante como atrativo. Isso, eu não sei se continua, se não continua. Aí tem um hiato para mim, porque eu me afastei. A minha visão é uma visão um pouco de decênios atrás. Mas pela decadência do SESP, eu não sou muito otimista quanto a manutenção desses processos.

NT - Além das parteiras, como o senhor falou, havia o preconceito do médico. A parteira é uma, vamos dizer assim, num sentido bastante amplo, profissional de saúde que sofria esse preconceito. Mas havia outros. Havia o curandeiro. Como era?

AR - Fontenelle começou a fazer um trabalho sobre os curandeiros. Não posso dizer a vocês que aí nós iríamos aproximar os curandeiros do SESP, porque aí a distância era muito grande e os riscos também. Eu reconheço que os riscos.... Porque nem todo curandeiro era um sujeito honesto. Têm uns que são conscientes, honestos, sinceros, autênticos. Há outros que não são tanto. Então você corre o risco de estar dando uma proteção, uma cobertura ao sujeito que está tirando dinheiro do pobre infeliz que precisa. Mas eu me lembro, naquela época não se falava nada em medicina popular, e o Fontenelle abriu essa linha também. Nós estávamos interessados em fazer... O Willems chegou a fazer isso. Willems era um sujeito formidável. Ele chegou a fazer um estudo sobre ervas. Ervas e especificidades de ervas. Hoje toda vez que vou a uma banca de jornal e vejo - não sei se vocês têm notado isso; agora a coisa já está comercializada - já há uns pacotinhos de ervas. Vocês têm visto isso? Assim, várias

finalidades, explica para que serve. Eu me lembro do Willems. Na época que ele fez o estudo não havia nada disso. Ele ia conversar com a vendedora de erva, na feira, para saber para que servia, para que serve e tal. Achei interessante. Uma pessoa industrializou.

MC - Esse estudo do Willems - o senhor teve contato com ele já dentro do SESP - o senhor se lembra que estudo seria esse?

AR - Eu soube por ele, quando tive contato com ele na Vanderbilt.

MC - Na verdade, tem algumas coisas que eu queria que o senhor detalhasse um pouco mais. O senhor entra no SESP por Ernani Braga?

AR - Sim.

MC - Ele já conhecia o trabalho do senhor anterior?

AR - Ele é Orlando. Eu diria que eu entrei pelo Orlando Silva. Porque Orlando tinha estado em Pinhal, no centro, na experiência de Pinhal, e sabia o que eu estava tentando fazer lá.

MC - Quando o senhor qual a é a função de imediato que o senhor deveria ter no SESP?

AR - Olha, acho que entrei como sociólogo.

MC - Sim, mas o que significava isso para esse momento?

AR - Pesquisador, como Kalervo Oberg....

Fita 8 - Lado B

AR - Na época, Oberg estava praticamente sozinho. Era um antropólogo e participava das reuniões, dava a opinião dele, mas uma coisa assim muito esparsa. E na cabeça do Orlando, era preciso sistematizar essa presença do sociólogo no serviço. Principalmente no setor de educação, de formação de educadores, etc... Isso o Orlando via bem, ele tinha essa visão.

NT - O papel então era de formar educadores?

AR - É, formar os educadores sanitários. Não deixar, como está definido aqui na revista, difuso na equipe. Ter um profissional encarregado, especificamente, dessa tarefa.

NT - O que era um educador sanitário?

AR - Era o sujeito que ia para a comunidade, organizava os grupos e servia de veículo para informação do médico, da enfermeira, etc...

NT - E qual era a diferença desse profissional para a figura do visitador sanitário que o Ministério da Educação e Saúde, no caso, criou na década de 40, ou que havia muito em São Paulo, cursos?

AR - Bom, da minha lembrança, o visitador sanitário era quase que um instrumento mecânico de contato entre o serviço e o público. Levava informações de um para outro. Mas não tinha o equipamento intelectual necessário para dar um passo à frente e organizar grupos, distinguir as instituições na comunidade, delinear a comunidade, fazer pequenas pesquisas. O visitador sanitário não tinha capacidade para isso.

JL - Esse material que era publicado, era produzido, aonde ele chegava? Chegava como às comunidades? Era distribuído, discutido?

AR - Aí é que está. Era distribuído um pouco ao acaso. Deixava-se um pouco com o prefeito, com o serviço de saúde, com hospital, e daí, se Deus ajudasse, chegaria às mãos do público.

NT - As escolas participavam?

AR - As escolas participavam também. Participavam.

NT - E era fácil, difícil, essa relação?

AR - Não, a professora aceitava muito bem a presença do SESP e a informação que o SESP levava.

NT - Havia cursos para as professoras também?

AR - Não. Que eu me lembre, não. Passou haver quando nós introduzimos essa outra visão das coisas, de organização de comunidade. Aí nós convidávamos as professoras. O relacionamento entre saúde e educação sempre foi meio complicado, meio difícil, porque cada um achava que era seu domínio próprio. Infelizmente era uma mentalidade que existia e que a separação dos ministérios agravou. Quando a saúde estava com o Ministério da Educação, o relacionamento era automático. Agora, se era assim na cúpula, vocês imaginem no escalão inferior. A única pessoa que fazia esse relacionamento - que eu me lembre, e por isso eu a incorporei na campanha - era dona Helena Antipoff, que ensinava à professora noções de saúde, noções básicas de higiene, às professorinhas do interior que ela reunia na Fazenda Rosário.

NT - Depois da campanha o senhor continuou a ter contato com ela?

AR - Muito espaçadamente. Enquanto havia reuniões na Fazenda Rosário, ela me convidava. Depois ela faleceu, me lembro que o filho dela ainda me convidou para um encontro lá, mas eu senti que a temperatura tinha caído. Dona Helena era realmente a alma daquilo, era uma mulher extraordinária.

JL - Tem um material que eu vi no SESP que é a avaliação do material de divulgação. Como era essa dinâmica? O senhor tinha contato com isso? Como era a produção? Tinha um grupo que produzia, enfim, pessoas que estavam além do Brito Bastos?

AR - Olha, era praticamente o Brito Bastos. Se ele trazia algum elemento, eu não me lembro. Deve ter trazido, eu não me lembro bem. Sei que ele não só trazia elementos do SESP para ajudar na elaboração do material, mas ele mantinha contato com os Estados Unidos, com o Centro nos Estados Unidos. E recebia muito material de lá.

NT - Era uma adaptação em grande parte desse material americano?

AR - Em grande parte. Depois é que numa certa fase começou-se a produzir material original.

NT - Essa produção em material nos interessa bastante. Material, que eu conheço um pouco, não conheço muito do SESP, em geral é um material de informação que mostra os erros e problemas. Não se cogitava de usar, por exemplo, formas de expressão popular? Cordel? Nada disso? Isso nunca se cogitava?

AR - Não, não.

NT - Por quê? Tendo antropólogos....

AR - Isso só começou depois que entrou esse grupo lá e procurou chamar atenção para a medicina popular: para os termos, para os diagnósticos da medicina popular, para terminologia da medicina popular. “O que é um ‘mau olhado’? Vamos examinar ‘o mau olhado’. ‘Mau olhado’ é um negócio que tem sintomas. Também tem seus sintomas característicos. Isso só pode ser estudado depois que o antropólogo e o sociólogo entraram no SESP.

NT - E isso teve impacto no material que passou a ser produzido?

AR - Acho que não. Acho que não. Não houve continuidade desse esforço. A própria seção - havia uma seção de Ciência Social - foi extinta. Então, acho que isso não foi para frente.

MC - Essa seção foi extinta, ainda o senhor dentro do SESP?

AR - Eu acredito que sim, se me lembro bem. Porque eu fiquei inteiramente engajado na parte de educação. Porque havia um desinteresse na parte de pesquisa social.

MC - Na verdade, nessa seção de Ciências Sociais, não foi feita nenhuma pesquisa?

AR - Foi feita, sim...

MC - Do Fontenelle e do Medina. Foram feitas essas duas pesquisas.

AR - Exato. Foram feitas essas pesquisas. Eu queria ampliar isto, no sentido de fazer pesquisas nos hospitais, mas nunca conseguiu-se.

MC - Por que razão?

AR - Não sei. Aí é um pouco difícil. Aí pode presumir, mas presunção é uma coisa e certeza é outra.

MC - Certo. A impressão que eu fico lendo os seus artigos de 1953, é como se o senhor estivesse dialogando com os médicos. Uma impressão muito forte nesse sentido. Ficou forte a partir do momento também colocado pela sua entrevista aqui. Mas é curioso porque o senhor está se colocando, se diferenciando dos sociólogos e dos interventores que serviam.... Quem seriam esses sociólogos com quem o senhor está dialogando?

AR - Não, veja bem. Na época, não se podia falar numa sociologia da medicina no Brasil. Não se podia falar de nenhuma sociologia, muito menos da sociologia da saúde pública. Não havia. A esperança de que isso tivesse surgido era exatamente o SESP. No SESP havia clima para isso. Porque havia um padrão americano. Já havia nos Estados Unidos. O padrão americano talvez forçasse isso, a implantação disto aqui. Eu acho que isso pesou um pouco na minha atuação no SESP. Eu, hoje, faço até uma crítica ao meu livro. Eu acho que é americano demais. Eu hoje escreveria de outra forma e modificaria a terminologia e talvez traria outras experiências.

NT - Por que americano demais?

AR - Porque eu estava muito marcado pela sociologia americana. Forçosamente. Eu tinha minha formação lá. E uma das dificuldades que eu tive.... - me lembro disso. Eu dei muita aula também para assistente social. E eu trabalhei muito com assistentes sociais lá na Campanha de Educação Rural. E havia um preconceito contra assistente social: ela é muito paternalista, assistencialista. As escolas davam muito essa tendência. Depois viraram, ficaram assim, muito “irredentistas”. Mas enfim, eu reconheço isso. Eu tinha esse problema de quebrar um pouco esse paternalismo, essa coisa, porque as escolas eram criadas no Serviço Social, eram criadas por organizações patronais. Era SESC, SESI. Então tinha um vínculo patronal muito forte e muito paternalista. Então, elas tinham uma idéia de comunidade - aí que eu quero chegar - muito curiosa. A comunidade era alguma coisa criada pela entidade. Não era uma coisa existente da realidade. Eu me esforçava em demonstrar que a comunidade era um fato natural. Só que nós não tínhamos os instrumentos conceituais para identificá-la, o que começou com a Escola de Chicago, com a Ecologia de Chicago e com o resto que veio por aí. E, eu mostrava que no caso da sociedade americana, a comunidade é uma realidade sociológica, com a qual o americano convive desde que ele nasce. Ele pensa a comunidade como uma coisa concreta. Aqui não: a comunidade era um negócio criado pela assistente social, de cima para baixo. Isso eu procurava explicar a elas. Eu digo “elas” porque na época a maioria eram mulheres, as assistentes sociais. Assistente social homem, na minha vida, acho que só conheci dois, um pouco envergonhados. Aliás, muito bons, muito eficientes, mas um pouco assim.

NT - Mas havia congressos de serviço social? Nessa época mesmo que o senhor estava no SESP, eu vi referência.

AR - Sim, sim. Mas eu fui olhado muito tempo como um corpo estranho pelo serviço social: “Engraçado, esse sujeito tem umas idéias esquisitas aí...”

MC - Bem, eu queria saber que idéias esquisitas eram essas?

AR - O conceito de comunidade. Outra, é a idéia de participação. Participação é um negócio meio complicado. “Você trazer as pessoas a participarem? Não. Vocês estão aí para receber. Receber o

serviço, receber o remédio, receber a receita, receber a assistência, mas não para participar! Que negócio é esse? Participar como?” Então isso era herético.

NT - O senhor está falando dessa formação via entidades patronais, mas um outro traço do serviço social - me parece, não estudei em profundidade - também era a influência da visão católica? Não? Não estava presente?

AR - Muito, sim. E a igreja atravessava uma fase autoritária. De modo que essas organizações católicas também tinham essa marca paternalista, que eu combatia. Eu combatia, eu lidava dessa forma, um pouco hereticamente. Mas Lebrecht não tinha isso. Aí que está. Com Lebrecht assimilei perfeitamente isso. E também trazia isso da experiência americana, que é uma experiência participativa. Sim, o Lebrecht descobria isso por outros caminhos.

MC - O senhor me fez lembrar dos seus artigos, essa relação de informação, convencimento, contrapondo a convencimento. O senhor fala que, por vezes, as pessoas traziam informação, a população dizia “Sim, senhor”, mas na verdade não estavam assimilando essa informação.

AR - Era uma reação de submissão. Não era uma reação de aceitação, de compreensão. Era uma reação tradicional de submissão.

MC - O senhor fala que o sociólogo não deve se confundir com o administrador. Nesse sentido, qual a preocupação que o senhor estava tendo ao colocar essa questão?

AR - Porque eu estou pensando no administrador da época, dentro de uma formação tradicional. O administrador é vertical e implica uma hierarquia. Administração implicava uma hierarquia e portanto uma relação unilateral, unidirecional de subserviência, de obediência, de disciplina, etc.. E o sociólogo tem que romper isso para poder ter um clima cultural de aceitação e de compreensão daquilo que ele está transmitindo.

NT - Há uma outra questão que aparece nos seus textos também - que é uma idéia interessante pensar - que é o sociólogo como tradutor. Queria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

AR - Aí eu posso ampliar um pouco: Sociólogo e antropólogo também. Ele tem que interpretar. Ele interpreta os grupos, interpreta as etnias, interpreta as culturas. Eu acho que essa é uma das grandes funções no sociólogo. Não é servir às estruturas estabelecidas. É servir de intérprete no sentido mais amplo do termo. Traduzir linguagens. As palavras são equívocas, as palavras são equívocas; palavras têm um sentido para um grupo, tem outro completamente diferente para outro. Então, cada sociólogo... alertar para essa duplicidade de sentidos, evitando ambigüidades que vão gerar conflitos entre grupos, etnias, etc., etc... Isso que eu entendo o sociólogo como intérprete, o papel de intérprete do social.

NT - Agora, tem um aspecto importante, que eu queria ver como o senhor via na época, inclusive. Nos anos 50, tanto sociólogos de orientação mais liberal, como sociólogos marxistas, em relação a essa idéia de participação popular tinham muito em mente, o próprio Willems, a idéia de mudança, de mudança de comportamento, mudança de atitude. No caso, tanto da Campanha de Educação Rural como do SESP, eu imagino que isso estivesse sempre presente. Como ficava essa função do tradutor com a idéia do indutor de mudança? Como era isso?

AR - Bom, do meu ponto de vista, eu não via nenhum conflito entre uma coisa e outra. A mudança que nós tentávamos induzir era uma mudança qualitativa, e essa mudança qualitativa não era aceita na medida em que uma população, um grupo, se afezava a uma tradição imóvel. Então era preciso mostrar como havia vantagem em modificar certos aspectos, certos traços da cultura ou da sociedade em função desse dinamismo social. E evidente que aí havia um padrão, uma escala de valores envolvida. Como se encontra em qualquer questão dessa natureza, há sempre uma escala de valores. Você aposta numa escala de valores, você acredita naquela escala de valores, você luta por ela. Agora, uma coisa é você impor a escala de valores, a outra, é você tentar traduzir, interpretar e levar a uma aceitação dessa escala de valores. Por exemplo, a saúde, como valor. A população não tem idéia de saúde como valor, mas tem noção da perda de tempo e trabalho, e prejuízo de trabalho que a doença traz. Quer dizer, o lado negativo. Então, você abordar um problema por aí, você consegue mudança de comportamentos. Se você reduzir, por exemplo, o prazo em que o sujeito fica hospitalizado, ou doente em casa, ou deixa de ir a horta trabalhar com a plantação, ele não chama isso “saúde” ... “Não, o senhor precisa ter saúde, então vamos promover a saúde” isso para ele é meio misterioso, mas ele entende concretamente o prejuízo que a doença representa.

MC - Nesse sentido, eu fiquei pensando assim, a situação em que o sociólogo seria intérprete, o que o surpreendeu nessa experiência ao reconhecer que a população tem certos valores em termos da sua saúde, já tem uma certa visão sobre saúde, como o senhor registrou nesse artigo. O que o surpreendeu na sua experiência concreta de lidar ou com as pessoas intermediárias nesse trabalho ou mesmo com a própria população? O senhor tem algo ou se perdeu? No sentido de reafirmar esses aspectos valorativos da população, da sua visão em termos de saúde?

AR - Na minha experiência, o que eu registrei é que é muito mais fácil você lidar com sintomas do que lidar com causas. As causas são sempre misteriosas. As causas podem ser mágicas. Causas da doença podem ser mágicas. ‘Mau olhado’, por exemplo, é inteiramente mágico isso. É curioso que outro dia encontrei uma referência ao ‘mau olhado’, numa peça do Gil Vicente do século XV. Então, fala-se sempre lá, ‘mau olhado’ como uma crendice do caboclo, do matuto brasileiro. Não, já era português. E a antropologia portuguesa hoje está descobrindo isso, mas nós sabemos, isso foi importado, é um arcaísmo. Então, você analisar as causas da doença - “Não, é um micróbio.” -, isso para um homem de um certo nível, de uma cultura, é misterioso, ele não aceita. A não ser que você bote o microscópio, aquele bichinho e tal. Mas se você entra no sintoma, explica a coisa pelo sintoma - essa é uma das minhas experiências -, ele aceita. Ele aceita o processo científico de solução do problema, de medicação, etc., etc... Mas você tem que pegar por outra ponta. E o médico, infelizmente, na minha experiência também, o médico não se preocupa em fazer esse trabalho. “Isso é um vírus, não sei que...”. O sujeito não sabe bem o que é isso, o que é vírus; fica tudo por isso mesmo.

JL - Qual a diferença que o senhor identifica na atuação da Campanha Nacional para o SESP nessas comunidades? De certa forma as duas estão trabalhando com educação e saúde. Qual a diferenciada da dinâmica desses dois trabalhos?

AR - A diferença é que nós estávamos, na Campanha, atentos para as resistências culturais à mudança. E, até certo, evidentemente, respeitávamos essas resistências, procurando entendê-las. Não para mantê-las, não para reforçá-las, evidentemente, não para consolidá-las, mas para mudá-las. Mas nós estávamos alerta. O que os serviços oficiais não se preocupavam em fazer. Não tinham a menor

preocupação em descobrir que resistências eram essas. Diferença de abordagem. Mas isso eu desenvolvi porque eu tive um contato com pessoas como Lynn Smith, com o Emílio Willems. É outra coisa que eu tenho que encontrar para vocês: é o trabalho do Willems sobre essas resistências culturais. É um folheto, é um ensaio. Eu vou tentar localizar isso. Vocês compreendem, é o tal negócio, você está na guerra, você não se preocupa em organizar a sua retaguarda, você está preocupado com o inimigo a sua frente, mas eu tenho isso, vou tentar, estou achando várias coisas que tinha até esquecido.

NT - E nessas resistências, por exemplo, a introdução dos equipamentos sanitários, havia resistência das populações?

AR - Havia.

NT - Como se lidava com isso? O senhor falou da demonstração. Isso ficou claro. Mas, enfim, demonstrou, não funcionou. Como fazia?

AR - Eu lembro a vocês que um outro capítulo da minha experiência são as favelas do Rio de Janeiro. E eu encontrei, em conjuntos habitacionais, os equipamentos sanitários transformados em depósitos, galinheiro, aqui no Rio. Não estou falando do interior de Minas ou de Mato Grosso. Percebeu? Porque era a mesma cultura. Também aqui ninguém se preocupa: “Está aqui o conjunto, tal, está aqui a chave, você tem hoje uma casa, habitação, formidável...” Mas o que o sujeito vai fazer com aquilo, ninguém se preocupa, entende, José Leandro? O negócio é que toda tecnologia tem um sentido, tem uma interpretação para o usuário. Se me derem um computador e eu não saiba manejar o computador - como é o meu caso, até hoje em sou analfabeto em computação -, aquilo para mim não significa grande coisa. Percebeu? Agora, se o sujeito sabe usar, faz maravilhas, como minha secretária, por exemplo. Isso também com equipamento sanitário, com ferramenta agrícola, com adubo. O sujeito não sabe o que é aquilo, nem qual é a finalidade, não tem vantagem. O homem comum é pragmático. Ele vê os resultados, ele quer ver os resultados. Não é um indiferente aos resultados; ao contrário, ele quer ver o resultado. Então, por acaso, uma vez um curandeiro chegou, fez uns passes, deu certo, ele diz: “Isso deu certo, então vamos atrás, vamos aceitar”. Há um certo pragmatismo inerente a essa cultura popular, que faz aceitar recursos, que para nós são atrasados, obsoletos.

NT - Principalmente - não é o caso da Campanha - mas no caso do SESP, além do trabalho educativo, havia a distribuição de medicamentos, juntos, para algumas doenças, mesmo para verminose?

AR - Sim, havia também, mas não na mesma escala dos serviços oficiais. Porque a finalidade não era essa.

NT - Mas se fazia isso?

AR - Também.

NT - Isso era um atrativo para a população?

AR - Era. Embora muitas vezes se pegasse o remédio e se jogasse fora. O remédio não era utilizado, ou então, era usado de uma forma absolutamente fantástica, como botar embaixo do travesseiro e esperar um efeito mágico do remédio. Numa cultura mágica, tudo é magia, tudo é assimilado com

aquela presença mágica. Então, a ferramenta, o instrumento, o remédio, podem ter um valor mágico, até aí se aceita. Mas o efeito direto, isso aí é outra coisa.

MC - Nesse sentido, como, objetivamente, se tratava essa questão? Tudo mágico, o que se fazia então?

AR - Bom, fazia-se o seguinte, pelo menos era o que se preconizava: usando os mesmos recursos da cultura popular, mostrando o efeito em determinadas pessoas que usavam aquele tipo de recurso, como demonstração. Aí abalava as convicções mágicas. Uma pessoa do grupo, que teve um benefício, que aplicou e conseguiu se convencer e que aceitou, era uma prova, uma demonstração. Aí a coisa pega. Entende?

MC - Sim, mas isso era feito através do testemunho dessa pessoa?

AR - Sim, sim, também, também. Sim, tinha que haver o testemunho. Não era uma coisa contada. Que contada ninguém acreditava, mas era o testemunho concreto. O Cynamon deve se lembrar dessas coisas. Você não imagina a alegria que você me deu fazendo referência ao Cynamon. Que coisa!

NT - Quando o senhor quiser podemos marcar um encontro....

Fita 9 – Lado A

MC - ... da felicidade do senhor poder reencontrar o Cynamon e lembrar dessa experiência que o senhor teve de trabalho de em conjunto.

AR - Eu afinava muito com ele. Nós tínhamos o mesmo approach. E a preocupação dele em usar equipamentos e criar equipamentos dentro da cultura do público eu achava uma coisa importantíssima. Veja bem, entre engenheiros isso é até menos....

Interrupção.

AR - ... ele desenha, faz o desenho, faz o projeto. Agora, o que vai ser utilizado... É o caso do nosso Niemeyer, por exemplo, que faz coisas extraordinárias, do ponto de vista arquitetônico, mas, funcionalmente é um desastre, como é um desastre Brasília, concepções de Brasília. A idéia de que pessoas de classes diferentes devem conviver no mesmo prédio, tal, que isso vai promover a comunhão universal, que é inteiramente fantástica, e resultou em Brasília, resultou em desastre. Então, com todo respeito ao desenho, à leveza do desenho, uma coisa formidável. Mas enfim, o arquiteto, o engenheiro. Dona (Tender) é arquiteta, minha secretária; então eu converso muito com ela sobre isso. E o arquiteto urbanista, as enormidades que os urbanistas fazem, geralmente são engenheiros, de formação básica são engenheiros, não aprenderam que há sociólogos que são urbanistas. Dificuldades que encontrei nas favelas - não sei se vocês terão interesse que a gente abra essa frente das favelas.

NT - Claro! Todo interesse! (risos) É que a gente ainda vai chegar lá, é o caminho. ... (risos) “A prosa está boa”, como diz meu pai.

AR - Muito bem. Isso aí.

MC - Vamos, eu acho que....

NT - Já são meio dia e quinze.

AR - Não, para meu almoço tenho tempo. Vocês podem fazer alguma pergunta.

NT - São quase meio dia e meio. São meio dia e quinze.

AR - Eu fico devendo algum material a vocês. Eu estou consciente disso, as revistas....

Interrupção

Data: 13/09/2006

Fita 9 – Lado A (continuação)

NT - Depoimento do professor José Arthur Rios, dia 13 de setembro, no escritório do Professor Rios.

NT - Professor Rios, nós conversamos no nosso último encontro - estávamos até sentindo falta, tem mais de um mês - sobre todo seu trabalho em relação ao tema da imigração e bastante sobre a Fundação SESP. Tem alguns pontos que nós gostaríamos de ouvir o senhor. Um desses pontos é com relação à sua observação sobre diferenças regionais na atuação da Fundação SESP. Por exemplo, eu tenho visto um pouco o trabalho que foi feito na região do médio Rio Doce. Comparando isso com o nordeste, o senhor via diferenças realmente, ou o senhor acha que havia um trabalho mais homogêneo? Como o senhor vê essa questão?

AR - O que eu tenho de memória é um esforço da parte do SESP de padronizar a ação sanitária. Naturalmente levando em conta peculiaridades regionais, não podem deixar de ser levadas em conta. A própria etiologia tem que ser levada em conta: qual o tipo de doença, qual o tipo de problema sanitário mais importante na região. Mas, eu queria acrescentar às regiões que você sugeriu, eu queria acrescentar a Amazônia. A atuação do SESP na Amazônia foi extremamente importante. E acho que tive ocasião de dizer a vocês, era uma presença: a ação do SESP se caracterizava por uma presença. Quer dizer, por uma equipe sanitária atuando: Era médico, era enfermeira, era uma assistente, era o educador sanitário, guarda sanitário. Eles atuavam em conjunto. E a regularidade, a disciplina que era importante no trabalho. Às oito da manhã, a equipe estava na unidade e ia até o fim do expediente ali presente e, naturalmente, com incursões no campo. Isso para mim foi uma experiência em grande matéria de administração porque a ação do SESP, a ação rotineira, era enriquecida por consultorias. SESP ia buscar consultores onde achasse importante. Consultores médicos sanitários e consultores em outro qualquer domínio. Como por exemplo em educação, onde o trabalho começou a se expandir. Já havia um pequeno núcleo liderado pelo Nilo Chaves de Brito Bastos. E esse núcleo ampliou-se com a incorporação de uma professora; era uma pedagoga, uma mulher formada em pedagogia e uma pessoa de grande experiência também, e que supria então as lacunas pedagógicas do grupo que liderava a Divisão de Educação Sanitária.

NT - Não me lembro agora se o senhor mencionou o nome dessa professora no último depoimento.

MC - Não é Antipoff?

NT - Não, não. Antipoff foi no trabalho da Educação Rural.

AR - Bom, mas enfim. Eu, de certa maneira, entrei como um apêndice na educação sanitária. Qual foi a contribuição que eu procurei trazer? Toda a minha experiência de grupo. Aí entrei com umas idéias minhas, que estão no livro, Educação de grupos, que eu escrevi no SESP e para o SESP. Se há um defeito no livro, entre outros, é a sua unilinearidade. Eu estava pensando no SESP e, subsidiariamente, nas experiências da educação rural que eu tinha deixado há pouco tempo. Mas no SESP eu permaneci oito anos. E também desenvolvi o setor de pesquisa, pesquisa de natureza sociológica e antropológica. Eu trouxe um sociólogo e um antropólogo para trabalharem comigo. No caso o Alberto Medina, sociólogo, já tinha trabalhado comigo na Campanha e o Luis Fernando Fontenelle, antropólogo com

formação na Califórnia. E, Luis Fernando - eu me lembro - fez um trabalho muito bom sobre rezadeiras e sobre as comadres no interior. Uma das linhas do SESP, que nós procuramos inocular, era explorar a medicina popular e filtrar na medicina popular o que havia de científico, o que havia de genuíno, de autêntico e o que havia de superstição. E, aos poucos, fortalecer o núcleo científico dessa medicina popular, dando apoio e orientando, etc., etc... Então, o SESP começou a fazer no Vale do Rio Doce uma experiência muito interessante de trazer as comadres para a unidade. Antes, as comadres evitavam os médicos porque tinham medo de uma repressão. Então se afastavam, não queriam contato nenhum com a unidade. De modo que aí aconteciam desastres terríveis porque havia um limite para a experiência, o conhecimento que elas tinham, que era elementar. Então você trazia as comadres, dava uma bolsa com instrumentos, alguns instrumentos, ensinando-as a manusear esse instrumental, e, principalmente, orientá-las para, no caso de um problema que elas não conseguissem resolver, apelar para o médico da unidade. Esse trabalho deu resultados extraordinários. Como se pode comprovar isso? Pela queda da mortalidade infantil nas áreas onde esse trabalho foi feito.

NT - O papel desse núcleo de pesquisa era realizar pesquisa e também dar orientações para os curso ou não?

AR - Não. Era fornecer, alimentar os cursos com material genuíno e também dar sugestões. Porque nós participávamos das reuniões da equipe central e levávamos a equipe central todo esse cabedal de conhecimento e especialidades.

MC - O senhor estava falando que foi um sucesso, teve impacto, foi bem sucedido. Falou da queda da mortalidade infantil. Como era aferida essa queda na mortalidade infantil?

AR - Uma das coisas que o SESP desenvolveu foi estatística sanitária. Nós tínhamos o estatístico aqui na equipe central que orientava as unidades na coleta de dados. Você sabe que é muito importante em pesquisa estatística, você orientar a coleta, para que a coleta não seja desviada, deturpada, etc. Alertar os técnicos em saúde pública para a maneira de coletar o dado e para a importância de coletar o dado e elaborar tabelas. Por aí é que se podia verificar a queda da mortalidade, que ocorreu num certo período. Esses dados eram levados então para a sede central. Eram elaborados. E acredito que devam constar ou na revista do SESP ou em alguma publicação ou, certamente, nos relatórios do SESP, esse tipo de trabalho.

MC - É interessante porque o senhor, no trabalho de Educação Rural, o senhor disse que foi inspirado no trabalho do Padre Lebret especificamente. Elaborou indicadores para saber da situação da população dos locais que o senhor trabalhou. Esse tipo de experiência foi trazido para o SESP no trabalho do centro de pesquisas? Foi trazido nesse momento no seu trabalho no SESP?

AR - Foi trazido como sugestão. Mas para sua implantação eram necessários outros requisitos. Pessoal para fazer aquela coleta de dados dentro dos padrões do Padre Lebret. E aí havia dificuldades: dados burocráticos, etc. Nós nos concentramos mais nesses aspectos sócio-antropológicos e pedagógicos, digamos assim.

NT - Não havia como, por exemplo, o senhor ou o Luis Fernando Fontenelle ou o Medina estarem in loco, não é? O papel de vocês era no escritório central?

AR - Pois é. Nós podíamos sugerir ao médico, ao técnico de saúde, o uso desses instrumentos e pôr esses instrumentos à disposição: “É assim, é simples, é uma avaliação que se pode fazer. Não exige conhecimento técnico. É dar uma nota, como dar uma nota em qualquer trabalho, qualquer avaliação. Você dá uma nota de zero a dez, e você com a sua experiência, você sabe que isso pode ser feito”. Mas isso não pegou. Não pegou. Por quê? Porque o médico, naturalmente, dizia: “Eu tenho muito trabalho. Já estou muito assoberbado. Esse negócio de pesquisa não é bem comigo”. Havia uma certa resistência mais implícita do que explícita, mas nós sentíamos isso. Não adiantava muito querer forçar a barra. Nós tínhamos que sugerir, plantar a semente e ver depois se a semente se desenvolvia.

NT - Nesse trabalho do Núcleo de Pesquisa e do trabalho que vocês fizeram junto com Nilo Chaves, havia, por exemplo, seminários envolvendo coordenações locais? Como se passava a orientação?

AR - Sim, havia reuniões, havia seminários. E o SESP se caracteriza até por isso, pela frequência de reuniões na base e na cúpula, aqui na sede, recolhendo experiências. E nessas reuniões participavam os técnicos americanos porque os americanos permaneceram ainda muito tempo dando assistência. Eu me lembro, por exemplo, de um curso de um técnico americano sobre administração, muito bom, muito bom. Aqui não se entendia nada de administração, começava-se do beabá. Era até um homem muito engraçado, muito inteligente, e o curso foi ótimo, curso para leigos em administração.

NT - Administração de postos de saúde?

AR - Em geral, administração em geral. E me lembro de um curso formidável, e mais do que um curso, uma assistência técnica, de um técnico americano em administração hospitalar. Era um sujeito notável, conhecia hospital assim desde a ponta do cabelo do enfermeiro até a sala de operação. E ele dizia: “Eu não sou médico. Faço questão de dizer isso porque administrador não tem que ser médico. Ele tem que ser administrador”. Isso balançava um pouco os padrões, porque o médico tinha aquela..., como em toda profissão, um certo sentido de onipotência. E o sujeito dizer a ele como deve ser feito o orçamento no hospital, ou como deve ser organizado a circulação de doentes, ele dizia: “Isso não é com esse sujeito. É comigo. Eu sou médico”. Então, havia certas dificuldades, certos atritos, mas, no correr do tempo, isso ia se dissolvendo graças, principalmente, à habilidade e inteligência deste técnico. Porque a mesma experiência ele já tinha tido nos Estados Unidos. Não era um problema brasileiro, um problema de subdesenvolvimento. Eram os mesmos problemas aparecendo lá e que a gente encontra nos estudos do Parsons sobre medicina. Há um estudo de Parsons sobre medicina, sobre equipe médica, sobre a profissão médica, extremamente interessante, para ser lido à luz da experiência brasileira.

MC - Quando o senhor fala nos americanos, esses técnicos que estavam presentes quando o senhor trabalhava no SESP, havia técnicos que tinham essa formação mais das ciências sociais, mais da antropologia e sociologia, que o senhor tenha conhecimento?

AR - Havia um antropólogo trabalhando na equipe americana e trabalhando conosco. É obrigatório mencioná-lo: era o Kalervo Oberg, que veio de um conhecimento de tribos indígenas. O Kalervo era canadense, não era americano de origem, canadense. Nosso intercâmbio com Kalervo foi absolutamente importante no traçado dessas orientações. Entre esses americanos, quase todos eram sanitaristas, tinham uma formação na Johns Hopkins, onde os brasileiros também tinham se formado. Bem, acontece que entrou a política nisso aí. Houve a divisão do Ministério da Educação, que era Ministério da Educação e Saúde. Criou-se o Ministério da Saúde, absolutamente desnecessário diante

do SESP, diante do dinamismo, da expansão do SESP, que só tendia a crescer. Crescia por demanda, demanda dos prefeitos do interior, dos serviços estaduais, pediam o auxílio do SESP; porque, até certo ponto, era um pedido interessado, porque com essa ajuda vinha medicamento, vinha material, vinha equipamento.

NT - Construção de postos também?

AR - Exato, construção de hospitais. Eu acho que contei a história dos hospitais no Vale do São Francisco. Construídos graças a um político baiano, se não me engano, Manoel Novaes, e que ficaram completamente abandonados. E o Manoel Novaes descobriu o SESP e veio pedir ao SESP que utilizasse, tomasse conta dos hospitais. Sim, era possível tomar conta deles desde que houvesse recursos compatíveis. Então era uma maneira inteligente de usar uma alavanca política para obter recursos para o serviço. De modo que a tendência dos americanos - volto a eles - era se retirarem e o fizeram. Porque, além disso, havia uma componente nacionalista no Ministério da Saúde, cada vez mais forte, contra a presença dos americanos. Uma das coisas mais burras que eu vi na minha vida. Em matéria de burrice, eu vi diversas, mas essa foi extraordinária. Então esses homens que estavam aqui com absoluta dedicação. Não estavam em ócio à beira da praia. Não. Estavam trabalhando conosco. iam ao interior, faziam inspeções, faziam relatórios, trabalhavam, participavam dos seminários. Foram aos poucos se sentindo excluídos.

NT - Essa posição era hegemônica no Ministério da Saúde? Era a posição do ministro?

AR - Eu acredito que sim, agravada no governo Kubitschek. No governo Juscelino Kubitschek, se agravou e eu tenho a impressão que o SESP.... - os problemas do personalismo brasileiro - ... o SESP só conseguiu sobreviver ao governo Kubitschek graças a contatos pessoais do superintendente com uma pessoa muito importante no gabinete do Juscelino, que era o Penido. Então, essa pessoa deu muita força, muito apoio, porque senão tenho impressão que o SESP seria simplesmente encampado. Ele conseguiu manter uma certa autonomia, quando o superintendente era o Ernani Braga, depois, com Penido, - eu assisti muito isso - numa luta constante para impedir o esmagamento do SESP. E dessas aí o SESP conseguiu mal e mal sobreviver. Eu assisti muito, eu estava na sede central e eu tinha acesso direto ao superintendente. Enfim, eu era uma pessoa da equipe. Aí então, eu vi que a coisa caminhava para uma crise ou, pelo menos, para uma diminuição de atividades. E foi o que aconteceu: restrição de recursos, de verbas, redução de atividades. E hoje o SESP existe, há uma saleta perto da Praça Mauá, com uma placa, uma coisa lá, chamada SESP. Confesso a vocês que não sei bem o que faz.

NT - Porque ele foi incorporado à Fundação Nacional de Saúde e depois a própria Fundação mudou de status.

AR - Nas batalhas burocráticas que vão liquidando com essas iniciativas, justamente, dinâmicas. É curioso que não havia resistência política nos estados e municípios. Ao contrário, havia pedido para que o SESP viesse, implantasse, desse uma unidade. Eu vi isso em várias ocasiões. Na Amazônia o SESP era a saúde pública. E quando você ia aos serviços federais, aquela apatia, o empreguismo. E o SESP, a duras penas, conseguiu resistir por muito tempo ao empreguismo. Não inteiramente porque seria impossível. Eu me lembro de um ou outro caso assim que de certa maneira forçava o superintendente, mas eram raríssimos os casos. As escolhas eram feitas rigorosamente do ponto de vista técnico. Daí manter-se a qualidade do serviço.

MC - O senhor falou agora que tinha um componente nacionalista e o senhor acompanhou de perto esse processo. É mais no sentido que o senhor pudesse falar mais em termos de descrição, exemplos de situações que o senhor acompanhou em relação a esse processo de tensões, de conflitos.

AR - Era a exclusão, a tendência a excluir o grupo americano das decisões, das discussões realmente importantes, das decisões, contingenciando... O grupo estava ali, era muito bom para dar dinheiro, dar recursos, trazer dólar, trazer equipamento, mas o caso de decidir é conosco, é com os brasileiros. Mas isso não partia tanto dos técnicos do SESP, mas partia da cúpula do ministério que forçava essa situação. Não convidando, por exemplo, o superintendente americano para reuniões, etc... Isso foi criando um mal-estar. Eu me lembro que esse superintendente era um homem admirável, uma experiência de saúde pública que vinha desde o Panamá, da luta contra a febre amarela no Panamá. Dr. Campbell era uma figura, eticamente um sujeito. Esses homens do serviço público americano não chegam a certas posições sem passar por um crivo, inclusive ético, não é somente técnico. Não sei como é hoje com o Bush, mas até a época em que eu pude acompanhar aqui do trópico, a coisa era assim (rindo). Eram homens de qualidade marcada, competentes. Não me lembro de nenhum idiota, incompetente que estivesse na equipe de favor. Não me lembro de nenhum caso. É claro que os brasileiros, com o espírito que vocês conhecem muito bem, gozavam os equívocos dos americanos. Os equívocos eram naturais. Os americanos tinham dificuldades de entender certas posições dos brasileiros, certos reflexos dos brasileiros em matéria de saúde e doença. Muito menos entender os problemas burocráticos brasileiros. Então os brasileiros achavam graça. Havia uma atmosfera... Mas isso nunca prejudicou a cordialidade entre a equipe brasileira e a equipe americana. Isso era explícito. Ninguém falava por trás: “Você não está entendendo nada. É porque aqui não é como é lá no seu país. Aqui é assim”. E daí explicavam como eram os mecanismos internos da política, da administração, etc. Os americanos ouviam com a maior seriedade.

MC - Mais no sentido de o senhor se lembrar de alguns casos em que essa situação apareceu.

AR - Caso é um pouco difícil porque era no cotidiano. No cotidiano. De modo que um caso específico, era preciso que fosse um caso quase conflitante e isso não ocorria.

NT - O senhor falou de uma experiência bem sucedida que foi essa com as parteiras, que teve um impacto na mortalidade infantil. Eu assistia, até a apresentação de um estudante orientado por André Campos, autor desse livro sobre a Fundação SESP, e me chamou atenção. Era um trabalho feito na Amazônia. Era um cartaz em que se ensinava a população a lavar as mãos. Só que o que acontecia no cartaz era uma bacia. E nós, que já ficamos um pouco impregnados pelo sanitarismo, eu falei: “Gente, mas a bacia, passava um, lavava a mão naquela bacia, e outro depois lavava”. E aí a pergunta: como esse trabalho de educação sanitária se associava, dadas as dificuldades, a um trabalho de criação de infraestrutura de saneamento? Porque se não tem água encanada...

AR - Evidente.

NT - Aí não sei, se isso era discutido, como era isso....

AR - Havia um engenheiro sanitarista na equipe, que era o nosso Cynamon. O Cynamon entrava nisso. E houve um elemento - que não sei se mencionei, era que nós sugeríamos, do SESP; isso foi adotado

no Vale do Rio Doce, no Nordeste – que era o de ter presente a comunidade, trabalhar com a comunidade, usando recursos de desenvolvimento de comunidade, que os assistentes sociais já vinham desenvolvendo e utilizando há muito tempo. Eu tinha utilizado na Campanha de Educação Rural, quer dizer, a comunidade e o grupo. Comunidade, no sentido da estratégia do serviço; o grupo, no sentido da atuação direta. Quer dizer, grupo: organizar as comadres num grupo, organizar os pacientes no hospital, em grupo, para ministrar noções elementares de saúde, e assim por diante.

NT - Agora, nesse trabalho local, o educador sanitário normalmente era uma pessoa preparada para essa função? Eu digo na atuação local, porque o senhor até fala num artigo do sociólogo como um tradutor. Só que o sociólogo não estava nas equipes locais.

AR - Não. Mas ele treinava o educador.

NT - E o educador? Quem era esse educador? Em nível local. Não falo Nilo Chaves, as grandes figuras.

AR - Eram pessoas com o nível secundário.

Fita 9 - Lado B

AR - ... esse educador sanitário era submetido a um curso de treinamento no local. Quando digo “no local” era, por exemplo, tipo uma cidade centro, um centro regional para onde os educadores eram trazidos de suas áreas específicas por uma questão de economia de custos. Fizemos isso no Vale do Rio Doce, fizemos isso no Nordeste. Eu e Nilo Chaves nos alternávamos na presença nesses cursos. Outro segredo da atuação do SESP era a supervisão. Não deixar nem equipe nem o educador solto, sozinho, lutando com problemas que às vezes ele não conseguia resolver, mas fazer visitas periódicas de supervisão na área. Para essas visitas, avisava-se o chefe da unidade, e o chefe da unidade provocava o pessoal para essas reuniões dentro da unidade. Isso era outro segredo. Eu via, por exemplo, nos serviços federais, inteiramente despreocupados por supervisão. Ninguém sabia direito o que o outro estava fazendo. Primeiro lugar, não havia sentido de equipe, e depois, não havia sentido de acompanhar o trabalho. Era nesse acompanhamento que entrava então a consultoria. Um médico de alto nível, contratado pelo SESP, Dr. Edson Martins Garcia, ia ao interior, reunia os médicos, respondia as consultas dos médicos, orientava os médicos na sua atuação. Vejam bem, nós estamos diante de uma máquina azeitada. Não é uma máquina estática e muito menos enferrujada. Era uma máquina azeitada. Claro, havia problemas, havia defeitos. Não estou querendo dizer que o SESP era uma perfeição. Não, havia problemas. Onde há o ser humano, há problemas. Acomodações, problemas dentro da equipe; incompatibilidades, às vezes, pessoais. Isso surge muito. Então, para isso que funcionava o supervisionar. Nisso entrava o supervisor.

NT - Esse médico que o senhor mencionou, o Dr. Edson Martins Garcia, foi uma pessoa provavelmente muito importante nessa engrenagem. O senhor podia falar um pouco dele, o contato que o senhor teve com ele, tipo de formação.

AR - Exatamente. Bom, eu tive tanto contato com ele, nós éramos tão amigos, que eu tenho dificuldade.... Era uma figura muito interessante, um homem que tinha um senso de humor extraordinário e tinha um senso crítico também muito grande, tinha uma formação médica formidável.

NT - Aqui no Brasil ou também foi...

AR - Aqui no Brasil. Ele tinha uma formação, uma competência médica respeitada. Por exemplo, ele se entrosou muito bem com esse técnico americano em administração hospitalar. Eles se entendiam, afinavam. Os defeitos que ele via nos hospitais, o técnico americano também via. Então era fácil o diálogo entre eles. E era um consultor em matéria médica. E ele, por sua vez, era o elemento de ligação com o mundo médico, que é extremamente importante porque o superintendente, apesar do prestígio do cargo, é um homem que está dentro de um setor, dentro de problemas, de uma redoma. Ele não está acompanhando a evolução da medicina. Quem é quem em matéria de fisiologia. Por exemplo, quem é o especialista que nós precisamos convidar para dar um curso aos médicos ou para fazer uma palestra. Então, o Edson era a pessoa, o elemento de ligação com esse mundo médico exterior.

NT - Interessante. Uma outra pessoa que eu queria que o senhor falasse um pouco mais, é o Dr. Nilo Chaves, que também foi central. Qual foi a formação dele, como ele chegou a essa visão da educação sanitária e as lembranças que o senhor tem.

AR - O Nilo Chaves era uma figura muito engraçada porque ele era um apaixonado. Ele se apaixonou pela educação sanitária. Fez curso nos Estados Unidos...

NT - Ele é médico?

AR - Médico. A formação básica dele era medicina. Mas ele abandonou para se dedicar à educação sanitária. A formação dele como educador era a de preparação de material. Era um tipo de educação sanitária, que havia nos Estados Unidos, antes de receber a injeção sócio-antropológica. Era uma fixação, assim, na preparação de filmes, de cartazes, esse tipo de propaganda material. E, é claro, ele fazia exposições, expunha muito bem. Ele foi desterrado para Recife. Saiu daqui da sede central foi parar em Recife, para o SESP em Recife.

NT - Por quê?

AR - Porque as pessoas ligadas aos antigos dispositivos se tornaram indesejáveis. Estavam sempre criando oposições, críticas, tal. Então ele foi parar em Recife, onde ele faleceu. Era um homem de extrema dedicação ao trabalho. Obcecado pelo trabalho.

NT - Dele nós até temos registros escritos, textos, no próprio boletim do SESP. Acho que o Dr. Edson Garcia, acho que não, não é, Leandro?

JL - A gente não chegou a ver, mas... É. dele não tem não, porque tem um material de avaliação do próprio material educativo. alguns textos até sobre a evolução do SESP, alguns textos sobre isso. Do Garcia, não.

MC - Eu queria retomar um pouco uma observação que o senhor fez em relação ao trabalho do SESP no Vale do São Francisco, que tinha lá os hospitais que estavam parados, o senador mandou ordem da Bahia. Porque é muito interessante, que nesse momento, 53 em diante, mas um pouco antes, final dos anos 40, início dos 50, uma equipe coordenada pelo Donald Pierson, o sociólogo Donald Pierson, estava fazendo trabalho também no Vale, estudo de comunidade. Mas eu gostaria de saber qual foi o tipo de contato que houve, se, em algum momento o seu trabalho no SESP ou na Educação Rural, houve esse encontro ou troca de experiências na medida em que era uma equipe grande?

AR - Para simplificar: o Pierson queria que eu participasse desse trabalho. O que eu não quis por absoluta impossibilidade material. Mas nas equipes participaram técnicos, sociólogos e antropólogos que tinham sido alunos do Pierson e que eu conheci muito. De modo que eu tinha uma enorme afinidade com eles. Foi uma dificuldade enorme a publicação desse trabalho. Anos! O Pierson levou anos para ter esse trabalho publicado pelo Vale do São Francisco. Onde você encontra isso hoje? Nem saberia te dizer.

MC - Foi uma coisa realmente muito difícil. Só rapidamente, o senhor conhece o senhor Valdíque Moura?

AR - Valdíque Moura trabalhou comigo na Campanha de Educação Rural, como técnico de cooperativa. Ele era cooperativista e técnico, especialista em organizar cooperativas.

MC - Mais no sentido assim de que o senhor Valdíque Moura teve um papel fundamental para publicação desse livro. Isso ele me falou muito rapidamente. Rapidamente falei com ele ao telefone, mas creio que....

AR - O Pierson.... Porque essa colaboração entre americanos e brasileiros teve seus pontos trágicos também. Um dos pontos trágicos foi a quase expulsão do Pierson de São Paulo, pelo grupo da Faculdade de Filosofia, pelo grupo Fernando Henrique, Florestan, etc, que tinham sido alunos dele. Isso foi uma mágoa que ele levou para os Estados Unidos. Nunca conseguiu se liberar disso.

NT - Como foi esse episódio? Não conheço essa história.

AR - Eu não participei. Eu tive informações pelo próprio Pierson e por elementos de São Paulo que eu conheci. Foram dificuldades que foram sendo criadas e, não só dificuldades, mas uma crítica rasteira à intervenção do Pierson e às coisas que o Pierson fazia: “Não eram adequadas ao Brasil. Era mais uma manobra do imperialismo americano...”, esse tipo de chavão idiota que destrói um trabalho de qualidade, um trabalho de enorme importância que o Pierson realizou na Escola Livre de Sociologia. Era Escola Livre, depois foi reduzida, foi encampada pela universidade. Houve um centralismo, que aparece várias vezes nessa história. Ele manteve uma longa correspondência com um grande amigo meu. Era realmente amigo pessoal dele. Não sei que fim teria levado essa correspondência, que seria da maior importância. O José Vicente de Freitas Marcondes. Um sociólogo rural, de São Paulo, que foi aluno do Lynn Smith, também teve sua formação na Louisiana, onde eu o conheci e nos tornamos amigos pela vida toda.

MC - Quando o senhor fala que foi convidado pelo Pierson, era para o trabalho do Vale São Francisco?

AR - Trabalho do Vale do São Francisco.

MC - Nesse sentido, acredito que o senhor tenha mantido uma correspondência com ele também.

AR - Sim, sim, claro. E eu ia a São Paulo muito. E estava com ele quando ia a São Paulo. Veja bem, naquela época, a sociologia que o Pierson fazia, a socio-antropologia - a formação básica dele era antropologia - era exatamente o que eu gostaria de fazer. Minha formação tinha sido aquela. De modo que eu não tinha dificuldade de conversar, dialogar com o Pierson. E é curioso que muitos anos mais tarde eu entrei em contato com um elemento trazido pelo Pierson, o Emílio Willems. Emílio Willems era de formação alemã, era um homem de Berlim - e, no entanto, muita gente pensava que ele fosse alemão. Ele era de Santa Catarina, falava muito bem alemão, etc. E a formação do Willems era mais européia. Isso não criou nenhuma dificuldade para o Pierson. Recebeu-o na Escola. E o Willems é outro caso de tragédia. Já não se trata de americano, é brasileiro. E recebeu um convite para dar um curso nos Estados Unidos, onde nós nos encontramos, na Vanderbilt. Acharam tão importante que o contrataram. E ele fez a coisa com todos os requisitos burocráticos. Quando voltou ao Brasil a cadeira dele tinha sido extinta, ele estava desempregado. Aí, diante disso, ele escreveu uma carta para a universidade, perguntando se o aceitavam como professor. E tenho impressão que o golpe foi tão duro para ele, que ele se naturalizou americano. Tenho essa idéia vaga. Não posso afirmar com certeza. E nos Estados Unidos ele publicou coisas muito importantes, inclusive em 1967 - me lembro bem - um livro sobre as seitas pentecostais no Brasil. Hoje a seita pentecostal é um problema, tal, 67. O nome em inglês é Following the Faith. Eu tenho esse livro. Nunca foi traduzido aqui.

NT - Um ponto interessante que o senhor abordou também é essa idéia de uma sócio-antropologia. Quando se fala da história das Ciências Sociais no Brasil, tende-se a falar que até a pós-graduação não havia especialização, quase como se fosse uma lacuna ou um gap brasileiro. Mas na verdade, também nos Estados Unidos, essa ênfase nos métodos qualitativos na pesquisa sociológica era muito grande nesse período. Ao contrário da imagem que se tem da sociologia....

AR - Exatamente, exatamente.

NT - E havia esse debate na sua experiência com os Estados Unidos? Havia uma tensão entre métodos quantitativos, métodos qualitativos? Como era essa experiência?

AR - Havia e houve... Você me faz lembrar uma coisa que é importante mencionar. Quando eu entrei no SESP, houve uma certa retração do pessoal da estatística - eu me lembro disso. Eram pessoas extremamente competentes, mas não entendiam como se podia fazer generalizações na base de entrevistas, na base de casos, de entrevistas, etc... Porque só entendiam uma generalização estatística, na base de números, com margens de erro, com desvio padrão, etc., etc... Isso, de você chegar, por exemplo, numa localidade, entrevistar as comadres e elaborar uma série de conclusões, isso era aberrante para a mentalidade dos estatísticos que trabalhavam no serviço. Eram métodos.... Aí nós tínhamos que explicar e tal. Mas sempre houve uma certa tensão entre as duas mentalidades dentro do serviço.

NT - O senhor tinha mencionado também o grupo de geógrafos, também atuando junto a Fundação SESP, não era?

AR - Não, na Campanha de Educação Rural.

MC - Na verdade, Sr. Rios, dentro desse processo que o senhor foi convidado para fazer essa pesquisa, quando o senhor em algum momento hoje falou da medicina popular, da medicina rústica, isso me fez lembrar, isso é até título de um livro, de um antropólogo... o senhor teve contato com o grupo do Pierson, Alceu Mainardi....

AR - Mainardi trabalhou comigo, com pesquisa sobre artesanato no Ceará, que aliás, corre o risco de ser editado agora, por uma editora no Ceará. Estava no arquivo, apesar de todos os meus esforços para editar o livro, não houve recepção.

MC - Mas qual é a origem desse trabalho, desse contato que o senhor teve com o Alceu Mainardi?

AR - Através do Pierson, São Paulo. Porque o Alceu trabalhou com o Pierson. Então através desse trabalho dele, eu o convidei para trabalhar comigo no artesanato e tive a sorte de tê-lo. Ele documentou o artesanato. Ele era um antropólogo, com experiência que ele tinha adquirido com o Pierson, na Escola de Sociologia.

MC - Mas foi em que época que o senhor fez esse trabalho que o senhor contribuiu para...?

AR - Eu não posso dizer com precisão. Já foi nos anos 60, 70. Não sei.

MC - Mas com que objetivo?

AR - Isso é outro...

MC - Mas daí a gente volta.

AR - Isso é o seguinte: aí eu já tinha um escritório de pesquisa e o SESP do Ceará me pediu para fazer uma pesquisa, um levantamento do artesanato no estado. Então eu organizei uma equipe, onde eu convidei o Alceu. Topou porque ele estava disponível na época. Muita sorte. E percorremos todo o estado do Ceará fazendo levantamento do artesanato. Mas o meu problema não era o objeto; era o homem, era o artesão. Quem era esse artesão, onde ele tinha aprendido essa técnica, de que ele vivia, como ele vivia. Então o SESP chegou a publicar um livro, que esgotou-se, onde se fez esse levantamento sistemático do artesanato no estado. E depois eu sugeri um plano de assistência ao artesanato. Eu achei que o SESP era o órgão adequado. Não houve nenhuma tentativa nesse sentido.

MC - Nessa esteira dos contatos com o senhor teve com Pierson diretamente, o senhor teve algum contato um sociólogo chamado Levy Cruz?

AR - Conheci o Levy Cruz, mas não tive maiores contatos com ele. Conheci. Acho que chegamos a ter um contato pessoal em São Paulo, mas nunca tivemos ocasião de trabalhar juntos. Eu trabalhei com um rapaz, um pesquisador, foi formado pelo Pierson. O nome não me lembro, mas enfim, foi o melhor entrevistador que eu tive em toda a minha carreira. Ele tirava informações até de pedra. Um sujeito realmente formidável, e com uma visão, a formação dele. Porque o entrevistador ele domina, às vezes, uma técnica, mas não tem o arcabouço teórico, e ele tinha. De modo que ele foi um grande ajudante e

trabalhou comigo em várias ocasiões. Trabalhou na pesquisa da favela de Alagados também; foi outro episódio na Bahia.

MC - No processo o senhor vai se lembrando. Eu também tenho uma lista depois da equipe do Pierson. O que me chamou atenção nesse processo todo foi um breve comentário: é que a respeito dos estudos de comunidade que estavam sendo realizados na época, a questão da saúde não era foco central, mas havia uma preocupação, um interesse, se tratava essa questão?

AR - Muito remoto. Não era... e agravado pela situação, a cisão entre educação e saúde. A cisão administrativa. Criaram-se mundos diferentes quando deviam estar integrados.

MC - Mas estou mais falando no sentido de estudos de comunidade feito pelos sociólogos da Escola Livre, coordenado pelo Pierson ou por Charles Wagley, no final dos anos 40, na Bahia também.

AR - Exatamente.

MC - O que me chama atenção é que há....

AR - Na Amazônia também.

MC - A questão da saúde sempre está presente. E interessante que o senhor Mainardi acho que é um exemplo. Mas é claro o SESP era outra história.

NT - Agora, nessa visão sobre saúde, o senhor fala dessa idéia do sociólogo e do antropólogo como tradutor entre o universo popular e o pensamento médico, pelo entendimento que tive dos textos. Agora, havia toda uma discussão na época, quando a saúde aparecia em alguns textos, no próprio Emílio Willems, no texto que eu li, era sempre a idéia de se estar discutindo resistências culturais à mudança. Como era esse debate para o senhor? Como na época o senhor se colocava em relação a esse debate, a essa visão de resistência à mudança? O que se queria era realmente levar alguma visão de mudança, de progresso?

AR - Bom, havia dois tipos de mentalidade nisso. Havia aquele que achava o obstáculo à mudança como algo que devia ser varrido. Era um, digamos, um racionalismo extremo, ou um cientificismo extremo. E havia outro grupo em que se valorizava o obstáculo como parte integrante de uma cultura e se recomendava um cuidado de não destruir o obstáculo – o cultural value - pondo em risco a cultura, como acontecia com as tribos indígenas. O Egon Schaden, por exemplo, de São Paulo - não me lembro se era a cultura Guarani -, onde ele mostra nitidamente a desintegração da cultura Guarani pelo contato com a cultura, digamos, ocidental, racional, etc... Porque, às vezes, a crença está muito ligada à organização social. Você destruiu uma, você destrói a outra. Então, para esse tipo de situação é que nós alertávamos o educador sanitário, o agente, o pesquisador, para que não se tomasse essa atitude, esse complexo de superioridade: “Nós somos superiores porque temos a ciência, sabemos o que é doença, sabemos o que é micróbio, usamos microscópio e esse sujeito aí é um idiota, não sabe nada, ele vai ser naturalmente superado”. Esse tipo de mentalidade nós combatíamos muito. São dois... são duas maneiras de encarar o problema da mudança. É sempre procurar saber onde estão os valores por trás dos obstáculos culturais. Esses são os valores. E você mexendo um, destrói o outro. Até que ponto

you can act preserving the values that are intrinsic to that culture. And to transform that group into a conscious minority. The process would be that.

JL - In the SESP action, which of these two visions was more...?

AR - We could transmit this vision of respecting popular culture. When a patient came to the unit, in the post, and said: "I am sick". The doctor: "What do you have?" "Bad luck". "Very well, then how are these symptoms? What are you feeling?" "Like this, like this, like this". "Ah, this is a very serious thing, really. But people can find a way with this, right?". He would not say: "Bad luck? Nonsense, this does not exist, right?". These are ways of dealing with, of taking care of, in the sense of bringing the patient to your side, and not repressing it, rejecting it as they did with the comadres.

JL - In this organization of these communities, what was the function of the health clubs? How did they function within this structure?

AR - Health club I would say was an Americanism. We already found this. Then that American mentality of creating clubs, forming clubs, that there is a spontaneous thing, it is part of the culture. And here it was a bit weird. Not in terms of football. (laughs) Club was a weird thing, the subject didn't understand very well: "Is Flamengo, Botafogo?" But the health club... perceived? Then these things were part of the dialogue. You were asking me a little while ago about a case. There is a case in which we had a certain difficulty in convincing the Americans that it didn't work or it worked poorly or it was only formal. Yes, it was organized... but from there on, what happened? And the problem was the transmission, the innovation, the technique, the medicine, the cure.

NT - I have a curiosity in relation to social assistants that you already mentioned. Because at the local level, because we are seeing in your interview, it was probably very difficult to have teams of a higher level, qualified, in areas that were more interior. But there was a strong action of social assistants in the SESP Foundation? At what level was that work?

AR - We found a serious problem, a delicate problem, because there was, in the Brazilian pyramid, in the professional pyramid, competition between professions. And there was a competition between nurses and social assistants. The nurse already had a formal position, guaranteed, established, and the social assistant the nurse had to accept. Also we managed to introduce the work of the social assistant. Because the social assistant would be, for us, the ideal vehicle to introduce these concepts that we were defending: community, group. Because that was the day-to-day of the social assistant, from a certain moment. Because there was Social Service, here in Rio de Janeiro, I would say up to the 40s, when the business was paternalistic, it was vertical, centralized...

Fita 10 – Lado A

AR - ... I inoculated the mentality of the group and the community in the Social Service schools because, one of my first experiences in university teaching, it was not in university, it was in the Social Service schools. They were much more receptive to that message that I was bringing.

NT - Em que escola de Serviço Social?

AR - Por exemplo, uma escola da PUC que era dirigida por uma senhora francesa Mademoiselle (Moursseau). Era uma escola de nível bastante alto, classe média. Também havia esse problema. Você tinha que mudar um pouco a mentalidade do alunado. Eu comecei a trabalhar nisso. Isso nos anos 50. Eu me lembro que fundei uma equipe... As coisas estão tão misturadas. Eu fundei o curso de Ciências Sociais em Juiz de Fora, na universidade de Juiz de Fora, na Faculdade de Filosofia, que era financiada pela indústria. Curioso, isso. Não era do governo, não, um empresário, industriais, sentiram necessidade de criar um curso para assistentes sociais. Chamaram uma assistente social de São Paulo, para dirigir isso, senhora Lígia Loureiro, e ela foi para Juiz de Fora. E - não sei como, são detalhes, não sei quem me recomendou - eu achei a experiência engraçada. Fui para lá. Ia todo fim de semana a Juiz de Fora. Passava três dias lá e dava o curso lá. Bem, agora, além disso, eu dei curso aqui no Instituto, Instituto Social, se bem me lembro, no Humaitá. O edifício ainda existe, não sei se funciona alguma coisa. Enfim, eu dava sociologia, mas uma sociologia voltada para ação, ou seja, uma sociologia da comunidade. E depois que escrevi o livro Educação de grupos, aí eu me tornei muito popular, mais popular nas escolas de Serviço Social do que nos cursos de Ciências Sociais em que sempre me olharam com certa desconfiança: “Esse sujeito não é um sociólogo puro; é um sujeito de comunidade, tal, trabalha com assistentes sociais, tal. É um negócio meio, segunda classe”. Coisas que acontecem (risos). Agora, no caso do SESP, havia resistência da enfermagem. elas diziam: “Nós estamos fazendo tudo isso, tudo que uma assistente social faz. Por que trazer assistentes sociais para cá?”

NT - Porque havia no SESP também a figura da visitadora sanitária, que era enfermeira?

AR - Enfermeira, ou, pelo menos, uma sub-enfermeira, treinada assim como guarda sanitário, treinado para tarefas de inspeção, de localização, de alerta. Assim o caso da visitadora, para trabalhar mais. Descobriu-se que era preciso trabalhar com a mulher.

NT - Não havia visitador sanitário?

AR - Não, visitadora. Trabalhar com a mulher, dialogar com a mulher e tal. Criou-se essa visitadora sanitária.

NT - Isso que o senhor está falando é interessante, porque na experiência norte-americana na área de saúde ou de educação sanitária, também há essa idéia da mulher como alvo. Isso era discutido para a preparação do material educativo?

AR - Era, era. Do momento que você abre um canal de comunicação com o campo, os estímulos vêm do campo, os problemas surgem no campo, não é no gabinete. No gabinete vai tudo bem: todos se entendem, conversam, são educados, pessoas educadas. O negócio é no campo. “Quem faz isso?” “Não, mas eu já estou fazendo. Como você entra agora querendo fazer isso? Isso é da minha competência”. Então os atritos exigiam da cúpula uma elaboração e uma solução. Não podia esquecer, deixar para o lado. Percebeu, Marcos? O campo era produtor de estímulos desde que você estabeleça um canal de comunicação.

MC - O senhor falou de Institutos de Serviço Social....

AR - Era uma escola de serviço social.

MC - Ah, era privada?

AR - Exatamente, que depois foi incorporada à PUC.

NT - Mas a PUC já tinha um curso de serviço social?

AR - Não, no começo dessa época, não. Veio depois. Ela incorporou esse instituto.

MC - Anos 50 ou ainda 40?

AR - 50. Depois a PUC criou o Departamento de Serviço Social.

NT - Nós chegamos a entrevistar uma assistente social, Leila Pugale, que atuou na área de....

MC - Sim, nesse trabalho sobre a memória da ciência médica do serviço social, exatamente. Nós fomos lá na Escola de Serviço Social da UFRJ, se não me engano. Tinha uma coisa que ela estava ligada à escola de Serviço Social da UFRJ.

AR - Não sei, esse nome.... E com esse contato me deu uma possibilidade de selecionar assistentes sociais em que eu notava um gosto pelo trabalho de campo. Também era outra coisa, assistente social trabalhava em gabinete.

NT - Nessa época devia ser uma opção para moças de classe média alta, imagino. Não tem a característica que tem hoje.

AR - Exatamente. Enfermagem era mais baixa.

NT - Havia essa diferença?

AR - Havia. Também isto entrava no componente nos atritos e distanciamentos entre as duas categorias.

MC - Também não havia atritos entre supervisão e os técnicos com as assistentes sociais? Ou era algo mais azeitado e a tensão era mais com as enfermeiras? Só assim, a percepção era.... Está me fazendo lembrar uma entrevista com Celso Barroso Leite, que fez a seguinte afirmação: “Assistente social é alguém que o estado paga para as pessoas colocarem a cabeça no ombro e chorar”. Estão sentindo o que acabei de falar? É incrível. Assim, é a percepção de um técnico (API) de primeira linha. Por isso eu fiz a pergunta para o senhor.

AR - Mas os sociólogos tinham essa visão também. Eu tive um enorme trabalho em convencer colegas meus que estavam inteiramente errados. Porque a assistente social, na minha cabeça, era o elemento de ligação com a comunidade, com o povo. A enfermeira... mas a enfermeira já tem outro enfoque. A enfermeira vê a saúde. Ela já tem uma orientação formal no sentido de ver a doença, ver o remédio,

ver o problema do hospital, ver hospitalização, internação, etc.. A assistente social já tem uma outra mentalidade; ela está mais inoculada de “noções sociais”, vamos dizer assim. E eu usava muito, em favela, assistentes sociais como entrevistadoras de favelado. Eram formidáveis. A pesquisa de favela foi feita muito na base... E o Medina era supervisor. Eu o coloquei porque o Medina tinha essa mentalidade, incorporada por mim. Então eu e Medina tínhamos essa visão, mas os outros sociólogos, não. Não eram cientistas; não tinham método científico.

MC - Nesse processo, a sociologia que o senhor se identificava tinha uma recepção de uma passagem nos cursos de assistente social, em detrimento dos cursos de sociologia, que sempre viam o senhor como quantitativo.... Eu estou me lembrando da turma de Ciências Sociais.... Nós já falamos de Guerreiro Ramos.... Eu fico querendo me lembrar de um sociólogo que também trabalhava na área quantitativa, também trabalhou no censo de favela de 47 - se não me engano - que é o Luis de Aguiar Costa Pinto. Queria saber nesse processo dos grupos 40, 50, o senhor teve contato com ele?

AR - Ele foi meu colega de turma na Faculdade de Filosofia. Mas depois nós nos distanciamos porque o Costa Pinto passou a ensinar nos Estados Unidos. Foi muito cotado para universidades americanas. E depois o Costa Pinto enveredou para uma linha marxista. E aí havia uma dificuldade de diálogo com o marxista. Porque a sociologia do marxista não era a minha. A minha era uma sociologia empírica, de pesquisa. O marxista, salvo o erro, era de uma sociologia dogmática. Ele sabia o que tinha que fazer, que era promover a luta de classes, era definir as classes, os antagonismos entre classes, etc., que não era a minha preocupação. O marxista, com raríssimas exceções, não tinha visão antropológica. Ele tendia mais para a economia do que para antropologia. Conversei com Costa Pinto várias vezes quando ele vinha ao Brasil. Tinha contatos com ele, mas nunca tivemos uma aproximação maior. Gostei muito do livro dele sobre Lutas de família.

MC - Talvez tivesse mais esses elementos antropológicos.

AR - É verdade, é verdade. Só uma lembrança. Você falou sobre os estudos de comunidades do Pierson no Vale do São Francisco. E o estudo de Willems sobre Cunha.

NT - O que o senhor sabe sobre esse estudo? Porque a gente leu Uma Vila Brasileira.

AR - Onde há - se não me falha a memória - um capítulo sobre medicina popular. Se não há um capítulo, há referências à medicina popular.

MC - Há referências e até dados antropométricos. Interessantíssimo.

AR - Eu convivi muito com o Willems. Esse eu conheci muito.

NT - Houve uma polêmica em torno do título, que mudou o título. O senhor conhece essa polêmica?

AR - Não.

NT - Que primeiro aparecia o nome Cunha - isso aparece no prefácio, acho, do Nelson Werneck Sodré -, que depois omitiu-se o nome Cunha porque a elite política da cidade não queria que aparecesse qual era a cidade. O senhor se lembra?

AR - Parati. Parati e Cunha. E Cunha mesmo. Cunha existe.

MC - O senhor teve contato com o Willems e o senhor teve esse contato estreito com o Pierson, eu fico aqui lembrando de um professor que trabalhou também em estudos de comunidades, que é Oracy Nogueira. O senhor...

AR - Conheci muito Oracy. Nunca trabalhei com ele, mas conheci. Tinha uma impressão excelente, de seriedade, de competência, muito. Eu gostava muito dele. Eu o colocava num faixa alta. Com o Willems eu convivi na Vanderbilt. Quando ele foi dar um curso lá, eu estava lá. Então conversava com ele. Ficamos muito amigos, tenho uma longa correspondência com ele. De repente ele desapareceu.

NT - O senhor fala “longa correspondência”. Seu arquivo deve ser precioso.

AR - Mas aí desapareceu. Eu mandava cartas, as cartas eram devolvidas, tal. Eu fiquei preocupado porque ele tinha raízes no Brasil. “Será que ele voltou? Está em São Paulo? Está doente?”. Afinal eu soube que ele faleceu em 97, e, provavelmente, antes do falecimento ele teve uma fase de hibernação. Detalhes eu não tenho. Faleceu sem que aqui se fizesse qualquer coisa em relação a ele. E ele recebeu uma grande homenagem da associação dos antropólogos americanos. Tudo isso eu soube depois com dificuldade.

MC - O senhor falando dessa correspondência e entrar em contato... fico lembrando também a questão do Pierson, não me lembro o que aconteceu, (que o senhor foi muito elucidativo) na sua análise sobre deslocamento do Pierson das Ciências Sórias para a educação na USP, mas também tinha essa questão da doença do Pierson: (ele ficou doente no campo.) Não sei se o senhor teve notícias sobre isso.

AR - Não, não tive notícias. Quer dizer, tive remotas.... Eu já estava empenhado em outras coisas. Agora, é curioso. Veja como as coisas são curiosas. O sujeito cria uma faculdade de Filosofia, cria uma Escola Livre - fazia questão do adjetivo - Escola Livre de Sociologia, que era um formidável laboratório de Ciências Sociais, e de repente isso: a instituição devora, canibaliza a entidade de vanguarda, liquida, esteriliza a entidade de vanguarda. Isso é uma coisa a ser estudada. Eu vivi essa experiência em várias situações. As instituições são canibalescas.

NT - Queria que o senhor falasse um pouco desse ponto em relação à Fundação SESP. Como foi esse processo até do seu afastamento?

AR - Num dado momento, eu percebi que o SESP ia ser reduzido, senão extinto, senão extinto. E eu vi que eu tinha que pensar no meu destino pessoal: “O que eu posso fazer? Para onde eu vou?” A universidade era complicada.

NT - A universidade era complicada por quê? Pelo perfil, pela sua trajetória?

AR - Pelo perfil, pela trajetória e pelas dificuldades de acesso. Você tem concurso, tem que esperar que se abra concurso. Enfim, há uma série de problemas. A universidade brasileira não tem a flexibilidade da universidade americana, em que o sujeito prova que é competente, daí ele entra, e tem que continuar demonstrando que ele trabalha e produz.

NT - Demora mais a conseguir uma posição.

AR - Exatamente. Estava eu posto de sossego, aí eu já estava muito... A minha atuação no SESP estava muito reduzida. Eles estavam me desgostando muito.

NT - Mas continuava ainda o Núcleo de Pesquisa Social?

AR - Não, tinha acabado. Não havia recursos e tal, não havia condições.

NT - Mas o Nilo Chaves continuava?

AR - O Nilo Chaves continuava. Bem, mas com dificuldade também. Eu atuava às vezes em cursos, dava minha parte, mas eu via...

NT - Foram oito anos?

AR - Oito anos. Aí eu vi que havia um concurso para assessor do senado. Aí resolvi fazer o concurso. Me inscrevi. Esse episódio é muito engraçado.

NT - Isso já era governo Juscelino?

AR - Isso foi dentro do governo Juscelino. Por aí. Em 58, se não me engano, fiz o concurso. Aí descobri, uma vez inscrito, que as cartas já estavam marcadas. Já tinha destinatário. Mas eu já estava embarcado ali, não custava nada. E eu consegui passar no concurso - nós éramos uns sete candidatos - por uma questão assim, eu chamo “providencial”, porque, realmente, a comissão encarregada de fazer o concurso era presidida pelo senador Rui Palmeira, pai do Vladimir. E o senador verificou as provas e disse: “Esse rapaz aqui merece, tal”. Mas um colega dele começou a tentar intervir, empurrar o candidato dele que já era funcionário da casa, tinha essa vantagem enorme, já conhecia ali todo os corredores e caminhos. E o Rui Palmeira, não me conhecia, nunca tinha tido nenhum contato com ele, deu um murro na mesa e disse: “Tem que ser esse rapaz” e pronto. Graças à honestidade, um fenômeno extraordinário. Eu me lembro que eu fiz outras provas, tal.

NT - O senhor se lembra como era esse concurso?

AR - Provas escritas, eu fiz. Havia vários setores. Um desses setores era educação. Educação para mim era mais fácil.

NT - Era uma prova discursiva? Dissertação?

AR - Eu fiquei horas escrevendo, tal.

NT - E quantos candidatos? O senhor lembra?

AR - Eram sete ou oito candidatos. (risos) Foi engraçado. Anos depois, um rapaz que trabalhou comigo, que era professor aqui no Rio, estava enfrentando dificuldades, eu indo a Brasília, soube que no senado

ia haver um concurso para assessor. Eu disse a ele: “Você vai fazer esse concurso”. Ele disse: “O senhor tá doido? Não vou fazer concurso para assessor do senado. Não tenho a menor condição”. “Por que não tem?” “Educação, para educação”. Era um sociólogo. Hoje ele é, talvez, o único sociólogo educacional no Brasil, de altíssima competência. Tem repercussão internacional, etc. Você tem que fazer...

NT - Quem é ele?

AR - Deixa ver se me lembro o nome todo dele.... Pedro Gomes. Eu digo: “Pedro, você tem que fazer esse concurso.” “Não, não posso.” “Vou inscrever você nesse concurso.” Eu tenho uma vocação, não sei porque Hollywood não me aproveita, porque eu gosto de pegar estrelas. Indo a Brasília, fiz a inscrição dele. “Você está inscrito”. “Não tenho tempo de estudar...” “Você não precisa estudar. Você já sabe”. Arranjei programas para ele, tal”. Aí já eram mais de cem candidatos. Brasília não é brincadeira. Todo fundo de quintal de Goiás corre para Brasília.

NT - Mas o senhor chegou a ir para Brasília?

AR - Não. Bem, aí ele fez o concurso, tirou primeiro lugar, tirou primeiro lugar. Ele até hoje: “Devo ao senhor...” “Deve a mim, não. É você, você...”. Porque você tem que ver também que o nível tem caído. Você fica com medo, às vezes, você não leva em contra que o nível caiu, a qualidade caiu. É uma coisa alarmante, mas é um dado da realidade. Se você não passar, você vai adquirir uma experiência. Não é vergonha nenhuma, não vai constar na sua folha corrida. Mas eu quase tive que pegar ele a força e levar a Brasília para fazer o concurso. Claro que ele mudou a vida dele. Aí ele teve que ir para Brasília. Hoje ele ensina em duas ou três escolas em Brasília, faculdade, vai a congressos internacionais, tem trabalhos publicados.

NT - Como foi a sua experiência como assessor do Senado? Qual o tipo de assessoria?

AR - Era o seguinte: o papel do assessor.... Nós éramos 15 assessores aqui no Palácio Monroe, de modo que eu me deslocava entre o SESP. Eu comecei a combinar as coisas. Como era um trabalho que não tinha horário para você ir... por exemplo, havia um pedido de um senador, eu passava lá, conversava com o senador... Aliás, era um dos motivos de inveja na Casa é que nós tínhamos acesso direto aos senadores, não pedíamos licença, o senador dependia de nós, nosso parecer. Então, nós tínhamos contato direto com os senadores e tínhamos, por isso, grande prestígio na Casa. E assim, eu trabalhei, até que houve um novo enxugamento no SESP, o superintendente me chamou: “Infelizmente, não podemos continuar...” Isso depois de oito anos, na base de tudo isso que estou contando a vocês. Saí e fiquei assessorando aí o Senado e fiquei fazendo trabalho, dando curso, etc, aí então que eu criei o escritório de pesquisa. Era perto também, qualquer coisa, telefone, ia lá: “O senador que falar...” “Pois não”. Foi uma luta um pouco difícil, mas...

NT - O senhor conciliou a atividade como assessor do Senado e o escritório...

AR - Não abandonei a pesquisa, isso para mim era essencial. Eu estou contando isso, resumindo, porque a nomeação mesmo demorou depois do concurso. Houve lutas internas. Os camaradas não desistiram, mas graças ao Rui Palmeira, eu consegui entrar. Não fiz nada, não fiz força. Eu sou muito negativo para esse tipo de coisa, eu sou incompetente para essa luta burocrática, eu sou incompetente,

não consigo... Mas a coisa veio... Eu soube disso, não me disse, mas disse a colegas meus, que queriam que eu entrasse. Eu tive apoio dos colegas, que seriam meus colegas depois, porque alguns me conheciam de fora e não queriam ter um trambolho lá dentro que desse problema, trabalho para eles, como aconteceu em outras ocasiões. O sujeito não sabia fazer nem um parecer.

NT - E era uma vaga só?

AR - Uma vaga só.

NT - E havia outros sociólogos nessas funções de assessoria?

AR - Não, o único.

MC - Eu quero voltar um pouco. Isso nós vamos explorar um pouco....

AR - Você tem uma perspectiva de trabalho generosa.

MC - Eu até, às vezes, eu fico preocupado com isso, mas na verdade, está sendo tão rico esse processo. Eu fico só querendo lembrar essa questão da saída do senhor do SESP, essa crise.

AR - Não houve crise....

MC - Digo, a sua saída, uma retração. Eu queria ouvir do senhor. Há um processo no Ministério da Saúde. Ministério da Saúde num processo de constrangimento em relação a atividade SESP, com uma política mais dos americanos, temos que limitar essa ação, vamos fazendo. Então há um processo também de maior centralização, e ao mesmo tempo essa experiência do SESP de centralização. O que o SESP podia se expandir, o que havia de demandas.... No sentido de ouvir o senhor nesse processo que o Ministério da Saúde... apareceram reclamações...?

AR - Veja bem, é preciso ver a repercussão nos estados. Os estados pediam ao SESP para dar cursos para o pessoal deles, para as secretarias de saúde. De modo que o SESP tinha também essa função pedagógica importantíssima. É claro...

NT - Desculpe. Mas o Ministério da Saúde também dava cursos nos estados. E isso se associava ao SESP ou era em paralelo?

AR - Às vezes havia uma colaboração. Quem deve se lembrar muito disso é o Cynamon. O Cynamon é, se não me engano, mais novo que eu no SESP, mas ele acompanhou essa fase. Veja bem, o superintendente era meu amigo, nossas relações eram cordiais.

NT - Já não era mais o Ernani?

AR - Não, era o Penido. “Não era possível mais mantermos e tal...” Quer dizer, nem o apoio político que ele tinha ou pensava ter conseguiu dar força suficiente para promover - não era só defender, era levar o SESP para frente. Porque aí entravam fatores políticos. Eu me lembro que o primeiro ministro

era um político paulista, aquele sujeito... o Ademar de Barros, peso pesado na política nacional, deixou uma marca incrível no Ministério da Saúde.

Interrupção.

NT - Bom, professor, nós estávamos falando da sua saída da Fundação SESP e do escritório que está relacionado com a história com o Lebret. Então nós poderíamos ouvir o senhor, desde esse ponto com o Lebret, o senhor já falou uns pedaços, mas para a gente ter uma noção mais ampla dessa história.

AR - Eu acho que a primeira vinda de Lebret ao Brasil foi nos anos 40, convidado pela Federação das Indústrias de São Paulo, por um curso, e tomou contato com o Brasil e se entusiasmou. Ele ficou fascinado pelo Brasil. Depois - sempre São Paulo - repetiram o convite; ele voltou com mais tempo. E aí ele criou em São Paulo um escritório. Sendo ele dominicano, ele não podia contratar, nem ser contratado. Então ele criou em São Paulo, criou primeiro na França, uma sociedade chamada SAGMACS. É uma sigla: Societé... é um nome comprido. Então ele criou em São Paulo um escritório um escritório da SAGMACS e contratou o governo de São Paulo, que era o governador Lucas Garcez, contratou algumas pesquisas. Aí, eu indo a São Paulo....

NT - Isso na segunda vez?

AR - É. Eu tive contato com ele. Fiquei muito impressionado. Eu tinha imaginado encontrar um padre que remotamente era padre, mas realmente gostava de fazer pesquisa científicas, economista, tal, e encontrei um padre, em primeiro lugar. Um homem que, realmente, estava convencido da sua vocação religiosa, em primeiro lugar. E, além disso, era um cientista, um cientista social do mais alto nível.

NT - Como foi essa formação dele como cientista social?

AR - Na França, principalmente na França. Ele era capitão da marinha, marinha mercante e converteu-se. E já levado, talvez, por essa vocação para o estudo, ele entrou na Ordem dos Dominicanos, que é uma Ordem de estudo, de estudo e ação. A formação dele, até onde eu sei, foi através da Ordem, através do seminário da Ordem. E aí, se identificou muito com um grande economista francês chamado François Perroux e formou um grande economista brasileiro, muito meu amigo, chamado Aníbal Vilela, que ocupou vários cargos e uma pessoa humana deslumbrante. Foi secretário da OEA. Mas isso era o de menos. Aníbal era um sujeito, diretor do IPEA.... Bom, sujeito de altíssimo nível. Então, eu através de Aníbal, tinha uma referência de Padre Lebret. Mas não definia bem. Em São Paulo conversei com ele, e ele queria que eu trabalhasse com ele: “Eu tenho interesses no Rio, não posso me deslocar para São Paulo”, mas mantive contato com ele. Nos anos 50, eu fui à Europa, pela primeira vez. E resolvi ir ver o Centro de Pesquisas dele, num lugar chamado Arbresle, perto de Lion, onde ele tinha seu centro de pesquisa. Peguei um trem, fui a Lion, depois peguei um ônibus fui a Arbresle, que era uma cidadezinha medieval, você subia assim, uma coisa formidável. E lá passei uma semana me impregnando do método dele. Ele botou na minha mão, me entregou o manual dele; depois foi impresso um livro, o Manuel de l’enquêteur. Eu folheei aquilo, fiz perguntas a ele. “Esse negócio é interessante. Vou ver se aplico isso no Brasil”. Aí veio a Campanha de Educação Rural. Eu já, na formação do meu pessoal, encaixei a aplicação dos questionários do Lebret. E levei-o a ver o meu centro de treinamento... perto de Holambra, uma cidadezinha paulista... tinha uma escola de agronomia.... Pinhal. Levei-o a Pinhal e levei-o a Holambra. Impressionou-o muito. Estreitamos, enfim, nosso relacionamento. Bem,

aí eu propus a ele o seguinte: “Eu estou no Rio de Janeiro, os ministérios estão no Rio de Janeiro, as fontes de informação no Rio de Janeiro. Que tal a SAGMACS abrir um escritório no Rio de Janeiro? Eu tenho um escritório, pode usar o escritório, não vou cobrar nada, e me comprometo a trazer pesquisas para a SAGMACS”. Aí ele estava fazendo já... primeiro ele fez um levantamento da Bacia Paraná-Uruguai, pedido do Garcez. Depois ele fez uma pesquisa sobre o estado de São Paulo, levantamento do estado de São Paulo. E, finalmente, acho que a última grande pesquisa que ele fez foi um levantamento da cidade de São Paulo, a metrópole de São Paulo. Nisso tudo, eu participei como olheiro, um observador. Eu ia a equipe e me enfronzava. Então veio a Campanha de Educação Rural, eu apliquei os questionários dele. Eu me identificava com os objetivos e ideais do Movimento de Economia e Humanismo, são duas coisas: O movimento de idéias, de solidariedade, de Economia e Humanismo, e outro é o método de pesquisa que ele era rigorosamente científico e tal. Aí entra a favela na história. Eu cheguei a fazer algum trabalho antes da favela? Não me lembro. Bem, sei que, de repente, eu fui chamado pelo dono, diretor do Estadão, Julio Mesquita Filho. Estamos no governo de Juscelino. E o Julio Mesquita me recebeu acompanhado do Paulo Duarte - não sei se vocês se lembram -, diretor da Revista Anhembi, figura de proa em São Paulo, da intelectualidade paulista e tal. Quando entrei no gabinete, estavam numa discussão acalorada, eles eram muito amigos. Queria saber o Julinho se o Paulo Duarte achava o povo brasileiro dendrófilo ou dendrófobo, e eu não sabia o que era isso. Durante meia hora eles discutiam isso na minha frente. “O que eles estão discutindo?” Depois que eu percebi que era o seguinte: os sujeitos que derrubavam árvore ou que cultivavam árvore. Falou grego. Isso era São Paulo. (risos) Aí o Julinho disse: “Olha aqui professor, eu estou querendo fazer uma pesquisa sobre as favelas no Rio de Janeiro. Nós estamos fazendo oposição a Juscelino, ele está despejando dinheiro em Brasília e deixando a capital entregue com favelas, com problemas gravíssimos e tal”.

NT - De quem surgiu essa idéia de que a favela seria um contraponto à construção de Brasília? O senhor sabe?

AR - Por quê?

NT - Quem teve esse insight? Tinha acontecido alguma coisa, alguma tragédia?

AR - Não, não assim, não regularmente. De vez em quando acontecia, pegava fogo numa favela. Favela estava no noticiário, já estava no noticiário naquela época. Aí eu disse a ele: “Bom, eu sou um sociólogo, não sou político. Não faria isso como político em si. Rigorosamente, como sociólogo”. “Eu aceito sua idéia desde que o senhor me assegure inteira liberdade de ação, em organização de equipe, contratação de equipe, para ter absoluto controle disso”, e me botou para fazer a pesquisa.

MC - Só um instantinho. Porque para mim ficou assim, quer dizer, o Juscelino está colocando dinheiro em Brasília e aí...

AR - O Júlio, o Estadão, já vinha fazendo oposição. Juscelino está jogando dinheiro em Brasília e aí o Julinho achou que era um absurdo ele jogar dinheiro em Brasília quando havia problemas aqui no Rio de Janeiro. Entre eles, favelas. Em primeiro lugar.

MC - Em São Paulo, no caso?

AR - Não, favela aqui no Rio. Muito bem, então vamos fazer pesquisa em favela. Agora, eu expliquei a ele meu relacionamento com Lebret. Eu represento... “Perfeitamente, eu estou chegando ao senhor porque ouvi falar...” Não sei quem tinha falado com ele sobre minha relação com Lebret.

NT - Aí o senhor já tinha esse escritório?

AR - Já, já. Então o escritório era no Rio, mas eu represento no Rio; agora, o Lebret tem um escritório aqui em São Paulo que eu faço questão que ele assine o contrato. Isso é o correto. Promoveu-se à vinda de Lebret, ele assinou o contrato. SAGMACS. O Estadão se comprometeu a publicar o trabalho, e comecei eu a pesquisa de favelas, que me levou dois anos. Primeiro ano, nós fizemos um levantamento usando o método Lebret, das 12 maiores favelas do Rio, naquela época. No segundo ano, nós fizemos uma pesquisa em profundidade, escolhemos duas favelas uma na zona norte, outra na zona sul...

NT - Zona Norte foi Jacarezinho?

AR - Jacarezinho. Quatro aspectos importantes: urbanização; criminalidade - foi uma das primeiras pesquisas de criminalidade nesta cidade; política - como os favelados se articulavam com os políticos - e família. Eu trabalhei - meu Deus do céu - com umas vinte pessoas escolhidas: assistentes sociais, eu, Medina - trouxe o Medina para trabalhar comigo, uma espécie de seguro, encarregado de supervisionar o trabalho de campo - e assim fizemos a pesquisa das favelas. Acontece que o Estadão publicou dois tablóides, a pesquisa toda em dois tablóides. Hoje, obra rara. Eu tenho um exemplar aqui comigo, já um pouco cariado, estou vendo até a Simone digitar para preservar isso, e, talvez, quem sabe, me deu uma diretora de uma editora universitária a idéia de publicar. Acha que é importante. Bem, (Alicia) trabalha.... Invasão da favela. Dá um destaque enorme a essa pesquisa. Mas ela não percebeu a segunda virada da história, que era para mim muito importante. Isto foi captado pelo Lacerda na sua campanha para governador. Lacerda percebeu a importância de entrar no problema e me pediu para publicar na Tribuna da Imprensa. Como a Tribuna de Imprensa era de menor proporção que o Estadão, em vez de publicar em dois tablóides, dois domingos, como fez o Estadão, ele publicou uma espécie de folhetins. Todo dia saía na Tribuna da Imprensa um folhetim. O povo inteiro tomou conhecimento dessa....

NT - Isso em 59, 60?

AR - Por aí, exatamente. Foi antes dele se elegeu governador. E aí... Bem, isso repercutiu na Câmara, manifestações diversas. O Lacerda conseguiu se eleger.

Fita 10 - Lado B

AR - ... no governo. Não estava preocupado com isso. “Tenho minha vida, meu escritório”. “Não, não, você vai atuar em favela. Você vai ser secretário de serviços sociais”. Mas isso, na realidade, é favela.

NT - Até então que contato o senhor tinha tido antes com o Lacerda?

AR - Eram antigos esses contatos. Eu trabalhei como repórter na Tribuna da Imprensa, depois eu tive contatos com ele na Resistência Democrática, era um núcleo de intelectuais aqui do Rio, comprometidos com a derrota do Getúlio e do Estado Novo, ditadura Getuliana. Era um grupo... Resistência Democrática dá pano para a manga. Eles se reuniam numa sala aqui na rua México, uma gente extraordinária. Bem, e daí saiu a UDN, entre outras coisas saiu UDN. Bem, enfim, havia um relacionamento com Lacerda. E assim entrei para o governo Lacerda como Secretário de Serviços Sociais, sem orçamento, sem verba, sem sala.

NT - E era uma Secretaria nova?

AR - Exatamente. Então, utilizei as instalações de um serviço chamado “Serva”, Serviços de Habitações Populares, um negócio assim, uma dessas figurações....

NT - De habitação das favelas....

AR - Onde a favela entrava e entravam os chamados “Parques Proletários”. “Parque Proletário” é uma expressão deliciosa, né? Esses Parques Proletários eram feudos de políticos. Tanto é que determinado político nomeava um cabo eleitoral para ser o administrador, e, naturalmente, governava aquele conjunto ali, distribuía casa, recebia dinheiro pelas casas, pelos barracos que ele arrumasse. E tinham várias senhoras que faziam parte do esquema, várias senhoras moradoras do Parque Proletário. Muito bem. Eu chego e encontro essa situação. Eu tinha favela, tinha velhos, idosos, um asilo de idosos, tinha vários asilos de idosos, tinha mais não sei o que, era uma colcha de retalhos a minha secretaria. Bem, e tinha o funcionalismo.

NT - A Fundação Leão XIII era da Igreja ainda e depois que se tornou do Estado?

AR - Era independente

NT - Mas tinha relação?

AR - Não. Relação, relações públicas, digamos assim, não estava na minha área. Bom, aí então, a minha idéia foi a seguinte: eu não podia ser ambicioso, dentro da minha escassez de recurso, e organizei o que eu chamei operação mutirão. Eu tinha aprendido no interior. Mutirão, moradores consertando estrada, ponte, é um embrião de cooperativa, uma cooperativa rústica, e com isso está adequado ao favelado, na mentalidade deles. Muita gente vive no campo, esse nome para eles, se eu chegar como nome cooperativa, ninguém vai entender nada. E, engraçado, o nome aí pegou. Hoje se fala muito: “Mutirão! Mutirão!” Veio dessa época. (risos) Operação mutirão. Então, aí eu criava em cada favela uma associação de moradores e só me entendia com a associação de moradores. E dizia a eles: “Eu só vou me entender com vocês. Vocês elejam a diretoria da associação, eu não me meto nisso”. “Mas o senhor não tem uma pessoa?” “Não, não tenho, não recomendo ninguém. Vocês vão escolher os diretores e vocês vão ser os responsáveis. Agora, chamo a atenção para o seguinte: eu vou distribuir material de construção”. Eu já tinha conseguido com uma secretaria de obras que me encaminhasse todo material de demolições no Rio de Janeiro. “Vou encaminhar o material para vocês melhoram a favela, as condições da favela. Não é para construir barraco. É para melhorar as condições da favela, dos caminhos, das entradas, das saídas e tal, construir posto de saúde, escola. Ah, muito bem. Mas, olha aqui, vocês são responsáveis por isso, eu não me envolvo nisso. Do momento que eu descobrir

alguma irregularidade, eu vou dissolver a associação e corto relações com a favela. a favela vai saber que vocês são os responsáveis”.

NT - Agora, em alguma das favelas que o senhor teve contato já havia algum tipo de associação?

AR - Muito tênue. Havia clube. havia clubes, às vezes, esportivos. Olha, associação, no meu figurino, não me lembro, não me lembro. Porque eu fazia então uma coisa formal. Eu dava posse à diretoria. Porque favelado gosta de formalidade, ele quer a coisa.... Eu dava posse a diretoria no meu gabinete. Dava posse aos membros da diretoria. Eles assinavam uma espécie de contrato com a secretaria, se comprometiam a receber os recursos, os materiais financeiros, que fossem destinados e tal, aquela coisa. E ficava eu com aquele documento. E associação era registrada no departamento, sem burocracia de cartório.

NT - Mas eram o que essas associações? Não eram entidades civis?

AR - Eram entidades civis, de moradores, são um grupo de vizinhança. Então, eu só me entendia com eles. Isso começou a criar problemas porque os políticos chiaram. “Que história é essa?” Eu digo: “Não, eu só me entendo com o favelado”. “Mas eu sou deputado tal”. Eu digo: “Mas eu lamento muito, eu só me entendo...” E o Lacerda topou, topou. Isso é até uma coisa que eu queria retificar no livro da (Alicia). Ela imagina que o Lacerda era contra favela, contra favelado. Não é nada disso. O problema é muito mais complicado. Nem os políticos que apoiavam o governo. Vocês têm que compreender que eu estou aqui num outro trabalho, num trabalho técnico, tal. Eu consegui com isto ir encaminhando material para pequenas obras; jogava a assistente social, aquelas coisas que eles precisavam e que o político arranjava, eu filtrava isso, passava a fazer.... Porque, numa outra etapa, o meu esquema era a cooperativa de habitação. Transformar a associação de moradores numa cooperativa de habitação era minha utopia. Depois o BNH falaria nisso; nunca consegui fazer cooperativa. Porque imaginava que cooperativa saísse do nada. Então, com essa cooperativa a coisa já era mais concreta. Assim eu trabalhei dois anos. Aí o general Mendes de Moraes, que era deputado em Brasília, votou uma verba - não pedi nada, nem conhecia o general pessoalmente, a não ser de nome, era uma figura meio cômica, criava jacarés em casa, no Cosme Velho. Não estou brincando. Um dia o leiteiro foi lá, coitado, inadvertidamente, defrontou-se com um jacaré, de boca aberta, um corre-corre danado, tal. Muito bem, não conhecia, a não ser por esse anedotário. Ele fazia os concursos de misses também, carimbados, tal.

NT - Era no Maracanã, não é?

AR - É. Aí o general então votou uma verba de 10 mil, na época, cruzeiros. A primeira verba que eu recebi. O que eu fiz com essa verba? Eu fiz uma licitação de firmas para um plano completo de urbanização das dez maiores favelas do Rio de Janeiro. Veja bem, meu amigo, nós estamos no ano de 59, 60 já. As firmas trabalharam, fizeram levantamento de água, esgoto, luz, urbanização - uma urbanização sumária, que não implicasse remoção em grande escala. Ah, sim, também firmei como política... - que era um pavor, os favelados tinham ameaça de remoção. Eu me comprometi com eles: “Não vou remover coisa nenhuma”. Eu não removo, a não ser em casos de incêndio, inundação, como ocorreu. Ocorreu, onde hoje é a favela da Maré, ali houve um incêndio enorme, tal, aquela gente ficou desabrigada. Então, construí barracos de madeira para removê-los. E chamei a essa favela, um problema de nostalgia, chamei de “Nova Holanda”. E o Lacerda disse: “Mas você é maluco. Chamar

aquilo ali de Nova Holanda?!” Porque eram em palafitas. Muito bem, assim estava eu.... Estou resumindo....

NT - Mas essa construção de palafitas em Nova Holanda....

AR - Não, palafitas havia antes, em barracos, entrando pelo mar. Quase caía criança, era uma coisa terrível.

NT - E as casas que foram construídas depois do incêndio....

AR - Em madeira.

NT - Só para entender. Porque um dos pontos que se colocava até pela ameaça de remoção era a impossibilidade de transformar o barraco em alvenaria.

AR - Exatamente.

NT - Como na época vocês lidavam com isso? Havia uma idéia que realmente se transformassem em casas de alvenaria? Havia apoio para isso? Porque o senhor falou de material de construção para as vias.

AR - Eu tinha o meu Cynamon nas favelas. Era um engenheiro, Paulo Rosa, um engenheiro tranqüilo, que entendia o problema da favela, sabia que não havia dinheiro para fazer grandes conjuntos e que a substituição da favela pelo conjunto era uma das idéias, construir conjuntos residenciais. O que acontecia é que você absorvia 1% daquela favela e o conjunto virava favela também, favela vertical. Mas isso são coisas que para mim eram evidentes, mas que para muita gente.... Vocês não podem imaginar o que eu recebia de projetos e propostas de reforma da favela. Eu me lembro de um que foi levado por um grupo de senhoras bem pensantes com desenho. O desenho era o seguinte: a favela era um morro assim, com jardim, caminho arborizado, uma beleza, casas de um lado e de outro, e na entrada uma borboleta, uma catraca. Eu digo: “Mas eu não estou entendendo...” Seriedade. “Eu não estou entendendo a borboleta”. “Ah, porque aí o senhor filtra os moradores da favela. Quer dizer, o vagabundo, o delinqüente não passa na catraca, então...”. “Uma idéia interessante, eu vou estudar isso”. (risos) Eu tinha um chefe de gabinete, que era outra estrela, um jurista, naquela época. Tornou-se depois juiz e desembargador e hoje é maior autoridade em processo civil nesse país. É José Carlos Barbosa Moreira. Porque por uma peculiaridade minha, eu sempre tenho a necessidade de dialogar. Não gosto de fazer as coisas sozinho, fechado, não tenho esse tipo de temperamento. Procuo uma pessoa para dialogar. Chamei uma assistente social - não lembro o nome dela - depois foi para a ONU, competentíssima, chamei o Rosa, engenheiro; chamei um rapaz que não tinha uma formação específica, mas era uma pessoa séria, entendeu as minhas idéias, e o José Carlos que era meu chefe de gabinete. José Carlos me dava cobertura jurídica. Vocês não podem imaginar os problemas jurídicos que surgem numa favela. Não me refiro às questões de vizinho, questões de propriedade, inventários paralisados. Por isso surge tanta favela. O sujeito vê aquele terreno dando sopa e vai construindo seu barraquinho ali. Aí o proprietário vinha para mim pedindo que eu organizasse: “Fácil, o senhor me pague uma indenização, tal, fica com o terreno para os favelados, muito obrigado”. Toda sorte de especulações na base do valor da terra no Rio de Janeiro. É dinheiro. É dinheiro. Você imagina uma favela na Lagoa. Havia uma favela na Lagoa. A pressão que eu sofria para remover a favela vocês não fazem idéia.

Muito bem, essas pressões continuaram. Eu recebi os 10 mil do general, apliquei nos projetos, recebi os dez projetos das dez favelas, reuni as lideranças dessas favelas, chamei a imprensa. Eu era muito discreto. Meus contatos com a imprensa eram muito esgarçados. Eu não gostava de anunciar coisa alguma que é um perigo. A imprensa não só é desonesta, mas também é incompetente. Não sabe nada, não se esforçam em estudar o problema, de modo que uma notícia pode ter um efeito desastroso. Nessa ocasião, eu chamei de conhecimento os dez projetos. Nessa noite, o Lacerda assinava a minha demissão. (risos) Mas é claro, isso não foi assim, houve os antecedentes, eu estava... por isso é que eu tomei essas providências. Eu senti a tempestade próxima.

NT - Quais foram os sinais da tempestade?

AR - Pessoas da minha repartição dizendo que eu já estava demitido.

NT - Mas o Lacerda em momento nenhum....

AR - Não, não era o Lacerda. Era a antoragada acionada pelos empreiteiros, pelas firmas, pelas grandes firmas de engenharia do Rio de Janeiro. Tanto assim que a minha sucessora tinha sido eleita por uma grande firma de engenharia, a Carvalho Rocha. E eu não tinha um contrato... a não ser o contrato profissional que eu paguei rigorosamente. Bom, a coisa aconteceu.... Comecei a ter problemas de atuação. Fiz uma cartinha de demissão e levei ao Lacerda. Eu e o doutor José Carlos vamos nos demitir. José Carlos estava vendo que a situação era insustentável. Marquei audiência, uma dificuldade para se conseguir falar. Tinha relações pessoais, ia a ele quando queria. De repente a coisa ficou muito complicada. “Mas como, que isso, tal? Não pode, vamos fazer uma reunião no Guanabara. Não é possível...”. Na reunião as pessoas diziam simplesmente que não havia nada, uma impressão falsa, não existe. O Lacerda ia viajar, ia à Europa. “Muito bem, vamos fazer o seguinte: você vai ficar quanto tempo fora?” “Uns 15 dias”. “Vamos ver como as coisas decorrem. Se continuar essa situação, a carta está feita”. Na realidade as coisas continuaram e pioraram. Eu tentei mais um contato com ele. Não consegui. Ele ficou doente. Estava doente em casa. Não podia receber porque estava ele doente. E o José Carlos que é testemunha de tudo isso, professor de Direito, foi desembargador, agora está aposentado. Muito bem. Sai no jornal a reportagem sobre os planos das dez favelas e do outro lado a minha demissão. Um “auê”. Inclusive o Hélio Beltrão, que era um grande peso no governo, ficou inteiramente estarecido: “Mas como?” Era o secretário de administração: “Mas isso é um absurdo. Um erro gravíssimo que o governo está cometendo”. Porque, na realidade, eu estava levando a favela para o Lacerda. A favela era o PTB, PCdoB e eu, sem esse objetivo explícito, sem nada a fazer a este objetivo político, na realidade, eu estava trazendo. Havia manifestações já de favelas em favor do Lacerda, coisa que ele nunca tinha tido. A minha utopia teve este fim melancólico. Aí veio a Sandra, e a Sandra, coitada, é uma mulher muito inteligente, honesta, séria, mas ela tinha idéias assim fantásticas. Ela criou uma cooperativa que abrangia todo o Rio de Janeiro. Uma cooperativa extraordinária; cooperativa exige um conhecimento pessoal, é o mínimo. A cooperativa da Sandra abrangia todo o Rio de Janeiro. E aí, ela estava ligada ao BNH. Ela chegou a ser presidente do BNH. Aí o Castelo Branco tremeu nas bases porque começaram a bater reclamações. Filas se formavam na porta dos bancos: “Nós queremos entrar para essa cooperativa, está aqui no jornal, tal”. Quer dizer, o governo se viu a beira de um problema absolutamente extraordinário que ele não tinha criado. Uma demanda de habitação, que a cooperativa ia dar habitação a todo mundo. Aí a Sandra saiu. Então a Sandra me substituiu. Aí não sei o que aconteceu. Voltando aos Parques Proletários - eu limpei os Parques Proletários. Comecei demitindo o administrador. Isso me valeu a antipatia dos donos dos parques, dos políticos donos dos

parques. Inclusive, um cidadão que continua com todo prestígio aí, chegou a ser presidente da Câmara, deputado Sami Jorge. Deputado Sami Jorge é crônico no Rio de Janeiro. É político antigo. Ele era dono de uma favela - não me lembro bem aonde -, um Parque Proletário. Sami Jorge era dono. O feudo do Sami Jorge era um desses parques. Tinha lá um administrador, vagabundo, delinqüente. Foi fácil para mim porque ele tinha uma ficha corrida sujíssima. Bem, limpei. Por mais que eu consegui fazer, que é pouco para tanta coisa. Agora, as associações funcionaram. Um funcionaram bem, outras não. É natural. Pelo número de favelas que havia já naquela época, era de se esperar que umas associações fossem para frente e outras não.

NT - Foram dez criadas...

AR - Não, dez eram os projetos, as dez maiores.

NT - Quantas associações foram criadas?

AR - Olha, eu criei cerca de 80 associações. A Sandra, depois, disse que ela que tinha criado. Político, a gente...

NT - E em relação à experiência anterior que foi a da Cruzada São Sebastião? Porque Dom Helder também teve relação com o Padre Lebret, não é?

AR - Teve. Mas não nesse setor. O padre Lebret, na realidade, nunca andou em favela no Rio de Janeiro. Se ele andou em São Paulo, não sei. No Rio, ele nunca andou em favela. Acontece que por efeito do contrato, como o contrato foi assinado por Estadão, fala-se no padre Lebret indo a favela e tal. Não, ele nunca esteve em favela. Era eu. Era o dono do pedaço. Mas, quer dizer, não é que eu impedisse o padre Lebret, é que ele estava já comprometido com uma ação internacional. Ele estava na Campanha contra a fome, com Abbé Pierre e depois com Josué de Castro.

NT - Pois é, isso que me chamou atenção. O Josué de Castro também teve relação com o padre Lebret.

AR - Exatamente. Na ONU jogavam nessa campanha contra a fome. De modo que o padre Lebret tinha a sua horta a tratar na Europa, na França, viajando muito, intensamente. De modo que no Brasil ele estava tranqüilo. O negócio estava correndo lá, tinha o escritório de São Paulo, tinha o Rio. Muito bem, aí então eu vi que o negócio na favela tinha ido para o brejo. O meu grupo, naturalmente, foi disperso, que eu tinha organizado. A secretaria foi dispersa também. Não tinha condições, não havia diálogo, linguagem comum.

NT - O senhor mantinha o escritório?

AR - Eu vivia disso.

MC - Qual é a favela da zona sul no projeto, na pesquisa? Jacarezinho, zona norte...?

AR - É. E foi aquela favela que foi eliminada, ali no Leblon, Praia do Pinto.

MC - O senhor estava falando do escritório.

AR - Bom, continuei no escritório. Vinha trabalhar na minha seara. E aí tinha se espalhado a notícia que eu era o professor das favelas e eu fui procurado pelo governador Luiz Viana, da Bahia, que me conhecia de outras guerras: “Rios, eu queria que você examinasse um problema de uma favela que temos lá em Salvador, a favela dos Alagados”. Antes disso... - antes ou depois, agora não me lembro, a seqüência não sei, depois eu conto a história de Alagados. Fui procurado. Recebi um telefonema do doutor Israel Pinheiro. Israel Pinheiro era o cacique de Brasília. Era o homem que estava construindo Brasília para o Juscelino. Ele apareceu até num seriado aí sobre o Juscelino. Aparece como um patriarca, tal, homem de absoluta honorabilidade, recusa um presente na novela. Então, o doutor Israel me chama: “Olha, eu encontrei num avião com o Julinho Mesquita e ele me disse que você entende de favela. Queria que você fosse a Brasília ver um problema que eu tenho lá de favela. É uma favela que está no lugar onde vai ser o lago e eu preciso daquela área. Então me desloquei para Brasília com o Medina, com o urbanista que trabalhava comigo, Hélio Modesto, grande figura, trabalhou comigo em favela. O Hélio tinha formação inglesa, estudou em Londres. Parecia um hindu fisicamente, aquele amorenado hindu e era um sujeito realmente... Muito bem, há umas estrelas que eu já comprei feitas. Não fica pensando... Passamos uma semana em Brasília vendo a tal favela. Brasília era um lamaçal. Neste lamaçal ninguém tinha previsto a mão-de-obra. Ninguém prevê nada no país. Nós temos é que realizar. Então os favelados ocuparam uma área enorme, tal.

NT - Esses favelados foi o pessoal que foi trabalhar?

AR - Os candangos, candangos. Fizemos uma incursão, um inquérito relâmpago, é o que podíamos fazer. Cheguei aqui no Rio e fiz um relatório ao doutor Israel. Primeiro encontrar uma área para localizar aquela gente, que não fosse longe do centro, porque eles viviam do trabalho das construções, fazendo um esquema de habitação extremamente barato, simples. Organizar essa gente de maneira que se fizesse esse deslocamento sem desgaste maior. “Professor, queremos falar com o senhor.” “Pois não”. “Não é nada disso que eu queria, não.” “Não era isso?” “Não, eu queria tirar aquela gente de lá.” Eu digo: “Mas doutor Israel, eu não sou polícia, esse é um problema de polícia. Eu não sou polícia. Meu problema é outro: é efetuar uma remoção em condições as menos desgastantes para o senhor, para administração de Brasília e para os favelados”. “Ah, não, meu filho...” Um jeito patriarcal. “Nada disso, meu filho, quem vier depois de mim que vai resolver isso”. Frase textual. Eu digo até que é uma frase estrutural, lapidar.... “Quem vier depois de mim resolve. Eu quero tirar aquela gente de lá.” “Vou dizer uma coisa: o senhor vai ter esse problema no plano piloto, em maior escala. Se o senhor não der uma solução agora, o senhor vai ter esse problema”. “Não, mas isso não é comigo. Não é comigo.”

NT - Isso foi paralelo ao seu trabalho aqui com Lacerda?

AR - Não, não, foi depois. Ainda estava se construindo Brasília, tal.

NT - É interessante que tenha chamado o senhor depois da matéria sobre o Rio de Janeiro recebida como crítica à Brasília.

AR - É. Voltamos aos Alagados. Prometo a vocês ser breve. Chegamos lá, muito bem, fiz um contrato com o governo do estado, governador Luiz Viana. Montei um escritório em Salvador. Levei dona Cândida para chefiar o escritório em Salvador. Botei uma equipe lá. Começamos com gente de Salvador, funcionários do estado para reduzir os custos. Eu tinha um escritório e tinha meu grupo lá.

Decorrido um ano, oito meses, um ano, eu tinha o projeto de Alagados completo. E era, do ponto de vista urbanístico, relativamente simples, porque Alagados avança sobre o mar, numa península, em palafitas. É uma península, você tem aqui ligações com a cidade, com Salvador e a favela avançando. Favelado crava estaca no mar, joga tábuas, vai avançando. Aqui você tem uma outra margem, que em breve essa ponta iria entrar em contato, ia fechar uma parte dessa baía, dentro da baía maior de Salvador. Fizemos então o projeto, que consistia primeiro num evocamento. Evocamento limitando a favela primeiro. Depois, trabalho de esgoto, água, aqui dentro. E, melhoria, não substituição, melhoria dos barracos, feita pelos próprios favelados, feita pelo sistema de mutirão. Apresentei o plano numa reunião de secretariado com a presença do governador, secretários, inclusive um secretário chamado Antônio Carlos Magalhães - que era, não secretário, desculpe, era prefeito de Salvador - que assistiu aquilo tudo impávido, colosso. Bem, aí tínhamos que assinar a segunda parte do contrato para realização do plano. Era a maior favela do nordeste. No momento em que o governador realizasse esse plano, a projeção do plano ia ser uma coisa do arco da velha. Aí fiquei eu mantendo o escritório em Salvador e aguardando a assinatura do contrato. Todo mês eu ia a Salvador. “Ainda não decidimos porque, tal, os advogados estão estudando o contrato”. Advogado na Bahia é um negócio complicado, advogado do estado. Um dia eu consigo fechar o impedimento com os advogados. Estou eu no hotel, esperando avião para voltar para o Rio, que eu aguardaria o chamado para assinar o contrato e dar a partida no trabalho. Abro o jornal - estávamos no governo Costa e Silva, regime militar está acontecendo. A idéia do governo era ir buscar no BNH recursos para o plano e eu não tinha nada a ver com isso. Esperava-se então a ida do general Costa e Silva a Salvador para inaugurar plano, lançar o plano, etc. Eu chego no hotel, estou esperando o táxi para me levar no aeroporto, abro um jornal e vejo a notícia que o presidente Costa e Silva tinha tido um acidente. Aí eu achei que as coisas estavam encenadas. Daí que se fizesse associação presidencial, que o governo estabelecesse relações...

NT - Foi quando a Junta assumiu?

AR - Sim, sim, exatamente, você lembrou bem. Bom, nunca mais eu tive qualquer notícia da Bahia.

NT - Já não era mais a Sandra Cavalcanti que estava no BNH?

AR - Não, não tinha nada a ver... Era Costa e Silva, mas eu não tinha nada a ver com o BNH. Meu problema era com o governo do estado, eu estava assinando um contrato. Nunca. Quer dizer, eu não recebi, assim, um telegrama: “Lamentamos...”, aquele negócio, aquele obituário, “Lamentamos informar que devido a dificuldades, não podemos no momento...” Nada! Nem uma linha! Nem uma linha! Bom, eu, naturalmente, fiquei quieto. Eu mandava telegramas para o governador, para o secretário. Silêncio absoluto. E eu com escritório mantido lá, gastando, portanto, custo de pessoal. Aí passaram dois meses, passei um telegrama a dona Cândida: “Fecha o escritório. Vem embora”. Dei por encerrado. Também tenho um estilo de encerrar as coisas. Eu encerro. Viro a página. Essa é a história engraçada. Marcos, você que está colecionando coisas engraçadas. Esqueci Alagados. Não voltei mais à Bahia. Depois, se eu aparecesse na Bahia, iam dizer que eu estava querendo me insinuar. Cortei. Muito bem, um ano depois, ou vários até eu estou andando aqui na rua México e encontro um arquiteto do BNH, que eu conhecia: “Que bom encontrar você. Você sabe, aquele seu plano foi muito útil para nós.” “Espera aí, que plano foi útil?” “É o seguinte: graças ao seu plano, nós pudemos fazer uma licitação na Bahia para a favela dos Alagados.” “Ah é?” “É.” “Mas como assim?” “Fizemos.” “E quem ganhou a licitação?” “Uma firma da Bahia”. Natural, natural que assim acontecesse. “E aí?” “Aí já fizemos um trabalho lá...” “Que beleza. Quando eu for a Bahia eu quero ver isso”. Uma coisa notável

isso. Mas, indo a Bahia, eu fui ver o que tinha acontecido em Alagados. O que aconteceu foi o seguinte: no meio da favela, eles abriram um espaço - removeram barracos, derrubaram - abriram espaço. A favela toda aqui em torno. Nada foi mudado. E aqui construíram um conjunto residencial, que, naturalmente, recolheu um número insignificante em relação a população da favela. E, evidentemente, que tiveram prioridade os funcionários do estado, contínuos. Houve gente que não morava na favela, mas pleiteou com sucesso. Houve um problema muito delicado, depois eu soube: era como as lavadeiras da favela iam lavar roupa. Isso foi discutido seriamente, não com os favelados, entre os técnicos. Então construíram uns tanques para as lavadeiras lavarem a roupa. Estou falando seriamente, não estou brincando. É uma das histórias extraordinárias da minha carreira artística, e eu gosto de contar isso para as novas gerações. A maneira como a elite resolve os problemas, administra os problemas do país. Típico. Está lá. Quem quiser, vai a Salvador, pega um carro, tem uma estrada que leva aos Alagados, tem um ponto que domina a favela. Vocês vão ver a favela em torno; no centro, o conjunto, que é o que interessa a engenharia, o conjunto residencial. Não interessa se vai melhorar barraco. Isso não dá dinheiro.

NT - Que foi o que foi feito pelo BNH.

AR - Dinheiro do BNH. A mentalidade do BNH. BNH jamais se preocupou em favela; ele construiu conjuntos. Visitei um conjunto deles, se não me engano, em Belém do Pará, reduzido a mato, um mato cobrindo um conjunto construído. Porque, não sei, não conseguiram trazer moradores. Um monumento... um monumento invadido pelo mato. Olha, me custou muito tempo isso

NT - É um exemplo de antropofagia. Pegaram o plano, formularam....

AR - Eu não fui ouvido. Estou falando com toda pureza d'alma. Dona Cândida confirma tudo isso. Eu não sabia de nada disso, eu soube... E nunca - isso que é importante - eu nunca recebi do governo da Bahia. Veja bem, não é questão pessoal. Eles me pagaram a primeira parte do trabalho, com dificuldade, mas pagaram. Então, é dinheiro do contribuinte, do estado, tinham que dar uma explicação, uma satisfação. Coisa fantástica, um país extraordinário, onde acontecem essas coisas. Vocês podem dizer: "Mas o senhor podia ter acionado a imprensa e tal". Sim, poderia ter feito várias coisas, mas era um comprometimento maior, um desgaste maior, com resultado duvidoso. Foi uma experiência engraçada essa. Brasília é isso aí que estou contando a vocês.

Interrupção.

NT - Depoimento do Professor Arthur Rios, na quinta-feira, dia 21 de setembro, no escritório do professor. Presentes Marcos Chor, Nísia Trindade e José Leandro.

NT - Professor, o senhor estava continuando um pouco a nos falar sobre a frustração da experiência de Alagados.

AR - Essa frustração se repete, não só comigo, mas com outros técnicos. Eu me lembro principalmente de Paulo Assis Ribeiro, com que eu trabalhei e me levou para a PUC, onde eu fiquei durante uns oito ou dez anos. Onde aconteceram coisas extremamente curiosas. Nós já estávamos em pleno regime militar. Paulo conseguiu que houvesse um contrato entre a PUC e o ministério, se não me engano do Planejamento. Ministério do Planejamento em que se soma naquela época um senhor respeitável à

universidade, e o Paulo tendo me chamado para lá. Paulo tinha outro objetivo, outra função, uma função ampla de planejamento na universidade. E ele me confiou a direção dessa pesquisa. Eu levei até certo ponto porque notei que havia uma discrepância. Mas eu e a direção da PUC tínhamos pontos de vista....

Fita 11 – Lado A

JR - ... introduziu uma modificação no ensino de uma disciplina criada pelo governo militar, Problemas Brasileiros, que era dor de cabeça de professores e alunos. E em nível de pós-graduação, causava grandes aborrecimentos a todos porque os pós-graduados da PUC vinham de vários setores, mas estavam interessados em aprender coisas de grande utilidade. Havia os livrinhos e manuais inteiramente ridículos. Então essa experiência foi engraçada porque o reitor me pediu que assumisse a coordenação desse programa, preocupado porque havia uma supervisão de militares, etc, e eu mudei inteiramente a orientação. Eu estabeleci uma participação intensa dos alunos. Pedi que cada um dentro da sua especialidade fizesse um trabalho, não ficasse ali passivamente ouvindo exposições sobre a bandeira, o hino nacional, ou História do Brasil. (risos). Então, isso revolucionou o ensino. Tenho a impressão, e os alunos ficaram muito contentes com isso e cooperaram muito, e eu recebi trabalhos de valor, de grande interesse, monografias importantes. Acontece que em dado momento surgiu um problema político, político com P pequeno...

NT - Isso nós estamos falando de 64?

AR - Pós-64, acho que 70.

MC - O senhor entrou em que ano?

AR - Assim, precisamente... Nessa década.

MC - A virada dos 60 para os 70.

AR - É. Houve um problema político criado por um amigo da PUC, um general que fazia parte do Conselho da universidade, que tinha um posto e foi reformado, não tinha sido destino certo, e bateu nas portas da universidade. Então, o reitor me chamou. Foi uma conversa complicada. Eu percebi - claro, era fácil perceber - que se tratava de colocar o amigo da PUC. Então eu sugeri que desse a minha coordenação a ele. Eu continuaria ainda ensinando e o coordenador seria o general.

MC - O senhor se lembra do nome do general? O do reitor o senhor também não se lembra?

AR - Ai, meu Deus. Do reitor, se não me engano era o Padre Veloso. Tudo isso sujeito a retificações, etc. Porque essas coisas eu procuro esquecer. Tivemos reuniões com o general, eu explicando ao general, o general ouvindo impassível, como manda a disciplina. Até que ele foi devidamente entronizado e eu fiquei como professor. Primeira coisa, o general convocou os professores para uma reunião. O general entrou acompanhado pelo ajudante de ordens carregando uma pilha de livros. Eu fiquei preocupado, com certa apreensão, e aí ele distribuiu aos professores e era um manual da EPB. Ele aí disse: “Bom, daqui por diante o curso vai seguir esse manual. Os senhores têm que seguir esse

manual. A orientação é essa. Aí eu me lembro que eu perguntei a uma professora que estava sentada ao lado: “Escuta, você vai entrar na sala de aula com este manual?” Ela disse: “Deus me livre”. (risos) Bom, o general tinha um método de supervisão. Ele ia pelo corredor assim e olhava pela janelinha. Causava um certo mal-estar. Eu nunca tinha visto isso. Bem, mais aí uma questão de temperamento. Não preciso dizer a vocês que a experiência foi totalmente desastrosa. Voltou tudo o que era dantes no quartel de Abrantes.

NT - Isso é um dado interessante. Quando eu estudei na UERJ, já foi na década de 70, 76, o professor de EPB, Estudo dos Problemas Brasileiros, era um militar. Parecia que era quase obrigatório, mas na PUC, eram professores civis apenas com essa supervisão.

MC - E no final da década de 70, 78, o curso de Políticas Brasileiras na UFF era dado por um excelente professor, historiador, chamado Antônio Edmilson Rodrigues, que é excelente professor da PUC. Já aparecia a questão da abertura política. Extensão... Acho que também já refletia essa diversidade...

NT - Essa diferença das universidades. A UERJ deve ter sido...

MC - Um excelente curso.

AR - Aí houve um episódio extremamente penoso para mim.... Sim, porque o reitor, no meio dessa história toda, me confiava também a direção do departamento. Eu fiquei como chefe do departamento de Ciências Sociais. O nome do departamento era Sociologia e Política. Eu fui chefe do departamento. Eu resisti muito. Eu disse: “Olha reitor, eu tenho problemas no trabalho, eu gosto de fazer pesquisa, sou mau administrador...” O reitor: “Porque há um conflito dentro do departamento, conflito permanente e me aborrece muito e problemas...” “Bom, eu vou ver o que posso fazer”. E durante dois anos fui chefe do departamento. Não preciso dizer a vocês que tive enormes aborrecimentos, porque havia no departamento - isso é histórico - pelo menos três alas divergentes e conflitantes: área ortodoxa soviética....

NT - Era representada por quem?

AR - Por uma professora.... Não era uma pessoa assim tão destacada. A ala chinesa e a ala cubana. E essas alas disputavam então a preeminência.... Ficaram muito frustrados quando eu fui nomeado pelo reitor, chefe de departamento. Mas eu lidava com eles, porque meu problema era puramente didático, era saber se as aulas estavam sendo dadas, se havia frequência, se havia problemas que eu pudesse resolver. Acontece que três professores do departamento se reuniram e fizeram um livro de apostilas com o nome deles na capa e o conteúdo era traduções, trechos de Durkheim, acho que havia trechos de Weber também, mas o grosso era Marx. E esse livro era distribuído no curso propriamente. Era distribuído aos alunos na entrada e pago, cobrado. Eu achei isso extremamente desonesto e chamei os professores e adverti. Isso era desonesto por vários ângulos, de várias maneiras. Primeiro, pedagogicamente, você não dá esses sociólogos, teoria sociológica, digamos assim, a alunos que estão começando, beabá, não sabem nada do que seja sociologia, nem para que lado fica. Muito bem, eu achei que isso era contrário a uma pedagogia sociológica. Depois a cobrança do livro por professores do departamento. Depois o nome dos professores na capa, quando o conteúdo não tinha nada a ver com os três professores. Tudo isso me parecia extremamente desonesto. Os professores não se conformaram com isso e eu os suspendi. Tive que tomar medidas disciplinares quanto a eles. E aí as coisas se

agravaram, levei o problema ao reitor e ele disse: “Não podemos, nesse caso, continuar com eles”. Muito bem, eu demiti esses professores. Bem, um desses professores era uma filha do Josué de Castro, com quem eu me dei muito bem sempre. Essa moça depois conseguiu cargos altos na universidade, mais recentemente, chegou a cargos muito altos. Me lembro que uma vez indo ao campus do Fundão, vejo uma comunicação no painel com o nome dela e o cargo, o cargo era realmente alto. O outro professor era um professor com quem eu me dava pessoalmente muito bem porque me parecia um homem extremamente inteligente e de formação mais humanística, que era o Costa Lima, Luiz Costa Lima, crítico. Eu tive que demitir os quatro. Não podia demitir...

NT - Não eram três?

AR - Eram três.

MC - Lembra do terceiro nome?

AR - Não me lembro. Lembro desses dois por essas características. Bom, eu paguei caro essa atitude, essas medidas. Primeiro, eu passei a ser, eu como professor, passei a ser boicotado. Eu chegava na aula, não encontrava ninguém. “Que houve? Que aconteceu?” E isso foi justamente numa mudança de período, numa época de transição de período. Aí eu anunciei um curso, no qual eu fazia muita fé, era uma experiência interessante, era um curso que eu pretendia fazer uma comparação entre a sociedade americana e a sociedade brasileira. Mas no sentido moderno, num sentido muito atual. Chego na sala de aula, não encontro ninguém. “O que houve?” “Seu curso foi anunciado...” aí eu fui a chefe do departamento. A chefe do departamento é muito conhecida...

MC - Helena Levi?

AR - Era antes a Helena Levi. Depois substituída por esta senhora. Tem livros publicados. Não era Vanilda Paiva, a Vanilda Paiva também circulava, mas era uma outra que daqui a pouco me lembro. Enfim, o reitor insistiu... Chegava ao fim do meu mandato e eu apresentei a minha demissão ao reitor. “Ah, não, o senhor continua...” “Não posso, realmente não posso. Não devo”. “Mas quem o senhor recomenda?” “Eu não recomendo ninguém. O departamento tem professores capazes de assumir o departamento”. Eu não era maluco de recomendar ninguém, uma das correntes, e ser trucidado pelas outras. Muito bem, aí eu vejo aquele movimento dentro e fora da reitoria, idas e vindas e tal, o reitor me chama e diz assim: “Professor, nós escolhemos a professora fulana de tal”. “O senhor sabe, professor, que ela é da linha chinesa”. Ele disse: “Não, mas me disse o professor fulano que ela está inteiramente recuperada”. Eu digo: “Bem, eu não sei se está recuperada ou não, eu estou lhe prevenindo para o senhor não ter aborrecimentos porque se o senhor nomeá-la as alas divergentes vão cair em cima e vai ser um problema”. Não deu outra. Então eu fui a esta senhora que tratava aliás muito bem, me dava um tratamento assim de decano, e disse: “Olha, professora, está acontecendo o seguinte: eu estou começando meu curso, chego na sala de aula e não encontro ninguém”. “Isto é um absurdo. Não admito uma coisa dessas”. “Se a senhora admite ou não, eu não posso dar aula para as paredes, de modo que, como fazemos?” “Vou tomar providências!” Segunda aula, repetiu-se a mesma coisa, nenhum aluno, ninguém. Aí eu entrei com uma carta pedindo licença, e licenciado estou até hoje.

MC - Somos dois.

NT - Isso quando? O senhor se lembra?

AR - Depois eu amarro melhor as datas.

MC - Isso parece ser nos anos 70.

AR - Por aí, anos 70. Isso eu estou contando a vocês... Mas não acabou a história aí. Um dia eu sou procurado por um amigo que diz assim: “Olha, você não me disse nada, você está recebendo dólar aí a valer...” Eu digo: “Eu?” “É, você sendo financiado pela CIA”. Eu digo: “É uma novidade que você me traz, vou verificar minha conta bancária...” (risos) Ele me contou o seguinte: que numa recepção, ele encontrou um cidadão que se declarou professor da PUC, e ele, na maior ingenuidade: “Então você é colega de um grande amigo meu, o Rios”. “Ah, é o representante da CIA. É o dedo duro da universidade”. Acontece que o dedo duro era solicitado pelo reitor para ir ao Ministério da Guerra, negociar a soltura de professores da universidade: presos, detidos. E por que eu era escolhido? Porque naquele tempo eu já era conferencista da (ESGE), eu fazia conferências na (ESGE) sobre problemas brasileiros os mais variados. Mas nunca fui do corpo da ESGE. Eu sempre mantive uma relação distante. Porque não tinha tempo de ficar dentro da ESGE o dia inteiro, tinha meu escritório, tinha outras coisas. Apesar de convidado a integrar o corpo. Agora, conferência, pois não, vou lá, faço conferência e assim fazia. Então, isto aí me deu a fama de dedo duro, naturalmente vendido ao imperialismo, e mais, de ser um agente da CIA dentro da PUC, cargo da maior distinção que infelizmente eu nunca ocupei. Então, paguei caríssimo, paguei caríssimo. Você sabe como funciona a corriola. Então, várias coisas.... Eu fui bloqueado em função desse meu trânsito pela PUC. Então estou satisfeito em saber que você também participou de uma experiência....

MC - Na verdade, eu fui professor na PUC no Departamento de Sociologia. Eu fui de 83 a 92. Mas aí o senhor está falando de professores que estavam já há algum tempo. Por isso eu mencionei o professor Levy. Até ia perguntar, se na época o senhor convivia com pessoas como Carlos Hasenbalg, César Guimarães, Eli Diniz?

AR - Não, não. Eram um dos departamentos mais ideologizados, se me permitem o termo. Era Sociologia e História também. História, os velhos professores tiveram grandes dificuldades, (Ovidio Olano) e Lacombe, passaram muito apertados até que se jubilaram. Então, eu estou licenciado...

MC - Também sou licenciado. A gente gosta tanto da PUC que não consegue romper contrato.

AR - É. Anos depois Isaac..., grande amigo, pessoa com quem eu sempre tive a maior admiração, me convidou, não sabendo desses antecedentes na minha ficha. Assumi o cargo de decano, me telefonou: “Olhe, estou precisando de você aqui, você é indispensável”. “Espera aí, Isaac”. Nós almoçávamos aqui no centro da cidade quando ele estava no IBGE. “Vamos almoçar amanhã”. E disse: “Olha, Isaac, eu não posso entrar na PUC pelas portas dos fundos. Eu tenho que entrar pela porta da frente. E pela porta da frente a situação é essa, você vai ter grandes problemas. Eu não quero lhe criar dores de cabeça. Fico muito honrado com seu convite, mas não posso aceitar”. “Ah, não, eu preciso...” Ele também teve grandes dificuldades lá.

MC - Inácio Cerqueira Filho...

AR - Inácio. Eu me lembro de Inácio. Meu tempo.

NT - Mas não foi ele nem Gislene que assumiram a chefia nesse momento?

MC - A Gislene estava no departamento de História e depois foi para o de Ciências Sociais.

AR - Engraçado, é um nome tão conhecido. Essa moça de fato ela andou pela China, depois voltou nessa época. E eu frisei ao reitor: “Olhe, professor, é uma professora correta, não falta, dá aula, pontual, etc, mas tem esse viés ideológico. Ela não silencia, ela não...”

NT - E era essa divisão entre o grupo de professores? Mas, certamente, havia professores, mesmo que de esquerda, mais independentes, ou eram todos alinhados de alguma forma nesses três blocos?

AR - Que eu me lembre, sim.

MC - Tinha José Nilo Tavares.

AR - De História.

MC - Não, José Nilo Tavares era cientista político.

AR - É. Esse era de uma esquerda mitigada, tratável. Mas é um ambiente muito ruim. Inclusive havia problemas éticos com essa história do manual. Esse manual era absolutamente intolerável. Não se podia admitir.

NT - Depois esse projeto se transformou num livro, no qual nós estudamos, aquele, Introdução ao Pensamento Sociológico....

MC - Esse livro, estudo de sociologia, que saiu, esqueci o nome, era exatamente... tinha Durkheim, Weber e Marx.

NT - E Parsons, eu me lembro bem.

MC - Na verdade, um desses professores, não sei se ele era da Fluminense, Edmundo Dias, que foi para a Unicamp. Era um livro verde, que eu quando entrei na Fluminense, em 1975, foi esse livro, era nosso livro texto. Foi para a Unicamp. Está até hoje lá.

NT - O senhor falou do Manual, eu me lembrei do livro. Quando o senhor falou na Ana Maria de Castro. Era a primeira autora. São dois organizadores.

AR - Eu me lembro também que havia uma senhora, era aparentada com o Pitanguy, Jacqueline. Eu tive que fazer um remanejamento no departamento, que me incompatibilizou com várias frentes. Felizmente, nunca precisei de uma operação plástica. (risos) Eu não sei como eu sairia!

MC - Diante dessa acusação, agente da CIA, talvez precisasse de uma operação plástica, porque o senhor teria que se disfarçar diante das acusações.

NT - O senhor falou que nesse episódio da PUC, tiveram uma dificuldade com o grupo de esquerda, mas que teve essa motivação nesse livro, nessa apostila, manual, desses professores. E o senhor falou dessa imagem da CIA e da mediação do reitor. O senhor podia falar mais dessa mediação. Quer dizer, o senhor falou que era pelo fato do senhor ser convidado a conferências. Mas como era assim, se o senhor precisasse fazer alguma mediação, o senhor tinha algum canal com o Ministério do Exército?

AR - Não. Eu ia com a cara e a coragem ao Ministério da Guerra, à segunda sessão, às famosas segundas sessões: “Olha aqui, eu sou fulano de tal, sou professor da PUC, está acontecendo isso”. E sempre fui muito bem recebido, naturalmente, me ouviam com certo ceticismo: “Nós vamos estudar, vamos ver”. Não posso dizer a vocês se tive sucesso ou não, porque eu fui o quê? Umas três vezes lá para casos diferentes de professores. Eu pedi a eles que considerassem melhor o caso e tal.

NT - Imagino eu que era uma preocupação permanente da reitoria da PUC, interceder pelos professores.

AR - Exatamente. Nunca, nunca - seria contrário à toda minha formação - delatei professor. Eu demiti professor, por outros motivos, mas nunca delatei: “Olha, tem um sujeito aí, comunista...” Nunca, nunca fiz isso.

NT - Eu acredito que além do problema dos professores, obviamente ocorreram problemas com alunos. A reitoria também se mobilizava nesses casos? O senhor lembra?

AR - Estou mostrando a vocês que os alunos eram mobilizados, pró ou contra determinados professores, dependendo da corrente predominante da época. Então foi uma época muito difícil para mim, muito decepcionante. Eu gostava de ensinar, sempre gostei, e vivi, de certa maneira, tolhido. Foi então nesse momento que eu recebi o convite do senhor Paulo de Almeida Magalhães, economista, estava ensinando e dirigindo o departamento na Faculdade de Direito, a Nacional de Direito, da UFRJ. Perguntou se eu gostaria de dar criminologia no curso de Direito e Sociologia jurídica. Eu digo: “Bem, nunca ensinei criminologia, mas acho que...” Sim, paralelo a isso, porque as coisas como disse a vocês, ficam meio implicadas. Nos anos 70, uma figura muito atuante no Serviço Social, Luis Carlos Mancini, chegou a ser Secretário do Lacerda, foi meu contemporâneo no governo do Lacerda. Ele exerceu um cargo num Comitê da ONU, um comitê de prevenção de crime, era o nome do Comitê, “prevenção de crime e tratamento de presos”. E nessa condição ele participava de reuniões fora do Brasil. E mais ou menos nessa época, ele me telefonou pergunta se eu poderia substituí-lo numa reunião do Comitê em Buenos Aires, porque ele não poderia ir, e ele estaria mesmo se retirando do Comitê devido a afazeres. Estava sendo convidado para uma grande empresa no Brasil, e não poderia continuar com essa atividade. Eu digo: “Mas que Comitê é esse?” “É crime e prevenção de crime”. “Olha, eu nunca estudei isso, mas eu vou com a cara e coragem”. Lembrei dos estudos que eu tinha feito sobre crimes na favela, e aceitei, fui a Buenos Aires a essa reunião. Bem, aí eu fiquei freguês. O pessoal da ONU ficou muito interessado na pesquisa e no meu ângulo de análise, o que eles chamavam de prevenção de crime, e me cooptaram e eu passei então a integrar este comitê regularmente; substituí o Mancini. Veja bem, não tirei o lugar dele, ele estava saindo. Quero deixar isso bem claro. E comuniquei a ele inclusive, que eu tinha sido convidado, ele ficou muito satisfeito. Muito bem, nos damos muito bem até hoje. Eu passei a entrar no circuito das Nações Unidas, que me deu uma possibilidade de conhecimento, de experiências. Eu viajei por esse mundo de Cristo. Viajei. Primeiro, o Comitê se reunia em Nova York, uma ou duas reuniões em Nova York, por ano. Depois passou a se reunir em Roma. Mas para tomada

de contatos com os problemas, que não fossem apenas ocidentais, marcaram-se reuniões fora desses países, fora do âmbito ocidental, e assim que eu fui ao Egito, conheci o Egito, fui ao Japão, fui à China, conheci a China. Isso me deu uma certa visão. E graças a isso - agora que eu estou ligando melhor as coisas - Paulo de Almeida Magalhães, me chamou para ensinar Criminologia e Sociologia jurídica. Então, deu-se aí um episódio muito curioso, para vocês sentirem o clima da época, a que ponto nós chegamos. Fui apresentado ao diretor. Marcamos um dia. Fui lá na primeira aula e, na véspera, o João Paulo me telefonou, disse: “Rios, você tem aula amanhã. Eu peço a você que não vá”. “Por quê?” “Não, porque tem lá um ambiente meio desagradável, uma agitação dos alunos”. “Mas eu não tenho nada a ver com isso”. “Não, mas não convém. É bom você não ir amanhã”. Eu disse: “João, se eu não for amanhã, eu não vou mais. Como fica isso?” “Não e tal, só uma semana, tal”. Eu fiquei quieto. No dia seguinte compareci à aula. Fui lá, ambiente calmo, dei minha aula. Segundo dia dei aula normalmente, e assim foi. “Oh, João, que história foi aquela que você me telefonou?” “Não, é o seguinte, eu vou contar”. O diretor chamou o diretório porque o diretório já tinha cartazes preparados: “Fora com o agente da CIA. Representante do imperialismo...” (risos) Mas eu não vi nada disso. Porque o diretor chamou o pessoal: “Que negócio é esse?” Não, tal, temos informações do pessoal da PUC”. Aí o diretor disse assim: “Vocês vão fazer o seguinte.... - ele jogou também no escuro, correu o risco. Vocês vão ouvir a aula do professor e depois vocês venham conversar comigo porque se isso é verdade, eu vou demitir o professor, não vou assinar um contrato com ele. Agora, se não for verdade, vocês vão ter paciência. Ele vai ser o professor da disciplina”. Nunca tive nenhum problema, nada, nada, numa universidade leiga. Na católica eu tive... (risos). Eu sabia quem era. Eu dava nome aos bois. Eu sabia. Não havia camuflagem. Eu tinha, por exemplo, uma líder exaltada, era minha aluna, muito inteligente, menina formidável, e eu lidava com ela nesse plano, de modo que quando ela vinha com chavão e tal, eu dizia: “Isso aí é para o comício. Vamos conversar aqui”. E eu estabeleci um relacionamento muito bom com os alunos. Sem concessões, eles sabiam muito bem qual era meu pensamento. Não havia camuflagem, eu sabia o que eles pensavam. Eu me referia a eles, inclusive, jocosamente: “Fulano, que é o líder da esquerda aqui, o que você acha?” Porque eu sempre dei muita aula participativa. É uma das minhas doenças mentais, é essa. Ensinei lá oito ou dez anos até me aposentarem. Enfrentei tudo. Eu me lembro de uma ocasião: havia um outro professor de Sociologia Política. Era uma figura muito engraçada e meteu na cabeça que eu queria tirar o lugar dele. Essas coisas de faculdade. E eu tinha até um relacionamento pessoal com ele, sempre tratei muito bem. Mas ele deu a entender - o aluno percebe essas coisas e explora: “Ele acha que o senhor vai tirar o lugar dele, a cadeira dele, diz cobras e lagartos a seu respeito”. “Não sei de nada, não ouvi nada, me encontro com ele na sala dos professores, tal”. Então, a coisa correu nesse... é o único caroço, o único problema que eu encontrei na faculdade. Não foi com os alunos propriamente. Fiz bons amigos. Até hoje me encontram na rua, festejam muito. Quando vou ao fórum, uns são juízes já, promotores. “O que o senhor está fazendo aqui, tal?” E de Sociologia jurídica eu também dei na pós-graduação. Agora, daí eu tirei algumas conclusões. Isso que eu acho importante. Primeiro, a impossibilidade de fazer pesquisa dentro de uma faculdade com as características da Faculdade de Direito. Porque para o professor de Direito, pesquisa é ir à estante pegar um livro copiar trechos e fazer citações. Isso que se chama pesquisa para eles. Pesquisa de campo é uma coisa que está fora de cogitação. Professor de faculdade de Direito tem seus afazeres, ou tem um cargo, ou tem o escritório, ele chega, dá aula e vai embora, mal sabe nome de aluno. A aula era aquele estilo - estou me referindo ao meu tempo, acredito que isso tenha sofrido modificações. Eu sei, por exemplo, que na PUC é diferente. A faculdade de Direito da PUC tinha uma tradição em pesquisa. Eu sei que em outras faculdades isso se desenvolve, mas o padrão da época que era da Nacional de Direito, era o grande centro jurídico do Rio de Janeiro, antes de vir UERJ, de vir PUC. Hoje está completamente esbagaçada, destruída, principalmente por dois fatores: as direções. Esse diretor que eu mencionei aqui

acho que foi uma das últimas exceções por toda história que vocês estão vendo. Não era um demagogo, não queria agradecer ninguém...

NT - O senhor não mencionou o nome dele. O senhor lembra?

AR - Você tem feitos desafios a minha memória e eu saio envergonhado.

MC - O senhor sempre está respondendo no processo.

AR - Era um pernambucano, jurista, bom jurista. Havia bons juristas na faculdade. Foram-se aposentando e a reitoria negava recursos para concursos. Então ou os professores eram cooptados ao acaso, ou eram parentes da direção, então o nível foi caindo. Ainda no meu tempo, eu contava nos dedos os professores realmente competentes, alguns de nome nacional.

NT - No caso da posição que o senhor optou era uma posição mediante contrato. Não se abria concurso?

AR - Não, nunca abriram concurso, apesar da minha insistência. Não abriram concurso.

NT - Nem havia aquela possibilidade, porque o senhor foi servidor. Mas também não era possível, mediante...?

AR - No poder legislativo, eu tinha sido por concurso, eu contei. Mas na faculdade, não, nunca abriram concurso. Eu já tinha esquematizado a tese, mas nunca houve a possibilidade. E um dia eu estou dando aula, me entregaram uma comunicação, me declarando dali por diante, aposentado. Então, a gritaria - você imagina, no mês de provas -, os alunos ulularam. Então fui ao diretor e disse: “Diretor, o problema é o seguinte: eu tenho que dar essa prova, o senhor então lance mão um serviço burocrático aí qualquer, eu dou a prova, ou o senhor antedata a prova, senão como os alunos vão ficar?” “O senhor tem razão. O senhor pode dar a prova”. E aí então, já aposentado, dentro da maior irregularidade administrativa, dei prova, corrigi prova, dei nota.

NT - Essa relação foi boa para o senhor? Essa experiência com os alunos também.

AR - Sim, sim, claro.

MC - Eu queria fazer uma pergunta para o senhor.

AR - Pois não. Desculpe, só para fechar. Eu consegui a duras penas fazer uma pesquisa na faculdade. E foi uma pesquisa naquela época pioneira. Foi sobre desaparecidos. Fiz uma pesquisa sobre desaparecidos. Não desaparecidos políticos; sobre desaparecidos, pessoas que desaparecem. Porque eu verifiquei que o número de pessoas que desaparecem no Rio e em São Paulo é uma coisa extraordinária. E não entra nos registros policiais. Então eu consegui mobilizar meus alunos, sem nenhuma remuneração, para fazer a pesquisa. Desloquei-os para uma delegacia que havia encarregada de localizar desaparecidos. Uma delegacia inteiramente cômica: tinha um jipe e tinha dois ou três funcionários e só. Naturalmente, se deslocavam quando havia uma motivação: parente ia se queixar, aí se deslocavam no jipe para o subúrbio, Realengo, para procurar o sujeito. Mas com isso eu reuni dados, as estatísticas, analisei as estatísticas. Não consegui nenhuma ressonância na universidade. Não

consegui nenhum financiamento para os alunos. Nada. Eles trabalharam de graça. Eu dei um documento a eles para juntar ao dossiê e nunca publiquei esse trabalho. Coloquei num artigo - devo ter o artigo. As conclusões da pesquisa eu reduzi, transformei em artigo e publiquei em algum lugar. E, de repente, o problema parece que aumentou. Está se falando muito e tal. Inclusive técnicas de localização que eu tinha aprendido nos Estados Unidos, que é o problema de toda sociedade hoje, moderna. É o problema de pessoas que desaparecem. E é um problema fascinante.

MC - O Wright mesmo soube da sua pesquisa?

AR - Não.

MC - Ele ia ficar feliz. A imaginação sociológica, temas, eu acho que ele ia gostar bastante.

NT - Foi publicado então?

AR - O artigo. Minha dívida com vocês cresce. Daqui a pouco eu tenho que empenhar o escritório para pagar.

MC - Quando o senhor falou que deu aula de Criminologia, independentemente da forma como o senhor dava o curso, quando o senhor foi dar o curso, era primeira experiência que o senhor teve de trabalhar com esse tema, pelo menos, dando aula?

AR - Sim.

MC - As revisões de Lambroso já apareciam?

AR - Isso tudo aparecia no Direito Penal. Muitos alunos levavam aquele choque. Vocês esqueçam o que aprenderam em teoria em Direito Penal. É outra coisa. Direito Penal é uma coisa, a norma jurídica. Nós vamos ver a coisa de outro ângulo. É a visão sociológica, o que é o crime na sociedade. E eu dizia coisas absurdamente para estorvar a cabeça deles. Eu dizia: “Todos nós somos criminosos. Praticamos em algum momento algum delito, em algum momento infringimos a lei”. “Isso é um exagero e tal”. “Você já colou em prova?”. “Poxa..., o senhor sabe como é...”. “Você quando garoto pagava passagem em bonde?”. Eu mudava a rigidez. Meu problema era quebrar a rigidez dos juristas, o formalismo....

Fita 11 - Lado B

AR - ...do sociólogo e do antropólogo. Bom, não posso dizer a vocês que eu tenha conseguido isso num curso de seis meses. Não dá. Mas eu mexia com a cabeça deles. Eles ficavam bastante perturbados e era meu objetivo.

NT - Uma dificuldade, eu imagino. Não sei como eram os textos disponíveis no Brasil. O senhor ainda não tinha escrito sobre isso. Como era essa pedagogia, além de envolvê-los em pesquisa?

AR - Já havia textos de Criminologia, mas sempre com aquele ângulo do penalista. O que eu fazia? Ou eu recomendava em espanhol - me lembro de uma pessoa que eu conheci na ONU, um grande criminologista, era o Lopes Rei, espanhol. Ele tinha um livro sobre criminologia excelente. Eu recomendava o Lopes Rei ou então eu traduzia artigos de revistas que eu tinha, que eu recebia, coisas da ONU, que eu recebia muito material da ONU, tinha pilhas de papel. Cada reunião que nós tínhamos no Comitê era uma produção formidável de material. Eu trazia aquilo e usava aquilo nos cursos. Sociologia jurídica já era mais difícil porque Max Weber não é fácil. Você recomendar Max Weber a um aluno de Direito. Aquilo dá uma congestão na cabeça dos meninos. Ficam meio perturbados. Então, eu tinha que mastigar mais aquilo. E eu encontrei em sociologia, na revista, uma revista que é uma coisa preciosa, a tradução do (Turnival). Todo (Turnival) foi traduzido na Revista Sociologia. Eu recomendava que era mais acessível. Ele era antropólogo, então vinha muito com material concreto de sociedades primitivas. Assim que eu ia levando o curso.

NT - É interessante pensar nessa questão da pedagogia, da didática, quais eram as referências na época, o que se lia. Na PUC o senhor falou que a experiência era diferente em termos da pesquisa. E o senhor mantinha diálogo com o grupo que dava Sociologia Jurídica ou Teoria do Estado na PUC?

AR - Sim, sim, aí era....

NT - Em geral, eram advogados.

AR - Eram advogados, é.

NT - Ainda hoje é assim.

AR - Exatamente. Como é o nome daquele professor? Estou querendo me lembrar. No departamento de Direito ele fez pesquisa de Sociologia jurídica sobre o advogado, o papel do advogado, fez uma pesquisa muito interessante. É um nome muito conhecido também.

MC - Eu me lembro muito de Gisálio Cerqueira Filho estabelecer uma interface forte entre Sociologia e Direito. Tem até um livro, eu não li esse livro, mas eu tenho esse livro.

AR - É um outro.

MC - Mas já tive essa experiência na PUC dessa parte mais da pesquisa porque, na verdade, quando eu dava aula no departamento de Sociologia e Política, dava aula pelo curso de Direito, Teoria Política, e havia esse interesse. Mas, como o senhor está dizendo, eram basicamente advogados que iam dar aula, embora já tivessem....

AR - Tinham interesse em ter seu diploma para poder trabalhar.

MC - ... que trabalhasse com pesquisa. Mas aí já marcou outra década, 1980.

AR - Aí você sabe, devia haver uma participação mais ativa da universidade. Você não faz... criar um ambiente exatamente. Pesquisa é um ambiente. São curiosidades que tem que ocorrer. No momento que você aprende, estuda uma coisa já definida, já preparada, chapada, então você não tem curiosidade.

E eu fazia muito essa.... Estabelecia diferença entre a norma, o que é norma. Analisava com eles a norma. Vamos aqui organizar alguma coisa. Então a primeira coisa é uma norma. Norma é um fenômeno natural, antes de ser jurídico, é social, é sociológico. Essas coisas elementares eu procurava transmitir a eles.

MC - Eu achei muito interessante essa divisão que o senhor fez quando fiz a pergunta sobre o Lambroso, a influência ainda das teorias Lambrosianas, o senhor fez uma diferenciação entre os penalistas e os criminólogos. O senhor se lembra se havia esse tipo de argumento em relação a aspectos biológicos da criminalidade? Havia esse debate?

AR - Todos os professores de Direito Penal tinham sido formados nessa tradição. Eu entrava com uma criminologia americana. Minha linha era a criminologia americana e era desconhecida.

NT - Quais as principais características?

AR - Era exatamente isso. Eles não tinham a tradição formalista luso-brasileira. Então, para eles, era mais fácil analisar o crime como fato social. Aliás, eu me lembro, o espanto dos americanos quando eu nos Estados Unidos lembrava a eles de Durkheim. Durkheim tinha essa mesma visão. E alguns criminólogos americanos, claro, tinham lido Durkheim e tinham aproveitado as idéias também de Durkheim. Mas eu falava autores inteiramente desconhecidos para meus colegas. Olhavam aquilo assim.... Eu lembro que eu tinha um colega com quem eu estabelecia uma relação, digamos, intelectual. Porque eu tinha até uma certa afinidade intelectual. Era o Condorcet, um nome fácil de guardar. Condorcet. Condorcet dava aula antes de mim na faculdade. Quando eu chegava, olhava no quadro, encontrava uma série de.... Ele dava Introdução a Ciência Jurídica, que é uma matéria básica na faculdade. Eu chegava na faculdade, olhava para o quadro e via uma porção de nomes. “Quem escreveu isso?”. “Professor Condorcet”. “Ele que falou nesses nomes?”. “Sim, senhor”. Aí eu peguei o Condorcet. Aí estabelecemos uma relação muito cordial porque eu vi que ele estava por dentro de coisas que eu dizia na sala de aula e que os alunos ficavam sedentos por novidades. “Agora, você está facilitando meu trabalho. Aqui você sabe, o clima é meio difícil”. São juristas. É a lógica. Quer dizer, você tem o jurista que raciocina dentro da lógica, da hermenêutica, e a hermenêutica é lógica basicamente, e você tem um maluco que fala em Sociologia, sociedade, fato espontâneo e que é escandaloso e que diz que o crime é um fenômeno natural. Como é isso? Não dá para acompanhar.

MC - Interessante quando o senhor lembrou os seus colegas americanos de Durkheim. Eu fico pensando. Ele, na realidade, foi muito trabalhado pela Escola de Sociologia de Chicago. Não consigo localizar, mas até que ponto Durkheim teve influência na Escola de Chicago? Imagino, parece que tinha, mas foi um espanto para seus colegas americanos falar de Durkheim. É curioso.

AR - É curioso isso. Eu entrava muito com a Escola de Chicago também e mostrava a necessidade de mapear o fenômeno do crime para ver onde o crime aparece. Qual é o bairro do Rio que tem maior percentagem? Eu chamava atenção para o número, por mais precário que fosse e que seja o número. O número é uma maneira de você disciplinar seu pensamento. Dava esses palpites assim e me distraí muito, me diverti muito. Mas eu ia contar a vocês que uma vez um diretor me chamou. Já não era esse com quem eu tinha entrado na faculdade, era outro. Ele me pediu que eu desse um curso de férias. Eu digo: “Mas, professor, eu tenho já minhas férias programadas”. “Ah, eu peço ao senhor, por favor...”. “Mas o que está havendo?”. “O professor fulano está reprovando sistematicamente e acaba de reprovar

50 alunos”. E nessa turma tem gente que está para se formar. Aquele negócio que o sujeito deixa a matéria para tirar, quer dizer, não há nenhuma seqüência didática. No fim do curso ele tira uma matéria que tinha que ter tirado no começo. Essa bagunça...(risos). Muito bem, por falta de orientador.... Não existe orientador, não existe supervisão, enfim, nós estamos na selva. “Por favor e tal, os alunos estão aflitíssimos, como eles vão colar grau e tal?”. Eu aceitei, afinal. Um calor desgraçado naquele pardieiro ali da Faculdade de Direito no Campo de Santana. Bom, eu cheguei e disse para o pessoal: “Olha aqui, eu não vou aprovar vocês todos. Não se iludam. Não vim aqui para aprovar, eu vim aqui para dar um curso racional. Vocês vão estudar e fazer prova. Agora, se houver gente reprovada, nada posso fazer”. Essa turma era uma turma de 50. Eu reprovei metade, 25. Eu respondia pela aprovação e pela reprovação. Porque eu tinha reprovado e aprovado. Porque eu assisti também a esse fenômeno extraordinário, da perda de nível, os alunos chegarem na faculdade sem saberem ler e escrever, cometendo.... Não eram erros, veja bem, não eram erros de português. Eram erros de pensamento, de pensamento desagregado. Um exame psicológico teria filtrado esse aluno. Ele não podia fazer o curso. Ele não tinha capacidade de raciocínio. Ele não juntava pé com cabeça. Não é que ele não soubesse Criminologia ou Sociologia. Era diferente, era um negócio psicológico, mental; ele não podia ter entrado na faculdade. Isso é um escândalo. E eu mostrava as provas ao diretor. “Ah, o senhor sabe, até no concurso para juiz tem havido essas coisas”. “Ah, é?” Mas é um fenômeno estranhíssimo que está ocorrendo aí. Eu tinha um grande amigo, jurista, que examinava nesses concursos para juízes. Eu me lembro que ele e dois colegas examinaram 200 e aprovaram cinco. Eu disse: “Você ficou maluco?”. E ele: “Não, é que os outros não tinham a menor condição intelectual de ser juiz”. Por isso que eu digo às vezes a alunos meus que devem fazer concurso. “Não tenham medo, façam o concurso, vocês não imaginam...”. O concurso tem sido uma espécie de “salve-se-quem-puder” para uma porção de gente. Muita gente nem sabe direito o que é concurso e se inscreve, mas você veja... eu estou desviando muito?

Interrupção

NT - O senhor estava começando a nos contar um episódio da sua viagem à Nova Guiné em missão da ONU.

AR - Era uma reunião da ONU e aproveitando um curso de treinamento de agentes na Nova Guiné. Acontece que Nova Guiné vivia debaixo de um mandato da ONU e era governada por australianos que tinham recebido esse mandato. Mas no momento, eles estavam numa transição do mandato para a independência. Estavam fazendo essa transição. Então, vocês imaginem um povo realmente primitivo, feiíssimo, um dos povos mais feios do mundo. Os papuas. Eu me lembro até de um companheiro nosso americano que, como bom americano, carregava uma parafernália de máquinas fotográficas, filmadoras, etc, e queria ir à montanha filmar os papuas mais primitivos que moravam na montanha. Mas foi dissuadido desse projeto quando explicaram para ele que os papuas da montanha colecionavam cabeças. Tinha um processo de cortar cabeça, um processo usado também por índios da Amazônia daquele lado do Equador. Então ele logo esfriou esse projeto e ficou no litoral mesmo. (risos) Bem, havia - você ia aos ministérios, por exemplo - e havia duas burocracias, a burocracia treinada pelos australianos e a burocracia nova, emergente, vamos dizer assim. Então quando você chegava numa sala e via o sujeito com os pés em cima da mesa e não era americano, você sabia que era gente nova que estava chegando e papeando, conversando. Você via numa outra sala uma pessoa séria batendo máquina, era o pessoal treinado pelos australianos. Eram dois estilos burocráticos de administração. Os juízes - fomos ao tribunal - você tinha o juiz orientado pelos australianos e tinha o juiz novo, com aquelas perucas, o que era um efeito cômico. Você põe uma peruca num papua é um negócio meio

esquisito. Dá um conjunto assim meio escola de samba. Já que o Marcos trouxe à baila a burocracia, me lembrei desse episódio. Transmissão de padrões culturais. Estava ali na cara como ocorria.

NT - É uma experiência muito rica. Agora, professor, enquanto o senhor estava falando dessa experiência universitária, tanto a experiência na PUC que foi bastante desagradável, penosa, como a experiência na Faculdade de Direito. E um elemento desse período era a grande polarização ideológica que o senhor viveu nas duas situações de formas diferente.

AR - E acrescento, se você me permite, a incapacidade das autoridades de administrar isso, arbitrar essa coisa. E na Faculdade de Direito eu não tive problema nenhum, apesar de existirem as mesmas polarizações na Faculdade de Direito. Mas eu consegui na Faculdade de Direito, o que eu não consegui na PUC, de colocar o ensino num plano acima das divergências ideológicas. Cada um tirava lá as suas conclusões. Não achava que aquilo que eu estava dizendo... que a criminalidade era um produto da luta de classes. E eu procurava demonstrar o contrário, pela composição da criminalidade, dos criminosos, não era um problema de classe, era outra coisa. Que outra coisa era? Aí vamos pensar, vamos estudar. E eu tive o conforto outro dia de me encontrar aqui na rua México com essa aluna que era uma líder estudantil, que não abandonou até hoje – creio eu pelos boletins que eu recebo – e é uma advogada já formada. Eu acho que ela não abandonou as convicções ideológicas dela. Me fez a maior festa na rua e disse: “Professor, eu hoje vejo que o senhor tinha razão, naqueles nossos debates e tal, mas o senhor sabe, eu era muito imatura...”. “Não, não era bem isso. Você estava inoculada”.

NT - Queria que o senhor falasse um pouco sobre a sua posição nesse período. Porque o senhor falou que havia os alunos líderes de esquerda, etc., que nada era camuflado. E como o senhor viveu esse período do regime militar? Como o senhor avaliou dentro de toda essa polarização que havia, qual era a sua visão? Como o senhor se colocava?

AR - Eu me mantive, sempre que pude, rigorosamente, fora dos esquemas de governo. Eu me sentia cada vez mais, principalmente depois dos diversos AI, distante desse esquema. Apesar de ver amigos meus, respeitáveis e tal, gente que tinha sido da UDN e que entrou para a Arena e que apoiaram, por exemplo, o governo de Castelo Branco. Enfim, de certa maneira, continuaram apoiando os governos militares. Eu me mantive afastado. Nunca pleiteei cargo nesses regimes. Consegui manter minha independência, às vezes com certa dificuldade, e, principalmente, que não me confundissem.... O problema é a confusão ideológica, pelo fato de eu ser contra o regime militar, não queria dizer que eu fosse do Partido Comunista. Logo a pessoa é interpretada como sendo uma posição ideológica de esquerda. Nunca fui, não serei. Tenho uma posição muito clara, muito nítida. Minhas convicções, até religiosas, me impedem. Eu posso lidar com o comunista como pessoa. Não tenho dificuldade nenhuma. Mas não posso lidar com ideologia. Compactuar com a ideologia, não aceito. Então essa era a minha posição.

NT - Em relação aos governos militares. No início o senhor viu como a instituição do regime militar? O senhor foi avaliando ao longo do tempo?

AR - A minha colaboração com esses primeiros governos foi até o ponto de participar com Paulo Assis Ribeiro na elaboração de um projeto de reforma agrária em que eu acreditei. Quando o projeto chegou no Congresso, foi derrotado, principalmente por gente da UDN, Bilac Pinto. Eu aí não mais tratei do assunto, a não ser em caráter particular.

NT - Isso foi logo no início do governo do Castelo.

AR - Exato. Aí eu percebi que a coisa iria caminhar num sentido reacionário. Eu não concordava com isso.

NT - O senhor podia falar... Isso é muito importante para nós.

AR - Uma outra coisa também. Num dado momento, ainda na PUC, eu cheguei a elaborar um projeto de organização estudantil, a pedido do reitor, onde eu defendia a idéia de um parlamento. Um parlamento estudantil para educar o estudante na prática parlamentar. Isso também foi considerado de esquerda, subversivo. Foi abandonado.

NT - Foi considerado subversivo pela reitoria da PUC?

AR - Pela reitoria e pelos representantes do governo.

MC - Como a gente está falando desse contexto, houve uma série de movimentos, de mobilizações nesse período de 63, no sentido... qual a possibilidade de um outro projeto que não seja no governo do João Goulart que estava na presidência. O senhor chegou a participar de algum tipo de atividade, no sentido intelectual que houve de vários intelectuais, que começaram a se reunir, político no sentido de criar alguma alternativa ao regime presidencialista, democrático naquela feição, naquele momento parlamentar? E eu não sei....

AR - Não. Eu continuei militando no Partido Libertador. E naturalmente aí veio a dissolução dos partidos. Eu fiquei sem um nicho partidário. Nada me agradava. A Arena era demasiado governista para meu gosto e os outros partidos tendiam para a esquerda. Então não participei desse tipo de coisa. Eu fiquei na minha, fazendo meus trabalhos. Também foi uma época em que eu viajei muito, felizmente, felizmente. Tive ocasião, como disse a vocês. Viajei muito pela ONU. Eu não via com bons olhos o encaminhamento das coisas aqui no Brasil: endurecimento do regime, de um lado, e do outro lado, também a tendência para a guerrilha urbana, foi muito real, fez vítimas. Eu não podia entrar em nenhuma dessas correntes. Foi uma época muito difícil para mim, muito penosa. Eu me retirei para meus trabalhos.

NT - Uma coisa anterior e nós não chegamos a conversar, mas está no seu memorial, foi a sua candidatura, mas isso em 59. Naquele momento quais eram os principais pontos da sua proposta como candidato?

AR - A minha proposta era visando, principalmente, o Rio de Janeiro. Eram propostas de urbanização, naquela linha de “desfavelização”, não no sentido da remoção, mas no sentido da urbanização da favela. Entendi como urbanização. Esses eram os pontos principais.

MC - O senhor se candidatou pelo Partido Libertador?

AR - Sim, que na época tinha feito uma aliança com a UDN. Contra a minha opinião.

NT - Contra? Por quê? Porque o senhor teve muitos amigos na UDN também.

AR - Pois é, mas na UDN havia várias correntes, inclusive a corrente que ia ao Catete pela porta dos fundos. Sobre essa corrente, Getúlio tinha uma frase expressiva.... “O senhor está recebendo, presidente, essa gente da UDN...” Ele disse: “Não tem problema nenhum. A UDN tem muita pobreza envergonhada”. Isso revela um homem e a visão que ele tinha das coisas. Essa promiscuidade política não me agradava, por isso eu ficava.... E achei que o PL iria perder posição, como de fato perdeu, se aliando a UDN, aqui no Rio. Foi uma decisão....

NT - Além dessas diferentes correntes, na época, como o senhor via a diferença entre o PL e a UDN? Porque são duas formações que vêm da....

AR - Era muito grande. Primeiro, que o PL era parlamentarista, e a UDN, em grande parte, era presidencialista. O único parlamentarista de destaque na UDN era o Afonso Arinos, que se converteu ao parlamentarismo, já numa fase bastante avançada de vida política. Mas a UDN era, necessariamente, presidencialista. A democracia da UDN, para mim, era extremamente suspeita. Porque, de certa maneira, essa visão democrática tornava o partido um partido de adesistas a um governo forte. O sujeito: “Não, eu sou democrata, defendo a liberdade parlamentar”. Mas do momento que haja uma autoridade, se você não tem um regime parlamentar, você é vulnerável a uma mudança no sentido de fortalecimento do Executivo. Ao passo, que se você é parlamentar e tem um regime parlamentarista, o Executivo é limitado. Está inteiramente limitado. Acho que foi um grande equívoco no Brasil terem votado contra o parlamentarismo. Aliás, tudo planejado, porque sabiam muito bem que o povo não tinha a menor educação parlamentar e iam votar a favor do presidencialismo. Quando se votou a emenda?

MC - O senhor está falando de Arinos. Anos 80...

AR - Sim, sim.

MC - Eu fico pensando assim. O que o motivou a se candidatar deputado federal, estadual? Desculpe.

AR - Deputado estadual. Eu achei que não tinha a menor condição para federal. Então achei que estadual haveria condições. De fato, como contei a vocês... Bom, por quê? Para ter uma tribuna. Eu percebi que a posição política me daria oportunidade de transmitir minhas idéias, ter uma tribuna porque, de outra maneira, a imprensa nossa, não é uma imprensa aberta a quem chegue, bata na porta, escreva um artigo. Não é bem isso. A coisa é... Então eu achei que era uma oportunidade. Eu contei a vocês que o governador, nas vésperas da eleição, comunicou ao público que já tinha o governo composto e ele ia me convidar para a Secretaria de Serviços Sociais. Então, muita gente que ia votar em mim: “Ele já está arrumado”. Então carregaram os votos em outro, que era a intenção do governador, favorecer um grupo de aliados dele, que estava receoso que não se elegeisse.

NT - Contados em coligação os votos eram contados...

AR - É, é.

MC - O senhor falou aqui que havia diferenças ideológicas dentro da UDN. O senhor disse que era contra essa coligação, especialmente no Rio de Janeiro.

AR - Bom, mas aí por motivos estratégicos, não ideológicos. Eu achei que o PL ia ser absorvido e foi o que aconteceu.

NT - E o PL tinha, como se diz, puxadores de voto?

AR - Tinha alguns, sim. Tinha na Bahia, principalmente. Aqui no Rio tinha pouco. No Rio Grande sempre foi muito forte. A base do partido era gaúcha. Brossard, Men de Sá e outros, Pila, um sujeito formidável. É um homem até puro demais para a política brasileira. Era um homem de grande peso. Curioso, interessante.

NT - E havia muito peso de formação jurídica no PL?

AR - Tinha, tinha. Bons juristas. Gente... inclusive o (Rui Servirina) tinha idéias originais, na época, sobre reforma agrária. Nestor Duarte, baiano. Foi o autor do primeiro projeto de lei sobre reforma agrária. Convivi com essa gente toda.

NT - E dessas figuras que o senhor conviveu, o senhor já falou da sua admiração por Raul Pila. Mas quais as outras?

AR - Mem de Sá. Foi a oposição ao Juscelino no Senado. Juscelino comprou todo mundo, principalmente na fase da construção de Brasília. E o único que encarnava a oposição convictamente, que ele nunca conseguiu dobrar, foi o Mem de Sá.

MC - Senador do Rio Grande do Sul?

AR - Do Rio Grande do Sul, exatamente.

MC - O senhor falou que a diferença....

AR - Sem ser de esquerda, você está entendendo? Quer dizer, isso é que era admirável. Inclusive essa afinidade, porque não eram pessoas de esquerda e não estariam no PL se fossem de esquerda, naturalmente. E eram pessoas democráticas, genuinamente democráticas. Não compactuavam. Isso vinha desde o tempo do Getúlio. Ele tinha sido oposição ao Getúlio no Rio Grande.

MC - Uma forte marca regional....

AR - Também.

MC - ...do Partido Libertador

AR - E oposicionista. Vocês estão vendo agora. Não há oposição ao Lula. Não há oposição. É uma brincadeira. Se tem um ou outro. Mas não se tem uma oposição organizada, tem uma oposição de

barulho, mas não tem uma oposição doutrinária, convicta, coesa. Daí o descalabro que a gente está vendo hoje.

MC - Em vários momentos da nossa entrevista, hoje, o senhor falou assim, não compactuo com os comunistas, ou da esquerda, as críticas a esquerda. Mais no sentido assim... O senhor não é... Deixou claro, o senhor está dizendo o que o senhor é. Mas é mais no sentido de uma síntese que o senhor achasse que seria interessante nessa entrevista. O que seria então, se não é esquerda, não é comunista, é democrático...?

AR - Sim, sim. Aí é difícil de resumir essas coisas, mas enfim, eu sempre defendi reforma agrária. O que eu entendia por reforma agrária? Um fortalecimento da pequena propriedade. Não a coletivização da terra. Nada disso. Acho isso completamente furado. Historicamente se demonstra que não tem a menor condição. Então, eu sempre defendi uma política distributista e participativa. O meu conceito de comunidade é um conceito participativo e não corporativo. Porque o brasileiro tem uma vocação governista, formalista e corporativo. É um fenômeno curioso, faz parte da nossa tradição cultural. Vem de Portugal isso, nitidamente. Agora mesmo, terça-feira, estou fazendo uma conferência sobre as origens da propriedade agrária no Brasil. Onde eu mostro as raízes portuguesas, medievais, da propriedade rural, incrementadas pela natureza, contrariando vários autores que afirmaram que Portugal era um país de pequenos proprietários. Nada disso. Era um país de latifundiários. Só que o latifúndio em Portugal não é o latifúndio em Mato Grosso. É claro, tudo é relativo. Mas que havia uma enorme concentração de propriedade na mão da nobreza e que esta concepção de propriedade lutou com a concepção dos juristas trazidos no tempo de Dom João I pela burguesia emergente, a burguesia mercantilista. O choque dessas correntes resultou numa legislação democrática, participativa, democrática, que não vingou no Brasil. Foi trazida formalmente, mas não vingou, não criou raiz. Por isso a pequena propriedade no Brasil só realmente surgiu com a imigração. Daí a importância que eu sempre dei a imigração. A imigração é que nos trouxe. Antes da imigração o que havia? Havia fragmentação do latifúndio. O latifúndio chegava num ponto em que a terra não produzia mais e aí e aí se fragmentava. Mas não resultava em pequena propriedade, resultava em minifúndio, que é o contrário da pequena propriedade. Esses conceitos se embaralham. O sujeito chega e diz: “Essa fazenda foi loteada. Deu uma porção de pequenas propriedades”. “Não, senhor, deu minifúndio”. A rentabilidade da terra foi caindo progressivamente. Ao final, acabou abandonada. O sujeito foi derrubar mata em outro lugar, criar outro núcleo em outro lugar. Então, nessas coisas eu insistia muito. Primeira pequena propriedade que tivemos, para não falarmos dos italianos e alemães, foram com os açorianos, trazidos em tempo de Dom João VI, na minha opinião, um grande estadista, apesar da caricatura que fazem no teatro, cinema. Um grande estadista. Porque a ele nós devemos a abertura dos portos. Em primeiro lugar, um negócio na época... Acaba com a colônia. É o que os americanos deviam fazer em Cuba: suspender o embargo, abrir os portos em Cuba para o produto. Então acabava a ditadura do Fidel. No dia seguinte aquele negócio não tinha mais. Então Dom João VI acabou com o bloqueio colonial. Uma coisa. Segunda coisa: ele permitiu, que era proibido, que os estrangeiros tivessem acesso a propriedade da terra - o que não podiam. Nem estrangeiros, nem ordens religiosas. Muita gente não sabe muito bem isso. Muito bem, ele permitiu isso, que estrangeiros pudessem ter propriedade. Com isso, ele abriu o país à imigração. Nenhum imigrante viria para cá se soubesse que não podia ter a propriedade da terra. Então ele conseguiu isso. Duas coisas importantíssimas no século XIX. E aí abriu as portas à colonização. E Dom Pedro II continuou isso, trazendo imigrantes, permitindo que viesse. São coisas sabidas, mas esquecidas. Não é, Marcos? Você que conhece essas coisas. Estou me permitindo lembrar. Então, meu conceito de reforma agrária é pequena propriedade. Agora, no caso

- aí é num caso muito aparte, muito limitado -, no caso do imigrante ter uma tradição cultural de propriedade coletiva da terra, permitir que ele tenha propriedade coletiva da terra, como aconteceu com os imigrantes teuto-russos no Paraná. Que o Império permitiu que eles tivessem propriedade coletiva. A república cortou e resultou em grandes conflitos muito pouco conhecidos porque queriam forçar aos imigrantes a propriedade individual, do Código Civil. Quer dizer, uma camisa de força.

NT - Seu interesse pela reforma agrária vem junto com seu interesse pela imigração?

AR - Sim, sim, exatamente.

AR - Eu aqui estou voltando um pouco....

MC - Está ótimo.

NT - É isso mesmo. E foi esse tipo de reflexão e essa experiência que o senhor levou então para o trabalho do grupo do estatuto da terra?

AR - Exatamente, exatamente.

MC - O senhor está falando de reforma agrária, então estamos falando do campo. Mas então tem dois planos aí, o da desfavelização... e como se traduziria isso no plano político? O senhor também falou do parlamentarismo. O que o senhor teria mais a dizer? Como esse projeto de reforma agrária central, projeto de democratização, de pequena propriedade.

AR - Sim. Eu acho que se você leva para o plano público essa mentalidade comunitária de cooperativa, ela é bastante revolucionária para operar as estruturas vigentes. Só que no Brasil, essas estruturas conseguiram dobrar a cooperativa assimilando-a a uma burocracia, uma forma burocrática como outra qualquer. Falava-se muito na cooperativa de Cotia, em São Paulo. Quando eu visitei a cooperativa de Cotia, eu fiquei desiludido, porque era uma imensa burocracia, como se fosse uma repartição, eu não sentia espontaneidade. E eu duvido muito da cooperativa grande, coma a Sandra quis criar aqui no Rio - nós comentamos isso - para a habitação. Uma cooperativa que cobria todo Rio de Janeiro. Achei isso uma idéia fantástica. Contra todas as minhas idéias de cooperativa. Quer dizer, esse é meu espírito. Agora, eu reconheço que tudo isso é muito utópico. Porque nós vivemos dentro de uma sociedade de massas. E toda estruturação de uma sociedade de massas é o contrário dessa estrutura....

Fita 12 – Lado A

MC - Ele estava falando da massificação.

AR - A massificação se concilia muito mais facilmente com qualquer tipo de corporativismo, mas não se concilia com o comunitarismo que eu estou defendendo. Comunitarismo é, realmente, de essência democrática e anticorporativo no sentido da corporação. Vocês estão entendendo a diferença. E a estrutura brasileira - a estrutura social brasileira - tende para a corporação. Você veja, tudo que é profissão tende a se organizar corporativamente, por uma solidariedade perversa, pela tolerância à

delinqüência dos seus membros. Veja o Judiciário brasileiro que é extremamente tolerante com os desvios, falcaturas de várias naturezas e até crimes dos juízes. É uma estrutura realmente democrática em que o sujeito se organiza em função de um bem comum. O sentido também de aproveitamento: a corporação é uma forma de drenar recursos do Estado. Toda profissão no Brasil tende a se organizar como o sindicalismo brasileiro que adulterou-se completamente. Ele virou um grupo de pressão para obter vantagens em detrimento da sociedade em geral. Isso está acontecendo em toda legislação - você sente isso - pela visão corporativa da organização da sociedade. Talvez essa minha visão seja totalmente utópica, mas eu acho que estou, pelo menos, numa linha de pensamento que vem desde a Idade Média. Essa é a linha que os pensadores medievais pensaram antes da renascença os problemas de organização da sociedade, da organização política e que inspiraram os democratas americanos, os genuínos democratas americanos. Fala-se muito na influência dos enciclopedistas franceses; não se fala nessa influência, ao meu ver, maior e mais importante, do pensamento escolástico, do pensamento medieval. O que eu estou dizendo aqui não tem originalidade nenhuma; isso já foi dito, escrito.

JL - Professor, como essas idéias que o senhor tinha sobre reforma agrária, sobre essas ações coletivas, nesse grupo político que o senhor atuava nesse período, da sua candidatura? Essas idéias eram discutidas? Tinha um grupo que dava sustentação a isso?

AR - Sim, tinha um grupo. Mas eu não posso dizer que essas idéias tivessem sido plenamente incorporadas pelo partido. Porque o partido naturalmente tinha pessoas de vários temperos ideológicos. E a expressão reforma agrária ficou muito marcada, na época. Era uma idéia comunista ou, pelo menos, socialista. Por mais que se esclarecesse que não era isso, a expressão causava certos arrepios. E a esquerda se apropriou disso. Eu achava até muito engraçado quando nos livros, nos discursos, pronunciamentos da esquerda, eles usavam a expressão “camponês”. Partido comunista sempre gostou muito de falar nos camponeses. Ora, o Brasil nunca teve camponês. Camponês é uma criação, um tipo social do europeu. Não existe camponês no Brasil. Existiu o capiau, mas servo da gleba, com a mentalidade do camponês, do paysan francês não existia no Brasil. Onde chegamos mais perto disso foi no Sul, na colonização alemã e italiana, trouxeram.... Quer dizer, para mim, a pequena propriedade.... A idéia quando se usa a expressão “pequena propriedade” é que é um negócio com certo limite e medida, uma certa área. Não é isso, não. É um sistema. É um sistema familiar de cultivo da terra. Em vez de ser com o proprietário que emprega vários sujeitos para trabalharem para ele; quando muito ele é um gerente, mas não pega na enxada, quem pega na enxada é o trabalhador.... Em vez disso, você tem um grupo familiar que cultiva a terra; a família que trabalha a terra. Isso você vê no sul. Mas como é um fenômeno muito localizado.... Por exemplo, no Nordeste isso é um negócio misteriosíssimo, desconhecido e misterioso, ninguém sabe o que é isso. Você chega no Sul, você encontra esse fenômeno. Geralmente nas manchas de colonização. Essa é a pequena propriedade que eu tenho em vista.

NT - E como foi com essa concepção o trabalho nesse grupo do Estatuto da terra? Acho que é importante até para ver como essas idéias avançaram. Os problemas para implementá-las.

AR - Eu diria a você que o Estatuto da terra, como toda lei, é produto de uma arbitragem. Essas idéias não vingaram plenamente no Estatuto da terra porque o peso dos latifundiários, principalmente mineiros e principalmente da UDN mineira, pesou na elaboração final do Estatuto. Nós éramos, no projeto original, muito mais drásticos em relação ao latifúndio e isso tudo foi atenuado na versão final. Tanto assim que saíram do Estatuto dois monstros - eu dizia que eram dois deuses hindus, o Inra e o

Indra. Um se cuidava de reforma agrária, outro, de desenvolvimento agrícola, que é uma expressão muito ao gosto dos conservadores. Todos são muito favoráveis ao desenvolvimento, desenvolvimentismo, essa tese do desenvolvimentismo do tempo do Juscelino foi abraçada por várias correntes, todos eram desenvolvimentistas. O que era isso? Não se definia muito bem, mas enfim, “todos somos favoráveis ao desenvolvimento”. Expressão neutra, amorfa, anódina. Com reforma agrária já é diferente porque implica você entrar no latifúndio, implica limitar o latifúndio, reprimir o latifúndio. Aí a coisa fica difícil, fica complicada. Todas as sociedades de agricultura do Brasil são favoráveis ao latifúndio, são de latifundiários. Então, realmente, é um problema difícil. Você tem forças... é o tal negócio da vontade política. Sem vontade política você não consegue mudar certas situações.

MC - Quando o senhor fala que havia um grupo do projeto original mais radical, que grupo era esse? De pessoas que estavam discutindo e formularam o projeto original. O senhor falou de Paulo Assis Ribeiro. Que outras pessoas participaram da formulação desse projeto original?

AR - Fernando Carneiro, pelo menos solidário com essas idéias. Quem mais? Eu devo ter isso registrado. É curioso, a gente esquece. Eu me lembro das figuras mais importantes. Havia, claro, alguns políticos; tinham que dar seu palpite nisso. Já na elaboração desse projeto inicial tem que haver uma série de negociações, formulações, para atenuar certas arestas dos malucos que, como eu, queriam forçar o projeto.

NT - E o grande problema estava na questão do latifúndio?

AR - É.

MC - E o Bilac Pinto foi representante dos mineiros?

AR - Da UDN mineira, no Congresso.

MC - Foi senador, Bilac Pinto. Mas aí, nesse grupo que havia certos ajustes, negociações, quem atuava por parte desses latifundiários?

AR - Eu me lembro... PSD. PSD mineiro tinha grande força. Todo PSD, no Nordeste também, PSD nordestino, não queria saber de reforma agrária. Haviam sujeitos que eram verdadeiros oligarcas.

NT - E as lideranças políticas de São Paulo, como se colocavam?

AR - De uma forma muito dúbia porque aí entrava uma outra linha que complicava, o chamado Trabalhismo. Era o grupo do Ademar em São Paulo. E o problema do Trabalhismo era garantir o salário mínimo e garantir a vinculação do sindicato à máquina do Estado, que era um sindicalismo comandado pelo Ministério do Trabalho. Os problemas eram diferentes, o contexto era diferente. O sindicato brasileiro ficou marcado por isso. E é bom lembrar que todos esses personagens do governo vieram do sindicato. E o sindicato no Brasil tem a sua vida marcada pela corrupção. A vida sindical brasileira é uma vida de corrupção. Não digo que só no Brasil, não; em outros países, nos Estados Unidos houve problemas seríssimos. Mas o contexto americano não foi contaminado; as instituições políticas não foram contaminadas e as instituições jurídicas. O que amarra a democracia americana é o Supremo

Tribunal, Suprema Corte. Você pode ter até um ladrão na presidência; não tem um ladrão, mas tem um maluco. Mas isso não altera o funcionamento da democracia americana.

NT - Quando o senhor falou do Trabalhismo e dos sindicatos, por desconhecimento mesmo, além de trabalhar essa questão da propriedade fundiária, o tema da assistência ou do direito do trabalhador rural era colocado também? Porque eles estavam fora da previdência e continuaram. Como era esse debate?

AR - Também a idéia era integrar trabalhador rural no sistema da legislação trabalhista e da previdência.

NT - Esse era o projeto de vocês?

AR - Também.

NT - E esse projeto também teve resistência?

AR - Teve resistência.

NT - Só veio ocorrer na década de 70.

MC - Interessante que o projeto de 64, em 71 vocês têm... se não me engano. Em 73, são sete anos... Na época do Médici você tem essa abertura.

AR - Se vocês permitem um pecado habitual do sociólogo, que é a generalização, eu vou cometer uma generalização. A Revolução de 64 foi derrotada quando os militares se aliaram ao latifúndio. Entre os militares havia democratas, havia pessoas que entendiam o problema, viam o problema com clareza, mas o imediatismo político levou os presidentes a cada vez mais se somarem ao latifúndio e à grande indústria paulista que sempre foi extremamente reacionária. Você põe o latifúndio mineiro e a indústria paulista - pode botar uns nordestinos aí para que eles não se queixem. A usina de açúcar, uma coisa terrível, terrível.... Até hoje, não há legislação trabalhista. Tudo isso é conversa. Eles pagam a legislação trabalhista porque o lucro assegurado garante.

NT - Desde a vez passada, nós estamos falando de projetos importantes que o senhor esteve envolvido e que não vingaram pelas razões que a gente está discutindo. No caso do Estatuto da Terra, como o senhor avaliou esse resultado? O processo e o resultado, o que saiu como legislação?

AR - Bom, é claro, nós avaliamos confrontando o resultado final e a execução e a burocratização crescente através dos Indras e Inras, os deuses hindus. Nós vimos a coisa cada vez mais deturpada, e isso não só era tolerado como.... porque abriu-se uma outra oportunidade. Os governos não resistem, no Brasil, a essa façanha: a oportunidade de dar um emprego. O emprego é importantíssimo. Do momento que você cria dois órgãos dessa importância, com as verbas que receberam, você abre uma possibilidade de emprego que é a forma mais simples, mais direta, de fundamentar um regime político seja ele qual for, seja ele qual for. No momento que ele dá emprego... O homem é de carne e osso. A carne é fraca, então... deu emprego... “Isso é formidável”. Agora a coisa está ficando até mais elementar: dá comida; é o almoço a um real. Isso é uma coisa extraordinária. Então o Estatuto foi corrompido, pervertido, nas suas intenções por essa aliança política e por trás dessa aliança política

esse problema da pressão... - veja aí o sociólogo, o aprendiz de Sociologia - a pressão demográfica crescente e a demanda de emprego e a falta de imaginação dos governos para grandes projetos. Quando eu falo “grande projeto”, eu estou pensando o que foi a TVA nos Estados Unidos, com o governo Roosevelt. Projeto no Brasil seria um projeto de interligação das bacias. Seria um grande projeto nacional para um estadista de visão. Sobre isso eu gostaria de falar que é uma das minhas obsessões. O negócio da interligação das bacias. Não tem nada a ver com reforma agrária. Veja bem, é um trabalho de engenharia. Um dia eu encontrei um escrito do Capistrano de Abreu: num parágrafo, ele mostrava que a distância entre dois rios, um da Bacia Amazônica, outro da Bacia Paraná-Uruguai, era uma distância mínima, eu não posso dizer exatamente quantos quilômetros, mas um negócio pequeno. Você rompendo por um canal - que hoje a engenharia é um negócio formidável. Não estamos falando da engenharia nos tempos do Capistrano, onde já teria sido possível, estamos falando de engenharia de hoje. A engenharia do Canal do Panamá, por exemplo. Se você rasgasse ali, você poderia ir de Buenos Aires a Manaus ou a Belém porque abriria uma via fluvial, econômica, uma estrada. Você tem que manter o que você gosta no transporte fluvial. Um dia estou eu em Caracas, na Venezuela. Fui ver minha filha, meu genro estava lá servindo na embaixada da França. Eu fui vê-los, e, passando por uma livraria, eu vejo uma fotografia de um grupo de sujeitos num barco: expedição do professor fulano de tal a Buenos Aires. Mas nesse barco ele não podia ir voando para Buenos Aires, também não podia ir pelos Andes para Buenos Aires tinha que passar pelo canal natural que é o sistema fluvial brasileiro. Interessante isso. Procurei o professor. Bati na porta do gabinete do professor. Abriu a porta a secretária: “O professor viajou ontem para os Estados Unidos de férias”. Aí procurei saber. Tranqüilamente o professor e um grupo de venezuelanos tinham descido.... Na época da enchente as bacias se unem, aí não precisa abrir coisa nenhuma. Quem me contou isso foi o pai do Hélio Jaguaribe, o general Jaguaribe de Matos, companheiro de Rondon, que eu fui procurar. Você vê que a minha obsessão.... Bati na porta do general....

NT - Ele participou da comissão Rondon?

AR - Sim. E ele: “Pois não, sim senhor”. E com a maior naturalidade: “Ah, quando chove as bacias se unem e pode-se tranqüilamente ir até a Buenos Aires”. Você já imaginou....

NT - Eu acho que há na Rondônia alguma descrição sobre terem ido de barco até Argentina.

AR - Mas se você encontrar isso, me ajuda, porque eu li Rondônia, não me lembro, me ajudaria muito. Mas, então, você está percebendo? Como ele foi? Chegou, deu entrevista quando voltou. Pelo Orenoco você vai ao Caribe, à América Central. Quer dizer, você monta um sistema de comunicação e transporte fluvial. Ninguém pensou nisso, meu deus do céu, não é nada de extraordinário. Eu olhei o mapa. E essa frasesinha do Capistrano que me começou a parafusar. Como é essa história, Nísia, você já pensou? E o pessoal fica procurando emprego, “cadê emprego, tal”, não temos emprego no Brasil, fica todo mundo aqui, catando no litoral, caranguejando, como dizia o velho Frei Vicente de Salvador, quando o negócio está aí. Mas, olha, hoje os ecólogos são contra a ligação das bacias, vocês sabem disso, eles acham que vai destruir a cultura indígena, vai destruir a ecologia, vai não sei o quê. Meu Deus do céu, que isso.... Isso tudo são coisas perfeitamente administráveis. A miséria é que não é administrável, o subdesenvolvimento não é. Nós já estamos entrando num papo....

MC - Tenho duas perguntas a fazer em cima disso. O senhor está falando de reforma agrária, de projetos, uma coisa: “o problema é a burocracia, é o empreguismo”, mas que papel é esse que o Estado

tem que ter? Já que o senhor falou da sua visão ou formação de que o senhor “não é de esquerda, não é comunista”, nesse plano, qual é o papel do Estado?

AR - Instrumental, um papel importante, eu não sou absolutamente pela abolição do Estado. A minha utopia....

MC - Como junta com cooperativismo?

AR - O Estado, primeiro, é um grupo de pessoas. Eu vejo como um grupo de pessoas que têm uma mentalidade, têm uma tradição cultural. Se você não muda isso, você não muda o Estado. É importante você transmitir a essas pessoas, não apenas técnicas; nós entramos, a partir de um certo período nós entramos no tecnicismo. Todos os institutos criados transmitem técnicas, mas não transmitem mentalidades. Então eu acho que é importante é mudar a mentalidade. Infelizmente, você não tem meios de fazer os políticos passarem por uma escola de formação que seria o ideal. Escola.... você imaginou, um candidato, por exemplo, como o Carlinhos da Mão Torta, um candidato aí, o Pudim, você fazer esses sujeitos passarem por uma escola.... É meio complicado... e apostar no resultado final dessa formação. Mas para mim, o Estado é isso, você tem que mudar a mentalidade. Na realidade esses sujeitos estão viciados numa tradição. Você está vendo o resultado. E a idéia de que é democrático você pegar pessoas de camada baixa para ocupar cargos altos é uma idéia inteiramente fantástica se esses sujeitos da camada baixa não têm formação. Então vai ser um desastre. Fazer um torneiro presidente da república é muito bonito, mas ele tem formação para presidente da república? Esse é que é o problema fundamental. Não é de ser torneiro, ou ser bombeiro, isso para mim não tem a menor importância. O importante é se o sujeito tem a formação, sabe o que é aquilo, entende aquele negócio, aquela estrutura cada vez mais complicada. É difícil, só para terminar, vocês estão me provocando, estou falando demais. O problema é o seguinte: nós vivemos numa época difícil para o democrata. É difícil que o democrata é um minoritário, porque a democracia foi sacrificada - isso é importante - não só pela concentração de riqueza, que é em si antidemocrática. Qualquer processo de concentração de riqueza - não precisa ser ilícito - qualquer processo de concentração de riqueza é por natureza antidemocrático. Mas a democracia tem sido também sacrificada a ideais de eficiência técnica. A eficiência técnica garante então o sucesso, o bem estar geral, etc... Então essa é uma idéia extremamente perniciosa para a democracia, se você entende que democracia é um valor importante que tem que ser preservado. O que não quer dizer... - a gente tem sempre que qualificar as coisas. Não quer dizer que eu seja contra a eficiência. Não é isso. É dar o lugar adequado às coisas e aí é o estadista, é o papel do estadista. É saber compensar e equilibrar os diversos elementos, os diversos fatores. Parar tecnologia é uma loucura, uma bobagem. Como se fez no Brasil em várias ocasiões. Não sei se você já teve ocasião, Nísia, Marcos, de pegar um livro que está aí em circulação sobre o Farquhar.

NT - Ah, eu fiquei muito curiosa.

AR - Ah, importantíssimo esse livro. Farquhar, o último titã. É um livro que estava esquecido....

NT - Eu já li sobre a Madeira-Mamoré....

AR - Farquhar é um fenômeno da natureza. É um fenômeno da natureza que a providência trouxe para o Brasil depois de algumas experiências em Cuba, em Guatemala. Era um sujeito, um empresário de bom tamanho, tinha mentalidade empresarial. O que ele fez para o Brasil.... Olhe, que eu me lembre, a

Light, Madeira-Mamoré, represas, e a siderúrgica, e foi duramente combatido. Há um capítulo no livro - que me divirto muito, não posso chorar – que é a experiência dele na Bahia. Na Bahia, o que ele diz dos baianos.... Ele quis fazer várias coisas na Bahia, coisas extraordinárias. Mas os políticos baianos estavam a soldo. Isso se passava em 1909 e em 1912 quando a Bahia foi bombardeada pelo governo federal. Não sei se vocês conhecem o episódio. Era governador da Bahia...

Fita 12 - Lado B

AR - Seabra era o governador da Bahia e o presidente era o Hermes, na melhor linha republicana, evidente, e era época de Rui Barbosa no Senado. Houve um choque entre o Seabra e o governo. Um problema de nomeação de deputados. O governo federal mandou bombardear a Bahia. Atiraram sobre a cidade! Uma coisa espantosa! Você já imaginou isso! O Brasil, você que é crítico, esse negócio é muito ruim, mas você imaginou hoje, o governo federal mandar bombardear um estado! O Farquhar então entra na Bahia nessa época e quer fazer coisas, quer fazer elevadores, quer fazer estrada de ferro. O forte dele era estrada de ferro. Ele tentou fazer isso em Cuba, Guatemala, e fez. Muito bem, ele era um extraordinário arregimentador de capitais. Ele tinha contatos, não só na Wall Street, mas em outros países, na França, no Canadá, a Light era canadense. Todo mundo falava no Paul. O Paul não era americano, era canadense, era acionista canadense. Na Bahia ele tenta entrar com esse esquema. Não conseguiu. Então, os adjetivos que ele dá aos baianos: preguiçosos, indolentes, atrasados. Olha, tem parágrafos assim em que ele diz cobras e lagartos. Ao passo que Rio de Janeiro e São Paulo, não, ele gosta. Mas os mineiros cortaram a siderúrgica. Queriam que o minério ficasse no pólo, uma montanha de minério, não podia ser tocada. Não conseguiu criar a siderúrgica. Isso tudo é contado no livro, até por minúcias excessivas, porque o autor não é.... Eu conheci o autor.... Não é um historiador, não é um historiógrafo, como a gente entende. De modo que no livro, às vezes, os parágrafos são meio embolados, meio complicados. Mas ele conta, documenta, isso que é importante, ele documenta totalmente tudo que ele diz. Eu acho o livro importante para se entender o Brasil.

NT - O senhor falou da Bahia e eu imediatamente me lembrei de Alagados. O senhor pensou nisso, não?

AR - Ora, claro.
Interrupção

MC - Eu queria só fazer uma pergunta para o senhor para....

AR - Quando o Marcos diz “Só fazer uma pergunta” vocês se preparem.

MC - Não, porque eu achei muito.... O senhor fala do grupo do Estatuto da Terra e o senhor lembra uma pessoa chamada Fernando Carneiro. Fernando Carneiro este que o senhor já ao longo da entrevista, no início até o senhor falou, mas é Fernando Carneiro que o senhor encontra, que o leva para o Centro Dom Vital, e, nesse painel que o senhor está nos oferecendo nessa oportunidade, o que o senhor pensa naquele momento até reforma agrária, o Estado. Como entra o catolicismo nesse momento que o senhor está no Estatuto da Terra, trabalhando nesse grupo, está procurando a possibilidade de ter uma tribuna

para seus projetos? Tem o Padre Lebret. Porque eu fiquei pensando assim: o catolicismo como se conjuga com o cooperativismo? Ou seja, se tinha, se tem, mais nesse sentido.

AR - Sim, isso é muito fácil. É porque o pensamento católico foi por muito tempo solidário com os ideais cooperativos, muito. E aqui no Brasil muitos padres fundaram cooperativas e eram muito ligados ao movimento cooperativista. Agora, você fez uma pergunta muito complicada, cheia de acessos. Veja bem, há uma igreja oficial, isso é muito importante e há os católicos como pessoas que têm suas concepções. O episcopado, a igreja oficial, olhava com desconfiança a reforma agrária, com exceção de um bispo que era Dom Helder Câmara, que procurava trazer o episcopado - tinha uma liderança muito grande - e ele procurava trazer o episcopado para essas idéias. Não posso dizer também que as idéias de Dom Helder fossem as mesmas que nós tínhamos. Quando digo “nós”, me refiro ao grupo Nestor Duarte, Fernando Carneiro, então é preciso levar em conta isso. Depois a igreja foi cada vez mais firmando posição a favor da reforma agrária. A partir dos anos 80, tranqüilamente, começamos a ter pronunciamentos da igreja, dos bispos, a favor da reforma agrária, cada vez mais. Aí entra também o PDC, Partido Democrata Cristão, que era um partido, como eu disse aqui, penetrado por idéias católicas. Então porque o senhor entrou para o PDC? Eu achava o PDC demasiado submetido aos bispos, e eu, como católico, eu estou subordinado aos bispos em matéria de doutrina, mas não em problemas sociais. Isso não. Aí a liberdade católica é total. Isso, nós sempre - “nós” me referindo a esse grupo do Centro Dom Vital - nós sempre marcamos um limite. E o PDC não marcava, achando que “Não, nós devemos sempre seguir a opinião do bispo”. Não, o bispo tem opinião em matéria de doutrina, ele tem que ser forçosamente ouvido. Veja bem, nós estamos falando de uma época em que não havia esses fenômenos que surgiram durante o governo militar, de oposição ao governo militar, Dom Arns, Dom Casaldáglia, tomando inclusive posições de esquerda, o que veio prejudicar o PDC. O PDC ficou perdido porque ele foi, de certa maneira, arrastado a posições de esquerda e muitos deixaram o partido para entrar para o partido comunista. Porque aí: “O que estamos fazendo aqui? Vamos logo para a extrema esquerda”. Então, a época é outra. Estamos falando dos anos 50, 60, em que a coisa é diferente. Percebeu, Marcos? Então eu sempre procurei me manter nessa posição. Católico, sim, mas não quer dizer que eu seja, em tudo que é assunto público, obrigado a seguir a opinião do bispo. Posso discordar.

NT - O senhor mencionou Dom Helder que também foi um padre muito próximo ao padre Lebret. Ou não? Até que ponto?

AR - Não, ele deu uma certa cobertura ao padre Lebret porque houve uma oposição do episcopado ao padre Lebret, porque achavam o padre Lebret comunista. Então, faziam certa restrição a ele. Eu que trabalhei com padre Lebret, sei muito bem que isso era absolutamente fantástico, mas havia na igreja e no próprio Vaticano, principalmente no clero italiano, uma ala reacionária, forte, que claro... Depois do Concílio... padre Lebret foi um dos consultores do Concílio, um dos consultores do Concílio, não é possível imaginar que um comunista fosse consultor do Concílio Ecumênico, então, eu sabia muito bem que isso era fantástico. Maritain, um grande filósofo católico, era tido por certos bispos brasileiros como comunista, porque Maritain era favorável à idéia de distribuição de riqueza, combate ao capitalismo selvagem. Escreveu um livro admirável sobre os Estados Unidos, mostrando a importância dos Estados Unidos no mundo, etc... Bem, era uma época cheia de contradições, hein, Marcos. A sua pergunta, você vê que....

MC - Eu sei, tanto é que... o contato que o senhor teve com o PL, a UDN, entrou em cena Partido Democrata Cristão, Franco Montoro.... E aí o senhor tinha esse contato com o PDC quando o senhor estava no PL?

AR - Tinha, claro.

MC - O senhor se lembra do pessoal mais importante?

AR - Montoro, o pessoal de São Paulo, grupo de São Paulo. Eu tinha que ir muito a São Paulo, como há episódios. Vocês estão fazendo eu me lembrar de coisas extraordinárias. E os grupos conspiratórios. Há episódios curiosíssimos. Os grupos conspiratórios. Eu participei de um grupo conspiratório com os trotskistas, com Mário Pedrosa e chegamos a elaborar um manifesto. Naquela época, todo grupo que se prezava tinha um manifesto. O manifesto era publicado ou circulava clandestinamente. Eu me lembro que trabalhei no manifesto. Eu era bom nesse negócio de manifesto, tinha boa mão. Eu e Mário Pedrosa fizemos um manifesto de um grupo, e o grupo daqui do Rio... Era um grupo do Rio e de São Paulo. Eu fui mandado a São Paulo como mensageiro para entrar em contato com o grupo de São Paulo. Entre os membros estava Paulo Duarte, meu conhecido no episódio das favelas. Então reuniu-se na casa.... Os grupos políticos em São Paulo eram muito bons porque tinham um bom lanche, serviam um bom lanche, e às vezes bom uísque, está entendendo? Estou eu lá no grupo e toma a palavra um cidadão e, veementemente, condenou a reforma agrária. Eu: “Por aqui esta revolução vai para o brejo”. Cheguei no Rio comuniquei ao Mário: “Mário, olha aqui, não dá. Não se pode nem falar em reforma agrária porque é negócio de comunista”. O Mário era trotskista, dos comunistas. Tinham ódio ao Mário, ao grupo dele, que eram um grupo de pessoas extraordinárias, de uma dedicação, uma gente formidável. Eu dizia a eles: “eu gostaria que muito católico fosse como vocês”. É verdade, generosos. Muito bem, Mário começou a tirar a sua sardinha ali do fogo. Mas aconteceu que num outro episódio - eu sempre mensageiro, não sei porque mensageiro - eu fui levar o nosso manifesto a São Paulo, onde se defendia exatamente a reforma agrária e me encontrei com o representante numa garagem....

MC - De quem o senhor está falando?

AR - Do grupo de São Paulo, numa garagem. Ninguém se identificava por nome. O sujeito sabia que eu estava lá com.... Pela cara, pelo jeito, pelo corte de cabelo, imediatamente identifiquei o sujeito como militar, não tinha como errar. É como aquela polícia secreta portuguesa: usa distintivo (risos). Eu entreguei o manifesto. “São comunistas. Não podemos entrar em aliança com eles”. Teve um outro momento muito engraçado: nós fomos a uma reunião na casa de um sujeito aqui no Rio, uma mansão. Isso aí para precisar mais, mais ou menos na época de Jacareacanga, estamos em Juscelino. Era a oportunidade desses grupos conspiratórios que abriu para pessoas com as nossas idéias inocularem essas idéias numa possível mudança política num documento assim por diante. Então, numa reunião íamos nos encontrar com um cidadão. Ninguém identificado. Ali em frente ao edifício da Av. Central, final da tarde e daí nós seríamos levados para o local da reunião. O sujeito se apresentou também com as características, entramos no carro e toca a andar. Aí num dado momento o sujeito parou. “O que houve?”. “Daqui por diante os senhores têm que botar uma venda...”. Eu disse à minha mulher antes de sair de casa: “Se eu não voltar hoje... porque posso não voltar. Posso tomar um outro destino”. Então puseram uma venda nos olhos e - eu tenho um olfato desenvolvido - eu comecei a sentir cheiro de mar, de maresia. Pela direção que nós íamos, pelo cheiro de mar e pelos ruídos, nós devíamos estar entrando na Ilha do Governador. Rodamos, rodamos, chegamos. Marcos está rindo. Isso era romântico,

altamente romântico. Oh, Marcos, faça-me o favor. Aí paramos diante de uma mansão belíssima, uma casa com azulejos formidáveis. Entramos na casa. Fomos recebidos por um cidadão baixinho e eu com a maior naturalidade, eu sou um gafento, eu cometo gafes: “Oh, Dr. Mangabeira como vai o senhor?”. Não era o Otávio, era o irmão dele, que eu conheci.

MC - Era o João?

AR - Não, não era o João. Porque o homem tinha uma coleção de azulejos. Aí fomos para a tal reunião. Não deu outra, era a fina flor do reacionarismo, vários milicos presentes, donde eu pude facilmente prever o que iria acontecer se viesse um golpe militar. Essa facção ia predominar, como predominou.

MC - Só para localizar em termos de ano, o manifesto com o Mário Pedrosa, o Paulo Duarte, o senhor se lembra mais ou menos que ano foi isso?

AR - Nós estamos aí antes.... É Juscelino.

NT - Antes de Jacareacanga?

AR - É.

MC - O encontro da garagem também é antes de Jacareacanga, mas é Juscelino também?

AR - É, Juscelino.

NT - Porque, certamente, esses núcleos militares estavam querendo alianças com Jacareacanga.

AR - Exatamente, exatamente. Eu tenho esse manifesto em algum lugar aí dos meus arquivos.

NT - Seria ótimo.

MC - Seria uma maravilha porque o senhor deu agora....

NT - E essa aliança católicos com trotskista... o senhor já tinha falado.

AR - Na época tudo era possível. Depois é que as coisas se radicalizaram de tal maneira que não era possível o diálogo.

NT - Eu ia sugerir: nós ficamos com algumas curiosidades com relação a seu livro, o Educação de Grupos. Na verdade, até o José Leandro que está mais mergulhado nisso por conta da tese. Talvez o senhor pudesse colocar essas questões e aí a gente conversava.

AR - Educação dos grupos foi escrito no SESP.

JL - Têm algumas coisas, por exemplo, mais com relação às referências teóricas que o senhor usou no livro, tem muita coisa ligada à psicologia social. Tem um texto que o senhor usa muito, se não me engano, é (Cutfield).

AR - Engraçado, que eu nunca encontrei esse texto em inglês, de modo que eu acho que cito em francês, da tradução francesa. Um livro que me pareceu muito bom, muito didático e serviu muito aos meus objetivos, por isso eu o utilizei. O livro resulta, como eu expliquei a vocês, de uma experiência. Primeiro, a minha experiência na Campanha de Educação Rural, a minha formação americana. Se o livro tem um defeito, na minha opinião, e tem vários defeitos, ele é muito americano em matéria de bibliografia. Porque na época em que foi escrito, não havia muito material nosso aqui, então eu usei muito material americano porque eu conhecia, me era familiar. Agora, a formação americana, a experiência da campanha de Educação Rural e a experiência do próprio SESP. Tanto que eu falo muito em visitantes sanitários, guardas sanitários; falo muito em vários momentos no livro.

NT - Porque a nossa dúvida foi muito em relação a essa entrada da Psicologia Social no Brasil. Ao ler seu livro e ver a bibliografia havia um pouco a idéia de... tinha a visão de trabalhos de grupos que vinha do Padre Lebet e tinha essa corrente americana. Havia outras influências importantes?

AR - Veja bem, acho que um dos primeiros livros de Psicologia Social, para situar, um dos primeiros, senão o primeiro foi do Arthur Ramos, e confesso a vocês que era um livro indigestíssimo. Ele tinha uma formação psicanalítica. Ele não conseguiu conjugar o behaviorismo, dentro da psicologia social americana, e a psicanálise. O texto extremamente obscuro, difícil, ao contrário dos outros livros dele que você lê com facilidade. Então, eu não tinha naquela época um texto brasileiro de psicologia social. Hoje eu teria Haroldo Rodrigues, que foi meu colega na PUC. Tinha outros textos aqui em São Paulo, tem uma bibliografia muito grande de psicologia social. Nesse ponto também é outro defeito. Eu considero um livro inteiramente superado. Não há nisso aqui modéstia, é superado. Porque há várias coisas no livro que não estão muito bem conjugadas. Há uma parte de teorização. Eu estava querendo botar uma porção de coisas no livro ao mesmo tempo: a minha experiência, teorizações sobre a sociedade, técnicas de atuação, de operação, tudo isso ficou meio embotado no livro.

JL - Tem muita referência a autores que trabalharam muito no movimento Economia e Humanismo.

AR - Exatamente, muita coisa do Lebet.

MC - Mas o que seria um sociólogo, naquele momento, escrevendo um livro em que a psicologia social... Em que a psicologia social contribuía, no seu trabalho, como sociólogo?

AR - Com toda parte de análise de grupos na psicologia social. Eu me refiro à psicologia social americana, onde havia uma grande elaboração de grupos. Eu cito na bibliografia vários livros sobre grupos americanos. Eu vivi muito essa experiência lá. Hoje, por exemplo, a pessoa pode dizer: "Estou num grupo de psicanálise, grupo de análise". Na época não havia isso não, era o divã mesmo. Não havia o grupo, o grupo é uma criação posterior, por influência da psicologia social norte-americana, que contaminou a psicanálise nos Estados Unidos para grande crítica e aversão dos ortodoxos, da escola analítica ortodoxa. Os europeus não iam muito nessa história de grupo. Achavam que era uma forma de ganhar dinheiro.

NT - A gente ficou também bastante curioso em relação à repercussão do livro.

AR - O livro chegou até a quatro edições, foi muito usado... Apesar das resistências, resistências não só de esquerda, resistências do serviço social conservador. Falar em Le Bret, tal, meio perturbador. Mas teve muita saída, tanto que... várias editoras... Primeiro a editora do SESP, depois o livro foi editado em São Paulo por uma editora paulista. A última edição é dessa editora paulista, que é muito correta comigo. Ela me manda, de seis em seis meses, um cheque. Vinte reais. Manda.

NT - Além do número de edições, o senhor teve algum acompanhamento se era lido por grupos da área de saúde ou assistentes sociais?

AR - No SESP, o livro foi muito lido no SESP, nos cursos de enfermagem.

MC - Nos cursos de Serviço Social.

AR - É, também. Que eu era conhecido no Serviço Social, como sociólogo já era conhecido.

NT - E chegou a ter resenhas?

AR - Não me lembro. É curioso isso. Porque não era ortodoxo, em nenhum sentido, de modo que sofri as consequências disso. O pessoal de São Paulo era muito exclusivo, podemos dizer isso aqui.

NT - O senhor falou que era. (risos)

AR - Devido, talvez, ao distanciamento....

MC - Freud explica.

AR - Isso mesmo.

NT - Acho que a gente podia parar hoje.

Data: 04/10/2006

Fita 13 – Lado A

NT - Dia 4 de outubro, presentes Marcos Chor Maio, José Leandro, Nísia Trindade.

NT - Professor, no nosso último encontro, ficamos de conversar mais a respeito da sua experiência nos organismos internacionais, principalmente a partir de 1969. Eu gostaria que o senhor retomasse esse ponto, como começou esse trabalho.

AR - Eu tive, primeiramente, um contato com a Unesco em função da Campanha de Educação Rural. Fui convidado para participar de um Comitê de Alfabetização da Unesco.

NT - Isso na década de 50?

MC - Final dos anos 40.

AR - Depois, as datas a gente.... Nessa condição, cheguei a participar. Fui a Paris. O Comitê se reunia em Paris e naturalmente a composição eram representantes de países subdesenvolvidos com troca de experiências. E eu me recordo que a experiência da Campanha de Educação Rural despertou grande interesse, a maneira como a Campanha levava o problema da alfabetização, integrado num contexto diferente e fora da escola, na educação informal. Isso despertou muito interesse. Eu participei de umas duas reuniões desse Comitê.

NT - Como era esse programa de educação não formal, fora da escola?

AR - Era através das missões, no nosso caso, e dos grupos, a dinamização dos grupos da comunidade. Essa, para nós, era a chave desse novo sistema. Isso causou realmente muito interesse. Acontece que... Essa experiência depois se repetiu. O homem que comandava isso na Unesco era um inglês com experiência colonial. Um inglês com experiência colonial tem uma visão dos problemas de subdesenvolvimento - posso generalizar não só a educação, mas a economia, etc. - muito mais ampla do que os representantes de outros países e até muito mais que os americanos, que não tem nenhuma experiência colonial. Não se pode chamar Cuba e Porto Rico de experiências coloniais. Então o inglês interessou-se, ficou fascinado pela experiência da Campanha. E pediu muita coisa de material, informação. Já no segundo encontro, o inglês tinha sido substituído por um iugoslavo. Sem maior esforço, eu pude perceber que era um comunista fanático. Isso não tinha importância, havia russos também nesse comitê, mas acontece que o iugoslavo tinha uma visão e um método autoritário. Ele queria ditar o que os membros deviam fazer. E aí me choquei violentamente com ele. Não preciso dizer a vocês que nunca mais fui convocado para as reuniões do Comitê de Alfabetização. Já outra experiência mais duradoura ocorreu nos anos 60, 69, se não me engano. É, 69.

MC - Eu poderia explorar um pouco mais essa experiência, se o senhor se lembrar, para a gente poder depois.... Na verdade, o senhor chamou atenção de um aspecto importante: como a Unesco lidava com a questão da educação, o senhor mencionou o inglês, não me é estranho, mas é fácil localizar o nome desse inglês, a idéia de como lidar com o subdesenvolvimento. Porque isso era algo muito sensível dentro da educação desde o início para a Unesco. O Anísio Teixeira, claramente, a partir de 47, 48,

aqui na Campanha de alfabetização no Brasil, 48, um congresso no Quitandinha, não sei se isso.... É isso, ou colocando a questão da educação rural, interessante porque dá um plano....

AR - Além disso, o Conselho de Educação de Base que a Unesco introduziu e que evidente que aproveitei na minha teorização da Campanha de Educação Rural. Não segui fielmente, mas aproveitei porque a idéia era exatamente essa. Era apelar à educação de base, era uma educação informal. A Unesco trabalhava em escola e trabalhava fora da escola, em vários setores: saúde, educação, etc... Então, isso para mim foi de um valor muito grande. Bom, eu estou no rumo certo porque já com uma porção de experiências pipocando em países subdesenvolvidos convencidos de que as estruturas formais são pelo menos insuficientes, que é preciso abrir uma outra frente, uma possibilidade mais ampla, apelando para o grupo e para a comunidade. Só que eu tinha, eu digo isso sem, não preciso dizer a vocês que não é uma questão de falta modéstia, que eu tinha um lastro sociológico e tinha experiência da sociologia americana. Então eu injetei... porque a Unesco já tinha conhecimento das missões mexicanas, que chegou até a publicar - me lembro bem - um folheto sobre as missões rurais mexicanas. E também para mim foi um estímulo, embora seguissem linhas muito diferentes, muito formais e dadas as peculiaridades do México, o problema das línguas indígenas que nós não temos.

NT - Quando o senhor fala “muito formais” é o apelo às instituições?

AR - É, é o apelo às instituições educacionais. Bem, então tudo isso me interessava muito. E essa experiência na Unesco me valeu pelo contato com outros membros dos países subdesenvolvidos que me traziam experiências no nosso convívio, no nosso contato. Bem, depois disso eu voltei a ter contato com a Unesco, anos depois, quando o diretor desse setor era um vietnamita, se não me engano, que era um sujeito extremamente inteligente, mas muito perdido na parte conceitual, ele não tinha muita segurança conceitual. Ele estava naquela onda de africanização da Unesco. Quando a Unesco incorporou países africanos que passaram a ser independentes e havia fenômenos assim extraordinários. E o negócio da Unesco, e de todos esses organismos internacionais, é que eles têm que arbitrar. Eles sabem que aquilo lá não é muito sério, não é muito confiável, mas é o representante de Gana, então tem que ser tratado a pão de ló, que é um povo jovem, está começando, tem que ser estimulado. E nisso você come gato por lebre em muita coisa e faz de conta, muito faz de conta, e eu me cansei um pouco desse tema. Mas o negócio da ONU foi diferente. Estava eu posto em sossego quando recebi um telefonema de um amigo, Luis Carlos Mancini, que trabalhou no governo Lacerda também, como secretário de administração. Eu já o conhecia porque ele militou muito em Serviço Social. Ele era uma espécie de papa do Serviço Social no Rio de Janeiro. E era um homem pessoalmente admirável, um sujeito realmente de muito boas qualidades. Ele me telefona e diz: “Olha, Rios, eu tenho um compromisso com a ONU, fui convidado para participar de uma reunião em Buenos Aires de um Comitê de Prevenção de Crime e Tratamento de Presos. Mas eu não vou poder ir. Será que você poderia me substituir?”. “Mas isso quando?”. “Semana que vem”. “Mas acontece que eu não entendo nada; crime é de ouvir falar, e tratamento de presos então, só conheço os episódios de rebelião ocorridos no governo Lacerda”. “Não, não tem problema, justamente, você com a experiência sociológica pode trazer uma contribuição”. E eu meio preocupado, bom, eu já tinha atravessado a fase de favelas e nas favelas eu tinha uma sessão dedicada, pela primeira vez, ao estudo do crime.

NT - No relatório SAGMACS?

AR - É. Eu disse: “Olha, a única experiência que eu tenho é essa, muito limitada”. “Não, mas isso é uma contribuição”. Me convenceu e estou indo a Buenos Aires. Muito bem, chego a Buenos Aires e encontro um comitê constituído principalmente de administradores e um ou outro criminólogo. O diretor do comitê na época... - na ONU tem sempre um secretário, que é o diretor daquele comitê, daquele comitê específico, tem um staff e promove as reuniões internacionais. E este homem era um nórdico, não me recordo se era sueco ou norueguês. Acho que era sueco, porque a ONU sempre teve um grande fraco pelos suecos. E, às vezes, com muita razão. E este sueco ficou fascinado pela experiência das favelas, pelo que eu contei sobre a pesquisa de favelas e os dados da pesquisa e depois sobre a minha atuação como secretário, que eu já não era mais nessa época. Bem, daí para adiante, eu fiquei engajado neste comitê de prevenção de crime. Aí acontecem coisas muito curiosas. Primeiro, eu estava, como vocês estão entendendo, eu não estava como representante do Brasil. Eu fui convidado em nome pessoal, o que me dava uma grande liberdade de movimentos. Eu não tinha que dar contas ao governo, nem pedir orientação ao governo. Vocês já vão perceber a vantagem pelo contraste. Bom, daí eu passei a participar das reuniões do Comitê que a princípio era em Nova York. Nós nos reunimos umas duas vezes por ano em Nova York. Conheci pessoas fascinantes no comitê. Aprendi muito. Essas pessoas eram criminólogos ou administradores de larga experiência. Bom, a partir de um certo momento, o comitê, por motivos de organização, passou a se reunir em Roma, à sombra de uma entidade na ONU baseada em Roma. Um instituto de criminologia, tinha um outro nome mais complicado, mas que se reunia em Roma. Bem, conheci pessoas realmente notáveis nessas reuniões. Mas num dado momento, uma dessas coisas políticas, a ONU passou a aceitar membros que fossem delegados dos governos. Eu me preparei para fazer as malas, mas acontece que havia nessa época no Ministério da Justiça pessoas que me conheciam, tinham ouvido falar no meu trabalho e insistiram para que eu continuasse, agora como representante do Brasil. Então eu fiquei, continuei. Passamos então a ter reuniões em vários lugares, em vários países. Eu ampliei muito minha milhagem internacional graças à participação nesse comitê. Nós nos reunimos, por exemplo, no Cairo, porque queria se dar ênfase a problemas no Oriente Médio. Tivemos duas reuniões no Japão, e tivemos uma reunião na China, em Beijing, para mim inesquecível, pelas coisas que aconteciam e pelas coisas da China, era um negócio misterioso, naquela época.

NT - Como foi essa experiência? Fala um pouco dessa....

AR - Eu não quero transformar a nossa reunião numa conversa turística, mas acho interessante.... Antes, se você me permite, vou contar uma outra experiência mais ligada aqui. Houve um congresso internacional. Periodicamente havia congressos internacionais de prevenção de crime convocados pela ONU. Houve um, por exemplo, em Caracas, muito interessante, e houve um outro em Genebra. Isto eu gosto de contar porque é uma visão também do Brasil, das coisas brasileiras, da maneira que o Brasil encara. Bem, quando o congresso foi marcado - eu iria ao congresso de qualquer maneira pela minha ligação pessoal com o comitê - mas fui chamado a Brasília, o ministro Fernando Falcão. Fui chamado a Brasília e me pediram que eu chefiasse a delegação brasileira ao congresso. Eu já com aquela experiência adquirida, relutei em aceitar: “Por que eu? Deve haver outras pessoas e tal”. Depois eu percebi que uma das dificuldades era escassez de verbas, então me pediram que eu organizasse o grupo. Organizei o grupo, já tive que encolher o grupo, as minhas pretensões foram reduzidas. Então levei um administrador de prisões, uma assessora do ministro, uma senhora, professora de Direito Penal, muito competente, célebre competente, e mais um outro delegado. Bem, com esses quatro elementos constituiu-se a delegacia. Nenhum deles tinha ido à Europa, tinha viajado à Europa. Estavam todos preocupados como ia ser. Aí nós fomos convidados a uma reunião no Itamaraty com o secretário geral

do Itamaraty, um embaixador, que depois foi para a OEA muito tempo, muito meu amigo, é meu colega no conselho. É um careca, muito engraçado, um sujeito muito exuberante, bom sujeito, competente. Aliás, os funcionários do Itamaraty, dessa geração, são extremamente competentes. Essa é a minha experiência. Então nos reunimos em Brasília e disse: “Olha, professor, o senhor é o chefe da delegação”. Apresentei a especialidade de cada um dentro da programação do congresso. “Professor, eu tenho uma recomendação a fazer”. Era uma época de conflito entre Israel e os árabes em geral. Guerra, tinha havido guerra, o negócio estava fervilhando. “Então, nós pedimos ao senhor que quando houver um confronto no congresso ou quando houver uma votação que interesse a dois países, o senhor nos consulte antes na votação”. Achei aquilo meio.... Agora, disse o embaixador: “Já passei um cabograma para nosso embaixador em Genebra. Ele vai esperá-los. Naturalmente já vai reservar hotel. Vocês não têm que se preocupar com isso, e qualquer coisa a Embaixada está à sua disposição. Comunicações também conosco. Use o telefone da Embaixada”. Tudo dentro da normalidade, da rotina. Perfeitamente. Partimos nós para Genebra, quando chegamos em Genebra não havia rigorosamente ninguém nos esperando. Ninguém nos esperando. Meus companheiros ficaram preocupadíssimos: “E o hotel? Para onde vamos?”. Eu digo: “Olha, vocês estão num país civilizado, vocês não vão dormir na rua, é muito simples. Estão vendo aquele balcão? Pedimos um hotel, preço acessível”. E isso aconteceu. Não houve nenhuma comunicação da Embaixada conosco. No dia seguinte era o dia da inscrição no Congresso. Ninguém apareceu. Fomos lá para o local do Congresso para fazer inscrição, e quando o Congresso está iniciado, apareceu um homem afobadíssimo: “O embaixador pede desculpas, ele teve que sair de Genebra, assunto urgente, houve um desencontro e tal! O senhor conseguiu hotel?”. “Conseguimos. Estamos hospedados”. “Mas qualquer coisa estamos à sua disposição. O embaixador sabe da importância deste congresso para o Brasil e espera uma oportunidade de conhecê-los”. Esse congresso durou 15 dias. Durante os 15 dias, nós não tivemos o menor contato com o embaixador e saímos de Genebra sem conhecer o embaixador. Mas eu depois compreendi. Ele estava resolvendo um assunto urgente em Paris. Ele está há poucas horas de Genebra, mas os assuntos em Paris são complexos.... (risos) Bem, então, não o vimos, não o conhecemos. Extraordinário. Bom, mas eu forcei a barra. Houve oportunidades de falar com Brasília e a embaixada, aí puseram uma telefonista à minha disposição e eu ligava. Assim eu me comuniquéi. Mas havia coisas assim grotescas. Por exemplo, um problema de votação. Então eu consultava Brasília: “O senhor se retire do plenário”. Nunca mais repito esta experiência.

NT - Essa retirada era nos temas que opunham....

AR - Sim, sim.

MC - Queria que o senhor me ajudasse a localizar algumas coisas. Porque na verdade, Armando Falcão, o senhor indo para o congresso, me lembra que era um momento Geisel, no sentido de que essa questão do Oriente Médio, aquela guerra, 73, e o Brasil aprovou uma resolução da ONU, dentro dessa onda da descolonização de países africanos e asiáticos que entraram não só na Unesco, mas em outras organizações intergovernamentais como a ONU. O Brasil aprovou aquela resolução sobre o racismo. O senhor está indo para o Congresso nesse momento?

AR - Nesse momento, isso mesmo. Exatamente.

MC - Porque o Brasil tomou a decisão de seguir os países árabes, numa política de apoio aos países árabes, petróleo....

AR - A minha impressão então é de que eu estava engajado em um congresso muito mais político do que técnico. Isso não precisava grande esforço para entender. E isto era um freio constante, quer dizer, prejudicava a parte técnica. Quando se levantava um problema, por exemplo, em matéria de prisões, que é um problema técnico, rigorosamente técnico, administração de prisões, não tem mistério; você se defrontava com questões políticas. E aí você estava freado para tomar uma decisão racional.

NT - A pauta no que se refere a esse tema das prisões era uma tentativa de normalizar ou de orientar essa questão em todos os países? Era isso?

AR - Sim, sim, racionalizando o tratamento de presos.

NT - Mas isso se restringia aos presos comuns ou havia debate sobre presos de guerra e presos políticos?

AR - Presos políticos. E aí a discussão esquentava. Enfim, era extremamente difícil você resolver uma questão racionalmente num clima político, onde ferviam os nacionalismos, ideologias. Aí vinha tudo, de mergulhada.

MC - OS Estados Unidos, acho, nesse momento, se retirou da...

AR - Exatamente.

NT - Em relação à questão dos presos políticos no caso do Brasil, que estava em pleno regime militar? Como era essa discussão?

AR - A discussão era... Evidente que as organizações internacionais eram bombardeadas pelos exilados com informações, às vezes totalmente descabeladas, sobre a situação dos presos políticos no Brasil. E isso aí... criaram problemas incríveis. Mas isso não era o mais difícil, não. Isso ainda podia-se apresentar relatórios e tal. Contornava-se. Agora, o difícil era mesmo você evitar o confronto entre Estados Unidos e Rússia. E eu vivi coisas muito curiosas nessa linha. Havia uma delegação russa sempre nas reuniões do comitê. O comitê, claro, tinha um membro russo e o membro russo pouco falava. Ouvia, ouvia, ouvia, aí conferenciava com o intérprete. O intérprete então dizia a ele o que tinham falado. Aí falava. O mecanismo era esse. Enquanto o intérprete não se manifestava, o verdadeiro chefe da delegação era o intérprete. O delegado era um sujeito simpático, só falava russo, e de vez em quando se distraía e aí falava o francês muito bem, inglês, mas por distração, logo se corrigiam. Só se o intérprete estivesse presente. Quer dizer, o único que falava língua estrangeira, oficialmente, era o intérprete. Então, também na ONU eu conheci um inglês extraordinário, dessa época, o secretário, o homem que dirigia o comitê do lado da ONU. Esse homem era não só um scholar, ele tinha sido aluno de um grande criminólogo inglês, um nome.... Agora não estou me lembrando, eu vou me lembrar, tem obras publicadas. Este inglês era um homem com formação em criminologia. Não era um burocrata. Além disso, era um fino diplomata. Ele conseguia lidar com os russos de um modo que contornava as dificuldades. Conseguia que assinassem as manifestações. Porque tudo na ONU é decidido por consenso, não é maioria nem minoria, é por consenso. Enquanto não há consenso, não se resolve nada, é um impasse. Isso cria uma dificuldade para os secretários. Mas ele conseguia resolver com grande habilidade e chegava a uma formulação e agradava a gregos e troianos. Eu me lembro de uma situação,

de um congresso em Kyoto, um dos congressos internacionais, em que os russos fecharam questão a respeito de um ponto. Uma formulação era uma coisa complicada. A elaboração do relatório final era mais difícil, intrincada, do que toda semana de debates. Para se chegar à fórmula aceitável por todos. E todos eram polarizados ou pelos Estados Unidos e Europa, ou pelos subdesenvolvidos liderados, geralmente, pela Rússia. Depois formou-se um terceiro grupo, mais independente, Indonésia e tal, mas, geralmente, a polarização era essa. Eu me lembro que em Kyoto, a coisa chegou num impasse muito sério, não se conseguia caminhar, e o inglês, simplesmente, promoveu um jantar num estabelecimento japonês, para todos os aliados japoneses dele, e convidou os russos e encharcou-os de saquê. (risos) Operou-se um consenso. Parece que o saquê tem um efeito leniente porque no dia seguinte de manhã, os russos assinaram tudo. (risos) Parece piada, mas é a realidade.

MC - ...certos rituais, jantares....

AR - É muito interessante porque o brasileiro é muito conhecido pela conversinha, pelo jeitinho. E quando você vê isso reproduzido em outra cultura, você identifica. Outros não; outros acham estranho, um comportamento estranho, inusitado.

MC - Talvez se fosse um brasileiro chamaria para a sua residência.

AR - É. Então, eu vivi essas experiências sociológicas muito curiosas. Mas voltemos um pouco ao Brasil. Então, depois dessa experiência em Genebra, 15 dias, nós fizemos as malas.... Sim, apareceu um cidadão, um delegado brasileiro, apareceu, inscreveu-se, nunca mais reapareceu no congresso. Também é um delegado turista, um tipo de delegado brasileiro muito comum.

NT - Sempre existiu e continuará a existir.

AR - Amigo do amigo do amigo. Eu, chefe da delegação, não cheguei a conhecer. Soube da passagem meteórica.

NT - Ele nem se apresentou ao senhor?

AR - Não, isso atrapalhava muito. Ele tinha outros projetos.

MC - Parece que ele publicou diversos artigos....

AR - (risos) Bem, voltemos ao Brasil. Eu fiz o relatório e pedi uma audiência ao secretário. Meu Deus, eu ando com a memória ruim, preciso tomar cuidado. Esse secretário, tão conhecido meu, colega meu, um homem muito inteligente, um dia fez uma conferência muito bem feita sobre o aquífero guarani. “Vamos lá, vamos chamá-lo para apresentar o relatório”. Apresentamos o relatório, aí este secretário disse: “Então como o embaixador os recebeu? Naturalmente vocês tiveram contato”. Veja que nesses 15 dias foi uma coincidência, ocorreu sete de setembro, e é praxe das embaixadas receberem os brasileiros, muito bem. “Então naturalmente vocês foram recebidos...” Eu digo: “Olhe, nós não tivemos o prazer de conhecer o embaixador”. “Como? Não conheceram?”. “Não, não conhecemos o embaixador. Não estava em Genebra...”. “Como? No dia sete de setembro?”. “No dia sete de setembro não fomos convidados rigorosamente para coisa nenhuma. Comemoramos num jantar entre nós num restaurante. Erguemos um brinde”. O homem ficou uma fera. Perdeu até um pouco a linha diplomática

e chamou: “Traga o telegrama que mandei para lá!”. Quer dizer, ele foi corretíssimo. Agora, o embaixador.... Isso retrata o comportamento do embaixador brasileiro, que era um pouco um senhor feudal. Não seguia muito as relações com o Itamaraty. Ele era independente, chegou num plano assim que fazia o que queria. Isso, hoje, parece que mudou. Estou falando de uma situação de 1970, portanto ocorreram mais de trinta anos. Acredito que as coisas tenham mudado. Não sei.

NT - Mas naquela época também esse comportamento não deveria ser normal, até pela reação.

AR - É verdade.

MC - Perdeu....

AR - Olhe, sinceramente eu sou muito descuidado para essas coisas. Eu não me lembro o nome desse embaixador, não me lembro do nome dele. É fácil saber, mas não tenho essa curiosidade. Eu encerro as coisas, viro a página, sou muito de virar a página. Virei a página.

MC - Queria voltar uma pergunta. Afinal, quais são as questões recorrentes nesses congressos que o senhor participava em termos do tratamento da criminalidade, da administração prisional, do sistema presidiário? Quais as questões que o senhor se lembra que eram recorrentes?

AR - Era uma tendência cada vez maior, isso era fundamental, nesses congressos e em todo trabalho da ONU nessa época, era privilegiar a prevenção em relação à repressão, sem abandonar os organismos de repressão, como a polícia, por exemplo, o judiciário, que eram objeto de consideração, de análise, a legislação, três setores que eram sempre tratados nos congressos: lei penal, justiça judiciária e polícia e sempre a melhoria da formação dos agentes em cada um desses setores. Isso era fundamental, era o feijão com arroz, em cada reunião nossa. Aí, ouvíamos experiências, análises, pesquisas que marcavam, por exemplo, em diversos países, o tratamento desses aspectos.

NT - Em que países era mais avançado esse trabalho de análise de política?

AR - Estados Unidos. Estados Unidos eram exaustivos em matéria de análise, e dada a diversificação dos estados, a independência dos estados americanos, havia pesquisas em vários estados diferentes. Não eram pesquisas nacionais. O Brasil tem sempre a obsessão da pesquisa de âmbito nacional. Os americanos, ao contrário, são pesquisas estaduais e locais porque os problemas também mudam de um estado para outro. Há estados mais avançados, outros mais atrasados. Os estados do norte geralmente mais avançados, os estados do sul mais atrasados, principalmente em matéria de penitenciária, em matéria de tratamento de preso.

NT - Porque um certo senso comum sobre os Estados Unidos, apesar dessa diversidade que o senhor está mencionando, é a ênfase mais nas ações repressivas que preventivas. Isso seria correto? Como o senhor vê?

AR - Não. Nós temos conhecimento, pela imprensa, mais das repressivas. Mas há uma enorme preocupação, uma enorme atividade, em matéria de prevenção. Mas não chega isso porque a mídia está concentrada nos aspectos repressivos, nas rebeliões de presídio. Há uma rebelião de presídio em

Taiwan, todo mundo sabe. Mas ninguém sabe do trabalho de prevenção na escola, nas instituições educacionais, etc... Isso não desperta curiosidade. E era a minha seara.

NT - Um ponto que me ocorreu agora, a questão do porte de armas e do comércio de armas era um tema?

AR - Era um tema.

NT - E como era essa discussão? Quais eram as posições?

AR - Medidas de controle no uso de armas, e aí havia uma oposição americana porque tinham que proteger a indústria de armamento. Havia uma resistência, uma retração dos Estados Unidos. Mas admitia-se ainda o controle até certo ponto.

NT - E a indústria de armamento, não sei nesse período, mas ela tende até a financiar pesquisas. Já se fazia isso?

AR - Também. Exatamente. E na Europa, eu diria que aponta também na pesquisa, que eu me lembre de pesquisas significativas, a Inglaterra. Inglaterra, um pouco na França e na Alemanha e Suécia, países nórdicos. Agora, Rússia, fechada à pesquisa. A Rússia não permitia que as organizações internacionais fizessem pesquisa dentro das suas fronteiras.

MC - Interessante isso que o senhor está falando porque me faz pensar o seguinte: O senhor teve essa experiência de trabalhar numa organização internacional, em certo setor que é ligado ao combate à criminalidade, políticas para as penitenciárias. Como o senhor avalia a importância dessas organizações internacionais no sentido de influenciar as políticas locais, no caso, seja de alguns países, seja especificamente no Brasil?

AR - Eu posso falar sobre isso muito a vontade porque depois dessa... Aliás, paralelamente a essa vivência na ONU, eu integrei a direção de um instituto de prevenção de crime em Costa Rica, Instituto da ONU, para toda a América Latina e Caribe. De modo que eu posso, tranquilamente, avaliar isso e dizer o seguinte: A ONU desempenha um papel muito importante como canalização, difusão, divulgação de experiências, de inovações, mas ela não tem nenhum poder coercitivo. Ela pode fazer crítica aos sistemas e dentro de certa medida, porque aí há limites diplomáticos, mas ela não tem possibilidade de impor, fazer uma mudança no sistema penitenciário em país nenhum. O país é que tem de fazer a mudança. Agora, ela oferece experiências, ela oferece facilidades.

NT - Que tipo de facilidades nessa época se oferecia?

AR - Visitas, viagens, participação em reuniões. Agora, aí há um fator negativo que é a absoluta soberania do país na escolha dos sujeitos que frequentam, que vão a essas reuniões, etc. Às vezes são escolhas certas, às vezes são escolhas de favoritismo. Então, por aí a experiência não caminha.

NT - Mas nesse período também havia, por exemplo, algum fundo internacional que apoiasse ações locais? Ela não tinha poder coercitivo, mas tinha algum tipo de poder nesse sentido do econômico, de financiamento, de ações?

AR - Ela tinha o poder de mobilizar, não que ela tivesse recursos diretos, recursos próprios, mas ela tinha meios, principalmente quanto a este inglês, Bill Clifford. Enquanto ele foi secretário, ele tinha uma capacidade de manobra muito grande e aí ele procurava associar as reuniões, representantes de órgãos outros, da constelação das Nações Unidas e órgãos de financiamento. O BID no caso da América latina. Agora, tudo isso, vocês sabem, esbarrava, principalmente no caso da América latina com problemas políticos. Problemas burocráticos, eram burocracias implantadas, instauradas. Vocês devem estar cansados de me ouvir falar contra as burocracias. Não é à toa. Eu sofri muito, eu, pessoalmente, por causa delas, e vi desastres causados por ela, e ainda vou contar alguns. Bem, eu acho que respondi a pergunta de você nesse sentido, não, Marcos?

MC - Só mais um aspecto que eu queria sobre esse papel das Nações Internacionais como facilitadores. No plano da pesquisa, na sua experiência, como na ONU, esse órgão específico de prevenção do crime participou? Ele patrocinou pesquisas, incentivou?

AR - Não diretamente. Mas ele era uma espécie de cartão de visita para órgãos financiadores. Eu só me lembro de uma pesquisa, que eu participei, aliás, aqui no Brasil....

Fita 13 - Lado B

NT - Então, professor, o senhor estava falando de pesquisa.

AR - É, e aí eu me lembro que eu participei no Brasil como coordenador e responsável de uma pesquisa sobre vitimização, vitimização de crime. Foi feita essa pesquisa no Rio e São Paulo. Aí há várias coisas paralelas. Num dado momento, quando era ministro da Justiça Petrônio Portela, fui chamado por ele a Brasília. Ele pediu, eu tinha uma impressão muito distante dele, quando tive esse contato com ele, mudei muito de impressão. É um homem extremamente sério e muito interessado nos problemas do Ministério e até disposto a avançar em várias coisas. Quem era o Presidente nessa época? Era o Geisel. Bom, então o Petrônio Portela me chamou e pediu para organizar um grupo para fazer um levantamento sobre a situação do crime no Brasil e apresentasse sugestões para um plano que abrangesse tanto prevenção como repressão. Eu organizei um grupo, levei para esse grupo um economista, um sociólogo pernambucano que se chama Pernambucano, escreveu um livro sobre banditismo, um rapaz muito interessante. Ele é de uma família chamada Pernambucano, Ulisses Pernambucano. Psiquiatra, ele era muito ligado a Gilberto. Esse rapaz era aparentado a Ulisses Pernambucano, era sociólogo, ensinava em Pernambuco. Levei René Ribeiro para o grupo. Eu tenho essa mania de trazer gente de certa qualidade. No caso eu não descobri estrelas, as estrelas já existiam, era só....

NT - Formar constelação.

AR - Bem, nós trabalhamos durante seis meses, reuniões, tudo muito... pouca verba, aquelas coisas, poucos recursos, não pode viajar muito. Então era uma coisa assim. Nós nos baseávamos mais em fontes secundárias. Muito difícil fazer um trabalho dessa... era um survey, um levantamento. E apresentamos então um plano com sugestões. O que se devia fazer, por onde começar, sempre daqueles setores. Sim, havia um outro grupo encarregado da parte jurídica. Eu sugeri ao ministro que ele

designasse alguém e constituísse um grupo separado, para não misturar cientistas sociais e juristas porque aí a coisa ia se complicar, e a minha experiência na ONU já indicava que não daria certo, as visões diferentes. Ele aceitou e constituiu, chamou um advogado criminalista de São Paulo, e esse grupo trabalhou independentemente. Então, eu e meu grupo ficamos encarregados de sugerir uma série de medidas nos setores policial, judiciário, na parte de contato com o público, etc., prisões e assuntos de prevenção em geral. Apresentamos um relatório e aí aconteceu, mais uma vez, um desastre. O Petrônio Portela teve um problema de saúde e morreu. E foi substituído por um advogado de Minas chamado Ibrahim Abi-Ackel. Relatório pronto, entregue, e o ministério, fechado em copas, não dizia nada. Um absurdo isso. Passei um telegrama pedindo audiência ao ministro. O Abi-Ackel, por sua vez, tinha um secretário geral, pernambucano, figura curiosa.... Sim, houve um momento antes disso, antes do Petrônio falecer, quando o relatório foi apresentado, Petrônio convocou todos os secretários de segurança dos estados para ouvirem o relatório e sabatar o grupo. Foi feito. Acontece que, à minha revelia, o advogado com o secretário do ministério que já era rapaz de Pernambuco, imaginaram a criação de um instituto dentro do ministério destinado, naturalmente, a dar emprego a todos. Não se esqueceram deles próprios. E apresentaram isso nessa reunião. Não sei se era uma questão ainda de resquícios de mocidade, impetuosidade juvenil: eu me levantei e declarei que eu nada tinha com aquele projeto e que condenava rigorosamente o projeto, e dei todos os argumentos, liquidei. Os secretários aplaudiram e vetaram o projeto. Bom, isso foi de uma inabilidade política terrível, um negócio de uma estupidez. Aí fiquei aguardando. Aí veio a convocação do Abi-Ackel, depois de decorrer mais de um mês. Eu sozinho. E fui recebido numa saleta por ele com o secretário geral que tinha conseguido se manter apesar da mudança do ministro. Então, estou contando a vocês, rigorosamente, o que se passou. Ele pegou o relatório: “Professor, o senhor diz aqui, isso, assim, assim, comunidade, mas isso lá no meu município em Minas, não deu certo. Como é isso?”. Eu digo: “Bom, às vezes as coisas dão certo em certos lugares e outros, não dão; isso é das coisas humanas e tal”. O secretário ao lado rigorosamente calado. “Isto assim, assim, o senhor não acha isso muito complicado?”. “É uma sugestão, é claro, que a realidade se encarregará de dizer se é complicado ou não”. “Isso assim, assim, isso também...”. Depois de uma meia hora dessa conversa, fechou o relatório: “Bom, professor, eu vou mandar publicar isso no Diário Oficial, e o senhor será eventualmente chamado para algum esclarecimento”. E foi rigorosamente a única conversa que eu tive com o ministro da justiça. Depois houve alguns incidentes com ele um pouco depreciativos.

NT - Nós estávamos falando do Petrônio Portela. Isso é governo Figueiredo.

AR - É isso mesmo, governo Figueiredo.

NT - Tanto Portela, como Abi-Ackel.

MC - Tem uma coisa clara do Portela estar na tal da distensão política.

AR - É, exato, isso mesmo.

MC - Estava na cabeça disso.

AR - O Armando Falcão é que era do Geisel.

MC - Da Justiça.

AR - Vocês percebem que realmente era uma coisa um pouco desanimadora. Eu tive que explicar aos meus companheiros.... “É o nosso relatório, tal, o que houve?”. Fazia uma carta para os que moravam fora do Rio, explicando.

MC - René Ribeiro deve ter ficado muito satisfeito....

AR - René Ribeiro era formidável, uma grande pessoa.

NT - Agora, esse relatório foi publicado e engavetado?

AR - Publicado e engavetado. Mas chegaram a sair num livro que eu tenho.

MC - Saiu em livro?

AR - Sim.

MC - É que o senhor falou em Diário Oficial.

AR - Diário Oficial saiu.

MC - Mas saiu em livro. Interessante.

NT - E quais as linhas de análise do senhor sobre o problema? Que aspectos desse relatório o senhor acha importante destacar?

AR - Olha, todo aspecto da prevenção, eu acho importante, o aspecto de penitenciárias também, evitando rebeliões, etc... Em função disto, é claro, eu continuava em Costa Rica, no Instituto ILANUD, era sigla ILANUD, Costa Rica, que era um instituto subordinado a ONU. Era um acordo com o governo Costa Rica. O que também criou problemas diplomáticos porque os países do Caribe olhavam Costa Rica com certa inveja. Costa Rica tinha um nível mais alto e recebia muita organização internacional e conseqüentemente muitos recursos também.

MC - Acabou com o exército....

AR - É, acabou com o exército. É uma Suíça sul-americana ou centro-americana, melhor dizendo. E muito hostilizada por Cuba porque classificava Costa Rica como um enclave norte-americano. Em função disso, eu aqui no Brasil também fui associado a várias coisas, várias experiências de prevenção de crime. Me engajei nessa seara. Nunca imaginei que eu pudesse acabar tratando dessa história.

NT - Nesse momento o que se propunha como medida preventiva? Qual era a concepção de prevenção?

AR - A concepção de prevenção era você primeiro mudar a visão do crime e do criminoso. Isso era fundamental. Transmitir essa nova visão do crime e do criminoso através dos cursos de treinamento, através das escolas de polícia, através das faculdades de Direito, através dos cursos de Ciências Sociais. Tentar atrair cientistas sociais para o estudo da criminalidade, o que se conseguiu. A época viu o

começo aqui no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre, e vários estudos de sociólogos, antropólogos, sobre crime, sobre criminalidade. Então era essa uma das finalidades do plano. Quer dizer, o ministério da justiça induzia essa nova mentalidade. Seria o papel principal do ministério e não de atuação direta, mostrando a impossibilidade. Bem, em função ainda de tudo isso, eu participei de uma comissão criada no ministério exatamente para definir os critérios de ajuda federal aos sistemas penitenciários estaduais. Bem, eu ia regularmente a Brasília. Participava das reuniões desse grupo e conhecia sujeitos admiráveis.

NT - Isso ainda na gestão do ministro Portela?

AR - Não, já era depois do Abi-Ackel. Miguel Reale. Miguel Reale era uma esperança, que, aliás, participou agora do nosso congresso aqui. Ele veio de São Paulo e participou do congresso. É o filho, Miguel Reale Júnior, não é o pai, o velho filósofo, que faleceu há pouco tempo. Bem, eu vi coisas extraordinárias nos sistemas penitenciários estaduais, coisas admiráveis. Eu e meus companheiros, meus colegas.

MC - O senhor se lembra dos seus colegas? Quem eram? Miguel Reale, que era ministro.

AR - Havia juristas de São Paulo das arcadas. Havia um grande advogado, Tucci, um italiano, ele e uma outra jovem, que eram absolutamente deslumbrantes, em matéria de ciência, conhecimento, habilidades, a maneira de colocar os problemas. Havia um rapaz de Pernambuco também muito bom, mas os nomes.... Aquela coisa, a gente vai se engajando em outras coisas. Isso tudo eu posso facilmente reconstituir para vocês, tem todo material aí. Mas eu me lembro, nessas inspeções, nessas visitas, eu percebi o seguinte: como a penitenciária não tem prioridade nenhuma. “Dá aí mais ou menos alguma coisa. Constrói uma penitenciária...”. Isso é interessante. Construção de penitenciária é um negócio bom, é rentável. “Mas, espera aí? O senhor precisa de mais penitenciária? Tem uma quase desativada. Por que vai fazer outra?”. “Não, mas é importante porque a separação...”. Outro problema antigo: a classificação dos presos, separação, para não misturar primários com criminosos já endurecidos e profissionais do crime, tudo misturado. Eu me lembro de um plano que foi apresentado na Bahia de uma nova penitenciária, que era o seguinte: uma coisa muito simples. Aqui estava a penitenciária e ela era cercada com fosso, com água. E nós perguntamos.... Aí explicou-nos o secretário: “Não, porque a gente põe umas piranhas e fica difícil para os presos fugirem”. Parece brincadeira, estou te falando com a maior seriedade. Uma idéia medieval. Um fosso. Parece um castelo cercado pelo fosso, mas a contribuição nacional e local.... Piranhas (risos). Isso tudo era orçado, esperando uma ajuda de governo federal. Está entendendo? Não é extraordinário? Você ouvir isso assim... impressionante. Coisas assim, descabeladas. Essa ficou porque eu ouvi isso de corpo presente. Mas meus colegas, nós nos dividíamos um pouco para cobrir.... Eu me lembro de uma penitenciária, se não me engano, no Pará. Planejamos uma visita de surpresa. Chegamos na penitenciária, não tinha, rigorosamente, ninguém. “E cadê os presos?”. “Não, o senhor espera um bocadinho que nós já chamamos eles”. Em atividades extras.... Porque era um alívio, cada um cuidando da sua vida, está entendendo? É um negócio muito mais interessante do que manter eles ali chateando.

MC - Uma série de propostas que o senhor está relatando são tão recorrentes algumas, parece.

AR - Sim, claro, claro. Marcos, é uma loucura! O sistema penitenciário nesse país é uma coisa! Estou dizendo “era”. Não sei se por estímulo tenha mudado, mas pelas rebeliões.... Outra coisa que nós

combatíamos era o amontoamento, o congestionamento. Os espanhóis têm uma palavra própria, “aislamiento”. Nas prisões, o acúmulo de presos amontoados é uma condição subumana! É uma coisa! Eu estou dando a vocês esses aspectos cômicos, que para mim são os mais inocentes. Mas os graves é a mistura de primários, de menores. Não se apura bem qual a idade do sujeito, então entra no bolo. São menores, quando vai apurar, são menores. São Paulo, eu não estou falando do Pará, mas São Paulo, Carandiru, daí depois as explosões, uma repressão brutal. Porque aí então a sociedade resolve se lembrar que são criminosos, que tem que ser reprimidos, mata.

MC - O senhor esteve em Carandiru?

AR - Estive, claro.

NT - Dessas experiências nos vários estados, São Paulo chamava mais atenção?

AR - Claro, claro. Pelo volume. Porque a coisa começa errada na legislação. Você tem que mudar a legislação. Você tem que atuar as penas de prisão. Você tem que introduzir - isso já foi feito teoricamente - as chamadas penas alternativas. Porque senão você mistura infração com penas e vai tudo para o mesmo bolo. Então, você tem que separar, criar os serviços comunitários. Mas isso é complicado. Você não tem o sistema de controle da prisão, da liberdade condicional, que é importantíssimo. Tem que haver um controle do preso para saber se ele está trabalhando. Você tem que ter um sistema de emprego para o preso. Porque o preso chega na rua, não tem emprego, o que ele vai fazer? Ele vai buscar os companheiros. Os companheiros puxam ele para o crime. Então, a cadeia é um processo infernal e o preso não escapa. Então, você tem que... Isso é a prevenção, a prevenção tem que atuar nessas áreas.

NT - O senhor falou desses projetos, além do aspecto trágico, desses projetos tragicômicos, mas havia em algum estado, de âmbito estadual, algum projeto de qualidade?

AR - Havia, havia. Me lembro que havia, principalmente no Sul, no Rio Grande do Sul. Havia projetos estimáveis, valiosos, mas estes projetos eram limitados e bloqueados pela legislação, pelos preconceitos dos funcionários do sistema, juízes, promotores, advogados mesmo. Ou partiam para a demagogia ou então partiam para a severidade, pediam penas severas, dependendo do lado que eles estavam. Olha, é difícilimo, é preciso não só vontade política, como se diz hoje, mas é preciso muita competência, formação, mudança de mentalidade. Não é fácil.

MC - Essas experiências que o senhor teve nas suas pesquisas, estou me lembrando de pessoas como Edmundo Campos.

AR - Eu conheci.

MC - Que escreveu um trabalho. Paixão.

AR - Havia um grupo em São Paulo muito bom. Ainda há.

MC - Núcleo da Violência, Sergio Abramo. O senhor teve contato?

AR - Não, aí já veio depois. Conheço de nome, mas nunca tive contato com ele. O Campos eu conheci. Eu me lembro de uma exposição que ele fez de uma pesquisa. Agora, aí também um problema: porque o sociólogo também não tem nenhuma idéia da realidade do sistema. Ele faz uma pesquisa, por exemplo, sobre vitimização. Aí ele começa a insistir no aspecto da vítima e começa também a absolver o criminoso. Ele toma uma atitude leniente com relação ao criminoso. O criminoso é por natureza.... É uma concepção rousseauiana do criminoso. O criminoso é bonzinho, a sociedade estragou. O criminoso é uma pessoa boa, tem que ser tratado muito bem. E disso resulta muitos erros do sistema penitenciário americano, que foi muito por essa linha e que nós imitamos. Aí fica muito difícil. Transforma o problema penitenciário num problema político, às vezes, até ideológico, e aí você não consegue caminhar. Havia, por exemplo, umas senhoras que eram absolutamente fanáticas em relação a esse sistema. Algumas ainda freqüentam a televisão.

MC - Ester Kosovski?

AR - A Ester até que não é tanto assim não. A Ester freqüentou os círculos internacionais. Eu encontrei com ela várias vezes. Ela é uma mulher muito inteligente, mas as outras são absolutamente fanáticas. É impossível conversar com elas porque elas tomam, sistematicamente, a posição de que tudo que vem do governo está errado e que todo criminoso é bom, tem que ser muito bem tratado. Então é uma posição que torna difícil resolver o problema do ponto de vista da sociedade, das necessidades da sociedade, que tem que se defender do crime. Nós chegamos a um grau de leniência no Rio de Janeiro, que, praticamente, o crime domina a cidade. Quando eu fiz essa pesquisa para a ONU, aí eu já não estava mais no comitê. Estava atuando em caráter particular. O pessoal lá distribuíram isso para diversos países e resolveram dar ao Brasil, incluir o Brasil na amostragem. E eu organizei um grupo de pesquisadores, fizemos uma amostra do Rio de Janeiro, e nessa amostra, evidentemente, caíram favelas. Os pesquisadores não podiam entrar na favela. O pessoal do crime não deixava. Isso foi nos anos 80. Nós conseguimos entrar negociando com os chefões do crime. Provando que não era nada de polícia, mas era impossível.

NT - E essa mediação era como? Era direta com o chefe do tráfico?

AR - Diretamente com o chefe. Tinha que se falar diretamente com ele.

MC - É surpreendente o senhor falar isso...

AR - E falo isso em vários lugares. Tenho dito isso em vários lugares.

MC - Isso durante os anos 80. Quem tem experiência de trabalhar, hoje em dia, com experiências sociológicas, antropológicas em favelas... se na época era possível ainda, hoje está impossível essa negociação.

AR - Há favelas em que você não entra de modo nenhum, nem pesquisador. É polícia, é o fiscal, é o sujeito que vai melhorar a rede de esgoto. Não entra. Está fechado. São quistos.

NT - Nessa sua pesquisa, no caso das favelas, aí eu volto no início do nosso depoimento, o senhor se referiu ao relatório produzido pelo grupo SAGMACS e um dos itens era criminalidade. Foi feito nas mesmas favelas ou eram outras favelas?

AR - Não, eram nas mesmas favelas, escolhidas para pesquisa. Primeiro nós trabalhamos com 12 favelas e depois escolhemos duas. Nessas nós fizemos.

NT - Foi nessas? O enfoque não foi só... Certamente foi só sobre o problema da criminalidade nessa pesquisa?

AR - Não, não.

NT - Na primeira eu sei que não, mas nessa segunda?

AR - Também, eram quatro aspectos: família, urbanização, educação e criminalidade e comportamento eleitoral.

NT - Que diferenças e que semelhanças?

AR - Uma na zona sul e outra na zona norte. Havia diferenças grandes.

NT - Não, em relação ao passado, em relação ao que foi feito no final da década de 50, início da década de 60? Houve uma preocupação em comparar esses dois momentos?

AR - Deixa eu entender. Nós estamos falando da pesquisa de SAGMACS nas favelas.

MC - Que foi desdobrada essa própria pesquisa em duas favelas especificamente.

AR - Exatamente. Somente sobre esses aspectos.

MC - Mas então foi nesse contexto próximo? É colado ao tempo da Saguemax?

AR - Sim, sim.

NT - Acho que não fui clara na minha pergunta. Nesse estudo feito pela ONU, se as favelas...

AR - Não, nada a ver, nada a ver. Era só amostra do Rio de Janeiro. Nós fizemos em bairros, estratificamos a amostra, fizemos em bairros de classe alta, naquela avenida do Leblon para a Gávea, Av. Visconde de Albuquerque. Fizemos ali. Mansões, etc. Fizemos em bairros de classe média e fizemos em favela.

NT - A favela era pela amostragem...

AR - Isso.

NT - Já que eu fiz a confusão... Desfazendo a confusão. Mas, de todo modo, eu acho que seria interessante o senhor falar um pouco sobre a criminalidade vista pelo estudo SAGMACS. Nós não falamos disso.

Interrupção

NT - Vamos fazer uma pausa em relação a SAGMACS e ao estudo da criminalidade. O senhor estava começando a nos falar sobre o problema do menor. O menor delinqüente.

AR - Primeiro, não há uma definição sociológica do que seja menor. Isso em primeiro lugar, quando o problema é eminentemente sociológico. O problema jurídico é fácil, vamos ver a certidão de nascimento: Quando você nasceu? Nasceu em tal ano, passa a ser menor, o tratamento é diferente. Não se liga para a mentalidade do sujeito, do indivíduo, se é sociologicamente um adulto, qual a sua experiência de vida. Não, é menor em idade, é automaticamente classificado como menor. Isso é uma coisa. Outra é o seguinte: são os sujeitos que são considerados maiores e são sociologicamente menores, sociologicamente - psicologicamente, é claro, estou simplificando, resumindo. São misturados, então, com os criminosos adultos, com todas as conseqüências que nós sabemos. E a maneira de como tratar: Não é que não tenha que haver repressão, mas a repressão tem que ser diferente. Não pode ser a mesma para o bandido e para o menor. E para o primário ... - vamos dizer assim, que geralmente, o menor é um primário, o sujeito cometeu um delito. E aí vêm todas as deficiências da lei, vem o famoso Código de Menores, que é uma brincadeira, uma distração para os juristas, que não atende as necessidades do menor delinqüente. E porque não há uma classificação. Eu tenho a obsessão, talvez, weberiana da tipologia, da classificação. O menor, o que é isso? Eu não sei o que é o menor. Eu sei que o Joaquim roubou uma banana na quitanda, tal, o dono chamou a polícia, levou para a delegacia, tal, apanhou na delegacia, porque é menor. Menor, na tradição da cultura popular brasileira, é dar uma surra no sujeito para haver a reformulação. Uma outra coisa que eu achava extraordinário, que anda, circula muito, é o conceito de reabilitação. Ouvia isso em congresso: reabilitação do criminoso. Eu até hoje eu não consegui entender o que é isso, o que se pretende com isso, e mesmo do menor, no caso do menor. Como você reabilita um menor criado na rua em contato com delinqüente, para quem o crime não é um crime, é um comportamento normal, faz parte da cultura, ele assimilou o que aprendeu na favela. Quer dizer, a minha visão era tão diferente nisso, que aos poucos fui me sentindo incompatível, fui saindo, fui me retirando. O máximo que eu podia fazer, nas minhas aulas na faculdade, era explicar essas coisas aos alunos. E eu acredito que em alguns casos eu tive sucesso, eu consegui, em reuniões e em congresso, tentar explicar isso. Eu acredito que algumas pessoas assimilaram. Mas há um problema em transmitir isso para o escalão, a autoridade, o escalão político. Você imagina, por exemplo, um congresso como este que nós tivemos, não estou falando do que vamos ter, do que tivemos, elaborando um código de menor, é difícil imaginar isso. Tenho a capacidade de informação suficiente para amadurecer certas idéias fundamentais, transformar isso num código. Código é uma coisa muito séria. Vai vigorar. É a norma que vai vigorar para muita gente. Vai atingir uma série de vidas, vai influenciar uma geração até. Percebeu, Nísia?

NT - Eu ia perguntar ao senhor, o senhor vê problemas sérios no Código da Criança e do Adolescente, e o senhor falando dessas dificuldades de conceituar o menor, quais seriam as políticas, no seu ponto de vista, para esse menor delinqüente? Quais seriam as ações tanto preventivas quanto repressivas?

AR - Bom, eu acho que as experiências mais importantes que eu conheço - estamos falando de realidades e não de especulações - é a experiência das Cidade dos Meninos. Eu conheço duas experiências. Uma russa, de um educador chamado Macarenko. Não o conheci pessoalmente, mas conheci a obra dele. Ele era, infelizmente, coitado, stalinista. E não tinha como não o ser. Não podia ser outra coisa. Então tinha que haver aquele negócio do culto ao Estado. E uma Cidade dos Meninos

americana de um padre, que é um caminho. Veja bem, eu digo essas coisas, parece que estou receitando uma panacéia. Não é nada disso. Tudo tem que ser preso à idéia da tipologia e da classificação. Há o delinqüente, menor, criança, adolescente, que é recuperável, reabilitação; é recuperável, em função de convívio, liderança, trabalho. Você não pode deixar um menor dentro de um estabelecimento batendo bola, conversando com os outros delinqüentes porque aí você amadurece uma cultura. Você tem que romper essa cultura, quebrar. Quebrar por onde? Pela atividade, com uma atividade diferente. Mostrar a ele outros horizontes que muitas vezes não tem a menor desconfiança que existe. Abrir horizontes para ele. Então, esses estabelecimentos de menores são de uma pobreza, para ficarmos nisso. Às vezes, são cruéis, são deformantes, cruéis. Mas então é preciso outra coisa, mas eu não vejo, pode ser que eu ignore, pode ser que em Santa Catarina, no Paraná, esteja se fazendo alguma coisa que eu não conheço. Porque também não há uma preocupação de intercâmbio, num fórum de experiências. Num país como o Brasil é importante a idéia do fórum, a troca de experiência, da informação. Nós sabemos em Sociologia que isso é fundamental para nós, mas em outras atividades também. Eu não vejo muito isso. Esses congressos, mal e mal, ou é picadeiros de vaidades... os sujeitos iam para fazer discursos e tal e contar vantagens, tiveram uma experiência extraordinária. Depois você vai ver e não é nada disso. Nada é sujeito à verificação. São duas palavras que não se usam no Brasil: é supervisão e verificação. São duas coisas que não existem. Então você ouve falar nas coisas. As coisas adquirem uma fama que não merece. Você vê como um problema puxa o outro. As coisas são complicadas. A realidade é complexa.

MC - O senhor falando de duas experiências, seja na antiga União Soviética, seja nos Estados Unidos, não houve alguma experiência nesse modelo Cidade das Crianças ou alguma formulação Cidade dos Meninos, Cidade das Crianças no Brasil? Não me é estranho essa...

JL - Teve uma cidade aqui no Rio ... César Maia.

NT - Houve no Rio, que era ligada até a campanha da malária. Trabalharam numa fábrica de DVD. Uma experiência que o Ministério da Saúde até está intervindo nessa área hoje. Eu não conheço com detalhes, mas existe essa experiência.

MC - Nos anos 50, 60?

NT - Anos 50, 60, exatamente. A Cidade dos Meninos é próxima a Caxias.

AR - Algumas iniciativas filantrópicas, mas sem nenhum tecnicismo; assistencialistas, paternalistas, filantrópicas. É claro que o que eu estou falando, não tem nada a ver com isso. Vocês estão entendendo? Nada disso, mas houve alguma coisa. Um senhoras bem intencionadas que organizavam porque os maridos eram prósperos industriais. Então financiavam, davam dinheiro. Tudo isso houve. Agora, houve de tal maneira que eu tenho dificuldade de caracterizar e localizar. Agora, é um trabalho ciclópico. O Estado tinha que tomar a iniciativa, iniciar isso. Toda vez que saio na rua, à noite, principalmente, vejo crianças dormindo. É um negócio terrível isso. Daqui a pouco estamos nos transformando numa Calcutá na Índia, se deixar o barco correr. E criança nascendo em favela, apesar de todos os métodos de limitação de natalidade, criança está nascendo aí e nessas camadas.

NT - E além da sua experiência no ILANUD da Costa Rica, o senhor acompanhou outras experiências latino-americanas? Elas se diferenciavam em relação às políticas de prevenção e repressão? Queria que o senhor falasse um pouco também. O senhor falou do Instituto, mas não chegamos a falar sobre isso.

AR - Bom, aí eu devo dizer a você que a minha visão da situação da América latina em geral é muito pobre, é muito pobre. Senão igual, pior que o Brasil. É a visão que eu tenho sujeita a correções, a emendas, diferenças locais. Acredito que na Argentina, o peso específico da criminologia argentina, os penitenciaristas, a gente deve fazer alguma coisa de boa qualidade. Mas é um problema universal. É difícil você conciliar o interesse da sociedade, da burocracia encarregada de gerir problema e do preço. É difícil. É preciso uma visão, infelizmente, uma coisa.... Sinceramente, não tenho receitas para isso, mas eu acho que um caminho seria você diferenciar. Outro caminho também seria admitir isso....
Fim da fita.

Fita 14 – Lado A

AR - ... certos aspectos para tumultuar porque chama atenção para aspectos que não são essenciais. Por exemplo, uma batalha em torno da visita conjugal. Correram rios de tinta sobre a visita conjugal dos presos como se fosse um problema fundamental, o que não é. Vocês sabem que a visita conjugal transforma-se facilmente num canal de acesso a droga, a arma, a comunicação com outros grupos de delinquentes, etc., planejamento de fugas, etc... Estou dando um exemplozinho, mas não se pode tocar nisso, porque é um cerceamento em Direito. Então, estou dando um exemplo num aspecto... Enfim, não acredito que ninguém tenha a receita, a solução, mas o que eu vejo da parte das autoridades, da parte do Ministério da Justiça, é uma certa ausência, neutro, ausência. Dá dinheiro, vem o diretor da penitenciária do estado e tal apoiado por um político: “É preciso ajudar aqui o sistema, então a verba tem que ir para o estado tal”. Agora, critério, compromisso do Estado de seguir tais e tais normas, você não vê. Nós tentamos introduzir isso, nesta comissão, que eu descrevi para vocês, onde estava o Evaristo de Moraes, nome que agora me lembrei, o Evaristo que era um liberal, um criminólogo competente, liberal. E nós tentamos normatizar isso. Eu falei nesse rapaz pernambucano, cujo nome me escapa, muito bom. Lembrei-me dos paulistas e agora estou me lembrando do Evaristo.

MC - Não é Evaristo de Moraes Filho? Não é o sociólogo?

AR - Não, não. É o criminólogo.

NT - É o criminólogo, pai da Regina.

MC - O da Regina é o sociólogo. É o criminólogo? É criminólogo.

AR - Fizemos muito boa amizade, embora, tivéssemos, enfim, concepções diferentes, idéias diferentes, mas me dava muito bem com ele. Enfim, é isso, podemos voltar a...?

NT - Vamos, à criminalidade....

AR - A criminalidade no tempo de SAGMACS. É uma brincadeira comparado com o que veio depois.

A criminalidade eram furtos, furtos, ladrões, eu não diria ladrões de galinha, já havia quadrilhas e tal, bandos, mas nada que se compare ao cruzamento de tóxico com o crime organizado. Nada. Havia tóxico, havia quadrilhas, mas não havia o cruzamento; se permitiu que fosse feito. E daí o tóxico passou a dominar, o crime organizado passou a dominar as favelas, tornando extremamente difícil qualquer solução do problema da favela. Não me refiro a crime somente, não. Na nossa pesquisa, nós apontávamos os germes, os embriões disto que vêm depois. Como os sujeitos se organizavam. Havia as comunicações. Como a polícia já aparecia, porque um policial mora na favela, como é que ele vai reprimir o crime na favela, se a família dele mora na favela? Um detalhezinho que todo mundo esquece. Parece que a polícia é uma entidade fora da favela, que atua nos ônibus, trens e tal. Mas a polícia mora na favela. Como é que é? As pressões se exercem sobre ele; ganha pouco. Então é uma dupla pressão: pressão do medo, repressão do bandido e a pressão financeira, precisa de dinheiro. Como é que se faz isso, não é? Ah, mas um dia o sujeito me disse assim: “Vocês sociólogos só sabem acumular dificuldades”. Um espetáculo. Realmente é um defeito gravíssimo que nós temos de ver o “rei nu”. Não podemos dizer que esteja vestido. Mas é por aí, me parece que é por aí, que tem que se começar a pensar seriamente numa solução para as coisas. Não é nos iludirmos que está tudo funcionando muito bem, polícia formidável e tal. A gente vê declarações de PMs, de oficiais da PM na televisão, absolutamente extraordinárias. “Não, o procedimento foi correto”: Eles entraram pela fábrica adentro, sujeitos armados, tal, um policial levou um tiro na cabeça e morreu, mas o procedimento foi correto. Eu ouvi isso ontem na televisão. Quer dizer, nem a técnica policial o sujeito domina. Como é que você sabendo que tem um sujeito com reféns, você invade aquilo, você está esperando o quê? Que o sujeito entregue as armas? Não. O sujeito ou vai matar o refém ou vai matar a polícia. Não tem por onde. Quer dizer, então, eu tenho nisso uma experiência realmente muito grande porque eu cheguei até a dar aula para delegados de polícia.

NT - Ah é?

AR - Sim. Existe uma Escola de Polícia, funciona ali perto da Rua do Riachuelo, naquela rua que vem dali da Presidente Vargas...

MC - No sambódromo ali?

AR - Não, não é bem na direção do sambódromo. Ali é um quartel de polícia. Não, não é um quartel. É uma rua antes, onde tem uma escola, um edificozinho discreto, para ninguém amolar e tal. E uns delegados, mais ou menos aposentados, são emitidos para essa escola. Então, eles ouvem essas coisas com absoluto e legítimo ceticismo.

MC - “Acumulador de dificuldades”.

AR - “Poxa! O senhor em vez de trazer facilidades, traz dificuldades!”.

NT - E essa experiência o senhor teve muito tempo de dar aula na escola de polícia?

AR - Não, não porque a minha resistência....

NT - Não é tão grande assim.

AR - Você compreenda que....

MC - Eu queria explorar um pouco essa pesquisa da SAGMACS. Nesse plano, que o senhor falou, estava se vendo educação, família, criminalidade, voto eleitoral, como o senhor na sua pesquisa, como é que essas variáveis se cruzaram? Se é uma coisa que o que surpreendeu. O que surpreendeu o senhor numa pesquisa como essa, em termos da criminalidade associado à educação, família?

AR - Bom, eu acho que a variável que me impressionou naquela época era migração. A migração do interior para o Rio.

NT - Do interior do Estado do Rio para....

AR - Interior do Estado de Minas, sul de Minas, Estado do Rio, principalmente. Espírito Santo, um pouco. Essa variável pode ser extremamente importante. A outra é o problema do emprego e da qualificação para o emprego, que era zero. Eu acho que aí ainda não caminhou muito. Espera-se que qualificação se faça espontaneamente, que o próprio indivíduo procure a qualificação, qualificação lá embaixo. O sujeito é um desqualificado ou mal qualificado. Então ele não tem condição de.... A sedução com o cinismo que é brutal, através da televisão que está em toda parte. Quando não está no barraco, está no boteco. Então, lá no boteco também tem televisão, as telenovelas, aquele negócio, aquela vida inteiramente artificial, não é? O consumismo....

NT - Isso era forte mesmo naquela época?

AR - Ah, sim, não tenha dúvida, não é coisa de agora. Uma coisa inteiramente artificial, seduz o sujeito. É o automóvel, rádio, televisão, todo um sistema de ostentação social. Enfim, o que eu podia dizer mais a vocês? No meio disso, coisas positivas como a solidariedade. A quadrilha é uma organização solidária. É preciso lembrar isso. Ela é uma manifestação de alguma coisa positiva.

NT - E a família, como eram as relações familiares?

AR - Muito fortes, muito fortes. Agora, não é a família que nós entendemos. É outra coisa, é outra coisa. É, às vezes, uma família onde só existe a mãe, o pai ausente ou o pai alternativo. Mas não é a promiscuidade, não. É uma relativa organização com um certo controle familiar, mas centrado na mãe. Isso me apareceu com muita nitidez.

NT - Uma vez assim, só explorando esse lado da família, eu ouvi uma frase no Borel, que uma pessoa dizia assim: “Quem tem família aqui tem tudo, quem não tem família não tem nada”. Como é que o senhor interpreta essa frase?

AR - Isso, a solidariedade familiar. A presença da solidariedade familiar dentro de uma favela. A família protege o indivíduo num ambiente que é hostil, é competitivo, é hostil, não quer dizer que é tudo bonzinho, não senhor, é um negócio duro, e a família dá uma espécie de suavização, atenua essa aspereza, essas dificuldades.

MC - Era mais explorar um pouco esse aspecto que impressionou o senhor da migração. E ao mesmo tempo o senhor fala da presença de famílias em que a mulher era fundamental. No caso da migração,

era o homem que vinha, vinha naquela visão...?

AR - Depende do tipo de migração. Há migrações em que o homem predomina. Há outras em que a mulher predomina, a mulher, o idoso. Nessa migração mais próxima, a mulher predomina, mas em longa distância, o homem predomina. Isso eu aprendi como Werner Smith.

NT - E a mulher predomina para vir fazer o que no Rio?

AR - Ah, cozinheira, babá.

NT - Quer dizer ela já vem com o destino certo de trabalho.

AR - É, de trabalho. Inclusive, você sabe, que há todo um agenciamento informal entre as senhoras e tal: “Ah, você vai a Minas? Então vê se me traz alguém e tal...”

NT - Traz uma menina....

AR - Traz uma menina. E aí você vem dizer: Puxa, problemas de saúde implícitos e tudo isso. Porque sem a migração você não entende os problemas de Saúde Pública no Brasil. Você tem que levar em conta o coeficiente da migração, a migração interna.

MC - O senhor falou (inaudível)?

AR - (risos) Aí nós não saímos daqui hoje. Realmente, você tem uma população desqualificada, ignorante, ignorante inclusive do “beabá” da saúde, que vem para uma metrópole sem nenhuma estruturação e trazendo as endemias lá do interior. Então você chega numa.... Por exemplo, eu assisti ao fim da malária. A malária tinha acabado. De repente eu estou vendo a malária pipocando com o desmatamento. Tuberculose. “Tuberculose? Não, acabamos com a tuberculose, com a epidemia e tal”. De repente você vê a tuberculose voltando nos grandes centros devido à desnutrição. Pode ser que agora... - parece que agora há uma melhoria na alimentação geral - pode ser que agora os índices de tuberculose caíam também nas cidades. Nós tivemos tuberculose rural, que é um fenômeno estranho, porque a gente associa tuberculose ao contágio urbano, ao cortiço, à sub-habitação, esse tipo de coisa. É estranho, mas é desnutrição e uma série de outros fenômenos paralelos.

NT - O senhor falando desse tema da migração, saúde pública, acabei voltando um pouco atrás no seu depoimento, o trabalho na Fundação SESP. Naquele momento quais eram assim as endemias que preocupavam o trabalho na Educação Rural? Nós falamos muito em passant sobre isso. O senhor falou que viu o fim da malária, mas o que preocupava mais?

AR - Dependendo da região em que nós trabalhávamos. Nós nos preocupávamos, por exemplo, já no SESP, estava penetrando em centros urbanos, já se preocupava com a tuberculose. A malária, o tifo e toda a constelação de doenças resultantes das lombrigas, como nós chamávamos, toda constelação, era coisa do interior. E aí se concentrava a ação nos sanitaristas. Leishmaniose, ancilostomose, todos esses tipos de coisas, coisas resultantes do andar descalço. A idéia era que o sujeito vinha para a cidade calçava e estava resolvido, não é?

JL - O senhor falou que nesse período da Fundação SESP, o senhor fez um trabalho que ia para esses centros de treinamento se revezando com professor Brito Bastos em alguns lugares. O senhor podia falar um pouco sobre essas experiências? Como esse treinamento era feito nesses locais?

AR - Bom, nós fazíamos esse treinamento dirigido para guardas sanitários, para as ajudantes de enfermagem, assistentes. Tinha um nome técnico que agora eu não estou me lembrando precisamente. Para professoras primárias, para elas multiplicarem isso, aplicarem e multiplicarem. Esse era o tipo de público alvo a que nós dirigíamos esse treinamento.

MC - Quais as etapas desse treinamento? Tinham só aulas expositivas?

AR - Não, nós usávamos vários recursos pedagógicos: filmes, folhetos, exposição. Enfim tudo quanto era recursos pedagógicos nós usávamos nesses cursos. Inclusive, as professoras lucravam também nesse aspecto dos cursos porque elas estavam acostumadas a um treinamento passivo, formal, passivo, decoreba, ler depois reproduzir, e nós obrigávamos à participação. Essa foi a grande inovação nesse treinamento. Elas eram obrigadas a participar, a reproduzir participando. Coisa que eu tinha feito muito na Campanha Educação Rural e tornei a fazer no SESP.

NT - É, o SESP é inevitável a gente voltar porque é tão importante essa atuação. Pensando nessa questão da saúde, das políticas de saúde, uma coisa que eu ia também perguntar ao senhor e acabou passando, em relação a Organização Mundial de Saúde. Porque hoje, por exemplo, a violência é um tema. Era nessa época em que o senhor estava na ONU?

AR - Não, eu estou dizendo a vocês que havia essa preocupação da ONU sobre crime. Não se falava em violência, era crime, criminalidade e tratamento de preso. Violência, não se falava. Só alguns malucos criminólogos e tal procuravam estabelecer uma relação, buscar raízes do crime na violência e procurar na cultura o germe da violência. Também isso aí era na época era inconcebível.

NT - Mas não era uma categoria da agenda de debates.

AR - Não, não.

NT - Enquanto o senhor estava falando, eu falei: poxa, hoje isso é considerado epidemia.

AR - É verdade.

NT - E como é que era isso nessa época? Não havia nenhuma relação?

AR - Não.

NT - Apesar de se falar de prevenção....

AR - Exatamente.

NT - Mas não era o sentido da prevenção de saúde. Isso é interessante. Agora, assim, a gente já fez alguns caminhos de idas e vindas. Não sei se o Leandro vai perguntar alguma coisa mais sobre a

Fundação SESP.

JL - Mais sobre educação mesmo. Como é que esse processo se dava nessas comunidades? Como esses braços, que era um braço importante do SESP a educação sanitária, penetravam nas comunidades?

AR - Eram duas fases: primeiro em que o SESP se concentrou na preparação de material educativo. E o treinamento era feito em bases formais e tal. Depois, é que nós inoculamos essa carga de comunidade, de grupo, de educação de grupo, em participação, tudo isso.

MC - E isso funcionava? Quer dizer ali na comunidade?

AR - Sim, na parte de Educação Sanitária sem dúvida. Primeiro, isso era visto, como toda inovação, com um certo ceticismo. Achavam engraçado aquilo. Representações, por exemplo. Faziam uma peça, representação, os sujeitos participavam como se fosse um teatrinho, achavam engraçado aquilo. “Mas isso era para valer?”. Porque havia a predominância do médico. Outro aspecto importante que eu falei, nas faculdades de Direito, na criminologia: o papel do médico como educador. As faculdades de Medicina não tomam conhecimento disso. Médico é o homem que trata, que cura, que opera, que receita, mas médico educador...? Tem que dar receita no consultório e estamos conversados. Um homem que pensou nisto foi um amigo meu, grande médico, diretor da Faculdade de Medicina da UERJ, o Professor Piquet Carneiro, Américo Piquet Carneiro.

NT - O senhor o conheceu? Ele é uma pessoa sempre lembrada, sempre....

AR - Piquet Carneiro, meu amigo, meu médico, médico da minha família. Sim, senhora, homem do Centro Dom Vital e homem da Resistência Democrática.

NT - O senhor podia falar um pouco desse personagem que ainda não tinha aparecido até agora porque é importante, não é? Porque a gente sempre resgata a história.

AR - Modestíssimo, discretíssimo, abnegado, quase que era puxado, assim à força, para assumir certos cargos. Foi diretor da Faculdade de Medicina da UEG. Não é aquela faculdade que tem ali no Rio Comprido.

NT - Vila Isabel, não?

AR - Vila Isabel, Vila Isabel. Ele foi diretor ali. E como diretor ele me convidou para dar cursos ali sobre comunidades para os médicos e estudantes de medicina.

NT - Ah, o senhor teve essa experiência na UEG?

AR - Sim senhora, sim senhora, é verdade. Estou lhe dizendo, um currículo de desastres... insucessos....

NT - Na UEG ou já na UERJ? Mais ou menos.

AR - Eu acho que já na UEG ainda.

NT - Porque a UEG vai até 1975.

AR - É. Eu passei e vi aquele total ceticismo em lidar com educação, educação de grupo. “Ah, isso é brincadeira”.

NT - Mas na UEG em 1973, se criou um Instituto de Medicina Social, eu não sei qual foi a relação de Piquet Carneiro com o Instituto.

AR - Eu também não sei, mas, olha, eu não estranharia que ele tivesse relação. Ele estava muito preparado intelectualmente para uma aventura dessas.

NT - Eu não sabia nem que ele foi do Centro Dom Vital.

AR - Era beneditino, homem do São Bento, homem de vida exemplar, formidável.

MC - Quando o senhor fala agora lembrando um personagem importante como esse, que o senhor teve excelente contato, volta com a nossa entrevista também no Centro Dom Vital. Uma experiência com o padre Lebre. Essa relação com catolicismo que o senhor tem e nesses anos 60, mesmo que o senhor já tenha conhecido antes o Piquet Carneiro, como é que se dá essa relação, esse contato com senhor, a frequência do senhor, a esse ambiente católico?

AR - Bom, o Américo era companheiro do Fernando Carneiro. Vejam bem, era uma constelação de sujeitos absolutamente extraordinários que se encontravam no Mosteiro de São Bento no Centro Dom Vital e participavam, portanto, de várias iniciativas. Eu fico pensando nas iniciativas médicas que eles tomavam parte e que eu não tomei conhecimento. Deviam ser coisas realmente extraordinárias porque eles tinham admirações, os dois, a respeito da situação da medicina, da ética dos médicos, eles tinham admiração. O Piquet fervia e procurava transmitir aos estudantes de medicina esses princípios. O sujeito aprendia noções de técnica médica, ciência médica; mas ética? Não tinha essa preocupação. Ele tinha. O Fernando a mesma coisa.

NT - E ele refletia sobre isso que senhor falou, o médico como educador?

AR - Como educador, exatamente.

JL - Acho que tinha essa preocupação no início de ter uma atuação na prevenção.

AR - Exatamente.

JL - Mas o senhor está falando que isso começou a mudar por conta da atuação nos locais de ver que aquela realidade não ia comportar isso.

AR - Exatamente.

JL - Agora, como era a relação desse grupo que o senhor fazia parte com os médicos? Quer dizer, os médicos assumiam essa postura de fato de serem educadores?

AR - Aí é uma pergunta difícil de responder porque eu não era médico. Como eram amigos meus, eu tinha um contato freqüente com eles e com outros do grupo. Mas, especificamente.... Aí eu tenho, eu me refiro às minhas observações. Poderia vê-los no hospital, ou na clínica, ou no consultório, e aí eu percebia. Só que o Fernando era um tipo muito diferente do Américo. O Américo era um homem sério. O Fernando, não, o Fernando era um humorista, entre outras coisas, era um humorista, era um crítico mordaz; ele não poupava. O Américo era mais discreto. Mas tinham ambos a mesma indignação quando pegavam um médico em flagrante de desonestidade profissional, enfim, esse tipo de coisa que a gente...

NT - E o Américo, além do trabalho na Universidade, ele clinicava, certamente, tinha consultório?

AR - Tinha, tinha consultório. Bom, é uma outra história.

NT - Como é médico da sua família? Eu ia te perguntar. Havia também consultório popular ou não, fazia parte desse...?

AR - Não, eles tinham consultórios como qualquer médico. Alguns trabalhavam em hospital. O Fernando eu me lembro trabalhava no IPASE. Trabalhava na seção de doenças pulmonares do IPASE. O Américo eu tenho dificuldade de caracterizar, de localizar, mas, claro que consultório.... Claro, ele tinha doentes hospitalizados. Disso eu me lembro muito bem. Mas, assim, se estavam ligadas a uma entidade... no caso do Fernando eu me lembro, no caso do Américo, eu não me lembro tão bem.

NT - E voltando um pouco a questão do Marcos. Qual era a influência do catolicismo nesse tipo de visão da prática profissional? Havia algumas coisas independentes? Se quiser falar alguma coisa sobre isso.

AR - Enorme, enorme. Veja bem, alguns dos beneditinos, os monges - eu me refiro aos monges - eram médicos que resolveram entrar para o mosteiro. E eram, por isso, muito ligados ao Fernando e ao Américo. Tinham sido colegas na faculdade, entendeu? É claro que a regra de São Bento é uma regra que dá muita ênfase ao trabalho, trabalho profissional, e a uma ética do trabalho profissional, de modo que aí havia uma coincidência de valores. Outro médico extraordinário que fazia parte do grupo era o Professor Magarão.

NT - Mangarão.

AR - Mangarão. Cientista. Esse um grande cientista que foi diretor daquele laboratório que produzia vacinas criado pelo Ataulfo de Paiva.

NT - Ataulfo de Paiva, Fundação Ataulfo de Paiva.

AR - Fundação Ataulfo de Paiva, era o Presidente o Mangarão. Eu era muito ligado a esses médicos. Eu conheci o Magarão através do Fernando Carneiro, também uma figura exemplar. Eu conheci médicos absolutamente extraordinários. Eu fico hoje me lembrando com saudade.

NT - E o ponto de encontro de vocês era o Centro Dom Vital principalmente?

AR - Era.

NT - Eram encontros semanais, eram encontros mensais?

AR - Geralmente, semanais.

NT - Semanais. E esses encontros foram palestras...?

AR - Depois quando o Corção assumiu a direção do Centro.... O Corção criou uma espécie de plantão no Centro Dom Vital, de modo que tudo quanto era estudante que passava, gente que vinha do interior, vinha do Norte, passava por ali para ver o fenômeno Centro Dom Vital e, por sua vez, o fenômeno Corção, porque o Corção era um fenômeno.

MC - Como assim?

AR - Bom, era um técnico da maior capacidade. Eu vou dar um exemplo: foi quem iluminou o Cristo, Corcovado, quando o Cristo foi inaugurado, quem iluminou foi o Corção. Era um grande escritor e um filósofo. Eu não conheci ninguém na minha vida uma pessoa que reunisse tais atributos numa pessoa só e um coração enorme ao contrário da imagem que as esquerdas fizeram dele e tal. Mas enfim é preço que você paga quando toma uma posição. A opinião pública deforma. E hoje está ali como um escritor. Isso me deixa espantado. Um rapaz chamado Alfredo Bosi, acadêmico, escreveu uma história da literatura brasileira. Não menciona o Corção.

MC - Tem uma pesquisadora, que trabalha no CPDOC, que está fazendo uma tese sobre Corção. Cristina Jawles.

AR - Então, diga a ela para me entrevistar.

NT - É claro.

AR - Um sujeito luminoso tinha o dom de esclarecer problemas. Era um educador nato, professor da maior categoria, sumidade. Formou muita gente no Centro Dom Vital, nos cursos do Centro Dom Vital. Não em Universidade, jamais foi convidado, por exemplo, um curso na Universidade. São coisas do Brasil que me deixa um pouco impaciente. Sim, porque eu já estou fazendo as malas, não é?

MC - O senhor vai para os Estados Unidos outra vez?

AR - Não, outra viagem. Estou começando arrumar as coisas, fazendo as malas. É uma medida preventiva. Eu digo, não é possível, eu vejo como era isso. Eu li agora um livro interessantíssimo e importante, um livro traduzido, a tradução de um americano, sobre um empresário, o Farquhar.

NT - Ah, o senhor mencionou.

MC - O senhor mencionou.

AR - Um livro da maior importância.

NT - Eu fiquei curiosíssima para ler. O senhor falou com tanto entusiasmo.

AR - É um livro até difícil de ler porque o autor não é um scholar, ele é um jornalista e tal, e ele não sabe contar muito bem, arrumar os fatos, mas os fatos são de tal importância, cobrindo um período de 1906, quando ele veio pela primeira vez para o Brasil, até 1950. Bom, é uma coisa absolutamente espantosa a sucessão de erros, de burrices e a corrupção. A corrupção presente desde o começo da República, da Velha República. Era velha e carcomida, mas esse segundo adjetivo não costuma ser aplicado. Que coisa incrível! O livro é uma lição. Como o sujeito tinha idéias absolutamente geniais para o Brasil, foi combatido, foi torpedeado, estigmatizado, já naquele tempo como representante do imperialismo, e em nome disso, em nome de um nacionalismo completamente delirante, foi brechado, foi torpedeado, aumentou os financiamentos de milhões e morreu praticamente pobre. E os brasileiros que aparecem, alguns com nomes de rua aqui. Olha... ministros...

NT - Qual a editora do livro? Por qual editora foi publicado?

AR - Não me lembro bem.

NT - Acho que o Elio Gaspari mencionou esse livro.

MC - Mencionou numa matéria.

NT - Não sei se a tradução...

AR - Na capa, na transcrição tem um texto do Gaspari.

NT - Ele ficou muito impressionado.

AR - Olha, é uma história realmente exemplar no sentido de você ter um padrão de coisas que aconteceram nesse período. Porque este homem, entre outras coisas, ele era um dínamo. Ele bolou a Light, a Telefônica do Rio de Janeiro, a Madeira-Mamoré. Vocês sabem o que é Madeira Mamoré. Vocês precisam ver a época, a época das ferrovias. Ele era um engenheiro ferroviário, ninguém sabia de avião. Era trem, a Madeira-Mamoré. Várias ferrovias no Brasil. Aquela ferrovia do Paraná, que liga Curitiba ao litoral, que vence uma serra tremenda. Que mais, meu Deus? Itabira. Itabira, o pessoal dizendo.... Aí tem um detalhe sociológico: os mineiros torpedearam o projeto, representados por Artur Bernardes. “O minério é nosso”. Ficaram sentados em cima do minério. Metalúrgicos, indústria metalúrgica, e os mineiros eram fazendeiros rurais, não sabendo que a industrialização complicava a vida deles, e o porta voz era Artur Bernardes. Ele impediu o projeto. Coerentemente, no Senado, na Câmara, o governador, como presidente da república.... Não, não é brincadeira, não, Nísia! Meu Deus do Céu! Getúlio. Getúlio era outro estilo. Getúlio negociando entre paulistas e mineiros: “Não posso”. Não podia contrariar os mineiros. E o interesse do país, onde é que está?

NT - Eu já fiquei desde da outra vez curiosa quando o senhor falou porque eu conheço menção a ele pela atuação na Madeira-Mamoré. Ele aparece naquela série da Globo, que eu não assisti, quem representou foi o Toni Ramos, mas eu não vi.

MC - Deve ser fascinante pelo que o senhor está falando.

AR - Não, é uma pessoa realmente, absolutamente, extraordinária. Um sujeito a quem você devia estender um tapete vermelho, não é? Ele só não apanhou por milagre.

MC - O senhor falou desse personagem e eu não sei por que razão eu associe essa biografia, por exemplo, de Assis Chateaubriand. Eu não sei se faz sentido isso.

AR - Chateaubriand o defendeu. É curioso isso.

NT - É um empresário, não é?

AR - Chateaubriand percebeu.... Chateaubriand não era bobo, era espertíssimo, percebeu o que Farquhar podia trazer para o Brasil e o defendeu, inclusive contra o Getúlio. Quando o Getúlio começou essas manobras, Chateaubriand se pôs ao lado do Farquhar.

NT - E Monteiro Lobato teve alguma relação com ele?

AR - Teve. Lobato atacou-o violentamente. Lobato era nacionalista e isso já era assunto do petróleo. Aí vem “O petróleo é nosso” e tal. Mas depois, o Lobato escreveu um artigo elogiando o Farquhar, reconhecendo a importância do Farquhar e das iniciativas do Farquhar.

NT - Porque ele também foi um empresário, não é?

MC - É, é. E tinha também essas iniciativas....

AR - Uma tragédia, assim você chega numa tragédia. Um homem inteligente, tinha uma visão das coisas naquela época.

NT - É, eu estou com vontade de ler.

AR - E as notas do livro. Muita coisa ali está nas notas. São páginas de notas. Aí você encontra várias ramificações, parentescos...

NT - Que há preocupação muitas vezes de quem não é historiador de demonstrar que está respaldado...

AR - Pois é...

NT - O próprio livro do Elio Gaspari é assim. É totalmente cheio de notas.

AR - Eu conheci o autor, conheci nos Estados Unidos, o Gauld. Ele não é um historiador profissional, não é um historiógrafo, mas é um homem, um professor formado na Califórnia, em Stanford, muito ligado ao Hilton que foi antes dos brasilianistas....

MC - Sam Hilton.

AR - Não, Ronald Hilton.

MC - Ah, Ronald Hilton.

AR - É um brasilianista avant la lettre, entendeu? Um sujeito que se especializou em América Latina numa época que ninguém se preocupava com isso. Ele e o Lynn Smith são mais ou menos contemporâneos. Eu conheci o Hilton também. Na Califórnia fui visitá-lo.

MC - E o Alexander Marchand?

AR - Ele era professor na Vanderbilt, quando Lynn Smith me levou para lá.

MC - Eles têm um livro juntos, não?

AR - Têm. Sobre o Brasil. Vários capítulos do livro. Tem o capítulo do Marchand. Tem um capítulo admirável do Antonio Candido sobre família. Uma das melhores coisas que escreveu sobre a família brasileira está nesse livro, escrito pelo Antonio Candido. O Carneiro Leão e este que vos fala também tem um capítulo sobre cidades brasileiras.

MC - E o senhor também fala de Arthur Ramos nesse livro?

AR - Arthur Ramos também colabora.

MC - O professor ao lado do aluno. Isso que se chama....

AR - (risos) Acontece....

MC - E o senhor foi encontrá-lo em Vanderbilt no final dos anos 40?

AR - Exatamente, isso mesmo.

MC - Junto com Ronald Hilton?

AR - Exatamente. Eram contemporâneos. O Hilton também fez escola na Stanford. Havia um outro historiador, Johnson, em Stanford, também especializado em América Latina.

MC - Qual o nome dele?

AR - Johnson. Naquela época não se falava em brasilianistas. Isso é uma categoria que emergiu depois. Aí se industrializou. (risos)

NT - Professor, eu vou propor que a gente dê uma paradinha por hoje.

AR - Eu acho que encerramos. Eu não tenho mais nada para contar para vocês.

NT - Eu acho que nós vamos precisar de mais um ou dois depoimentos.

AR - Não tem mais nada. O que eu posso é fazer....

Data: 08/11/2006

Fita 14 - Lado B

NT - Depoimento com o Professor José Arthur Rios no dia 8 de novembro. No escritório do professor, presentes Nísia Trindade, Marcos Chor e José Leandro. Às 10 horas da manhã.

NT - Professor, o senhor estava comentando a partir da experiência desse seu amigo que teve essa trajetória tão linear, vamos dizer assim, como o senhor reagia a isso?

AR - Linear e brilhante. Realmente ele destacou-se. Ele é um grande especialista hoje em Direito Processual e reconhecido internacionalmente. Então eu diria....

NT - Quem é mesmo esse seu amigo? Acho que o senhor já falou dele.

AR - É o Desembargador José Carlos Barbosa Moreira, que trabalhou comigo nas favelas e tal, quando era recém saído de faculdade. E era o Chefe de Gabinete das Secretarias e tal. Mas eu admiro isso porque eu sou o contrário: as coisas me acontecem - eu não diria por acaso, mas providencialmente - então, eu não me preparo para chegar àquele objetivo. É claro que eu sempre tive uma orientação, um gosto por determinadas coisas que me levaram a estudar Sociologia, a preferir Sociologia à Advocacia, correndo o risco, naturalmente, de dificuldades de vida, etc... Mas é aquela história do gosto e seis vinténs, não é mesmo? Então isso. Agora eu sou incapaz de fazer uma programação. “Vou fazer concurso agora para tal lugar, depois vou...”. Isso, realmente, eu nunca fui de fazer. As coisas me acontecem. Em tudo. É estranho, muito esquisito isso. Agora, eu tive um amigo, um padre, grande amigo meu, jesuíta, que escreveu um livro sobre o abandono a Deus. Ninguém pensa nisso: faz parte da vida a gente abandonar-se um pouco e não programar-se minuciosamente. Porque há pessoas que tem obsessão....

NT - Do controle.

AR - Da programação, do controle, do planejamento. Então, ele lembrava que isso é bom até certo ponto, mas por trás disso é importante que a pessoa se entregue um pouco à providência porque senão nada acontece. Nem com plano nem sem plano.

NT - Até quando ontem conversamos sobre o depoimento, aí nós vimos alguns pontos que nós achávamos que poderíamos explorar mais. O José Leandro até organizou isso. E agora o senhor falando da sua trajetória, quer dizer, isso que o senhor falou, um pouco desse “abandonamento”, vamos dizer assim, um ponto que eu acho que é interessante nessas várias passagens que o senhor teve e que nós acabamos não explorando muito e que apareceu hoje de manhã quando o senhor falava. Foi nesse trabalho sobre favelas, o contato que o senhor teve com Anthony Leeds que foi um personagem que apareceu, mas que a gente acabou não perguntando muito porque ficamos mais com a atenção nas políticas do governo Lacerda, no que descontinuou. Eu gostaria de saber um pouco do senhor. Como é que se estabeleceu essa relação? Os senhores ficaram amigos, não foi?

AR - Sim, muito, muito. Bom, Leeds me procurou porque ele estava interessado em favelas. Ele chegou

a morar numa favela. E nós já nos conhecíamos antes do problema de favelas, quando ele fez um estudo sobre a lavoura de cacau no sul da Bahia. E eu fiquei muito fascinado pelo trabalho porque eu percebi que o Leeds tinha uma compreensão muito grande do Brasil, que nem sempre o cientista social americano tem. Ele pode ter o instrumental, a metodologia, mas um certo l'esprit de finesse para entender certas coisas do Brasil e dos brasileiros o antropólogo não tem. O Wagley, por exemplo, tinha isso, mas o Wagley casou com brasileira, viveu no Brasil. Ele tinha isso. Mas acho que o Leeds tinha em grau maior, e digo até, mais discretamente. Ele não exibia isso, e eu senti nesse trabalho que ele fez, onde ele percebeu coisas na estrutura social do Sul da Bahia e da lavoura do cacau que eu nunca tinha visto ninguém perceber. Então, daí a nossa conversa.... E o Leeds, por sua vez, percebeu a minha intenção, no caso das favelas, e nem sempre percebida por meus colegas e pela administração local. O Leeds percebeu onde é que eu queria chegar, que era uma idéia de autonomia e de participação dos favelados, e encontrar então canais para estabelecer... criar os canais para estabelecer essa participação e essa solidariedade, mecanismos de solidariedade: o mutirão, por exemplo. Ele ficou muito interessado no que eu chamei de "operação mutirão". Enfim, aí fizemos amizade e ele escreveu na Sociologia Urbana, aquele livro dele, páginas sobre o trabalho, onde ele se referia não só à pesquisa, mas ao plano que resultou da pesquisa, quer dizer, à minha intenção aceitando o tal departamento de... que é o (Serpa), onde eu queria chegar. E ele entendeu também que a participação em forma cooperativa seria uma maneira de reduzir os aspectos anti-sociais da favela. Porque a favela também tem aspectos anti-sociais. Muita gente fala que hoje há uma certa idealização da favela como se fosse o melhor lugar dos mundos e não é bem isso, não é? Mas como transformar esses aglomerados em lugares habitáveis, em lugares humanos? Esse é o nosso objetivo e o Leeds percebeu isso.

NT - E o senhor acha que - eu posso estar enganada, posso estar fazendo confusão - mas ele e a Elisabeth Leeds, esposa dele, acho que ambos pertenceram ao Corpo da Paz, não?

AR - Ela me lembrou que sim; ele eu não tenho certeza.

NT - O senhor acha que esse fator foi importante junto com a formação antropológica? Essa experiência do Corpo da Paz, o senhor considera que seria importante nessa visão que eles tiveram sobre problema social?

AR - Olha, eu participei de um treinamento de voluntários do Corpo da Paz quando eu estava ensinando na Universidade da Flórida, de modo que eu conheço o problema desde das suas raízes, as suas origens. Esses voluntários, algumas coisas deram certo e outras não, como todas as coisas humanas, não é? A gente não pode imaginar que a coisa vá para um fracasso total ou para um sucesso absoluto. Eu sou muito contra as duas posições: a derrotista extrema e a triunfalista. Bom, eu percebia assim: no grupo, havia motivações as mais variadas. Havia a motivação de exotismo, da aventura, daquela paixão adolescente pelo novo, pelo Brasil. Na época, o Brasil despontava na mídia americana. A Amazônia. Era um negócio estimulante, misterioso e tal. E havia outros que eram mais amadurecidos, que tinham tido ou uma experiência ou um treinamento universitário, que já os credenciava a uma orientação mais firme, mais concreta. E por isso muitas experiências deram muito certo dentro do Corpo da Paz. Eu não o conheço, deve haver - claro os americanos não vão deixar isso passar - deve haver avaliações lá. Mas eu não posso dizer a vocês aqui agora, nesse momento. Não tenho aqui presente uma bibliografia sobre, mas deve haver. O que merecia até uma tesezinha, uma pesquisa, uma tese de Mestrado e um trabalho e uma monografia de Doutorado.

NT - Isso o senhor acha que só ela participou, então? Ele não, não é?

AR - Acho, acho.

MC - Mas é porque na verdade eu queria levantar uma questão que eu acho interessante. Eu estou me lembrando de um depoimento de Josildeth Gomes Consorte a respeito de Anthony Leeds. E ela trabalhou com ele. Uma pesquisa na zona do cacau.

AR - Eu me lembro disso. Você falou agora e eu me lembrei. Eu conheci Josildeth em outra situação.

MC - E ela trabalhou com Marvin Harris.

AR - Exato.

MC - E ela dizia que era uma situação privilegiada que ela experimentou. E o que eu estava me lembrando assim do Anthony Leeds, é que Anthony Leeds surpreendia a Josildeth pelo seu sentido assim de ser um intelectual progressista, de esquerda, liberal no sentido americano.

AR - É, é, exatamente. Ele era um liberal jeffersoniano, não-marxista.

NT - Isso.

AR - Porque é muito difícil para as esquerdas brasileiras compreenderem. É um fenômeno americano que as esquerdas não captam porque a idéia da esquerda é classificar o cientista social americano ora como conservador, tipo Bush, ora como radical. E não é bem isso, não. A visão deles é diferente. No meio dessa gama, há os sujeitos que são fiéis a um ideal e a uma consciência democrática, e nem por isso aderem às teses marxistas, ao esquerdismo marxista. Isso eu acho muito importante caracterizar. Isto está muito bem colocado num livro de um sociólogo americano, que eu acho que é de origem judaica, Birnbaum, quando ele descreve o Primeiro Congresso de Sociologia e Ciência Política que eu me referi aqui a vocês na Europa. Esse texto eu nunca vi citado aqui no Brasil. É um texto extremamente importante. É uma análise do congresso e, sobretudo, uma análise da colaboração soviética. Foi a primeira vez que cientistas sociais russos se deslocaram para ter um contato com cientistas sociais do Ocidente. E como eu fui, por acaso, testemunha, estava eu nesse congresso, eu assino embaixo da descrição do Birnbaum, entendeu? Porque foi a grande surpresa. Os cientistas sociais soviéticos vinham com uma sociologia que era em parte propaganda, pura propaganda, em parte Sociologia do século XIX. Então, isso para os americanos era uma coisa absolutamente fantástica, sabe? Era quase que é um objeto de museu. Isso está muito bem contado nos ensaios do Birnbaum.

MC - E aí eu queria fazer uma pergunta para o senhor nesse contexto, que o senhor qualificou o perfil do Anthony Leeds, porque é interessante esse encontro do senhor nesse projeto, não é? Do associativismo dentro das favelas, da autonomia, desse encontro de uma situação intelectual americana....

AR - E eu acrescentaria uma coisa muito importante, quer dizer, a necessidade de dar a esses favelados as ferramentas para a promoção. Não é um nivelamento. É subir, fazer eles subirem, é o contrário; dando os instrumentos necessários a eles. Explicar a eles como é que funciona uma cooperativa, mas

em termos muito rudimentares, muito crus, mas como comportamento e não como doutrina. Porque aqui usa-se cooperativismo como doutrina. Então escreve-se livros sobre cooperativismo inteiramente opacos a essa massa que vem de situação de desagregação social, que não tem mecanismos de solidariedade. É preciso equipá-los com essas ferramentas. E eu estava preparado para essa conversa com o Leeds por causa da minha formação em Economia e Humanismo com Le Bret, não é? Então, para o Leeds, por sua vez, a minha... eu posso dizer, a minha revelação do Le Bret para ele foi uma coisa importante para ele. Eu não sei se ele chegou a escrever alguma coisa sobre isso. Não conheço. Não me lembro. Talvez a Elisabeth.... Sabe que a Elisabeth veio trabalhar aqui, não é. Estava na Fundação Ford aqui no Rio.

NT - Agora há pouco, ela voltou dos Estados Unidos e por intermédio da Alicia Valadares, eu acho que eu cheguei a comentar com o senhor, ela manifestou algum interesse de doar o acervo dele ou parte do acervo, não sei com detalhes. Quem tem o contato com ela é a Alicia.

AR - E ela ainda está no Brasil?

NT - Não, ela está nos Estados Unidos, não sei se...

MC - Ela criou um Centro de Direitos Humanos muito importante. Eu conheço gente que teve que fugir daqui e foi através de Elisabeth Leeds.

NT - Ela continua bastante atuante. Agora, uma coisa importante que o senhor falou agora: como que o senhor revelou para Anthony Leeds essa perspectiva da Economia e Humanismo que foi tão importante. No seu trabalho que teve toda essa formação na Sociologia Americana, que nós discutimos tanto aqui, o senhor acha que para essa perspectiva do trabalho em favela, o determinante foi a visão da Economia e Humanismo?

AR - Eu acho sim, no meu caso sim.

NT - Mais do que a formação acadêmica? Como é que essas coisas se completam?

AR - Eu acho que a formação acadêmica, é claro, foi extremamente importante na pesquisa. Mas a aplicação.... Porque na formação acadêmica americana, até essa aplicação é uma coisa assim meio discutível. Não se olha com muita simpatia o cientista social que parte para aplicação. Essa é a minha experiência. Porque aí nós caímos no Serviço Social que já é uma atividade de segundo plano. Nós somos cientistas. Nós estudamos, não aplicamos. E a minha heresia era justamente converter o estudo, o conhecimento adquirido através do estudo, dentro do melhor método científico, converter isso em mecanismos de atuação na realidade social, e, até aí, constituindo isto numa obrigação moral para o cientista social. O cientista social não pode - sempre defendi isso - não pode ficar numa torre de marfim. Ele tem que descer à luta, descer à planície, e tentar aplicar tudo aquilo que ele aprendeu, que ele sabe, que ele julga saber, na melhoria da condição de vida dessas populações desfavorecidas. Isso eu também tentei fazer, tudo isso sujeito, vocês entendem, nem preciso dizer, sujeito a caução, dentro das minhas deficiências e dentro das limitações que eu enfrentei. Algumas eu descrevi aqui a vocês. Mas eu tentei fazer isso também em toda minha atividade na ONU, na faixa do crime, e sobre isso acho que nós não conversamos muito, não. Eu não desci a detalhes, não é? Cheguei a dizer alguma coisa sobre isso. A minha linha principal é essa aí. Não tem muito mistério.

NT - No caso da ONU, o senhor falou de vários projetos, da visão prisional, como que a violência não era um tema. Nós conversamos bastante. Agora, quando o senhor está falando, aí é mais do que uma dúvida assim pontual, é uma inquietação mesmo, para entender como o senhor vê essa sua experiência, até que ponto, quando o senhor fala assim: a obrigação moral do cientista social. O senhor avalia que na sua trajetória a influência do catolicismo foi importante ou não? Como é que essas duas formações tão importantes para o senhor se relacionam? Se é que elas têm relações do jeito que eu estou colocando.

AR - Sei, sei. Não, está claro. Entendo bem isso. Posso responder a você afirmativamente, em que, justamente, essa influência do catolicismo se deu através de Economia e Humanismo porque catolicismo é uma coisa muito ampla. E eu cheguei a mencionar as dificuldades que o próprio Padre Lebret enfrentou no Brasil. Foi preciso que houvesse uma mediação de Dom Helder para explicar aos bispos que o Lebret não era comunista porque a obra que se levantava era sobre esse problema, as idéias, idéias comunistas etc... Isso devido à lamentável, infeliz, vinculação da igreja com as classes dominantes do Brasil. Que faz parte da história, é inegável. Não adianta querer esconder isso, não é? E quando sai, são fenômenos excepcionais, são figuras isoladas que acham que isto não está certo, protestam, se afastam. Isso não corresponde à doutrina da igreja, mas, vocês sabem tão bem quanto eu, ou melhor do que eu, o que é essa vinculação das pessoas a uma estrutura onde foram praticamente criadas, educadas, etc... Um bispo foi padre antes, antes de ser padre ele foi aluno no seminário, recebeu uma determinada formação. Ninguém escapa disso. Então é importante ver de onde as pessoas vêm. O Sérgio Miceli, por exemplo, prestou um grande serviço, analisando carreiras eclesiais no Brasil, mostrando.... Não é que todos os bispos viessem de famílias prósperas. Não é isso, não. Mas é o clima, é a mentalidade criada que não exige absolutamente que o sujeito tenha a mesma origem social. São coisas diferentes. Então, há essa vinculação. Vocês se lembram que os Presidentes convidavam os Cardeais para as solenidades. Era obrigatório, na parada de 7 de setembro, o Cardeal Arcebispo figurar ao lado do Presidente da República. Aquele negócio do Brasil, país católico. Esse negócio de país católico atrapalhou muito. País de maioria católica. Até que alguns sujeitos, eu modestamente, outros como meu amigo baiano, um antropólogo baiano - como é o nome dele meu Deus? Escreveu uma análise do catolicismo.

MC - Thales de Azevedo.

AR - Thales de Azevedo. Escreveu uma análise do catolicismo no Brasil, não é? Católico ele, católico que eu conheci pessoalmente. Escreveu uma análise muito boa, apontando as mazelas, as deficiências de formação e essa vinculação aos interesses dominantes. Então isso era considerado uma coisa assim fora das normas e olhado com desconfiança, como Lebret foi olhado, não é? Não era preciso, como depois aconteceu, que alguns religiosos aderissem ao marxismo. Não era necessário isso para se saber que aquilo estava errado. Não se salva um erro fazendo outro. Então, isso respondendo ainda a sua pergunta. Essa influência me veio muito através do Lebret, através de alguns padres franceses. Enfim, o clima da época me veio através do Fernando Carneiro, influência decisiva do Fernando Carneiro, que era radicalmente antimarxista, anticomunista, e como tal foi muito hostilizado. Mas não aderiu a esse tipo de vinculação. Havia sacerdotes fascistas. Eu conheci diversos. Defendiam o fascismo, achavam que o fascismo era a salvação da igreja. Então nós nos colocávamos frontalmente contra isso. Então, é preciso se distinguir essas coisas porque se você mistura, você não entende, deixa de entender.

NT - Quando o senhor fala em padres franceses, não tenho certeza se era em Lyon que tinha um Centro também importante?

AR - O La Tourette. Era o Centro de Estudos do Padre Lebreton em Humanismo.

MC - E o senhor esteve lá nesse Congresso da UNESCO. O senhor aproveitou para ficar uma estadia de uma semana.

AR - Isso. Exatamente

AR - E li os originais do manual de l'enquêteur em manuscrito. Depois foi publicado. Hoje não vejo mais isso, não é? Não sei onde anda, esquecido e tal.

NT - Eu me lembro durante os nossos encontros aqui, em algum momento eu falei para o senhor assim: "Ah, o senhor como intelectual católico..." e o senhor reagiu assim, não é?

AR - É um rótulo. É um rótulo um pouco comprometedor.

NT - Mas como o senhor vê assim? O senhor não se vê como um intelectual católico? O senhor acha que é uma adjetivação restrita pela sua atividade intelectual? Até para entender assim.

AR - Não, não. É que como toda rotulagem tem seus riscos, eu aceito como uma necessidade. Tem que saber como é o sujeito. Isso faz parte da vida social, um rótulo.

NT - Cartografia?

AR - É. Mas eu, olha aqui, para dar um exemplo a vocês. O rótulo que se aplicou a várias pessoas de "comunista" é uma coisa que abrange tipos completamente diversos. Um comunista como Caio Prado Júnior, que escreveu A Formação Econômica que é um livro absolutamente aceitável, análise histórica formidável. Um comunista como Nelson Werneck Sodré, que eu conheci, que é um homem de idéias muito boas. Agora, havia o lado ideológico do pensamento deles. Eu costumo dizer que o Caio Prado que é, claro, meridiano, quando ele escreve História Econômica do Brasil, História Social, ele é absolutamente impenetrável nos livros dele sobre a dialética marxista, totalmente impenetrável, parece que são duas pessoas diferentes. E assim outros. Quer dizer, mas é preciso distinguir senão você perde, você joga fora: "Esse sujeito não me interessa, é comunista, não quero nada com ele e tal". Ah, espera lá, vamos analisar, vamos ver de perto. Isso não é ser liberal no sentido que dão ao termo, não é? "Tolerante", não é nada disso não. Não. É ser objetivo.

MC - É ser compreensivo também. Compreensivo no sentido de entender.

AR - Sim, exato, exatamente. Quer dizer, você pode dialogar, você pode levar o diálogo. Eu acho o diálogo extremamente importante. Você tem que dialogar. Até que você esbarra numa muralha. Já me aconteceu isso várias vezes. Eu vivi na ONU situações dessas, da muralha. Aí chega num ponto que você não pode, aí há uma recusa ao diálogo, que é uma tragédia, não é? A recusa ao diálogo é uma coisa que liquida um projeto, um plano. Eu me lembro de várias reuniões do nosso Comitê na ONU - eu não sei se cheguei a narrar isso para vocês - era um Comitê Internacional constituído de pessoas que

vinham de vários quadrantes, portanto, que tinham também várias crenças, várias tábuas de valores e obrigatoriamente vinham americanos e vinham russos. Bem, a minha experiência nesse Comitê, veja bem: eu não era representante do Brasil. Isso é um perigo. Também contei a vocês uma experiência de um Congresso, em que eu fui como Chefe da Delegação Brasileira e os desapontamentos que eu enfrentei. Mas eu fui muito tempo representante de “eu próprio”, de eu mesmo. Só tinha obrigações em relação a mim. Então isso me dava uma grande liberdade de atuação. Bom, eu me lembro que chegavam os russos, a delegação russa. Primeiro, só falavam russo, não falavam, nem entendiam língua nenhuma, não é? Mas de repente num descuido percebia-se que eles entendiam e falavam outras línguas, como os russos sempre foram políglotas, tinham uma tradição políglota. Não era imaginável que eles tivessem jogado isso fora, perdido. Então, a delegação tinha um intérprete, vinha com um intérprete. Depois de um certo tempo, percebia-se que o Chefe da Delegação era o intérprete porque eles nada faziam, nada diziam sem conversar com o intérprete; o intérprete que dava orientação. Na China, eu vivi.... Eu não contei isso para vocês. Na China eu tive uma situação muito curiosa: era um Congresso - não era bem um Congresso, espera aí, deixa eu me lembrar bem.... Sim, era um Congresso sobre delinquência juvenil, na China, em Beijing e eu era, se não me falha, o único brasileiro. Eu estava no grupo da ONU, não havia vinculação com o Brasil. E aconteceu o seguinte: depois do Congresso os chineses ofereceram a quem quisesse uma excursão em duas cidades chinesas, um vôo em duas cidades chinesas e em Xangai. E eu tinha uma enorme curiosidade de ver Xangai. Então, assinamos, nos inscrevemos. Nós éramos quatro: um inglês, um casal australiano e eu. Éramos nós quatro. Bom, então nós fomos durante três dias, nós fomos três dias, diariamente, ao aeroporto, esperar o avião que nos levaria. O avião não apareceu. Os chineses conferenciavam, pediam desculpas e nos levavam de volta para o hotel. Acontece que naquela época - não sei hoje como é que está - se você largava o quarto no hotel, você não tinha a menor esperança de recuperá-lo se voltasse porque havia uma demanda maior do que a oferta de quartos e de hotéis. Eles estavam num período de grande construção, se preparando para receber justamente os técnicos e investidores e tudo do Ocidente. Muito bem, havia no ar em Pequim uma nuvem permanente de poeira. Falem em poluição. Uma nuvem de poeira causado pelo ritmo de construção.

MC - Em que ano? O senhor se lembra?

AR - Oitenta. Bem, o evento três dias... e tínhamos que arranjar um.... Quem é que dava as instruções? Havia uma senhora pequena, muito engraçada, chinesa, que falava francês e que era o nosso intermediário. Nós ficávamos o dia inteiro no aeroporto sem fazer nada, esperando o avião que nunca veio. Bom, no terceiro dia, nós resolvemos entrar em greve: “Não é possível, vamos desistir”. O casal australiano, o juiz, um homem de cor, casal de cor finíssimo, sabe? E não podiam: “Eu também tenho compromisso no Brasil, tenho que voltar... tal, um negócio complicado”. Muito bem aí chamamos a senhora. A senhora ficou muito perturbada e tal. Quem decidiu a situação? O chofer. Iam consultar o chofer. O chofer dava ordem. Ele era o chefe do negócio. Quer dizer, você tem que viver essas situações para entender como a estrutura realmente funcionava, não é?

MC - E na verdade eu queria assim, eu não sei se o senhor quer falar mais algum assunto, no sentido assim da inquietação, eu queria estender um pouco a inquietação da Nísia. Quando o senhor fala assim: não, o senhor se preocupa com rótulos. Eu acho bastante plausível. Mas como nós lemos o primeiro, quer dizer, o seu relato, o seu memorial, ou seja, eu não estou me lembrando assim...

NT - É um memorial. O senhor não intitulou como memorial, mas é memorial.

MC - Fica muito evidente que o senhor ao escrever o memorial - vamos chamar de memorial - essa relação forte, que o senhor está vendo na sua escrita, intelectual com o catolicismo, não é?

AR - Sim.

MC - E aí eu fico pensando na sua relação entre as relações com... quer dizer, o senhor se casa com a filha de Jackson Figueiredo, depois tem essa experiência no Centro Dom Vital, Fernando Carneiro e depois continua mais forte, como o senhor relatou, e aí o projeto da Economia e Humanismo do Le Bret. Aí fica assim, qual é o peso que o senhor atribui, se é que faz sentido de hierarquizar ou estabelecer, no sentido dessa conformação, de intelectual católico...?

AR - Não, o que eu acho.... Não é uma rejeição do rótulo, mas é que eu acho o rótulo pesado, e, não é só pesado, implica certa promiscuidade. Eu sempre zelei muito, sem nenhum prurido de originalidade, mas eu sempre preservei uma certa nitidez de posições, não é? Muitos sujeitos até hoje se rotulam como intelectuais católicos, Universidade Católica. Eu passei por experiências extremamente penosas dentro da PUC para saber que esse negócio todo é extremamente relativo. Portanto, “Ah, o senhor é intelectual católico”. Isso.... Entende? Eu reajo um pouco.

NT - Entendo.

AR - Agora, se os sujeitos de fora me classificam como tal, o que eu posso fazer? Eu não vou dizer: “Não, eu não sou”.

NT - Mas o ponto não era a classificação, eu acho que pode ser infeliz nesse sentido de demarcar fronteira: quem é intelectual católico e quem não é. Mas do ponto de vista da sua vivência, na verdade, a minha pergunta agora, menos do que o rótulo do intelectual católico, é até que ponto o catolicismo foi importante na sua formação pessoal e também na sua atuação profissional.

AR - Ah, sim, a importância foi decisiva. Não tem dúvida nenhuma, decisiva. Só que quando eu respondo essa pergunta, eu tenho que introduzir algumas qualificações porque senão eu corro o risco depois de ser identificado com grupos ou pessoas com quem eu não tenho nenhuma afinidade. Acho que em nome da verdade, eu devo introduzir essas qualificações. Muita gente, é um paradoxo para muita gente, que eu, que fui, que tive essa formação de Economia e Humanismo de Le Bret, eu tenha sido amigo de Gustavo Corção, não é? “Mas Gustavo Corção não era um reacionário?” Ora, eu frequentei Gustavo Corção, não digo diariamente, nem me identifiquei com os grupos reunidos em torno de Gustavo Corção. O grupo da Permanência também, da revista, eu não tive nenhuma afinidade com eles, entende? Porque as pessoas, às vezes, são arrastadas por um grupo a certas posições extremas, que não são da sua índole ou da sua formação. Percebeu? Então, eu, por exemplo, aceitava sem dúvida nenhuma as posições filosóficas do Corção, mas questionava muito as posições políticas. E não se entende isso. O que eu vou fazer?

NT - Até para o meu entendimento mesmo, até porque para quem não conhece o pensamento de Gustavo Corção precisa entender. Quais seriam essas posições? Porque as políticas são muito faladas e tal. Mas quais seriam essas posições filosóficas?

AR - Tomismo. O Tomismo. Uma adesão à filosofia de Santo Tomás. Isto é fundamental. Entendida como a filosofia básica da Igreja Católica. Dentro de adaptações, de variações através do tempo. Trata-se de um filósofo do século XIII genial, mas século XIII, quer dizer, impossível um ser humano prever problemas que a história vai trazer no decorrer do tempo. Mas o básico, o essencial, a metafísica, a lógica, a estrutura de pensamento, ela não muda. Porque aí não é uma questão de ser moderno ou antiquado, a questão de você estar com a verdade ou fora da verdade. É isso, não é? Então, para os tomistas isso é essencial. Agora, se o sujeito aderiu a De Gaulle na França ou ao Marechal Petáin, isso não tem nada a ver com o tomismo.

NT - Você podia falar um pouco o que é esse “estar com a verdade”?

AR - É a adequação, como dizia Santo Tomás, a adequação do intelecto à coisa, à realidade. Para o Tomismo é fundamental a realidade, não é? Nós somos anti-idealistas. Nós somos contra o idealismo que pretende se substituir à realidade. Nós somos anti-nominalistas porque os nominalistas querem substituir um véu de palavras de linguagem e termos à realidade, aos objetos. Entende? Então, o Tomismo tem uma regra de análise da realidade, de objetivação. É isso em miúdos. Política é outra coisa, não é? Então você tem, por exemplo, políticos.... - eu estou usando exemplo francês, mais nítido. Os políticos do Marechal Petáin, políticos franceses, católicos, que foram arrastados a participar em todas aquelas idéias do Petáin, que acabaram se identificando com os nazistas na ocupação da França. E você tem os católicos franceses, exemplares, que acompanharam De Gaulle desde o começo.

MC - E que acolheram numa ação humanista...

AR - Exato.

MC - Recolhimento de muitas pessoas, muitas crianças que iriam ser exterminadas.

AR - Exatamente.

MC - Tem uma militância católica. Aquele filme belíssimo do Louis Malle.

NT - Au revoir les enfants.

AR - Então você vê, é um negócio de você usar os seus mecanismos intelectuais para análise de uma realidade. Alguns usam esses mecanismos erradamente, não é?

NT - E é nesse ponto então que o senhor...

AR - E aí também, alguns intelectuais franceses naufragaram quando se defrontaram com o comunismo, se viraram.... Não só intelectuais, religiosos também, e aqui no Brasil então nem se fala. Aderiram ao comunismo, ao marxismo e ao comunismo. São duas coisas, não é? Não apenas o marxismo como método, como interpretação, mas o comunismo como política. E aí conflitos terríveis.... O Corção descreve isso, aliás, muito bem no livro Dois Amores, Duas Cidades, que é um livro importantíssimo, esgotado. Outro dia eu tive oportunidade de procurá-lo para um amigo meu e não encontrei; nem em sebo eu não achei. Ele descreve bem essa situação a França. Ele viveu muito o problema francês dados os contatos que ele tinha com a França. Então quem quiser conhecer todo o

drama do pensamento francês nessa época tem que ler esse livro, é obrigatório ler esse livro.

MC - Interessante, porque o senhor quando fala de comunismo, a impressão que eu tenho é que uma conotação abrangente. E aí eu queria perguntar ao senhor, não haveria, realmente, mesmo influenciado pelo marxismo na ação política, não haveria assim uma diversidade de posições dentro do catolicismo e do diálogo e na crítica aos chamados estritamente comunistas?

AR - Claro, claro.

MC - Porque é interessante assim quando o senhor coloca, claro, em função de....

AR - Em função da conversa.

MC - Da conversa, exatamente.

AR - É uma simplificação criada pelas necessidades da conversa. Mas é claro que sim. Havia tudo isso. Havia o comunista utópico e havia o comunista staliniano, de cimento armado, não é? Então entre essas posições extremas.... Eu convivi muito com os trotskistas, na resistência democrática, acho que mencionei isso, no período, com Mario Pedrosa. Eram pessoas com quem nós tínhamos como dialogar, dialogar com eles. Agora, com stalinistas, pelo menos a minha experiência aqui no Brasil, era absolutamente impossível.

MC - Mas na verdade, eu estou pensando mais no sentido de que dentro do próprio catolicismo, que o senhor fala que tiveram católicos, os católicos que foram dragados pelo comunismo, mas no sentido de

AR - Comunismo staliniano.

MC - Certo. Mas pela experiência que o senhor teve e tem, não havia alguma coisa mais matizada, que: ah, uma influência do marxismo sim, mas também havia uma crítica de intelectuais católicos ou militantes católicos que tinham uma visão crítica em relação ao stalinismo.

AR - Você tem que distinguir dois planos: um plano de....

Fita 15 – Lado A

NT - ...seria o diálogo intelectual....

AR - É, onde você pode ir muito longe na conversa e na adesão a certas idéias. E você tem o plano da ação prática de “trabalhar com”. Aí a coisa fica complicada. Então, você aceitaria um comunista, como conheci diversos intelectuais e tal, mas que não se submetiam à disciplina do partido. A disciplina do partido é um elemento importante nessa história. Quando você entra na disciplina do partido, você enfrenta a muralha.

NT - Eu tinha uma pergunta no mesmo contexto, mas numa outra linha. Quando o senhor estava falando do Padre Leuret e da Economia e Humanismo, o senhor fez referência pela segunda vez ao Dom Helder Câmara. Como Dom Helder até atuou em projetos como esse da Cruzada, como o senhor se relacionou com Dom Helder? Como o senhor vê essa atuação dele? Ela também era inspirada pela Economia e Humanismo? Ela se diferenciava?

AR - Não, não. Dom Helder é uma figura difícil de analisar. Porque é uma figura contraditória, que assumiu posições diversas ao longo do tempo. Eu nunca tive um bom relacionamento com Dom Helder. Certa feita, ele ressentiu-se de uma crítica que está feita na pesquisa, até aquele edifício chamado Cruzada São Sebastião no Leblon. Aproveitei e fiz uma pesquisa, avaliando experiências, e fiz uma pesquisa e constatei que dentro da Cruzada dominava o mais rígido paternalismo.

NT - O senhor publicou essa pesquisa?

AR - É a pesquisa de favelas.

NT - Está no SAGMACS?

AR - Está.

NT - Me escapou porque já tem tempo.

AR - É claro, é claro. Então a Cruzada era governada discricionariamente por uma freira, da confiança de Dom Helder, que decidia tudo: quem tinha filho, quem devia ter filho, quem não tinha filho, quem não podia ter filho, para ficarmos por aí. Porque também ela dizia quem iria ocupar determinado apartamento ou não, enfim. Então, constatado isso - não fui eu, meus pesquisadores constataram - isso foi publicado. Dom Helder jamais me perdoou isso. A tal ponto, que certa feita.... Depois agravou-se a relação comigo devido às discordâncias dele com Lacerda. Que o Lacerda passou a criticar a política assistencialista e paternalista dele. Então um belo dia, ele me convocou ao Palácio São Jorge, ali na Glória e eu fui acompanhado pelo Dr. José Carlos, meu chefe de gabinete, imaginando, eu digo: “Olhe, Zé Carlos, provavelmente, Dom Helder está com uma lista de pedidos ali para arranjar coisas.... Vamos lá, ver o que ele quer, o que precisa”. Nós chegamos e encontramos Dom Helder com todo seu estado maior na mesa. Sentei. Dom Helder passou-me - para usarmos uma expressão clara e corrente - passou-me um pito, um pito pelas coisas, atribuindo-me, além disso, a manifestação, ou a subserviência, das impressões do governador em relação a ele; coisa que jamais tinha me passado pela cabeça. “Você e seu governador...” O negócio era o Lacerda e eu estava pagando uma culpa que não tinha. Mas ele me cobrou inclusive, atribuindo a intenção de sabotagem ao trabalho dele, a obra dele, etc.

NT - Ah, ele se fez referência a algo explícito?

AR - Sim, também, evidente. É uma personalidade curiosa porque a imagem que fica dele é a imagem de uma pessoa humilde, dócil, não é? Não era bem isso. Quem lidava diretamente com ele via que não era bem isso. Então, a tal coisa, há bispos e bispos. É claro, é um bispo da igreja. Eu obedecia a ele no que dizia respeito à igreja, mas eu não era obrigado a seguir posições dele na atividade social, na vida social. Isso é outra coisa. Então você tem aí, claramente, a minha posição em relação ao Dom Helder.

NT - Eu perguntei de Dom Helder por conta de uma identificação de alguns homens públicos, intelectuais da igreja, enfim, de várias áreas, e que tiveram, de modo diferente, esse contato com a Economia e Humanismo e o Padre Lebret. E além do Dom Helder, um outro nome que me chamou atenção foi Josué de Castro porque os trabalhos dele, não exploram muito essa relação com a Economia e Humanismo. Não sei se o senhor chegou a ter contato mais próximo com Josué....

AR - Tinha. Cheguei até visitá-lo em Paris quando ele estava exilado. Fui vê-lo em Paris porque tinha um relacionamento com ele e não era condicionado pelos esquemas políticos. O que não quer dizer que eu concordasse inteiramente com as idéias dele. Veja bem, vamos separar as coisas. Um lema tomista: “Distinguir para unir”. A gente tem que distinguir, une depois. Então fui vê-lo em Paris no seu apartamento luxuoso. Ele era um exilado confortável, fazia parte do grupo de exilados confortáveis. Mas eu me dava bem com ele, dialogava bem com o Josué. Ele não entrou bem em Economia e Humanismo. Ele entrou depois quando o Padre Lebret organizou com a (BBR) uma campanha mundial contra a fome. Como ele tinha prestígio na ONU, na UNESCO, tinha escrito o livro Geografia da Fome, muito traduzido, etc., ficaram os três liderando esse movimento. Depois não deu certo por vários motivos. Não deu certo, então se separaram e o movimento não logrou grande resultado. E fome mesmo você combate com comida. Essa tese materialista....

MC - Não é tomista?

AR - É verdade. São Tomás concordaria, por tudo que eu conheço. É isso aí. Respondi a sua pergunta?

NT - Respondeu. Não sei se Marcos tem alguma pergunta nessa linha. Uma coisa que eu fiquei pensando também, que nós exploramos muito a atividade do senhor em projetos, alguns que tiveram até vida curta, como a gente conversou bastante aqui, mas uma atuação intensa depois na ONU, e nós fizemos isso até os anos 80. Mas estamos falando de 80 para cá, são 25 anos, e o senhor continua com muitas atividades. Então, nós gostaríamos que o senhor nos falasse sobre essas atividades atuais. Quais são as que o senhor considera mais importantes? Como o senhor tem vivido esses...?

MC - Afinal, o senhor está falando com colegas.

NT - Não parece que a sua trajetória se encerra nos anos 80, de modo algum. O senhor está fazendo muitas coisas ainda.

AR - Bom, acontece o seguinte: é que na medida em que eu fui encerrando as atividades do escritório de pesquisa....

NT - Isso foi quando, professor? O encerramento das atividades de pesquisa?

AR - Não foi, assim, um corte brusco. Nós continuamos a fazer várias coisas nos anos 80, mas eu percebi que não era possível mais trabalhar para o Estado brasileiro porque todos os escritórios de pesquisa, que se prezavam, tinham um consultor militar. Tinha um general, geralmente general reformado, que abria a porta. E eu me sentiria muito mal de adotar esse padrão. Não estou condenando. Cada um sobrevive como pode. Mas eu me sentiria, realmente, mal, diante de tudo que eu tinha defendido, diante dos meus companheiros de trabalho. Então eu sustentei aquele escritório até onde pude, além do que pude. Inclusive havia nessa época comigo um rapaz comunista. Resolveu fazer

segredo e depois ele se tornou muito importante na Sociologia da Educação.

MC - Como é o nome dele?

NT - Luiz Antonio Cunha?

AR - Cunha, exatamente. Cunha trabalhou comigo um tempo e eu segurei o Cunha até onde pude. Até que Cunha disse: “Bem, agora...”, e eu: “Esteja à vontade”.

NT - É professor da Universidade Fluminense.

MC - É ativo em Educação e tem uma trajetória.... Mestrado em Educação....

AR - Era um rapaz muito estudioso, muito sério. É claro que nossas idéias não coincidiam, mas isso não impedia que nos afinássemos no terreno do campo de trabalho. Nos damos bem até hoje. Até me encontro em livrarias com ele e tenho impressão que ele mantém a mesma relação comigo, de respeito. Não o excluí. E assim outros, que trabalhavam comigo, que estavam numa certa oposição, eu sabia disso e... Eu contei a vocês o episódio Paulo Freire? Isso é importante. Bom, acabou de sair um livro sobre Paulo Freire....

NT - Que a viúva escreveu? É esse?

AR - É, está aí embaixo nessa livraria, na vitrine, você vê. Bom, eu conheci o Paulo Freire em Recife quando ele estava bolando um método de alfabetização. Eu o visitei em casa. Achei uma figura extremamente simpática, cercado de filhos, religioso, católico, religioso, cercado de filhos, dedicado a problemas de educação e me correspondi com ele. Tenho cartas no arquivo. Num dado momento, Paulo Freire resolveu vir fazer o curso do ISEB no Rio de Janeiro. Eu adverti o Paulo sobre o curso. Quer dizer, sair de Pernambuco, fazer o curso no Rio, ele veio fazer o curso. Perdi contato com Paulo Freire. Depois, aí me mandou um trabalho dele, e eu senti que estava encharcado de marxismo. Escrevi uma carta a ele: “Paulo, olha aí, isso, tal...” Eu vi que ele já estava entrando numa faixa de intransigência. Cumpri meu dever. Mais nada que fazer, deixei. Seguiu-se a trajetória dele. Vi que ele estava sendo usado pelo governo, pelo Ministério da Educação. Sabia, eu estava informado, que o projeto dele, o programa dele, que era realmente um projeto de subversão, não era de alfabetização, que já era outra coisa. O que eu podia fazer? Não podia fazer nada. Ele numa posição.... Deram a ele um cargo importante no governo, enfim, jogaram ele para o alto, como é o costume. Aí vem 64. Vem o Golpe de 64. O que vai acontecer com Paulo Freire? O pessoal dele foi preso, programa desbaratado, aquela coisa toda. Um belo dia estou aqui na minha mesa trabalhando, batem na porta, vou abrir, é o Paulo Freire. “Oh, Paulo, você aqui?” Ele disse: “olha, estou aqui, para pedir sua opinião, eu não agüento mais o clima de Recife. Estou debaixo de pressão, submetido a interrogatórios. Me chamam, me submeteram a interrogatórios. Eu tenho uma possibilidade de ir para o Chile. O que você acha?” Eu digo: “Vá, imediatamente. Vá, não...” “E minha mulher já foi”. “Então, Paulo, o que você está fazendo aqui? Vá”. E ele: “Vou pensar...” Estava hesitante. Desceu... Isso não é contado nas biografias dele, evidentemente. Ele desceu e daí a dez minutos ele voltou. “O que houve?” Trouxe o jornal de Recife: “Foi decretada a minha prisão”. “Mais um motivo... Você tem meios de sair?” “Tenho”. “Então, não hesite. Vai embora”. Quais eram os meios que ele tinha, por onde ele ia, não me disse, não perguntei. Muito bem, daí eu passei a receber telefonemas, se eu tinha notícias de Paulo Freire. “Não tenho notícia

nenhuma de Paulo Freire. Não sei”. “O senhor não sabe? Nós sabemos que ele fez um contato com o senhor”. “Não, ele fez um contato, quando vinha ao Rio, vinha aqui ao escritório. Não me disse nada para onde ia”. Foi o início da carreira internacional dele, daí ele se projetou. Isso é sabido. Nunca mais me procurou. Foi para a Suíça. Escreveu uns livros inteiramente absurdos, Pedagogia do Oprimido, etc., coisas inteiramente disparatadas. Nem Economia e Humanismo explicaria. Ele não é um pensador. O forte dele não era o pensamento filosófico. Ele é um homem prático, um homem capaz de bolar coisas, uma técnica de alfabetização, mas ele foi erguido à posição de filósofo, pensador, o que é totalmente descabido, despropositado, mas faz parte do jogo, das regras do jogo. Então esse episódio eu acho interessante. Eu gostava dele como pessoa. Distinguir, não é. Como pessoa, gostava dele. Eu confiaria ao Paulo a chave do cofre, a minha carteira. Agora, as idéias dele.... Aliás, eu já me vi tentado a escrever sobre o livro dele, mas me abstive porque eu gosto dele. É meu fraco. Eu gostava dele. É um homem generoso, mas errado. Isso existe muito. Um homem generoso, mas ele se orienta mal. E ISEB foi responsável por essa corrupção do pensamento dele. Quando digo ISEB, também há que distinguir.... Não foi Guerreiro, não. Foi a outra ala. Aquele rapaz que foi professor da PUC. Qual o nome dele?

MC - Álvaro Vieira Pinto.

AR - Álvaro Vieira Pinto. Esse foi a alma danada do ISEB. Os outros.... Jaguaribe estava lá em cima do muro, muito hábil. Candido Mendes é um louco, pitoresco. O Nelson era um homem sério e saiu. Guerreiro também foi alijado, não servia. O ISEB é outro fato que ainda não foi devidamente estudado. Eu tive informações, contatos com o ISEB. Os estragos que ele fez.... Ele não elaborou, como era a propósito dele, um pensamento brasileiro de desenvolvimento. Acho que isso ele não... Cada um partiu em uma direção, conforme a sua tendência.

MC - Quando o senhor diz que teve contatos....

AR - Sim, aluno isebianos. E a grande contradição é que tudo isso se fazia debaixo de um regime, debaixo de um governo Juscelino, não tinha nada de... Não se preocupava muito com a Revolução Brasileira. Eu cheguei a escrever sobre a Revolução Brasileira. Eu fui na corrente. Apontado.... A execração dos meios bem pensantes.

NT - Na década de 50?

AR - É, sobre a Revolução Brasileira. Um artigo.

MC - O senhor falou que o ISEB se propusesse a formular e a produzir um pensamento brasileiro, e não o fez. Então, o que ele fez?

AR - Pelo seguinte, o ISEB estava dividido.... Ele era, primeiro, uma organização subsidiada pelo governo. Então ele não podia assumir posições nitidamente anticapitalistas porque o presidente estava justamente construindo Brasília, arrecadando dinheiro com a indústria automobilística, criando o capitalismo de Estado. Era um pouco arriscado até. Não só difícil, do ponto de vista do pensamento, do plano do pensamento, mas era arriscado do ponto de vista da posição de cada um ali. Tanto assim que eles foram isolando certos elementos que tinham convicções, como o caso do Nelson Werneck, que foram sendo marginalizados. O que sobrou? Sobrou, por exemplo, o Jaguaribe, que era diretor da

Ferrostaal e nunca na prática foi um anticapitalista, nas suas atividades práticas. Candido Mendes, que era de extrema esquerda de palavra, mas nunca na prática, mas faziam o jogo. Fizeram e continuaram fazendo o jogo durante o governo militar. O Candido, por exemplo, ia a Brasília e jantava com o Golbery. Era o comensal do Golbery. Era comensal do Golbery e recolhia todos os elementos na universidade dele, elementos de esquerda, na universidade dele. Coisa meio esquisita. Mas o Candido, muito inteligente, equilibrava essas coisas. Eu nunca tive esse dom de equilíbrio nesse sentido. Daí eu caía do muro.

Intervalo

NT - Eu tinha perguntado ao senhor sobre as atividades desses 25 anos, na verdade. Porque nós nos prendemos muito na década de 80, na sua atuação na ONU.

AR - Bom, eu realmente, nessa década, eu me deixei muito absorver pela universidade. Daí eu ter saído um pouco da vida pública. Vida pública nesse sentido de atuação em pesquisa, etc... Eu me voltei muito para ensino. Primeiro na PUC, com o resultado que vocês já sabem e depois na Nacional. Na Nacional - também acho que me referi a isso - era impossível desenvolver projetos de pesquisa. O que se entendia por pesquisa era em biblioteca. É o que, geralmente, o jurista entende, com raras exceções, como pesquisa. Tentou-se mudar isso na escola de Magistratura. O desembargador Cartena tentou fazer umas pesquisas sobre advogados, atuação de advogados, mas ainda de uma forma muito reduzida. Então, isso aí talvez explique, não digo minha omissão, mas um certo declínio nesse trabalho profissional. A outra coisa é que eu ingressei num Conselho Técnico da Confederação do Comércio, onde estou até hoje. Que é uma organização muito curiosa, muito rara no Brasil. Criada por um mecenas, nem me lembro mais nome, do comércio. Ele reuniu 30 pessoas com experiência, competência em determinados setores, e cada um desses personagens faz uma conferência uma vez por semana. Nos reunimos às terças-feiras. Toda terça-feira há uma conferência. Quer dizer, nós não nos reunimos para bater papo. Podemos bater papo antes e depois, mas não durante. Há uma conferência, de uma hora, rigorosamente, cronometrada. Não se bate palmas. Depois da conferência há perguntas ao conferencista ou contradições. “Não estou de acordo com isso...”. É uma academia de cavalheiros, onde se discutem problemas nacionais. E essas conferências são publicadas numa revistinha. Saem todas numa revistinha chamada Carta Mensal, que é uma fonte importante para se saber várias coisas. Primeiro, os grandes problemas, de great issues, e depois para saber o que pensavam certos sujeitos porque todos lá têm uma experiência importante em determinado setor. Vou dar um exemplo: o Sydney Latini, que foi o criador da indústria automobilística, o ministro Mario Gibson Barbosa. Há vários diplomatas, embaixadores. Embaixador Vasco Mariz, que foi embaixador na Alemanha Oriental; o embaixador Carlos Nobre, que foi embaixador no Japão. Esses sujeitos, pelo menos um assunto, discutem com autoridade. Não é a Academia de Letras que os sujeitos vão lá conversar, tomam um lanchinho, batem um papo, dizem o que acham. Aí predomina o achismo, que é o mal da inteligência brasileira. O achismo eu acho uma praga: “Ah, eu acho e tal...”. É o anti-ciência, anti... que é muito praticado no Brasil. E que é diferente da crença: “Eu creio...”. Aí é outra coisa. Agora, tudo isso são posições intelectuais. Bem, mas enfim, então, este conselho, com uma reunião por semana, não deixa de me absorver. Já fiz neste conselho cerca de cem conferências. Outro dia fiquei espantado. A dona Cândida fez a estatística - ela veio me dizer - sobre os mais variados assuntos. Mas, pelo menos, eu procuro fazer uma conferência fundamentada. Agora, por exemplo, estou fazendo uma conferência sobre a estrutura agrária no Brasil colonial. Até a lei de Terras de 1850 e depois de 1850. É um problema histórico sobre a história agrária brasileira. Então já fiz uma, vou fazer outra. E tenho falado sobre educação, urbanismo, favela, assuntos variados. E há uma grande liberdade. Ninguém me diz o que eu

tenho que falar. Cada um fala o que acha interesse. Ontem, por exemplo, nós ouvimos uma conferência do Bernardo Cabral, não sobre a Zélia, mas sobre correntes políticas contemporâneas. Então, discutiram-se o socialismo, democracia, liberalismo. Depois houve um debate interessante. Hoje nós somos uns 40, mas nem todos comparecem toda semana. Há pessoas mais idosas e quando o tempo muda....

Fita 15 - Lado B

AR - Foi ministro da agricultura, conhece profundamente problemas agrícolas. Enfim, a coletânea dessas Cartas Mensais é uma visão da sociedade e da economia brasileira nos últimos 40 anos. Quer dizer, uma entidade que se reúne regularmente. Isso é raríssimo no Brasil. Toda semana. Agora, é uma entidade, no meu gosto, mais para o centro-direita. Nós tivemos também Hermes de Lima. Tivemos alguns mais para a esquerda. E, entre nós, desenvolveu-se uma certa solidariedade, como é natural que aconteça, durante esse tempo todo se reunindo toda semana. Não há, que eu me lembre assim, oposições, radicalizadas. Corção foi membro do conselho e fazia conferências. Corção e Hermes de Lima eram naturalmente divergentes. Isso não impediu o convívio. Acho isso importante. Também, no conselho, eu aprendi muito. Não só aprendi coisas que nunca me passaram pela cabeça: petróleo, siderúrgica, são coisas assim muito específicas. O general Macedo Soares, criador... era membro do conselho. Nisso, veja bem, foi criado por um sujeito mecenas. Ninguém do governo que organizou isso, não. Isso funciona dentro de uma entidade do comércio, a Confederação Nacional do Comércio. Chama-se “Conselho Técnico”. Por exemplo, o atual presidente quis ouvir sobre a reforma universitária. Então, o secretário do conselho, que é o ex-ministro Galveias, convocou um grupo de trabalho para analisar o projeto do qual eu fiz parte. Então, são as minhas atividades. Estou te dando um exemplo. Fiz uma conferência sobre SESP.

NT - Está publicado na Carta Capital.

MC - Para não perder esse tema específico, veja se faz sentido o que estou falando. O Wanderley Guilherme dos Santos fez um depoimento na ANPOCS e em certo momento ele disse que trabalhou no Senac e que tinha uma biblioteca fabulosa. Foi um lugar que ele aprendeu muito, no sentido de poder ler, não porque se fizesse necessariamente pesquisa no setor porque ele estava no Senac. Ele tinha muito tempo para ficar lendo, ficava lendo. Só que tinha algo - queria ver se faz sentido - que é uma coisa chamada Fundação Mauá. Isso é algo que o senhor se lembra?

AR - Lembro.

MC - Tinha um setor de pesquisa. Não tinha nada a ver com comércio?

AR - Não, não. Você me lembra, essa experiência do Wanderley, eu me lembro.... Eu passei alguns anos na Federação da Indústria com Mesquina. Foi uma decepção. Entrei para promover pesquisa. Tentei desenvolver e fiz um projeto sobre Sociologia Industrial, um projeto inteiro. Firjan. Ninguém se interessou. De modo que eu acho esse Conselho do Comércio uma coisa extraordinária. Pois, os homens da indústria, que você supõe que sejam a vanguarda do desenvolvimento, são indiferentes. Só estão preocupados com as situações tópicas e imediatas. É o salário se vai aumentar; se o subsídio do governo vai.... Quer dizer, as reuniões na Firjan me deixaram profundamente decepcionado. De vez

em quando, eu era solicitado a fazer um parecer. Mas éramos um grupo muito pequeno, reduzido lá. Éramos eu, João Paulo Magalhães, economista que é do conselho, que é um homem extremamente competente. Quem mais? Um economista.... Enfim, éramos poucos. Não éramos solicitados. Isso me deixava inquieto. Com a sensação penosa de estar recebendo aquele negócio todo mês e não estar dando alguma coisa que eu pudesse dar. Então você tem aí outro....

MC - O Sesc tem uma história aí que é ligado ao comércio também.

AR - Exatamente. Sesc, Sesi.... E eu já tinha tido a experiência de favelas, quer dizer. Era uma coisa tão curiosa isso. Porque a gente tem que ver as experiências negativas também. Bom, aí todo esse período eu fui dedicado, antes de ingressar na Firjan, à ONU, para ver problema de criminalidade. Eu contei para vocês como eu entrei nisso. Mancini me recomendou para substituí-lo num encontro. Disse a Mancini: “Não entendo nada de crime”. “Não, você vai passar a entender. Você é sociólogo”. E daí eu entrei no circuito. Acho que não mencionei a vocês, muito claramente, que além do contato que eu tinha com algumas das maiores autoridades em matéria de criminologia, autoridades mundiais em criminologia ou diretamente na comissão - o comitê se chama Prevenção de Crime e Tratamento de Presos. Bom, além do convívio, nós tínhamos o convívio indireto. Muitas vezes o sujeito vinha e dava uma consulta sobre um problema específico, etc... Além disso, foi aí que eu comecei a percorrer o mundo. Tanto Europa como Ásia, menos a África. Curioso isso. Da África só me lembro de duas incursões: uma no Senegal e outra no Egito. Não me lembro de termos ido ou eu ter ido, pessoalmente, como expert a outro país africano. África do Sul, por exemplo, eu não fui. Não me perguntem por que. Eu não sei. As relações com a ONU eram meio complicadas. Então, era isso aí. Bem, fui ao Egito e não fui a Israel, o que eu considero uma falha muito grande. Eu gostaria de ter ido a Israel. Mas naquela época quem ia ao Egito, não podia ir a Israel. Não sei como estão as coisas hoje.

MC - O único país. Quer dizer, Israel e Marrocos, que não mantinham relações diplomáticos.

AR - Está vendo? Na época não se podia ir. Ou você ia a um ou em outro. Eu não ia espontaneamente. Não ia fazer turismo. Fui ao Japão. Conheci o Japão, a China. Na época não era muito comum brasileiros irem à China. Passei 15 dias na China. Vivi situações muito curiosas. Visitei um estabelecimento de recuperação de jovens delinquentes na China. Era uma recuperação curiosa, porque era feita de duas maneiras: pela Ordem Unida, preparação militar e marxismo; eles estudavam marxismo. Eu me lembro.... São fatos assim que a gente guarda e não sabe o porquê. Lembro ter entrado numa sala de aula - nos levaram para uma sala de aula - e os alunos, que eram uns 30, não viraram a cabeça para ver quem estava entrando na sala. Uma coisa que me deixou impressionado. Eles não fizeram assim, continuaram olhando fixamente para o quadro, para o professor. Aí sentamos, assistimos a aula. Vocês imaginam uma aula de doutrinação em chinês. (risos) Bem, eles esperavam uma recuperação dos jovens. Agora, no interior a coisa era mais rascante; era eliminação pura e simples, tiro na nuca, era um negócio.... Porque aí eu procurei me informar com gente da embaixada brasileira - não é que a embaixada brasileira seja boa fonte de informações, mas havia uma funcionária, que eu conhecia, que era uma pessoa esperta, e que me dava uma palhinha. O negócio é assim.

MC - Comentando essas experiências da viagem, o senhor falou de ter ido ao Senegal. O senhor se lembra o que foi essa experiência de ir a um país diferente do Egito que é mais o Oriente Médio?

AR - A minha visão, através dessas experiências, é que, nesses países todos, há uma vitrine. Geralmente

o que nós sabemos é vitrine e há o quintal, que é enorme, onde estão todos os problemas: delinquência, AIDS, subnutrição, tudo isto está no quintal. Agora, está começando a aparecer. Bem, mas o que eu queria dizer a vocês a respeito disso? Bem, primeiro, o comitê se reunia em Nova York. Eu ia duas vezes por ano a Nova York. Depois passou a se reunir em Roma. Não me queixei. Bem, depois passou a se reunir em Milão. E aí o comitê caiu na mão de uns italianos.... Não sei como isso se deu, mas.... - opinião pessoal, por favor, mas eu estou falando com a maior franqueza - à medida que a ONU foi sendo controlada pelos americanos, começaram a aparecer os fenômenos que os americanos digeriam bem ou incorporavam bem. Por exemplo, esse fenômeno dos italianos no comitê porque eu vivi essa experiência. Os italianos faziam uma política de poder absolutamente extraordinária. Não só de poder porque um deles se aposentou ganhando a modéstia importância de um milhão de dólares. Um milhão de dólares!

NT - Como isso era possível. Porque os salários não são tão altos. São altos, mas não tão....

AR - Eu não sei. As parcelas.... Não sei. Não posso crer que fosse apenas pelo cargo que ele tinha de coordenador.

NT - Deve ter incorporado...

AR - Incorporou, incorporou, um milhão de dólares. Dá um certo conforto. Ele tinha um belíssimo apartamento no Trastevere. Enfim, chegou esse segundo momento do meu mandato e eu fui reconduzido. Eu vivi dois mandatos no Comitê. Fui reconduzido. Aí terminei o mandato. Não fiz nenhum esforço, que eu podia ter feito, para continuar de uma forma ou de outra. E depois a experiência no congresso de Genebra, que eu contei a vocês, não me encorajava a apelar para o governo brasileiro porque nesse tempo - aí vem um outro episódio curioso - eu fui chamado pelo ministro Petrônio Portela. Em função dos meus contatos com a ONU, o secretário do ministério sugeriu ao ministro, já que ele estava querendo mudar algumas coisas na política criminal, que ele devia entrar em contato comigo, me chamar. E ele me chamou, e eu tive uma boa impressão dele. Eu não o conhecia, e ele então me pediu que fizesse um levantamento do problema tanto da criminalidade como das prisões. Eu reuni um grupo e trabalhamos durante seis meses nesse projeto. Fiz um relatório. Nesse meio tempo tive contatos com o ministro, que me estimulava muito. Nesse grupo eu tinha um rapaz de Pernambuco, que me impressionou e que eu fui buscar quando eu li um trabalho dele sobre cangaço, um livro sobre Lampião, sobre cangaço. Não é um nome muito conhecido. Era do Joaquim Nabuco.

MC - Ele não é ligado ao Instituto Histórico Geográfico de Pernambuco? Não sei. E saiu publicado recentemente também um novo livro.

AR - É possível. Do Joaquim Nabuco eu tenho certeza.

MC - Sebastião Vila Nova?

AR - Vila Nova é muito meu amigo. Não é o Sebastião. Eu me correspondi muito com o Sebastião Vila Nova, muito meu amigo. Sabe que ele teve um problema. Ele está inteiramente fora de combate.

MC - Mas esse problema é... na cabeça, no coração.

AR - É. Foi uma coisa que me deixou muito desolado. E eu devo dizer a vocês.... Não sei se ele ainda é vivo porque eu me correspondi ainda com a senhora dele, mas percebi que vinha causando um certo....

MC - O pessoal do Joaquim Nabuco foi todo eliminado.

AR - Eliminado. É isso mesmo.

MC - Fernando Gilberto morreu logo depois, acidentalmente ou não.... Independente do que era a Fundação antes. É muito curioso que todo aquele grupo....

AR - É isso mesmo. Eu nunca mais tive.... Sim, tive muita atividade com o Joaquim Nabuco. Seminários.... Me puseram no conselho editorial. Tudo isso acontece nos anos 80, que você me perguntava. Onde eu estabeleci uma amizade muito boa com o Vila Nova. Quando ele vinha ao Rio me procurava. Quando ele precisava de livros ele me pedia. Eu tinha uma excelente impressão dele. Foi bom você até ter me falado nele. Eu não sei se ele é vivo ou morto.

MC - Levy Cruz pode dizer. Levy Cruz deve saber.

NT - Mas o senhor tem contato com a esposa?

AR - É uma médica. Conhecia a esposa dele.

MC - Não, tudo bem. O senhor também. É obvio. Por internet, tal. Não é difícil saber.

AR - Então, eu fiz esse planejamento e aí o Petrônio teve um problema de saúde e faleceu. Conteí isso a vocês? E conteí depois como entreguei o relatório ao ministro Ibrahim Abi-ackel, e morreu nisso. Mas isso foi publicado. Esse trabalho está publicado. Eu tenho aí.

NT - Depois a gente até poderia combinar com o senhor de ver as publicações....

AR - Eu passo.... Até a Cândida, que tem tudo isso de cor e salteado. Não preciso nem estar presente. Eu entro para esclarecimentos e tal, alguma coisa.

MC - Aquelas 250 conferências publicadas na revista Carta Mensal....

NT - No SESP nós temos. O senhor chegou a me enviar uma outra também sobre os trabalhos. Foi essa do SESP mesmo.

AR - Mas enfim. Isso nos anos 80 e 90. E eu muito aí vinculado à universidade. Na Faculdade de Direito a grandes penas eu fiz uma pesquisa sobre desaparecidos e foi o máximo que eu consegui.

MC - Mas o senhor publicou também?

AR - Não sei se publiquei.... Mas não foi, realmente, uma coisa que eu tivesse uma grande alegria intelectual, não. Eu fiz um estudo em cima dos dados que eu consegui reunir.

NT - E a sua ligação com o Serviço Social, que havia sido forte antes, perdeu-se?

AR - Não tive mais. Parti para uma linha diferente e o Serviço Social também mudou. Então não era coisa assim que me entusiasmava. Bem, o que mais eu poderia dizer a vocês?

NT - Diferença de HGB?

AR - É, Estudo histórico. É uma organização tranqüila. Também tem uma reunião semanal. O centro de pesquisa tem uma reunião semanal. Não exige frequência rigorosa. Eu vou quando tem um assunto que me interessa, ouvir coisas de muito interesse lá. De vez em quando eu faço uma palestra e provar que eu estou vivo porque o negócio lá.... Tem que apresentar ... Na universidade eu tenho que ir ao Fundão para provar que eu estou vivo, na Federal. Eu e pessoas em situação mais difícil; são desses mecanismos burocráticos extremamente cruéis que continuam se praticando no Brasil. Ninguém protesta. Se protesta, protesta por uma travessa. Eu acho que eu podia dizer a vocês o que andei fazendo.... Eu não sei. Vendo assim, nada.... Pode ser que tenha alguma coisa. Talvez dona Cândida pudesse me ajudar nisso. Em função de favelas eu andei também fazendo consultorias, sem grande sucesso, porque é a experiência de Alagados. Então, realmente é uma coisa... Em Alagados, dona Cândida participou muito. Ela chefiava o escritório. Agora, eu esperava muito dessa participação da universidade. Talvez, por incapacidade minha, eu tenho uma grande decepção de um modo geral.

NT - Tanto a PUC como a Federal?

AR - É. Mas veja bem, na Federal eu estava inserido na Faculdade de Direito. Sim, porque a Ciências Sociais sempre se fecharam muito pra mim, o que é curioso. É curioso isso. Sempre se fecharam. Eu percebi que o meu ambiente natural, que seria Ciências Sociais, o Instituto, o Departamento de Ciências Sociais, não tinha interesse de ouvir nem as minhas experiências. Isso que vocês estão fazendo aí, eu nunca tive ocasião de fazer numa universidade.

NT - Ao que o senhor atribui isso? Fechamento ideológico?

AR - Ideológico. Não tem dúvida. Não estou imaginando coisas, não. Pessoalmente me tratavam muito bem, mas.... Talvez o único ambiente, a minha única tribuna que eu encontrei, foi o Conselho Técnico, onde eu fazia conferências e dizia o que queria. Escrevi um folheto, que não deve ter me ajudado muito, sobre o problema do marxismo na universidade, publicado, inclusive no caso de São Paulo. Historiei a infiltração marxista na universidade.

MC - Seria muito interessante a gente ver.

AR - Ah, sim, a criação do núcleo, como veio, o francês que trouxe isso, que inoculou. A história das idéias.... Um professor francês medíocre. Ninguém sabe quem era. O nome até tenho dificuldade de lembrar.... Mangue.

MC - De Economia.

AR - Só consegui nomeá-lo em São Paulo. Ninguém sabe dele na França. Ao lado, evidentemente, de Bastide e outros. Isso é outra coisa.

MC - Ele dava aula de Filosofia. M-A-N-G-U-E.

AR - É, um negócio assim. Então, em torno desse cavalheiro criou-se um núcleo: Florestan, Fernando Henrique e Hélio. Era o núcleo marxista na USP. Imediatamente fizeram a cisão com o Pierson, se afastaram do Pierson. Trágico, trágico, um negócio trágico. O Pierson era um sujeito mais aberto, assim, a qualquer tipo de diálogo. Isso é importante na história das Ciências Sociais no Brasil. Acho que Miceli não trata disso no livro dele.

MC - Essa relação de Florestan, Roger Bastide, Donald Pierson...

AR - Meu Deus do céu, num ambiente tão reduzido, tão restrito, você ter a liquidação do Willems! O Willems foi liquidado. Teve que ir para os Estados Unidos ensinar. Um escândalo!

NT - Porque a experiência de São Paulo, em geral, aparece, no próprio Miceli, como um contraponto ao Rio. É o espaço da academia. O Rio como espaço de menos autonomia universitária, no entanto mais política. As contradições dentro das próprias instituições universitárias paulistas não aparecem.

MC - Aparece de algum modo ao alçar a USP como lugar da impressão teórica e a Escola de Sociologia como dada à prática e da miséria da teoria. A miséria da teoria e a praticidade de um Pierson que no final fazia pesquisa. Aí o pessoal.... Florestan Fernandes parece que fez Escola de Sociologia e Política, fez mestrado....

AR - Sim, todos eles passaram pela Escola e depois ficaram.

NT - O senhor falou da sua relação com Willems, até da correspondência, e também com Pierson. No caso, o Willems era brasileiro?

AR - É. Sabe que ele escreveu um livro de memórias fascinante, mas não publicou. Eu tenho um manuscrito.

NT - Sério? O senhor podia mostrar isso para gente. Escondidinho, a gente promete que....

MC - É tudo feito aos pouquinhos.

AR - (risos) Não tomo como pretexto para marcar outra....

NT - Claro, isso já é para fazer projeto com o senhor porque eu acho que valeria a pena a gente pensar em publicar. É claro que tem a questão da família que tem que autorizar, mas isso é o passo seguinte, advém de ser importante. Eu estou falando isso, falei do Willems, mas pensando no Pierson, no caso norte-americano do Lynn Smith, que foi fundamental para o senhor, esses americanos que vêm para o Brasil aprendem com essa experiência ou não? Ou vêm ensinar aos brasileiros? Como o senhor, que teve esse convívio, claro que são muito diferentes também, cada um.... Mas como o senhor, que teve contato, avalia esses sociólogos americanos, essa contribuição, essa relação?

AR - Bem, havia.... Naturalmente eu só posso falar um pouco da minha área. Eu me lembro de um

grupo de (sponsor) e tenho até cartas do professor do (sponsor).... O nome.... Isso são histórias de 20, 30 anos. Agora, o Lynn Smith tinha realmente um pensamento organizado e planejado de treinar brasileiros, pesquisadores brasileiros e manter contato. E, ao mesmo tempo, promover, mandar graduados para fazer pesquisa no Brasil. Mas isso se fazia, eu repito....

Fita 16 – Lado A

AR - ...porque não aproveitou devidamente esta experiência. Aí entram fatores burocráticos e ideológicos. Os sujeitos vinham e estabeleciam contatos pessoais. Veja o Leeds, os fenômenos do Leeds. Quando a universidade devia ter corrido para pegar o Leeds, encampar o Leeds, ouvir a experiência dele, incorporado o Leeds.... Então entra o motivo ideológico, o nacionalismo, o esquerdismo primário e a burocracia. São fatores paralisantes da universidade, na minha opinião. Então esses rapazes vinham aqui e iam para o campo. Tenho livros deles. E depois publicaram livros que ninguém conhece no Brasil. Eu entrei também.... Você vê Nísia, eu estou preparado para o juízo final. Eu fiz o possível para organizar um projeto brasileiro-americano de seleção e publicação das monografias sobre o Brasil nas universidades americanas. Cutuquei a Embaixada, tentei acionar aqui o governo brasileiro. Nada. Não se manifestou, não se sensibilizou. Eu cheguei a estabelecer um contato aqui com a Embaixada. Bom, enfim, eu tive contato com esse material. É um material riquíssimo. É claro que de valor desigual. Mas para isso eu sugeri uma comissão de sociólogos, de cientistas sociais. Eu me limitei muito a sociologia para não me acusarem de estar entrando na esfera alheia. Uma comissão de brasileiros e americanos para avaliar o trabalho. Porque uma coisa que poderia ser um trabalho acadêmico muito bom, obedecendo as normas metodológicas corretas, podia não ter interesse para nós. Então eu achava importante que brasileiros figurassem nisso. Mas com tanta.... Com a Fulbright, com a Fundação Ford, não houve condição, esse projeto não foi para frente. Quer dizer, aparece, de vez em quando, um cidadão, em função dos seus contatos pessoais, de seus amigos, etc., consegue publicar sua obra, e aí mais em certos setores. Por exemplo, Economia. O Werner Baer, com o contato que ele tinha com o Isaac Kerstenetzky da Fundação Getúlio Vargas, publicou os trabalhos dele. O Werner Baer trabalhou muito aqui. Bem, os antropólogos.... Um pouco, o Wagley. Mas o Wagley era quase que brasileiro, considerado como brasileiro. Historiadores, muito bem, está certo, havia um contato maior. Eu acho que isso mudou do ponto de vista de artigos, monografias. É mais fácil o amigo, o colega, pede o artigo, pede autorização e publica. Mas há teses que merecem ser.... Isso pode ser objeto, daqui a anos, naturalmente, de algum pesquisador, de alguma fundação, que resolva explorar esse filão. Como também, eu sugeri - outro título que eu reivindico com certo garbo - eu sugeri à Fundação Gulbenkian, em Portugal, a publicação de obras clássicas do Direito Português, que eram raras, obras raras. As Ordenações Filipinas que foram o Direito Brasileiro até o Código Civil Brasileiro, ou seja, até 1917 o Código Civil Brasileiro era as Ordenações.... Pensou nisso? Isso já é um negócio de pensar. Quando eu dizia isso a meus alunos na faculdade, ficavam chocados: “Mas como?”. “Havia um projeto de Código Civil, mas Código vigente, não”. Esse projeto era consultado e grandes juristas trabalharam nele. Então em 1917, resolveram, depois de dez anos de elucubração, fazer o nosso Código Civil. Bom, então eu me dirigi em carta, eu conheci o presidente no Congresso, um grande advogado de Portugal, e eu escrevi uma carta a ele. Tenho tudo isso documentado, portanto, não é ficção. E sugeri: “Olhe, veja bem, tal” e ele respondeu. Me pôs em contato com uma funcionária da Fundação e passamos a conversar. Não saiu exatamente o que eu queria. Eu queria que fosse uma edição porque eu sou um perfeccionista, um maluco. Eu queria que fosse uma obra conjunta de

brasileiros e portugueses. Isso não saiu. Eles editaram as ordenações todas. Editaram obras complementares. Bom, eu quero que a obra saia para que o estudante de Direito não tenha que ir à seção de obras raras da Biblioteca Nacional quando ele quiser esclarecer um problema jurídico das ordenações. Está entendendo, Marcos? Ferramentas, instrumentos. Cultura na minha opinião é isso. Não é papagaiada, não é discurso, é você dar instrumentos, ferramentas. E as ordenações para o estudante de Direito é um negócio importante, para o estudante, para o advogado.

NT - Para o historiador.

AR - Para o historiador. Isso saiu. Os portugueses publicaram isso e essa senhora ainda me mandou fielmente. Cada linha que saía ela me mandava um exemplar. Hoje, devem ter esquecido. Outro dia eu estive num Congresso de Direito Comparado Luso-Brasileiro.... Ah, isso também. Esquecia isso: outra atividade que eu me dediquei. Criou-se aqui uma sociedade, uma fundação de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Eu fui anexado a esse negócio, em função do crime, Direito Penal, tal, entrei nisso. A Fundação que era criação.... Porque tudo isso tem que ter um motor. Se não tiver motor vai para o brejo. O motor era o professor Francisco Amaral, advogado, bilíngüe, se é o caso de falar nisso porque ele é português e brasileiro. Ele circula nos dois mundos e ele trouxe ao Brasil grandes mestres de português, de Coimbra, de Lisboa. E há pouco tempo, um mês e pouco atrás, nós tivemos aqui ainda no Congresso, mas tudo isso com grande dificuldade, falta de verba. Veio o ex-reitor da universidade de Coimbra que é um homem muito interessante, muito engraçado. Grandes civilistas. Os portugueses são deslumbrantes. Então fui nesse Congresso, cobri com a revista, e assim a coisa vai funcionando. Agora, você nota a ausência das instituições públicas brasileiras. Não tomam conhecimento. Um jantar, com muito favor vai um representante, cutucado pelo Francisco Amaral. Jantar sempre é bom, tem vinho português e tal; é agradável. Eu me sentei ao lado de uma autoridade que veio de Brasília, que me deixou deslumbrado, porque se falou o tempo todo de vinhos. Ele disse coisas da maior importância metodológica quanto ao vinho francês. "Vinho francês eu não tomo. Só tomo vinho argentino e português". "Não está mal, não". Bem, é uma autoridade de Brasília, figura deslumbrante. A sorte minha é que pela esquerda tinha esse reitor da universidade de Coimbra, que era muito engraçado, um português com senso de humor, o que não é frequente. Muito curioso, muito engraçado, um erudito. Eu lucrei pela esquerda. (risos) Tirei algum proveito da esquerda. Uma das raras ocasiões. Geralmente eu só levo pau (risos).

MC - O espírito de equilíbrio se mostrou muito bem.

AR - Mas não sendo advogado militante, tirei vantagens intelectuais, contatos, conheci gente interessante. Aliás, o Francisco teve o bom senso de trazer os portugueses e ele trouxe alguns franceses e italianos também. Francisco é uma figura curiosa. É aquela situação, gerentes... que é o problema da cultura. A cultura precisa de gerentes, gente que gerencie. Não é gente que faça discurso, não; gente capaz de estabelecer contatos, mobilizar, investimentos, gerentes. Vocês sabem disso melhor do que eu. Vocês trabalham numa fundação. Sabem das dificuldades.

NT - Agora o senhor falando assim, como o senhor disse, os títulos e o juízo final. Vamos tirar a idéia do juízo final de lado, mas quando o senhor estava falando agora, eu fiquei pensando que o senhor nos relatou vários projetos em que o senhor foi o motor, para usar sua expressão, e que, claro, como o senhor falou hoje, nada acaba definitivamente, mas foram frustrados dentro daquilo para qual foram concebidos e que era sua expectativa também. São vários exemplos: Alagados, as favelas do Rio. A

gente poderia falar de outros que o senhor relatou aqui. Desses, qual o balanço que o senhor faz dessa experiência? O senhor já disse que é uma pessoa que vira a página e não se prende a cada uma dessas experiências frustradas. Qual o balanço que o senhor faz? Não no sentido do juízo final. (risos)

AR - Bom, eu acho o seguinte, essas coisas passam. As coisas passam. Quando há um registro, e é outra das funções da universidade, é o registro das coisas. A universidade também vive para isso, para registro e avaliação dessas experiências. Se isso não acontece, as experiências se perdem, se dissolvem. De modo que eu sou um colecionador, um colecionador de experiências frustradas. Isso eu acho que deve acontecer a muita gente e não é privilégio meu. Se a pessoa não está inserida numa estrutura oficial, a coisa fica inteiramente perdida. Talvez meu erro tenha sido esse: eu não soube, você disse motor, eu não soube talvez inserir isso, devidamente, na universidade. Mas eu tentei. Eu tentei e sempre me defrontei com resistências, com dificuldades, o receio de que eu estivesse ameaçando privilégios, percebeu? Isso eu senti muito na Bahia. A universidade da Bahia não tomou conhecimento de Alagados. Então a minha idéia de função social, de missão social, a minha experiência universitária foi frustrante. Talvez ainda contar a vocês como uma coisa.... Tratamento de presos. O que eu tenho de observações em matéria de tratamento de presos nesse país é uma coisa espantosa. No nosso trabalho, nós fizemos sugestões muito concretas.

NT - Para o relatório que foi encaminhado....

AR - Penas alternativas. Balonence fala nisso. Serviço na comunidade. Havia uma experiência em São Paulo válida hostilizada pelas autoridades da própria Secretaria de Justiça em São Paulo. É uma experiência.... Não sei se era em Campos de Jordão. Enfim, era um sujeito, diretor de prisão, que resolveu fazer uma experiência com os presos. Então, Natal, mandava os presos para casa. Isso foi um escândalo. Ele foi advertido, foi chamado pelo secretário. Coisas, assim, avançadas. Outra coisa que me comove muito, entre nós, é o medo da experiência. Como você pode saber se uma coisa dá certo ou não dá? Você tem que fazer uma experiência. Você tem que começar fazendo uma experiência. Não é adotar, baixar uma lei. Porque é a mentalidade bacharelesca: você baixa uma lei e o assunto está resolvido. Por vontades mágicas, aquilo acontece. Não, vamos começar uma experiência, pegar um pequeno estabelecimento e experimentar técnicas de participação, técnicas de organizações de grupos. Tudo isso nós sugerimos nesse relatório. Mas o ministro Abi-ackel não era propriamente a pessoa indicada para introduzir essas experiências de modo que desprezou isso. Publicou o relatório e já foi alguma coisa. Se sentiu obrigado a publicar o nosso plano. Mas eu vi coisas fantásticas em matéria de prisão. A história do plano de um secretário que cercava o fosso com piranhas. Bom, me lembro de uma penitenciária em Manaus, fora do centro da cidade. Nós fomos para lá, uma hora e quarenta minutos, então quando chegamos vimos um grupo de gente na frente da penitenciária. “O que está havendo, tal?” Aí todos correram para dentro da penitenciária. Eram os presos passeando. Eles foram convocados pela nossa visita. Foram todos para as suas celas, comportadinhos. Tornaram a sair, naturalmente. Não tinham dinheiro. A desculpa.... Justifica-se. Não tinham dinheiro, então iam trabalhar em Manaus. A mulher como manicure, tal, o sujeito como pedreiro. Depois, voltavam. Não é que a pena deles fosse domiciliar. Não, era reclusão. Alguns perigosos, criminosos perigosos. Vocês não podem imaginar o que vai por aí no sistema penitenciário. A sociedade brasileira encara o sistema penitenciário como o WC da dona Madalena. Vale tudo, não tomam conhecimento. Se morrer, morreu; aconteça o que acontecer. Então quando o preso se revolta: “Olha aí, temos que reprimir. Revolta é um perigo. Preso é para ficar lá dentro, não tem perdão...”. Não, mas espera aí, tem preso e preso, você tem que distinguir e classificar. Não há classificação de preso; ninguém classifica preso. Então você

tem o primário ao lado de criminosos cascudos, aprendendo em uma escola. Você transforma a prisão numa escola de crime.

NT - A classificação que existe é bem elitista: ter curso superior e não ter.

AR - É, é isso. Então você tem um país que vê essa coisa, tolera a existência dessas coisas. Então vi muita coisa nesse sentido, realmente.... E olha aqui, não há correlação entre desenvolvimento e sistema penitenciário. O sistema é igualmente ruim, de norte a sul. É pior, naturalmente, em estados pobres, sem recursos, etc., onde o secretário com essa concepção.... O que eu vi, realmente.... Eu sabia, mas não era possível, foi uma revelação, como pode existir uma coisa dessas. A prisão é uma selva. Aqui no Rio até houve uma participação saudável da pastoral penitenciária, do Padre Trombeta, muito engaçado. Morreu o Padre Trombeta, não sei quem assumiu isso. Se você não leva uma palavra para os presos, o que você espera? Não vai se fazer cursinho. Confunde-se muito essas coisas. Educação não dá formação moral. Educação aperfeiçoa: quando o sujeito é um criminoso ele melhora. Você vê, os criminosos americanos usam recursos eletrônicos com grande facilidade. Os assaltantes de banco usam computador. Eu estou tomando tempo...

MC - Eu queria dizer uma coisa para o senhor. Eu fico vendo assim, ao longo dessas entrevistas, que é uma entrevista que pode, eventualmente, formalmente ou não, seguir uma etapa que... um desfecho. E nesse tempo todo o senhor falou com esse tom de voz, dessa maneira agradável que é de ouvir. Eu diria, se eu tivesse que falar o que significou essa entrevista ou essa conversa ou esse contato, essa interação, esse convívio, diria assim: o senhor é um sociólogo indignado... um sociólogo indignado. Com toda essa capacidade o senhor nos ensinou, está nos ensinando essas coisas. No início da nossa conversa aqui hoje, a gente pretende mostrar uma gota no oceano, o que tem significado esse convívio com o senhor e tudo isso que vem pela frente porque eu só posso acreditar nisso, de que vêm pela frente, essas parcerias, essas possibilidades. Eu mesmo diria que o senhor é um sociólogo indignado, e quando eu disse que o senhor é nosso colega, o senhor está em ação. É isso?

AR - Eu não sou um angry young man, mas sou um angry sociólogo. E espero me conservar assim até o fim. Eu acho que sem capacidade de indignação, o sociólogo vira um não sei o que, um passivo dentro das coisas....

NT - Um burocrata de forma caricatural.

AR - É verdade. Se vocês me permitem eu dar um fecho nessas nossas conversas, eu queria dizer que eu sou muito grato a vocês por terem me dado essa oportunidade, de rever imperfeitamente essas minhas experiências, essa minha carreira profissional, e fazer uma crítica também de tudo que eu disse aqui. Sujeito a críticas. Uma primeira crítica é que eu falei muito no eu, o que eu acho que seria necessário, mas é uma coisa que me deixa incômodo, falar no eu: eu fiz isso, eu fiz aquilo. Então, eu quero dizer a vocês que, apesar disso, eu sou o primeiro a relativizar a minha experiência. Relativizar no sentido de sujeitá-la à crítica, de saber que ela não representa um dado absoluto. Representou para mim uma vivência. Uma vivência importante. Eu realmente vivi intensamente. Fiz outras coisas, tive atividades paralelas, escrevi. Mas, realmente, a minha atividade como profissional, vamos dizer assim, da Sociologia, foi vivida com certa paixão, que eu acho indispensável nas coisas da vida. E, às vezes, por uma deficiência da exposição, eu, infelizmente, adotei um tom um pouco triunfalista. Triunfalista, não que tudo tenha sido bem sucedido; ao contrário, eu marquei bem os insucessos. Mas, triunfalista

no sentido de valorizar essas experiências. Bom, eu acho que isso é realmente, se é um defeito é um defeito inevitável, de quem atribui um valor humano a sua vivência, a sua experiência. Eu tanto me dediquei ao ensino como à pesquisa. Eu sempre entendi que a pesquisa é uma forma de ensino. Sempre disse aos meus companheiros que eles não nunca saberiam sociologia se não praticassem pesquisa. E que pesquisa não é um bicho de sete cabeças, que exige um financiamento oficial, uma verba. Pesquisa você faz espontaneamente, andando na rua. Agora, que para separar a pesquisa do achismo, você precisa ter alguns instrumentos, algumas ferramentas conceituais. Você precisa saber qual foi o quadro para inserir aquelas vivências. Você não vive ao sabor da vida. Você vive, se você é um ser humano digno desse rótulo, você tem que viver interpretando. Você interpreta tudo que lhe acontece, de bom e de mau. Você incorpora ou rejeita dentro de seus critérios morais, mas você tem que interpretar. Interpretação é Sociologia. Eu não posso entender sociologia sem interpretação. Fazer aqui um relatório, tal. Transcrição é a primeira parte, a primeira fase; interpretação que é o difícil. Esse é meu acúmulo dessa minha modéstia experiência.

NT - Professor, eu até queria falar, isso que o senhor fala do tom pessoal, não é dado pelo senhor. Na verdade, o próprio meio e nós, esse processo de entrevista reforça isso. Porque é importante. É importante também colocar em foco essa experiência pessoal. É claro que ela não é um dado absoluto, mas é um dado significativo; ela é importante. Então, não é, digamos assim, um defeito do seu relato, mas é um pouco dessa interação.

AR - Que seja pessoal, mas que não seja professoral.

NT - Não foi professoral de modo algum.

AR - Espero não ter sido a você por descuido.

NT - E eu acho também, assim, sem fazer uma interpretação, sem fazer a sociologia do seu depoimento, mas acho que o que o senhor começou a falar hoje dessa trajetória, que é um pouco um abandono a Deus. Então, parece que quem pega o currículo, teu memorial: “Nossa, mas vai da favela para o crime”. Na verdade, ela mostra um pouco os caminhos que vão se abrindo e algumas coisas que também vão sendo inter-relacionadas, ainda que não no projeto inicial. Então, o senhor trabalhou em favela, mas não se pode dizer que esse trabalho de favela não tenha a ver com esse trabalho feito em educação rural. Nesse sentido, para mim em particular, que estou muito voltada para essas relações, é um aprendizado incrível. Além do lado humano de convívio também, porque senão a gente pediria para o senhor fazer um questionário e pediria para o senhor responder. Então a própria entrevista produz, até para o senhor, novas lembranças, para nós também mostra laços que a gente nunca tinha pensado. Então acho que é um processo assim. E eu falei de desfecho, mais no sentido de uma etapa, como Marcos falou.

AR - Eu conheci um sociólogo que dizia que só conhecia uma interdisciplinaridade: era o que acontecia na cabeça de cada um. Se você não estabelece essa interdisciplinaridade, você vai ter preconceitos mútuos, resistências.

NT - Exatamente.

MC - Essa é muito boa, muito boa. Tão atual.

AR - Eu acho essa muito.... É verdade. Eu sempre procurei fazer isso, uma aproximação. Uma das coisas da minha vida que eu sempre procurei montar: equipe. Equipe é isso: você botar um geógrafo conversando com um economista, com o sociólogo. De repente aparece um livro, Geografia Econômica. “O que é isso?”. É um escândalo para o profissional rígido, ortodoxo. Não há ortodoxia em ciência.

MC - O senhor fala isso que o senhor falou agora, ao mesmo tempo que o senhor convidou geógrafo, convidou sociólogo, convidou antropólogo, psicólogo social, quem mais o senhor achou que tenha participado da pesquisa, mas é partir - isso que é o cérebro da questão - da formulação mais consistente do que quer se pesquisar e não simplesmente uma proclamação da interdisciplinaridade, que acontece muito hoje em dia. Eu acho que o que o senhor acabou de falar faz todo sentido.

AR - Isso é que é universidade, Universitas. Isso é minha concepção de universidade. “Ah, mas isso é quando o sujeito não conhece bem a minha disciplina, é superficial”. Eu digo: “Mas é claro, ninguém pode abranger todas as disciplinas”. Mas alguém conhece alguma coisa, um pouco, onde as coisas se amarram. Quando na minha primeira experiência de campo foi com geógrafos, aprendi muito com eles. Há pouco disse isso num discurso aí. Uma situação, aliás, delicada que vivi.

NT - Quer dividir?

AR - Eu sou obrigado.... Eu contei isso para vocês? Nós não nos encontramos depois disso. Todo ano o Instituto Histórico tem uma sessão de encerramento, uma sessão formal. Os sócios têm que usar uma medalha. Eu esqueço sempre por esquecimento. Um pouco bois de presépio, usar uma medalha pendurada. Eu me esqueço disso, chega lá, tem que pedir emprestada o botãozinho. É aceitável, tolerável. Boto aquele botãozinho na lapela e com isso participo, mas eu sou obrigado em função do meu cargo lá na diretoria de fazer um elogio dos mortos do ano, coisa que detesto. Acho uma burrice, mas é estatutário o negócio. “Você vai ter que fazer elogios para os mortos...” Tem me acontecido coisas extremamente curiosas. No ano passado, por exemplo. Peço a lista dos mortos, posso esquecer alguém. É uma coisa dramática porque as viúvas vão todas para lá, são convidadas formalmente pelo presidente, vão falar sobre seu marido, tal. Acontece que na lista do ano passado.... - eu já fiz isso umas duas ou três vezes em função do cargo. E na lista figurava um canalha. Canalha. Conhecia, sabia que era um canalha. E daí não posso fazer elogio desse sujeito. Como é possível isso? Não posso. Porque se tornou um canalha? Porque há canalhas na vida privada e outros na vida pública. Às vezes, conjugam as duas atividades. Este, na vida privada, não sei, mas na vida pública eu conhecia vários episódios. Inclusive episódio de espionagem. Sendo ele da carreira diplomática, ele praticou espionagem no país onde ele estava, na embaixada brasileira. Ele praticou espionagem contra o país hospedeiro. Isso são dessas coisas que em matéria de diplomacia é.... Então, estava eu com o nome do sujeito, chegou aos pícaros. Esse sujeito fez um sucesso extraordinário, e entre outras coisas, fez outras coisas diversas. Bom, cheguei no Instituto, eu descobri uma forma.... Cheguei no instituto e fui ao encontro de dois colegas meus, por acaso diplomatas, por acaso conhecedores da carreira do colega, conversando com uma senhora. Uma senhora muito elegante, educada. Então diz um: “Este é o professor Arthur Rios que vai falar sobre seu marido”. Bom, eu com o discurso já escrito. Eu não sei se a insensibilidade ou a falta de vergonha de dizer perante uma viúva que o marido era ladrão ou espião. Isso é uma coisa absolutamente, para mim, incompatível comigo. Eu posso até omitir o sujeito, não falo nada. Mas essa senhora foi lá para ouvir o elogio do marido. Você já pensou a situação que eu vivi? Muito bem. Então

eu fui para a tribuna. “O que eu vou fazer?” A senhora sentou-se na primeira fila. O presidente me deu a palavra e eu fui pelos mortos aceitáveis. Cheguei ao caso dele e disse: “Fulano de tal...” - um negócio formal – “...foi isso, foi isso, foi aquilo...” E eu dando a carreira do sujeito, que ele tinha no currículo. Mas não é possível, não posso isso. “Num dado momento de sua carreira, talvez inspirado pela leitura de romances policiais...” (risos) Os colegas dele que estavam presentes.... Aliás, costumam dizer que eu sou mestre em elogios fora do esquadro, elogios fúnebres. Sim, porque o negócio possibilitou, aquele troço de velório, e eu discreto, digo umas besteiras e tal. Bom, aí terminei, desci, a senhora se levantou, ela disse: “Professor, muito obrigada pelo o que o senhor disse do meu marido. O senhor, realmente, traçou um perfil corretíssimo...” E eu: “Ela está me gozando ou não ouviu?” Eu encerrei a conversa: “Muito obrigado, senhora”. E me mandei. Isto foi no ano passado. Este ano não posso dizer que tenha aumentado o número de canalhas, que eu soubesse, mas aconteceu pior comigo. Quando eu estou no meio da fala, faltava uma página do meu discurso. Não passou pela Cândida porque a Cândida censura. Faltou uma página, faltavam defuntos. A sorte minha é que não eram muitos. A morte poupou os sócios do instituto. Eram uns oito, de modo que eu tinha todos.... (risos) Eu fico indignado com esse tipo de cerimônia. Eu acho a cerimônia de uma burrice total. Muito bem, mas sou obrigado, estatuto e tal. O idiota aceitou aquilo. Não devia ter aceito.

NT - A Academia de Ciência faz um painel para as pessoas, de homenagem.

AR - Claro, está certo que se faça homenagem, mas há outras formas de fazer. Aí improvisei. Tinha de memória os nomes, a obra, naturalmente, o tipo de trabalho. Improvisei. Terminei, quando eu desci, as viúvas de lenço, tal, aí diz um colega: “Todos notaram que você estava muito emocionado”. Bom, eu talvez estivesse emocionado no caso do meu amigo Orlando Valverde. Grande sujeito, trabalhou comigo, era meu amigo, foi um grande sujeito, malucão, engraçado, formidável.

NT - Quando eu era estudante da graduação da UERJ, nós o levamos para (...)

MC - (...) Gustavo Sampaio... grande figura.

AR - Bom, eu vou encerrar. Vocês ficam aí sacrificados.

NT - Imagina. Nós vamos almoçar, não é?

AR - Vamos...

MC - Mas que história....